



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**Alex Simon Lodetti**

**HOMENS ENCARCERADOS POR VIOLÊNCIA SEXUAL: UM  
ESTUDO SOBRE ENUNCIÇÃO E PERFORMATIVIDADE**

**FLORIANÓPOLIS  
2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**ALEX SIMON LODETTI**

**HOMENS ENCARCERADOS POR VIOLÊNCIA SEXUAL: UM  
ESTUDO SOBRE ENUNCIÇÃO E PERFORMATIVIDADE**

**Dissertação apresentada como  
requisito parcial à obtenção do  
grau de Mestre em Psicologia,  
Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia, Mestrado, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina.**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Juracy Filgueiras Toneli**

**FLORIANÓPOLIS  
2010**



# TERMO DE APROVAÇÃO

**ALEX SIMON LODETTI**

**HOMENS ENCARCERADOS POR VIOLÊNCIA SEXUAL: UM ESTUDO SOBRE ENUNCIACÃO E PERFORMATIVIDADE**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: \_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Juracy Filgueiras Toneli  
Departamento de Psicologia, UFSC

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr.<sup>a</sup> Juliana Perucchi  
Departamento de Psicologia, UFJF

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Fernando Aguiar Brito de Sousa  
Departamento de Psicologia, UFSC

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mériti de Souza  
Departamento de Psicologia, UFSC

Florianópolis, 26 de Fevereiro de 2010

LODETTI, Alex Simon. **HOMENS ENCARCERADOS POR VIOLÊNCIA SEXUAL: UM ESTUDO SOBRE ENUNCIÇÃO E PERFORMATIVIDADE.**Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

## **Agradecimentos**

À Neusa, minha mãe, e Luiza, minha irmã, que com suas presenças acompanharam e apoiaram todo o processo que resultou na presente dissertação.

À CAPES/Cnpq pela bolsa concedida que me possibilitou realizar projetos importantes em minha vida.

Aos amigos queridos do Margens, passados e presentes: Adriano, Arthur, Danilo, Fernando, Suzana, Rita. Pelos momentos de lazer e descontração e pelos momentos de trabalho que sempre parecem prazer.

À minha orientadora, Jura, um obrigado por aceitar me orientar em um trabalho que desde o início foi uma aposta que não se sabia o que ia lograr.

À equipe de psicólogas e psicólogo da Penitenciária Estadual de Florianópolis por todo o apoio para a realização do campo de pesquisa.

Aos Noisemakers: Alves, Dank, GBA e Fraquinho. Por todas as queimaceiras, barulheiras, shows e ensaios. Tocar com vocês continua sendo um prazer ímpar.

À Fernanda pelo incalculável apoio em suas leituras, críticas e sugestões.

Aos colegas de clínica: André, Igor, Vanessa e Yuri. Pela possibilidade de criar um espaço onde nossos interesses comuns se tornaram prática.

Aos amigos: 81, Gustavo e William. Pelas inúmeras noites de boa música e boas festas. Pelos ensaios e *jams* e pela ajuda na discussão deste trabalho e nas transcrições.

Aos homens que falaram nesta pesquisa: espero que eu os tenha escutado.





## RESUMO

A presente dissertação se enquadra dentro de uma série de esforços de pesquisa realizados nos últimos anos sobre violência sexual pelo Núcleo de Pesquisas Margens – Modos de Vida, Família e Relações de Gênero. A literatura sobre homens que cometem estupro no Brasil ainda é parca e pouco desenvolvida em comparação com outros países. A falta de pesquisas e de teorias que dêem conta destes homens remete também à falta de qualquer intervenção para com estes homens. A pesquisa teve como objetivo uma compreensão balizada epistemologicamente pela psicanálise Freud-Lacanian e pelos feminismos pós-estruturalistas, utilizando principalmente os conceitos de enunciação e performatividade para abarcar o discurso que os sujeitos apresentam ao relatarem situações de violência sexual. Para atingir este objetivo foram realizadas oito entrevistas semi-estruturadas com homens apenados pelos crimes de estupro, atentado violento ao pudor, pedofilia e corrupção de menor dentro da Penitenciária Estadual de Florianópolis. Entrevistas que então foram transcritas e analisadas. Destas oito entrevistas cinco foram analisadas nesta dissertação e três foram descartadas por não apresentarem elementos que fizessem parte do foco da mesma. As cinco entrevistas foram tratadas como estudos de caso isolados, priorizando uma escuta sem o objetivo de estabelecer uma teoria subjacente e aplicável à todos os casos. A utilização de teorias feministas e da psicanálise se provou uma ferramenta útil de análise pois promove uma visão mais complexificada, elaborada e detalhada dos casos apresentados. É necessário que se estabeleça uma tradição de estudos com homens que cometem estupros no Brasil para que assim se possa dar conta da realidade social vivida no país assim como compreender quais masculinidades são performativamente produzidas pelos mesmo, e como essa promove violências sexuais.

Palavras-chave: violência sexual, estupro, performatividade, enunciação.



## ABSTRACT

The present dissertation is placed along a series of research efforts of the Research Nucleus Margens – Modes of Life, Family and Gender Relations. The specialized literature on men that commit rape in Brazil is still nascent and not developed in comparison to other countries. The lack of research and theories that account for these men also relates to the lack of intervention with these men. This research's objective was to comprehend, based epistemologically on Freud-Lacanian psychoanalysis and post-structuralist feminisms, utilizing the concepts of enunciation and performativity to access the discourse presented by the subjects when they report episodes of sexual violence. To attain this objective eight semi-structured interviews with men convicted of rape, violent attempt against pudency, pedophilia and corruption of a minor were made inside the State Penitentiary of Florianópolis. The interviews were fully transcribed and analyzed. From the initial eight interviews five were analyzed in this dissertation while three were discarded because they did not present the elements necessary to the desired analysis. The five interviews were treated as separate case studies, and listening to the subjects without the objective of establishing a subjacent and universally applicable theory was prioritized. The use of the coupling of feminist theories and psychoanalysis proved to be a useful tool for analyzing the subjects' discourse by promoting a complexified, elaborate and detailed account of the presented cases. It is necessary to establish a tradition on studies on men that commit rapes in Brazil so that the social reality present in the country can be better understood. The comprehension of the performative masculinities produced by this culture is also important, especially on how this culture promotes sexual violence.

Keywords: sexual violence, rape, performativity, enunciation.



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
2. UM PERCURSO TEÓRICO E EPISTEMOLÓGICO.....	27
2.1 ENTRE OS FEMINISMOS E A PSICANÁLISE.....	27
2.2 O DISCURSO DE GÊNERO: MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA.....	37
2.3 POR UMA PSICANÁLISE PÓS-ESTRUTURALISTA? .	43
2.4 A VOZ DA PSICANÁLISE ENTRE A VIOLÊNCIA E A LEI.....	47
2.5 PULSÃO DE AGRESSIVIDADE, PULSÃO DE DOMINAÇÃO E PULSÃO DE DESTRUIÇÃO.....	63
2.6 PULSÃO PARCIAL.....	69
2.7 VIOLÊNCIA E PULSÃO.....	71
2.8 DISCURSO, ENUNCIADO E ENUNCIACÃO.....	81
2.9 O DISCURSO DO SUJEITO FRENTE À LEI.....	86
2.10 MORTE E VIOLÊNCIA.....	90
2.11 TEORIAS INICIAIS SOBRE A PERVERSÃO E SEU PAPEL NA VIOLÊNCIA.....	94
2.12 POR QUE A VIOLÊNCIA?.....	98
2.13 LINGUAGEM E PERFORMATIVIDADE.....	101
3. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	105
3.1 UMA INTRODUÇÃO À PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FLORIANÓPOLIS.....	109
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS CASOS.....	113
4.1 O CASO ESAÚ.....	113
4.2 O CASO DYLAN.....	122
4.3 O CASO TARSO.....	131
4.4 O CASO QUIRON.....	137
4.5 O CASO CARLOS.....	170
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	201
7. ANEXOS.....	213

7.1	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	213
7.2	ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	214

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> – VIOLÊNCIA SEXUAL EM FLORIANÓPOLIS ATENDIDA NA REDE DE ATENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL...	22
<b>FIGURA 2</b> – VIOLÊNCIA SEXUAL EM FLORIANÓPOLIS.....	23
<b>FIGURA 3</b> – DISTRIBUIÇÃO DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO PROGRAMA SENTINELA EM 2006 SEGUNDO IDADE, SEXO E TIPIFICAÇÃO COMO VIOLÊNCIA SEXUAL.....	24
<b>FIGURA 4</b> – REVISÃO DE LITERATURA NA BASE INTERNACIONAL ISI WEB OF KNOWLEDGE.....	25
<b>FIGURA 5</b> – A PULSÃO PARCIAL E SEU CIRCUITO.....	70
<b>FIGURA 6</b> – MAPA DA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FLORIANÓPOLIS.....	109





*A pulsão, tal como é construída por Freud a partir da experiência do inconsciente, proíbe ao pensamento psicologizante esse recurso ao instinto com que ele mascara sua ignorância, através da suposição de uma moral na natureza.*

*A pulsão – nunca é demais lembrá-lo à obstinação do psicólogo, que, em seu conjunto e per se, fica a serviço da exploração tecnocrática – a pulsão freudiana nada tem a ver com o instinto (nenhuma das expressões de Freud permite essa confusão).*

*A libido não é o instinto sexual. Sua redução, em última instância, ao desejo viril, indicada por Freud, bastaria para nos advertir disso.*

*A libido em Freud é uma energia passível de uma quantimetria tão mais fácil de introduzir na teoria quanto é inútil, já que nela só são reconhecidos alguns quanta de constância.*

*Sua coloração sexual, tão formalmente afirmada por Freud como inscrita no que há de mais íntimo em sua natureza, é cor-de-vazio: suspensa na luz de uma hiância. (Lacan, Escritos, p. 865, 1998 [1964])*



## 1. Introdução

Este projeto faz parte da produção do Núcleo de Pesquisa Margens – Modos de Vida, Família e Relações de Gênero, do Departamento de Psicologia, da Universidade Federal de Santa Catarina. Inclui-se entre uma série de iniciativas que buscam compreender de modo mais abrangente o fenômeno da violência sexual e as maneiras como este problema tem sido contemplado no seio das políticas públicas.

A violência sexual, na forma de estupro, atentado violento ao pudor e pedofilia, é tema que contemporaneamente continua relegado ao *status* de maldito, de tabu. Nas últimas décadas, entretanto, é possível acompanhar um gradativo aumento nas discussões políticas e acadêmicas acerca destes temas, representados categoricamente pelos documentos da Organização das Nações Unidas como a CEDAW (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women), assinada em 1979 e efetivada em 1981, e pela Declaração da Eliminação da Violência contra a Mulher, criada e ratificada em 1993. Estes documentos refletem a importância que os movimentos feministas têm dado ao tema e a eficácia da *advocacy* realizada pelos mesmos frente aos governos de uma grande parte dos estados que são signatários da CEDAW.

O cenário das últimas décadas e o contato estabelecido por instituições locais foram alguns dos motivos pelos quais o *Margens* iniciou um trabalho de mapeamento de serviços de atendimento a homens autores de violência doméstica e sexual na América Latina – serviços diversos, predominantemente grupos terapêuticos e sócio-educativos. Este trabalho também contemplava a criação de um serviço de atendimento em uma Delegacia da Mulher.

Destarte foi constatada a inexistência de qualquer serviço de atendimento aos autores deste tipo de violência na região contemplada pela referida delegacia; e, portanto, tampouco foram iniciadas as discussões junto a psicólogas, psicólogos e delegadas para a efetiva implementação de um serviço desta natureza. Tanto a experiência com este grupo de homens quanto a experiência de pesquisa e de acompanhamento de diversos grupos de atendimento a homens autores de violência doméstica ou sexual durante a vigência da pesquisa serviram como disparadores das reflexões apresentadas neste trabalho.

Paralelamente a esta pesquisa e início de grupo de homens, houve a entrada em vigência da lei número 11.340, designada Lei Maria

da Penha, em 22 de setembro de 2006. A lei alterou vários dos aspectos já levantados e criticados acadêmica e socialmente no tocante à violência contra as mulheres; porém, no que tange a este trabalho, alterou o entendimento, as definições e as punições das agressões sexuais vividas em situações de união estável, relações de coabitação e intrafamiliares. Anteriormente, os casos que envolviam este tipo de circunstância situavam-se em um limbo jurídico, visto que não concerniam a violações dentro de conjugalidades reconhecidas por lei, sendo tratadas sem considerar a relação entre as partes.

Exatamente as relações que proporcionam uma complexidade e uma dinâmica diferenciadas para as situações de violência sexual intrafamiliar eram ignoradas pelo sistema jurídico brasileiro. Este ainda se baseava em modelos normativos de sexualidade e relacionamentos, que claramente não condiziam com a realidade experienciada pelos sujeitos vivendo sob sua égide. Os aspectos singulares presentes nos conflitos familiares, a produção *a priori* de lugares de vítima e autor de agressão e as relações caracteristicamente complexas encontrados no seio das famílias (ampliadas) brasileiras são todos pontos em que a sexualidade, as pulsões e a lei se entrecruzam. Não apenas nos seios das famílias, mas nas ruas, na escola, em nossas casas, a violência sexual é uma sombra persecutória, que modela e limita as vidas de crianças, mulheres e homens.

Uma das lutas históricas do feminismo tem sido levar à luz essas violências que cotidianamente são produzidas na sociedade brasileira; e as experiências realizadas pelo Núcleo Margens colocaram em evidência, para todos os envolvidos, a grande dificuldade que mesmo os profissionais treinados no atendimento de mulheres em situação de violência ainda apresentam. Este déficit não existe por uma simples falta de formação. Pelo contrário, as próprias definições e estudos sobre este tema têm como característica a discordância e a multiplicidade de teorias que não travam comunicação entre si. Este trabalho tenta criar uma rota de comunicação entre a psicanálise – utilizando as possibilidades de uma análise pulsional dos eventos de violência sexual – e as teorias feministas para produzir um amálgama capaz de analisar não apenas o psíquico, mas todo o entorno construído social e culturalmente ao redor destes crimes. Para isso, é necessário que tenhamos uma visão clara sobre o objeto de que estamos tratando e sobre as definições que regem nossas leis e nossas teorias.

Esta dissertação pretende fazer uma análise das enunciações de sujeitos condenados à prisão por estupro, atentado violento ao pudor, corrupção de menores e pedofilia. Não existe a tentativa de

generalização, mas o intuito de estudar cada caso tal como se apresenta nos discursos dos próprios sujeitos, visando a uma compreensão mais aprofundada e complexificada da miríade de situações em que este tipo de violência ocorre. Para tanto, foram realizadas as análises de cinco entrevistas semiestruturadas conduzidas com sujeitos apenas pelos crimes supracitados na Penitenciária Estadual de Florianópolis. Posteriormente, as entrevistas foram completamente transcritas e analisadas à luz da psicanálise e das teorias feministas sobre estupro, masculinidade e violência contra as mulheres.

As políticas públicas em Saúde no Brasil têm-se destacado mundialmente desde a implantação do SUS, no início da década de 1990. O acesso público e universal à saúde é uma meta que tem norteado uma multiplicidade de ações e de programas inovadores desde sua implantação – que continua em curso –, os quais têm tido reconhecimento tanto por parte da população quanto por parte de especialistas, a despeito de ineficiências e insuficiências ainda presentes<sup>1</sup>.

O tema da violência nas relações íntimas se mostra presente desde muito cedo em minha formação. Já no início do curso de Psicologia, adentrei a universidade com o intuito de – através de um olhar (que agora considero de um certo teor psicologista e pouco profundo) da psicopatologia – compreender qual seria a lógica que se interpõe em relacionamentos considerados amorosos e que deságuam na violência entre amantes. Após muitas horas na biblioteca investigando as relações entre a obsessividade e a violência masculina, identifiquei que este aporte não estava sendo suficiente para responder à minhas indagações.

Após alguns semestres dedicados a outros interesses nascentes, nomeadamente educação e jogos de representação, tive a oportunidade de me candidatar, no início do terceiro ano do curso de Psicologia na UFSC, a uma seleção para uma pesquisa sobre Paternidades e Adolescência, sendo orientado pela Profa. Dra. Maria Juracy Filgueiras Toneli. Selecionado, passei a trabalhar inicialmente como voluntário em uma pesquisa conduzida, naquele momento, em três frentes diferentes: pelas vias do Programa de Saúde da Família, coordenado pela Profa. Dra. Maria Aparecida Crepaldi; com pais residentes em bairros nas cercanias da UFSC, coordenado pelo Prof. Dr. Mauro Vieira; e com

---

<sup>1</sup> Acessível em: [http://www.saudecoletiva2006.com.br/portugues/declaracao\\_rio.php](http://www.saudecoletiva2006.com.br/portugues/declaracao_rio.php), declaração feita durante o 11º Congresso Mundial de Saúde Pública e 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva.

casais adolescentes mães e pais, através de aplicações de escala e entrevistas, coordenado pela Profa. Dra. Maria Juracy Filgueiras Toneli, linha em que me inseri.

Ao me deparar com as teorias feministas e os escritos sobre as masculinidades, novamente afluía a curiosidade acerca do tema da violência nas relações amorosas, sendo que alguns dos primeiros artigos que li trabalhando no *Margens* foram exatamente sobre a ocorrência de estupros em encontros (os *date rapes*), artigos de Connell e Kimmell do livro *Men's Lives* (1997).

No ano de 2005, participei da elaboração e execução de um projeto enviado a edital do CNPq em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres que buscava investigar programas de atendimento a homens autores de violência no âmbito da América Latina. Participei realizando entrevista com uma profissional de Buenos Aires, além de análise e transcrição de entrevistas e da confecção do relatório final.

Com a constante atenção que estes homens autores de violência demandam de nossas teorias, meu interesse sobre a constituição de suas subjetividades cresceu ainda mais, culminando na presente dissertação. Este trabalho ambicionou pesquisar **quais as formulações enunciativas e performativas de autores de violência sexual acerca da prática destas violências**, tendo como bases teóricas e metodológicas os feminismos e a Psicanálise.

A importância deste estudo é mais bem caracterizada quando nos deparamos com dados sobre violência no município de Florianópolis. Abordando especificamente a questão da violência sexual, trago aqui dados da Secretaria da Saúde do município de Florianópolis que indicam o seguinte quadro dentro do período de 01/01/2001 a 01/01/2007:

**Figura 1** – Violência Sexual em Florianópolis atendida na Rede de Atenção à Violência Sexual\*

<b>Idade</b>	<b>Sexo Masculino</b>	<b>Sexo Feminino</b>	<b>Total</b>
00 a 05 anos	6	18	24
05 a 10 anos	28	68	96
10 a 15 anos	21	85	106
15 a 20 anos	9	125	134
20 a 25 anos	-	76	76
25 a 30 anos	1	40	41

30 a 35 anos	-	21	21
35 a 40 anos	-	16	16
Maior de 40 anos	-	20	20
Não informado	7	24	31
Subtotal	72	493	565

\* dados cedidos pela Rede de Atenção à Violência Sexual do Município de Florianópolis/SC.

A tabela acima indica diferenças significativas, ao longo dos seis anos investigados, no que se refere à vitimização sexual: 13% das vítimas são do sexo masculino (72), enquanto 87% das vítimas são do sexo feminino (493). Dentre sujeitos do sexo masculino, os mais altos índices de abuso ocorrem entre os 5 e 15 anos de idade – 49 sujeitos, o que corresponde a 68% do total de homens/meninos violentados. Pode-se perceber que, dentre os sujeitos do sexo feminino, ocorre uma dispersão maior entre as idades, apresentando-se os mais altos índices nas faixas etárias entre 10 e 25 anos. Enquanto o número de vítimas do sexo masculino tem seu auge entre 5 e 10 anos de idade, com um número de 28 sujeitos (4,95% do total), o número de vítimas do sexo feminino tem seu auge entre 15 e 20 anos, com um número de 125 sujeitos (22% do total). Isso nos indica que, no município de Florianópolis, a idade e o sexo se revelam marcadores-chave na construção da vitimização: as idades entre 5 e 15 anos de idade apresentam o maior risco de abuso sexual para ambos os sexos, ao passo que, a partir dos 15 anos, a violência sexual torna-se um risco predominantemente experimentado pelas mulheres; e só entre as mulheres na faixa dos 15 aos 25 anos totaliza-se o mesmo número de sujeitos violentados que na faixa dos 5 aos 15 para ambos os sexos.

Segundo dados fornecidos pela 6ª Delegacia de Polícia da Capital (Delegacia da Mulher, Infância e Adolescência de Florianópolis) em 30/04/2006, têm-se registradas no âmbito criminal, desde 2002, informações que complementam os números acima, estando expressas na Figura 2, encontrada abaixo.

**Figura 2 – Violência Sexual em Florianópolis**

	2002	2003	2004	2005	2006*
Estupro	47	47	41	42	21
Atentado Violento ao Pudor	38	43	66	62	15

\* Dados parciais do ano; compreendem de 01/01/2006 a 30/04/2006.



Os dados apresentados acima são importantes para esta pesquisa por indicar a importância de um trabalho com os homens que cometes estes crimes. Principalmente pelo fato de que dos oito homens entrevistados na pesquisa, quatro apresentarem denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes abaixo dos 14 anos. Outros aparatos de Estado que absorvem e atendem a demanda da população infanto-juvenil muitas vezes apresentam dados conflitantes com aqueles adquiridos com a 6ª Delegacia de Polícia da Capital – Delegacia da Mulher. Entre estas instituições o Sentinela se mostra como uma boa base de comparação para a mesma cidade.

O Sentinela é um serviço que oferece um conjunto de procedimentos técnicos especializados para atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual, bem como a seus familiares. A escolha pelo Programa Sentinela também se dá pelo fato de atender uma demanda muito alta de casos de violência sexual intrafamiliar. Segundo dados cedidos ao Núcleo de Violência da Vigilância Sanitária Municipal de Florianópolis, em 2006 o Programa Sentinela realizou os seguintes atendimentos:

**Figura 3** - Distribuição dos atendimentos realizados pelo Programa Sentinela em 2006 segundo idade, sexo e tipificação como violência sexual:

Sexo	Masculino			Feminino		
	Idade	0 a 6	7 a 14	15 a 18	0 a 6 a	7 a14 a
V. Sexual	21	63	19	38	123	63

A literatura científica produzida no Brasil acerca deste tema é bastante reduzida. Em uma pesquisa na base de dados Scielo com os descritores *violência e sexual* conjugados aos termos *perpetrador, autor, estuprador, agressor e protagonista*<sup>2</sup>, foram encontrados apenas quatro artigos sobre os autores da violência, sendo que nenhum destes focava diretamente o seu discurso. Os temas geralmente abordados eram a saúde da mulher, o tratamento da vítima e as características desta. Entre os que tratam dos autores de violência sexual, apenas um focava diretamente os autores e sua relação com o poder judiciário (Vargas, 1999). Outros trabalham o consumo de drogas e outras substâncias, histórico de violência e impulsividade (Baltieri & Andrade, 2008); as concepções sobre sexualidade entre jovens com e sem histórico de

<sup>2</sup> Na tentativa de obtenção de um maior número de artigos, optei pela pluralidade de termos utilizados para descrição destes homens.

violência sexual (Drezzet et al, 2001); e a moralidade do abuso sexual intrafamiliar contra menores (Morales & Schramm, 2002).

Dada a pequena produção brasileira acerca do tema, fui às bases de dados estrangeiras, onde encontrei um volume muito maior de trabalhos sobre o tema, nomeadamente na *ISI web of knowledge*. Ao fazer uma pesquisa restrita aos últimos cinco anos sobre a produção acerca de violência sexual (*sexual violence*) e estupro (*rape*), consegui os seguintes resultados nas áreas de Humanidades e Artes:

**Figura 4:** Revisão de Literatura na Base Internacional ISI Web of Knowledge

Field: Subject Area	Record Count	% of 356	Bar Chart
PSYCHOLOGY	255	71.6292 %	
BEHAVIORAL SCIENCES	254	71.3483 %	
CRIMINOLOGY & PENOLOGY	240	67.4157 %	
SOCIOLOGY	142	39.8876 %	
PEDIATRICS	116	32.5843 %	
WOMEN'S STUDIES	108	30.3371 %	
HEALTH CARE SCIENCES & SERVICES	91	25.5618 %	
PUBLIC, ENVIRONMENTAL & OCCUPATIONAL HEALTH	82	23.0337 %	
PSYCHIATRY	74	20.7865 %	
FAMILY STUDIES	65	18.2584 %	
Field: Subject Area	Record Count	% of 356	Bar Chart

(67 Subject Area value(s) outside display options.)

O grande número de trabalhos dentro da área de Psicologia e Ciências do Comportamento é um contraste bastante pronunciado em relação à produção brasileira. Ainda que, entre os 356 artigos relacionados, 34 sejam referentes a homens autores de violência sexual, novamente identifico uma séria deficiência na produção voltada para o fenômeno da violência sexual. Esses artigos serão utilizados neste trabalho.



## **2. Um Percurso Teórico e Epistemológico**

### **2.1 Entre os Feminismos e a Psicanálise**

Dado que esta pesquisa visa à compreensão do discurso produzido por sujeitos autores de violência sexual quando atendidos por instituições orientadas por políticas públicas – tendo como background teórico os estudos de gênero e os feminismos –, movo-me a explicitar o que entendo por gênero como conceito. Por meio dele, discorrerei sobre os detalhamentos e outros conceitos que se entrecruzam e sobre como são pensados na área dos feminismos. Segundo Haraway (1995, p. 29),

Gênero é um campo de diferença estruturada e estruturante, no qual as tonalidades de localização extrema, do corpo intimamente pessoal e individualizado, vibram no mesmo campo com as emissões globais de alta tensão. A corporificação feminista, assim, não trata da posição fixa num corpo reificado, fêmeo ou outro, mas sim de nódulos em campos, inflexões em orientações e responsabilidade pela diferença nos campos de significado material – semiótico.

Harding (1993) enfatiza três elementos de gênero relacionados de maneiras diversas: (1) uma categoria fundamental através da qual se atribui sentido a tudo; (2) uma maneira de organizar as relações sociais e (3) uma estrutura de identidade pessoal. A desagregação desses três elementos tem sido parte da busca pela compreensão da complexidade e do valor problemático da política baseada em identidades de gênero.

Harding (ibidem) propõe uma visão histórica do conceito de gênero, desde sua entrada na academia e a acolhida de maneiras diversas pelas epistemologias já estruturadas. Inclusive afirma que essa é uma das maiores características do campo científico que se refere como feminista – algo como acoplar a ótica feminista a uma estrutura epistemológica já estabelecida. Aí, então, haveria diferentes intuitos: o de deixar a ciência produzida “mais completa” ao adicionar a ótica feminina ou sujeitar o conceito de patriarcado às análises e aos estudos realizados; o de argumentar que a ótica do oprimido revela mais do que a já estabelecida por esta causar, de certa maneira, uma cegueira conceitual aos problemas que não se propõe a analisar (por exemplo, as distinções de salário nas variantes de raça/gênero); e outro de cunho marxista, que explora a condição da mulher como produtora de mais valia e reprodutora de mão-de-obra, modificando a teoria original e

esperando que, através da luta de classes e da revolução, se erga um Estado que não tenha como base a opressão das mulheres dentro da família e do capitalismo (como mão-de-obra barata).

Essa historicidade conceitual recuperada por Haraway, porém, vem na esteira de uma série de discussões que ocorreram desde meados da década de 80 até os dias atuais. Por meio das quais tenta-se definir limites contingentes ao campo dos estudos de gênero e introduzir uma possibilidade (ou, por vezes, o total abandono) de uma proposta puramente feminista de epistemologia.

Haraway (1995) inicialmente analisa o feminismo por linhas parecidas com a de Harding (1993), porém conclui que “o marxismo ainda era um recurso promissor na forma de uma higiene mental epistemológica feminista, que buscava nossas próprias doutrinas de uma visão objetiva” (ibid., p. 14). O ponto que Haraway salienta é o da insistência na corporificação e naturalização da teoria marxista. Indica a necessidade de se utilizar da rica tradição de críticas da hegemonia – mas sem a desqualificação dos positivismos e relativismos –, assim como teorias nuançadas da mediação para uma melhor compreensão do fenômeno escolhido pelo feminismo. O Marxismo era, então, interessante ao feminismo; porém, com o passar do tempo e a insuficiência das teorias originais de Marx ou Weber para explicar os complexos problemas encontrados pelo feminismo contemporâneo, as teóricas e teóricos passaram a migrar para outros autores e teorias buscando um aporte analítico que desse conta da complexidade engendrada pelo gênero. Propriamente nesta ânsia de encontrar outro modelo, outra epistemologia que guiasse os estudos, Haraway (1995, p. 31) tenta definir o espaço diferenciado que ocupa o feminismo dentro da ciência:

O feminismo ama outra ciência: a ciência e a política da interpretação, da tradução, do gaguejar e do parcialmente compreendido. O feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos com (pelo menos) visão dupla. O feminismo tem a ver com uma visão crítica, conseqüente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero.

A produção mais provocativa dos últimos vinte anos insistira muito grandemente nas relações entre sexo e raça de maneira a

problematizar o chamado *sistema de sexo/gênero* num discurso mais focalizado no entrelaçamento de gênero e classe. Porém, apenas muito raramente a teoria feminista articulou analiticamente raça, sexo, gênero e classe. Apesar de muitas autoras terem trabalhado fortemente nesses aspectos e de haver toda uma produção acerca destes temas e seus cruzamentos, ainda assim parece que a junção de todas estas categorias nunca foi realmente implantada. Como todas estas categorias não se mostram por um mesmo tipo de movimento analítico, é esperado que haja dificuldade em trabalhá-las de maneira conjunta. Vale ressaltar que Haraway (2004) aponta que o valor de uma categoria analítica não é necessariamente anulado pela consciência crítica de sua especificidade histórica e de seus limites culturais.

Haraway (2004) afirma ainda que as pesquisadoras construcionistas sociais vieram a argumentar que a doutrina ideológica do rigor e do método científico e a epistemologia haviam sido criadas para sustentar uma prática científica alienante que nos distanciava de nossos próprios objetos. Deste ponto de vista, advém o argumento radical de que a ciência é eminentemente retórica, sendo nada mais que ação de atores sociais relevantes, e de que o conhecimento fabricado por estes é um caminho para uma forma desejada de poder objetivo. A própria autora já indica que “todo conhecimento é um nódulo condensado num campo de poder agonístico” (ibid., p. 11). A ciência se torna um texto contestável e um campo de poder; o conteúdo é a forma, e a forma na ciência é a retórica que cria artefatos sociais e fabrica o mundo através de objetos efetivos.

O feminismo não escapa a essa crítica construcionista, ainda que tenha em seu favor o fato de, desde as propostas mais iniciais, ter optado por estudos que pensam em política, em traduções transculturais, no subjugado e parcialmente compreendido e na representação política. É uma parte da ciência que lida com sujeitos múltiplos, com uma visão crítica e um posicionamento politicamente também crítico em espaços sociais não homogêneos e marcados pelo gênero. O projeto apresentado por Haraway (2004) é um que acomode a objetividade corporificada, e ainda define: “objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados” (Haraway, 1995, p. 18). A promessa de objetividade não seria a busca por uma posição de identidade com o objeto, mas uma conexão parcial. Não se pode estar em todas as posições ou inteiramente em uma posição privilegiada para a observação do objeto científico, e isso se aplica às categorias subjugadas (ou privilegiadas), como no caso dos estudos de gênero, raça, nação e classe.

Os saberes parciais, que se erguem ante o total relativismo, são localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas conversas compartilhadas (ou interdisciplinaridade) em epistemologia. É precisamente nas perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica objetiva, firme e racional (Haraway, 1995).

Para a autora, a questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada.

(...) a junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar. Mas não é qualquer perspectiva parcial que serve; devemos ser hostis aos relativismos e holismos fáceis, feitos de adição e subsunção das partes (Haraway, 1995, p. 34).

A ideia é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. A objetividade feminista como pensada por Haraway se trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não trabalha na lógica clássica da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Pensando assim, afirma que o pesquisador pode relacionar-se de maneira hábil e engajada com o campo em que se encontra (Haraway, 1995).

Aqui aparece a relevância do debate acerca da objetividade, pois necessitamos de explicações confiáveis, aplicáveis e que não sejam redutíveis a lances de poder e a jogos de retórica, ou mesmo à arrogância cientificista, positivista (Haraway, 1995). Apesar das ambiguidades escorregadias das palavras “objetividade” e “ciência” conforme circulamos pelo terreno discursivo, parece que Haraway arma uma rede de possibilidades e nos deixa com a incumbência de executá-la.

Outras autoras de importância dentro dos feminismos vieram a tomar posição neste debate. E o presente trabalho é herdeiro desta tradição feminista de questionamento metodológico, assim como pretende uma crítica politicamente engajada e um exercício crítico feminista (Butler, 1998).

Se o pós-modernismo apresenta alguma ressonância na teoria social, está exatamente no trazer a crítica ao entendimento de que a própria ciência e a filosofia são também elas próprias instrumentos de

poder. Talvez seja exatamente isso que se passa na resistência encontrada pelo conjunto de críticas elaboradas dentro destas rubricas intelectuais (Butler, 1998, p. 15)

O campo político é necessariamente construído mediante a produção de um exterior determinante. Em outras palavras, o domínio da política se constitui por meio da produção e naturalização do “pré” ou “não” político. Nesta mesma linha, Butler (1998) sugere uma distinção entre a constituição de um campo político que produz e naturaliza esse exterior constitutivo e um campo político que produz e torna contingentes os parâmetros específicos deste exterior constitutivo (p. 13). Este conceito traz uma transformação às lutas políticas, na medida em que as desloca para a constituição do que é político, sendo especialmente importante nas preocupações feministas pelo fato de as bases da política (“universalidade”, “igualdade”, “o sujeito dos direitos”) terem sido construídas mediante exclusões raciais e de gênero por uma fusão da política com a vida pública que torna o privado pré-político (p. 13-14).

Uma crítica que geralmente é feita acerca de uma suposta ciência feminista é de que, nas categorias filosóficas tradicionais, a questão seja mais ética e política do que realmente epistemológica. Haraway (1995, p. 15) assinala que o problema é: como ter, simultaneamente, uma explicação da contingência histórica radical sobre todo conhecimento postulado e todos os sujeitos cognoscentes, uma prática crítica de reconhecimento de nossas próprias "tecnologias semióticas" para a construção de sentido e um compromisso a sério com explicações fiéis de um mundo "real" e, ainda assim, conseguir manter uma postura que pelo menos permaneça dentro da proposição da autora como objetividade corporificada, sem perder as questões que parecem espalhar-se ao largo das sociedades ocidentais, que ainda mantêm a opressão a mulher em muitos de seus círculos?

Segundo Braidotti (1997) a sexualização e a corporificação do sujeito são as noções principais do que seria chamado de “epistemologia feminista”, pois são estes conceitos que forneceriam as ferramentas conceituais e percepções específicas de gênero que governam a produção do pensamento feminista. Essa proposição, segundo as próprias historiadoras do movimento feminista, só aparece em um momento mais contemporâneo, quando há a modificação e o afastamento das análises iniciais da condição feminina centrada na mulher, que toma as mulheres como seus sujeitos empíricos, até que se chegue à ótica relacional de gênero (que hoje em dia também já mostra sinais de estar modificando-se).



Neste momento específico de mudança para as questões relacionais assinaladas pelos estudos de gênero, faz-se importante uma recuperação histórica do conceito de “identidade de gênero”, que tem sua origem em leituras instintualistas (principalmente pela leitura errônea do conceito de *Trieb*, traduzido como “instinto” e não como “pulsão”) de Freud, na psicopatologia e na sexologia, e até mesmo na psicobiologia das diferenças sexuais e na endocrinologia. Juntam-se a isso as primeiras cirurgias de redefinição de gênero realizadas nos meados de 1960. Todas estas circunstâncias e ainda a chamada “segunda onda” do feminismo evidenciaram como campo de pesquisa as relações entre determinismos biológicos e construcionismo social das diferenças de sexo/gênero. Durante este período, entende-se que o conceito de identidade de gênero toma força, muito influenciado pelo pensamento de Simone de Beauvoir da década de 1940 de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Conceição Nogueira (2003) afirma que o reavivamento social pelas questões da mulher e do gênero da década 1970 adentra a academia e eventualmente se aloja na Psicologia. Com essa inserção acadêmica, também emergem as primeiras críticas feministas à ciência e à epistemologia, inicialmente propondo a ideia de que existiriam muitas distorções androcêntricas no fazer científico. Como os próprios estudos feministas não se enquadravam dentro de uma estrutura clássica de ciência, um de seus primeiros (e grandes) trabalhos foi elaborar uma crítica fundamentada a seus pressupostos. Portanto, inicialmente se desenvolvem críticas à masculinidade e à objetividade científica, assim como ao positivismo.

A Psicologia feminista se posiciona inequivocamente numa linha de ação ativamente antissexista, sustentando que, aos olhos da ciência, tanto as experiências quanto valorações, preocupações e vivências de homens e mulheres devem ser iguais. Assim, a Psicologia feminista não só propõe a compreensão da chamada “condição feminina”, mas também de outros sistemas de classificação e geradores de opressão, como raça, orientação sexual, classe, entre outros (Nogueira, 2003).

Se o gênero consiste dos significados sociais que o sexo assume, então o sexo não acumula significados sociais como propriedades aditivas, mas é trocado pelos significados sociais que toma; o sexo é perdido no decurso desta assunção, e o gênero emerge não como um termo em continuidade com sexo, mas um que absorve e desloca o “sexo” (Butler, 1993).

Falar que existe uma matriz de relações de gênero que institui e sustenta o sujeito não é dizer que existe uma matriz que age de uma maneira singular e determinística para produzir o sujeito como seu efeito. A construção não pode ser apenas colocada na forma de “o discurso constrói o sujeito” – essa é uma reversão simples que não auxilia o entendimento do caráter complexo da construção. Se mantido assim, o construtivismo é reduzido a determinismo e implica a evacuação ou deslocamento da agência humana. Construção não é um sujeito nem seu ato, mas um processo de reiteração pelo qual tanto “sujeitos” quanto “atos” vêm a aparecer. Não há um poder que age, apenas uma ação reiterante que é poder em sua persistência e instabilidade (Butler, 1993).

Sustento também que existe a possibilidade de pensar este sujeito como o sujeito barrado de Lacan, pois existe uma congruência ou paralelo entre o sujeito que é atravessado pelo poder e aquele que é atravessado pelo inconsciente, de maneira que pretendo tomá-los, dadas as devidas atenções conceituais e epistemológicas, no escopo deste trabalho como sendo compatíveis e aproximáveis para efeitos de uma análise complexificada e interdisciplinar.

Butler (2003) passa seu olhar sobre as formas de “assujeitamento”, pensando-as através de Foucault. Na medida em que “os sistemas jurídicos de poder *produzem* os sujeitos que subsequentemente passam a representar” (ibidem, p. 18), essa dupla ação da produção do sujeito é exatamente o que institui a linguagem legal como o *locus* primário da representação, e, portanto, fica claro como o próprio “sujeito” do feminismo é discursivamente construído dentro desta lógica. Esta tese, porém, apresenta alguns problemas de ordem prática, pois

(...) a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento (Butler, 2003, p. 19).

O sujeito do feminismo, então, seria oprimido pela própria estrutura a partir da qual busca emancipação. Essa concepção de sujeito parece basear-se fortemente numa possibilidade ontológica *a priori* via Estado liberal, o que gera ainda outros atritos com a teoria feminista. Porém, além desta dimensão, o termo “mulheres” ainda implica uma identidade comum, postulado que tem sido criticado principalmente pelo

fato de o gênero (não necessariamente a mulher) nem sempre se constituir de maneira coerente ou consistente em diferentes contextos históricos e sociais, além de sempre haver o estabelecimento de inter-relações “entre gênero e modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (Butler, 2003, p. 20). Butler argumenta que o discurso de identidade de gênero é intrínseco às ficções de coerência heterossexual e que o feminismo precisa aprender a produzir uma legitimidade narrativa para todo um conjunto de gêneros não coerentes.

Através de Foucault, Butler não pensa a fixidez do corpo como totalmente material, mas se refere a uma materialidade repensada como efeito do poder. O “sexo” seria, então, aquilo que torna viável e que qualifica um corpo para a vida dentro de um domínio cultural de inteligibilidade: “o sujeito é constituído através da força de exclusão e abjeção, uma que produz um exterior constitutivo ao sujeito, um exterior abjeto, que está, afinal, ‘dentro’ do sujeito como seu próprio repúdio fundante” (Butler, 1993, p. 3).

Aqui aponto novamente como a teorização do registro do Simbólico pode ajudar-nos a compreender a questão da sociedade e suas influências sobre o sujeito:

O simbólico faz do homem um animal (“falasser”) fundamentalmente regido, subvertido pela linguagem, o que determina as formas de seu vínculo social e principalmente suas escolhas sexuadas. Fala-se, de preferência, de uma ordem simbólica, no sentido da psicanálise ter logo reconhecido sua primazia na instalação, por um lado, do jogo dos significantes condicionantes do sintoma e, por outro, como a verdadeira mola do complexo de Édipo, com suas conseqüências na vida afetiva; por fim, reconheceu-se seu princípio como o que organiza, de forma subjacente, as formas predominantes do imaginário (efeitos de competição, de prestância, de agressão e de sedução) (Chemama, 1995, p. 199).

O Real do corpo deve também ser pensado nessas imbricações. O real é definido como “o impossível, o real é aquilo que não pode ser simbolizado totalmente na palavra ou na escrita e, por conseqüência, não cessa de não se escrever” (Chemama, 1995, p. 182), e está intrinsecamente em relação com o Simbólico, pois, “para que o real não

mais se manifeste de uma maneira intrusiva na vida do sujeito, é preciso que seja mantido, como no sonho, à margem pelo simbólico” (ibid., p. 183). O simbólico marca a entrada do sujeito na cultura, enquanto o real toma uma dimensão de inapreensibilidade – “do real não se pode ter uma apreensão direta, pois a dimensão simbólica recobre o real, enquanto o situa” (ibid., p. 184). Tendo em vista estas definições, ressalto ainda a diferenciação que a teoria psicanalítica faz em seu conceito de corpo:

(...) na esteira de Freud, o corpo ao qual ele se refere não é o corpo biológico. O corpo para Lacan é o corpo marcado pelo significante e habitado pela libido, corpo erógeno e singular. Corpo de desejo e, portanto, de gozo, dimensões que certamente contribuem para repensar a problemática do corpo em Psicanálise à luz da nova perspectiva da linguagem (Cukiert & Prizskulnik, 2002, p. 143).

O paradoxo da subjetivação (*assujettissement*) é precisamente que o sujeito que iria resistir a tais normas é ele mesmo ativado, se não produzido, por tais normas. Butler entende que “as estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder; conseqüentemente não há posição fora desse campo” (Butler, 2003, p. 22), tendo o feminismo como tarefa formular, dentro desta estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que são engendradas, naturalizadas e imobilizadas (como as próprias masculinidades violentas o são). Desafia, então, o feminismo a formar sujeitos que não necessitem de sua identidade como fundamento político, chegando a ponto de afirmar que “talvez, paradoxalmente, a idéia de representação só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito mulheres não for presumido em parte alguma” (Butler, 2003, p. 24).

Além disso, esta lacuna que se estende entre pesquisa e políticas públicas esbarra em ainda outro problema: o da representação. Como já indicado acima nas declarações reiteradas por diversos pesquisadores, existe uma grande dificuldade de se transformarem dados de pesquisa em políticas públicas efetivas, mesmo que estas pesquisas visem exatamente a realizar uma avaliação e proposição de novas alternativas mais sensatas para os problemas encontrados na implementação e manutenção de políticas públicas. O movimento feminista tem – desde a sua chamada “segunda onda” – primado pelo ativismo político como o

campo primário de suas ações e neste âmbito tem conseguido reconhecimento como propositor de novas políticas públicas, sobretudo a partir da implementação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Consequentemente, variadas teorias acerca da representação política no feminismo têm surgido para dar conta deste novo papel crítico e construtivo.

Ao discutir a universalidade do termo “mulheres”, Butler (2003) desconstrói a ideia de uma possibilidade de significação única para a categoria “mulher” ou “mulheres”. Acaba por abordar o fato de que diferentes mulheres ou diferentes feminilidades, de certa maneira, suscitariam diferentes tipos de opressão. A autora se utiliza deste argumento contra a noção de um patriarcado universal estabelecido em todas as sociedades, visto que isto fracassa em explicar a opressão de gênero nos diversos contextos culturais concretos em que existe.

Que o corpo que se “é”, até certo grau, é um corpo que ganha um contorno sexuado em parte especular e em parte via condições exteriorizantes sugere que processos identificatórios são cruciais para a formação da materialidade sexuada (Butler, 1993). E neste estado é que se pode pensar nos autores de violência sexual, tanto no caso dos estudos que apontam uma vivência cíclica da violência sexual quanto no caso de uma identificação do sujeito autor de agressão com um autor de agressão em sua vida. Aqui também começam a despontar as possibilidades da psicanálise como ferramenta de análise.

A psicanálise, ao se abrir também para o social, pode contribuir para ajudar o homem a lidar melhor com a violência, apontando áreas do sofrimento humano geradoras dessa violência. Assim, pode existir uma atuação preventiva. É claro que devemos evitar qualquer atitude utópica, messiânica ou moralista (Fagundes, 2004, p. 37); e mesmo a sobrevivência da psicanálise reside em assumir novos desafios, além do trabalho classicamente clínico. As condições culturais – muitas vezes adversas – colocam claramente à frente da psicanálise novos traçados a serem desbravados, e “o abuso sexual intrafamiliar é um desses desafios, teórico, clínico e social a um só tempo” (Faiman, 2004, p. 13).

## 2.2 O Discurso de Gênero: Masculinidades e Violência

A compreensão acerca das masculinidades é um ponto que pode auxiliar em muito a concretização de uma sociedade igualitária. No início dos anos 1990, as grandes conferências internacionais feministas – como as de Beijing, Cidade do México e Nairobi<sup>3</sup> – enfatizaram a necessidade de incorporar os homens como alvos de políticas públicas que visassem a uma maior equidade entre os sexos, enfatizando a necessidade de ações políticas junto à população masculina.

Autores como Welzer-Lang (2004) apoiam a tese de que o gênero se mantém e é tanto definido quanto regulado através de violências. Compreende que assim se perpetua a estrutura de poder atribuída coletiva e individualmente aos homens às custas das mulheres. As relações homens/homens também são marcadas por desníveis e por violências simbólicas e concretas.

De acordo com Connell (1997), a masculinidade não é um objeto coerente ou generalizável, e toda tentativa de definição sobre ela deve estar inserida numa estrutura maior, de modo a possibilitar, assim, a compreensão de suas dinâmicas, colocando-o sempre em uma rede de significantes, na qual se incluem “as práticas que comprometem homens e mulheres com essa posição de gênero, e os efeitos destas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura” (ibid., p. 35). Almeida (1995, *apud* Costa, 2002) enfatiza que a masculinidade não deve ser encarada como o simples colorido cultural de um dado natural, uma vez que ela é marcada por assimetrias (como heterossexual/homossexual) e por hierarquias (de mais a menos “masculino”).

Connell (1997) pensa o conceito de gênero como uma forma de organização de práticas sociais que instituem e afetam corpos, mesmo que não se reduzam a eles. Salienta, ainda, que toda cultura tem definições de conduta, comportamentos e sentimentos que são apropriados por aqueles que se identificam com as masculinidades. Portanto, os homens, desde cedo em suas vidas, são levados a ações e a sentimentos que reproduzam estes valores.

Porém, é necessário fazer uma ressalva, visto que estes autores são criticados por uma visão considerada limitada e, por vezes, epistemologicamente inconsistente de seus estudos. Necessário se faz também resgatar um conceito de grande importância na teoria de Judith

---

<sup>3</sup> Conferências das Nações Unidas sobre Direitos das Mulheres – Beijing em 1995, Nairobi em 1985 e Cidade do México em 1975.

Butler (1993), o conceito de performatividade. Não se refere a uma performance no sentido teatral, sendo que os sujeitos escolheriam ser de um gênero/sexo ou ter certo desejo sexual ou objeto pulsional para o dia em que vivem, como uma troca de roupas, mas se refere à construção gradual, repetitiva, que nunca para de se inscrever e de depositar novas camadas, sem uma diretividade ou até mesmo consciência, por parte do sujeito, de que isso ocorre. Não pode ser entendida como um ato singular ou deliberado, mas como a prática citacional e reiterativa pela qual o discurso produz os efeitos que nomeia, assim como normas (ideais) regulatórias de “sexo” que, através do trabalho em uma maneira performativa, constituem a materialidade dos corpos (Butler, 2003).

É um processo inerentemente inconsciente e importantíssimo para compreender como emerge ou se engendra o gênero como fator central na vida de todos os sujeitos (Butler, 2003; 1998). “Mas o que talvez seja mais significativo é que as ações instituídas via aquele sujeito fazem parte de uma cadeia de ações que não pode mais ser entendida como unilinear quanto à direção, ou previsível quanto aos resultados” (Butler, 1998, p. 19). É propriamente um sujeito do inconsciente, que não se constitui segundo uma lógica social, mas em uma hiância da cadeia significativa, remetendo-se sempre aos significantes primordiais do falo e do não falo, mas sem necessariamente seguir uma ordem ou um determinismo.

A questão do sujeito abjeto<sup>4</sup> também proporciona algumas reflexões interessantes, uma vez que este é visto como estando alheio à ordem política e social, um pré-sujeito que não detém os direitos ou a condição de vivível atribuída a outros inseridos de maneira comum e normalizada na sociedade. Pode ser este sujeito o que se apresenta como vítima no caso da violência sexual intrafamiliar, um sujeito abjeto. “A violência da letra, a violência da marca que estabelece o que irá ou não significar, o que será incluído ou não no inteligível, assume uma significação política quando a letra é a lei ou a legislação autorizadora do que será a materialidade do sexo” (Butler, 1998, p. 26).

A performatividade pode ajudar-nos a compreender este espaço masculino como operando a partir de uma normatividade discursiva

---

<sup>4</sup> Segundo Butler: “O sujeito é constituído através da força de exclusão e abjeção, uma que produz um exterior constituinte para o sujeito, um exterior abjeto, que é, afinal de contas, ‘dentro’ do sujeito como sua própria repudição fundante. A formação de um sujeito requer uma identificação com o fantasma normativo de “sexo”, e essa identificação se dá através da repudição que produz um domínio da abjeção, uma repudição sem a qual o sujeito não pode emergir. Essa é uma repudição que cria uma valência de “abjeção” e seu status para o sujeito como um espectro ameaçador.” (Butler, 1993, p. 3, tradução do autor)

heterossexual a qual, de certa maneira, imprime aos homens um *script* dentro da violência sexual que impõe certos guias ao uso de seus corpos, assim como no Estado são criadas categorias que replicam este *script* (Marcus, 1992). Estes guias são o que encontramos na medida que se investigam os discursos proferidos pelos sujeitos da pesquisa. Temos ao mesmo tempo produções subjetivas – sempre encaixadas em moldes sociais que se encontram completamente aglutinados – e marcações ferozmente embasadas em concepções eminentemente sociais. Efetivamente é impossível dissociar o social do subjetivo, e as divisões didáticas entre ambas as esferas acaba por ser posta à prova pelos próprios sujeitos.

Nossa irrupção em uma linguagem preexistente, tanto tratada nas teorias feministas como pós-estruturalistas, e, assim, nosso acoplamento como sujeitos a um conjunto social estabelecido de significados nos posicionam ante a este *script*, mas não necessariamente determinam nosso ser de maneira exaustiva. O *script* do ataque sexual contém instâncias da violação, mas nem o ato violatório nem o *script* procedem de identidades imutáveis de violador e violada, tampouco as criam (Marcus, 1992).

Alguns autores, como Kimmell (1997), trabalham com a ideia de um modelo de masculinidade idealizado e hegemônico, o qual muitos homens buscam alcançar. Este seria um modelo de masculinidade que, segundo Kimmell (1997), corresponderia ao homem branco, ocidental, de classe dominante, provedor, heterossexual, forte e viril. A partir destes autores, pode-se inferir que a disseminação deste modelo idealizado em comerciais, bonecos de brinquedo, filmes e desenhos poderia reforçar o modelo normativo, que passa a ser buscado por muitos jovens.

Este autor define como masculinidades as configurações de práticas sociais que se referem aos corpos masculinos, seja de modo direto ou simbolicamente (Connell, 1995, p. 29), estando relacionadas tanto com a ordem simbólica e institucional da sociedade quanto com os aspectos individuais da personalidade dos sujeitos que nelas se inserem. Tal ordem de gênero pressupõe não apenas relações de sujeitos masculinos com sujeitos femininos, mas também relações de sujeitos masculinos entre si, o que implica a ideia de “múltiplas masculinidades” (Connell, 1997), hierarquizadas a partir de relações de poder, no centro das quais existiria uma “masculinidade hegemônica”, caracterizada por um conjunto de práticas e de valores cuja função seria a de garantir “a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres” (Connell, 1995). Segundo Connell (ibid., p. 77), “isto não é dizer que os



possuidores mais visíveis da masculinidade hegemônica são sempre as pessoas mais poderosas. Eles podem ser exemplares, como atores de filme, ou mesmo figuras fantasiosas, como personagens de filmes”<sup>5</sup>.

Messerchmidt (2000), apoiando-se na teoria de Connell, afirma que o lar é geralmente o lugar onde os jovens do sexo masculino se apropriam de definições e de valores de masculinidade de maneiras singulares, mas que, a partir dessas internalizações, os jovens se engajam com a propagação do que Connell chama de masculinidade hegemônica, que os homens sentem como se fosse parte de si.

A cultura simultaneamente define quando e como utilizar a violência, e a violência masculina é historicamente consentida como um meio aceitável de se resolverem conflitos, principalmente quando existe um contexto de autodefesa em relação a algum fator exterior. Esse contexto de autodefesa em que existe a possibilidade de se perder o *status* de masculino é o que Messerchmidt (2000) chama de “masculinity challenges”. Sendo que a generificação do corpo é um interesse de enorme importância na adolescência, estes “masculinity challenges” podem motivar ação social para recursos de masculinidade que corrijam a subordinação a outros homens que ocorre em determinadas situações, como a escola. Este movimento pode tomar muitas características diferentes, mas uma que se sobressai dentre as entendidas como “inerentes” ao masculino é a violência – e, a partir disso, o crime pode ser a solução, ainda mais em um caso de agressão sexual, no qual a subordinação feminina é reiterada.

Para compreender os motivos que levam jovens homens a considerar o abuso sexual uma possibilidade de adquirir recursos de masculinidade, Messerchmidt (2000) se apoia em dados de sua pesquisa que indicam que jovens homens tomam sua agência através de seu corpo e não sobre ele, como o fazem as jovens mulheres. Através de uma performance corporal, ainda mais exacerbada por uma fase do desenvolvimento corporal caracterizada por grandes mudanças, os jovens homens tentam adquirir o *status* que lhes é negado em contextos opressores, algo visto como extremamente estressor nos dados de sua pesquisa. O corpo é entendido pelo autor como definidor do *self*, e através dele os jovens estudados reconstróem e revalidam algo que não tinham em outros contextos de suas vidas por meio da violência sexual. Logo, um sujeito que não encontra formas de reconhecimento e inserção

---

<sup>5</sup> “This is not to say that the most visible bearers of hegemonic masculinity are always the most powerful people. They may be exemplars, such as film actors, or even fantasy figures, such as film characters”.

social pode envolver-se mais diretamente em situações de violência contra os outros ou contra si mesmo (Alvim & Souza, 2004, p. 44).

Todos os atos de atentado violento ao pudor, assim como o estupro, localizam-se em uma posição que Lia Zanotta Machado (1998) descreve como duplicidade de entendimento: como atos de violência sexual contra a pessoa (crimes contra a liberdade sexual) e atos contra os costumes. Porém, na legislação são classificados exclusivamente nesta última categoria. As penas atribuídas aos acusados destes crimes dependem não do grau de violência utilizado, mas de uma descrição quase que nosológica dos diversos atos contra os costumes cometidos.

O ato de penalizar é percebido como uma somatória do número de crimes contra os costumes, lembrando a busca da descrição minuciosa e da enumeração da quantidade de atos pecados cometidos tal como o faziam os confessores desde o século XVI. A sodomização e a felação se acrescem em número de anos de pena ao ato de estupro, como se apenas importasse os atos cometidos e não por se fazerem contra direitos de outrem (Machado, 1998, p. 248).

Lia Zanotta Machado (ibid.), ao conduzir uma pesquisa sobre estupradores, encontrou, em seus discursos, alguns fatores de relevância. Afirma que o estupro, além de afirmar o lugar masculino como o de transformar o “não” da mulher em sim tendo papel ativo na sedução, revela a “fraqueza” dos estupradores em só poderem ter mulheres por imposição, tendo em vista que, em suas falas, aparece a afirmação de que tiveram as mulheres que quiseram quando elas igualmente quiseram, mesmo que judicialmente tenha sido provado o contrário nas situações que foram levadas ao judiciário (ibid., p. 237). Esta crença no lugar simbólico da mulher como alvo cujo não desejo seja passível de ser transformado em desejo parece operar entre os homens uma generalização (as mulheres sempre dizem “não” quando querem dizer “sim”) que os leva a considerar universal que esta negativa seja simplesmente uma abertura para uma transformação. Suas falas salientam que, se o que fizeram for considerado estupro, então todos os homens são estupradores, visto que também fazem este movimento de maneira diferenciada (ibid., p. 239). A autora termina suas afirmações sobre o discurso destes homens colocando que sua força e seu gozo residem na transgressão do interdito, pois passam aos olhos dos outros a

impressão de que não houve transgressão, mas uma simples relação sexual (ibid., p. 243).

Todos estes achados de pesquisa serão devidamente considerados neste trabalho como referência ao se analisar o discurso dos autores de violência sexual. Porém, a autora faz uma ressalva acerca dos autores de agressão sexual intrafamiliar:

A figura social do pai é percebida como incompatível com a figura imaginada e inumana de um estuprador qualificado como monstro. É difícil, no senso comum, fazer acreditar que o pai possa ser estuprador, dada a antinomia entre a função social do provedor e a inumanidade atribuída à imagem do estuprador. Daí, o cerne da dificuldade de levar adiante uma denúncia de estupro no âmbito doméstico. Acresça-se a isso, a desorganização familiar que se instaura diante da denúncia (ibid., p. 252).

Contemporaneamente testemunhamos uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que se dá a gradativa desconstrução dos territórios masculinos erigidos em torno de uma figura central e provedora, observam-se reinvestimentos fálicos como tentativas de ludibriar tais cortes. Esta situação parece ser amplamente consoante e fortalecida por uma engrenagem dominante de produção de desejo, que não para de animar valores em torno da dominação, da competição, da destrutividade (Oliveira, 2005, p. 25).

Assim, parece ser reforçado um “*ethos* masculino que tem na violência e na supremacia física provas de sua masculinidade [...] para estar à altura de uma idéia infantil de homem acerca de sua invulnerabilidade à castração e, logo, da perenidade de sua posse do falo” (Oliveira, 2005, p. 19).

Portanto, em termos estatísticos, abstraindo-se a dicotomia público/privado, pode-se observar que os homens estão, diariamente, mais expostos à violência. E nem por isso têm sido alvo de campanhas, serviços ou políticas públicas – nem como autores, tampouco como vítimas (Alvim & Souza, 2004, p. 35)

Enfim, os discursos acerca das masculinidades produzidos no seio das teorias feministas parecem colocar uma dimensão diferenciada da lógica psicanalítica, enfatizando muito mais questões macrossociais e de estruturação das sociedades contemporâneas, enquanto a psicanálise parece erigir seu edifício teórico dentro das relações intersubjetivas e

frequentemente amorosas. Porém, não acredito que haja aí uma interlocução impossível entre as teorias, e sim uma complementaridade que pode servir como modelo explicativo mais completo e complexo.

### 2.3 Por uma Psicanálise Pós-estruturalista?

O estruturalismo de Saussure se caracteriza pela inclusão da língua como objeto das ciências humanas em uma tentativa de analisá-la através de seus vários e complexos sistemas de inter-relacionamento (Vicenzi, 2009). No caso de Lacan, isto aparece através do foco na instância do simbólico como primordial, característica que é predominante na chamada primeira fase de seu ensino (Lima, 2006, p. 233). Existem outros aspectos que devem ser também considerados para uma melhor compreensão de como o estruturalismo e o pós-estruturalismo se mostram dentro do ensinamento lacaniano – por exemplo, o fato de que as outras instâncias, Real e Imaginário, ao longo da obra, tomam cada vez mais importância para, no final de seus seminários, encontrarmos a chamada clínica do Real colocada como centro da teorização. O lugar do Outro e a equação do sujeito como “inconsciente estruturado como uma linguagem” são outros aspectos que se modificam (aspectos por vezes são abandonados, outras vezes sofrem modificações leves e cumulativas. Lacan raramente fala diretamente destas mudanças centrais em sua teoria) e alteram radicalmente toda a estruturação da revisão<sup>6</sup> da teoria freudiana, que é entendida como a empreitada lacaniana.

Algumas das diferenças mais importantes entre as duas correntes são também bem exemplificadas pelos desenvolvimentos da teoria lacaniana, nomeadamente a incompletude do sujeito barrado lacaniano, a linguagem e o discurso como produções não necessariamente subjetivas, mas que fazem parte de um *milieu* a que o sujeito tem acesso e (como fica bem exposto no Esquema L de Lacan) que atravessa sempre o campo do Outro.

Porém, mesmo no Discurso de Roma, Lacan já se refere ao inconsciente como estrutura alheia ao sujeito, referido à estrutura da linguagem (Lima, 2006, p. 235), de modo que funciona de maneira

---

<sup>6</sup> O retorno a Freud é reconhecido como um dos pilares centrais do início das teorizações de Lacan. Eventualmente as teorizações de Lacan tomam forma própria e produzem novas conceituações. No entanto, Lacan continua a dizer-se Freudiano.

autônoma e heterogênea ao sujeito, claramente um passo na direção do pós-estruturalismo.

A autonomia do simbólico (em um primeiro momento anterior à introdução do nó borromeano) propõe novamente um descentramento da leitura comum do estruturalismo, um vez que, mesmo que este proponha que a linguagem e as relações de parentesco e circulação têm predominância na constituição de sujeitos, ainda assim não se pensa a cultura (ou o simbólico) como uma entidade autônoma, mas sim constituída e constituinte dos sujeitos que nela vivem. Em Lacan, há uma distorção dessa visão, alterando-a para a excentricidade do sujeito do inconsciente, novamente um deslocamento claramente contrário à direção do estruturalismo. A metáfora lacaniana da carta roubada de Poe é uma alusão exatamente à cadeia significante que compõe o inconsciente e como o sujeito é sobredeterminado pelos significantes nela contidos. Como Lima (2006) aponta, o sujeito está à revelia dos elementos que o constituem, e o inconsciente não pode ser nem esquecido nem destruído. Aqui a questão do determinismo traz alguns problemas no tocante à possibilidade de uma psicanálise pós-estruturalista – problemas e não impossibilidades, pelo fato de a questão do agenciamento ser sempre pensada em determinações sociais e linguísticas, portanto também colocando algumas determinações ao sujeito, assim como a performatividade de Butler, que imputa ao sujeito também apenas as possibilidades que lhe são delimitadas pela construção em camadas de si mesmo, e não a performance teatral, que lhe daria total liberdade de trocar de sexo/gênero/desejo a cada instante. Acedemos, então, ao ponto de que a determinação inconsciente segue as mesmas regras que outras determinações às quais sofremos em qualquer sujeito/posição que se encontre dentro de uma cultura.

Lacan (1982[1975]) define, em suas próprias palavras, que sua quebra com o estruturalismo advém da dissonância entre a linguagem composta de semântica, a semiologia e a *alíngua* que propõe ao tornar o inconsciente uma dimensão alheia às regras da linguagem, a qual admite o signo subordinado ao significante. Portanto, o inconsciente seria composto de partes ao mesmo tempo inextricáveis e incongruentes e seria impossível de ser pensado dentro do estruturalismo. Lacan promove uma quebra do estruturalismo saussureano, mas sua aproximação da matemática mantém a ideia de estruturas universais.

Outro ponto em relação ao qual é possível ressaltar distanciamentos do estruturalismo por parte da teoria lacaniana é na questão do falo como universal. No Seminário XX, Lacan já começa a utilizar a função fálica em vez do falo como objeto de teorização;

conjuntamente também aponta o gozo feminino como interminável e muitas vezes não subordinado à ordem fálica, o que subjaz a uma certa crítica que muitas vezes passa despercebida por psicanalistas lacanianos, qual seja, a que a tábua da sexualidade previamente apresentada por Lacan também é desconstruída, e o sexo entendido não como biológico, mas como uma posição simbólica (assim como a passagem do Édipo, incompleta sempre, também é a entrada na ordem cultural para a criança, assim como o “conluio” com a ordem de gênero vigente) em relação à heteronormatividade. Em efeito, a heteronormatividade não funciona sempre, e já desde tenra idade o sujeito pode destacar-se. “O falo é o signo da sexualidade como diferença” (Lima, 2006, p. 249).

O falo, no entanto, ainda tem outra função, pois o corte operado por este é “tentativa fadada ao fracasso de recobrir, com a significação sexual, todo o campo da pulsão” (Lima, 2006, p. 250). Outro conceito de importância é o de ideal do Eu, que opera sempre deliberando para o sujeito as condições narcísicas para sua completude, o que, em geral, nunca ocorre: “o Ideal do Eu – resultante da identificação com os imperativos dos pais e ideais coletivos – proporciona a cada um de nós o equipamento necessário para construir nosso próprio vocabulário privado de deliberação moral” (Lima, 2006, p. 252). Nessa citação, podemos compreender também a estreita relação mantida entre o supereu, mandatário do imperativo gozante, com o ideal de Eu, regulado pelo narcisismo.

No Seminário “Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise” (1985), Lacan promove nova distinção no conceito de linguagem ao elaborar melhor o que se encontra dentro e fora da mesma, colocando a pulsão como algo coerente com o significante.

Mesmo utilizando a definição circular de que um significante é o que significa um sujeito para outro significante, Lacan gradativamente introduz novas teorizações, já que, para responder a algumas das questões da clínica, era necessário ir além do significante, que não resumia a experiência do inconsciente (Lima, 2006, p. 241). Conceitos como a contingência do falo e a letra que funciona como litoral entre diferentes instâncias são introduzidos no âmago da psicanálise e que a levam a uma direção diferente daquela definida pelos estudos anglo-saxões, que primavam pelas relações de objeto. Esta direção não era outra senão uma diferente da estruturalista e, portanto, inerentemente pós-estruturalista, por mais que alguns dos preceitos não sejam atendidos.

A constante fluência do sujeito é um conceito que provoca discussão interessante. Importante notar que mesmo os teóricos queer<sup>7</sup> se afastam da noção de um sujeito completamente fluido e aportam a questão da constituição ou produção do sujeito de maneira performativa (que é o conceito mais aceito entre os teóricos queer), o que não inclui uma constante fluência livre, mas experiências de generificação que se sedimentam. Ora, esse sedimento pode ser entendido exatamente como o signifiante e a sexuação, por mais que ignore a questão do Édipo. A sexuação via complexo de Édipo também é traduzível em termos queer pela generificação, mesmo que na generificação não se passe por toda a teorização das identificações paternas e maternas.

Não obstante, as teorizações lacanianas também em certo ponto se afastam do essencialismo da paternidade e da maternidade para incluir outras figuras como possibilidade de identificação do nome do pai, como a igreja, a sociedade, o Estado. Qualquer um destes pode tomar o lugar de nome do pai, e a função paterna se estabelece. O nome “função paterna” é radicalmente falho ao final, visto que nada tem de paterno, sendo meramente uma ilustração generificada e passível também de crítica e de desconstrução. Não podemos esquecer que a produção de Lacan foi realizada durante um tempo histórico próprio, quando os desenvolvimentos feministas obviamente ainda não estavam no ponto em que se encontram hoje, e que, de certa maneira, é compreensível que os psicanalistas sejam relutantes em alterar (novamente) a obra de um de seus mestres. Assim, fica a cargo de feministas de terceira onda e de psicanalistas que se façam teorizações capazes de preencher essa lacuna e de escapar da eterna crítica à psicanálise que não constrói os percursos teóricos necessários para um diálogo passível de não cair na tão falada má comunicação de Lacan.

Até a terceira fase de Lacan, seu estudo é fortemente caracterizado pelo estruturalismo lévi-straussiano, o que promove que

---

<sup>7</sup> “Há muitas definições sobre o que seriam a teoria, os estudos, para não falar da política queer. O próprio termo queer não tem um único significado em inglês. Poderia ser traduzido como esquisito, estranho, excêntrico, anormal, como também por uma série de xingamentos dirigidos àqueles e àqueles que transgridem convenções de sexualidade e de gênero – expressões da linguagem comum que, conotando desonra, degeneração, pecado, perversão, delimitam o lugar social estigmatizado da homossexualidade e, por extensão, de tudo que venha representar alguma forma de desvio e ameaça à ordem social estabelecida. Se a linguagem do sexo é especialmente poderosa para expressar hierarquias e desigualdades sociais, essa força deve se tornar bem mais complexa e diversificada no cenário contemporâneo de “dispersão de sexualidades” de que fala Foucault. Desse modo, queer pode também designar alguém ou algo desestabilizador, num sentido mais amplo.” (Miskolci & Simoes, 2007, p.9)

muitos psicanalistas entendam que, na teoria lacaniana, o conceito de estrutura (seja psíquica, seja discursiva) é essencial para uma possibilidade de psicanálise freudo-lacaniana.

Deixo claro que discordo dessa posição. E tentarei brevemente colocar por que meu entendimento é este. Primeiramente, a herança do conceito de estrutura social baseada no parentesco de Lévi-Strauss é repassada para a psicanálise de maneira parcial e alterada, sendo basicamente irreconhecível de sua origem etnográfica. Isso acontece tanto pelo fato de, em grandes sociedades, estas relações se darem de maneiras diferentes, como mostra a contemporânea antropologia urbana, quanto pelo fato de a tradução do conceito por Lacan ter sido feita como normalmente o é por Lacan, abarcando distorções e modificações para que se encaixe em seu peculiar ensino.

Pensar em conceitos fundamentais dentro do ensino de Lacan, como o determinismo inconsciente ou as estruturas discursivas (como o discurso do mestre, da histórica, da universidade e o do analista), não significa, portanto, pensar na estrutura familiar de que falava Lévi-Strauss ou na estrutura molecular de Saussure, e certamente não seriam entendidos assim por qualquer antropólogo ou linguista que as lesse. Desde sua inclusão no seio de conceitos da psicanálise, a estrutura lacaniana já falava de outra coisa, leiam-se, as estruturas psíquicas (comumente pensadas como as estruturas neuróticas, psicóticas e perversas). Porém, nem mesmo estas são estanques no ensino de Lacan, o que fica evidenciado na sua chamada terceira fase, a da clínica do Real, que se desloca do Simbólico como essencial para a psicanálise (e, portanto, desloca-se da estrutura como centro).

Portanto, existem aproximações possíveis, assim como barreiras. Ao longo deste capítulo, tentarei apontar onde existem possibilidades de se vincular o pensamento lacaniano com o pensamento feminista pós-estruturalista e como alguns conceitos conseguem transpor esta barreira, os quais serão utilizados nesta pesquisa.

## **2.4 A Voz da Psicanálise entre a Violência e a Lei**

Para compreender como o trauma do abuso sexual intrafamiliar se inscreve na estrutura psíquica – tanto do autor da violência como da vítima contra o qual é perpetrado o ato –, é necessária uma breve introdução a um conceito-chave da psicanálise, o complexo de Édipo, que pode ser definido da seguinte forma:



(...) o complexo de idéias e sentimentos relacionados aos desejos incestuosos, suas proibições e seus desdobramentos, ocupa um lugar central na teoria psicanalítica. Em psicanálise, muito da constituição psíquica pode ser definido tomando-se como referência a forma como esse complexo se estrutura no indivíduo. Isso significa que a interdição à realização dos impulsos incestuosos tem uma importância central no desenvolvimento psicológico, sendo considerada como paradigma da possibilidade de reconhecimento, pelo sujeito, de que existem limites para a realização de seus desejos, para sua conduta, e que balizam seu reconhecimento de si (Faiman, 2004, p. 19).

O conceito inicial de trauma fornece uma importante noção de como Freud pensava inicialmente o abuso sexual incestuoso, encontrado em um texto de 1895 e intitulado “Protom Pseudos”. Descreve como, em uma cena de sedução – aqui entendida como a busca de satisfação sexual de um adulto através de uma criança –, a compreensão da cena não se daria imediatamente na criança, ocorrendo o que Freud denomina de um “cisto mnêmico”, um traço de memória ao qual não é possível atribuir um sentido a fim de integrar na cadeia de representações. Mais tarde, com o desenvolvimento da criança e a compreensão do caráter sexual desta cena, a esta seria atribuído retroativamente um caráter sexual, desencadeando-se um fluxo de excitação que extrapola a capacidade de elaboração e de dominação da psique por parte do indivíduo, ocasionando o trauma (Faiman, 2004, p. 21).

Javier Sáez (2004) indica que a visão de Lacan sobre a sexualidade mostra que o desejo não está determinado pelo gênero do objeto escolhido, e sim pelo objeto *a*, que é algo independente do gênero (inteligível). Ao separar desejo de gênero, Lacan está separando o desejo da heterossexualidade como norma. Segundo Lacan (1965/1984), no seu Seminário XI, as vias do que é definido como mulher ou homem estão no campo do Outro, são identificações com uma convenção social, com um acordo social sobre o que é homem ou mulher, e isto é propriamente o Édipo. Não existe, dentro da psicanálise de Lacan, uma essência do que seja feminino ou masculino ou qualquer outro binarismo neste sentido, o que faz total sentido e ecoa nas teorias feministas. Já em Freud, uma pulsão só pode ser conhecida pelo sujeito na estrita medida em que ela encontra uma solução de expressão no aparelho psíquico, ou

seja, sob a forma de um representante (ibid., p. 139). A primeira experiência de satisfação cria um traço mnésico que doravante estará conectado diretamente à imagem/percepção do objeto que proporcionou a satisfação. E este traço mnésico constituirá a representação no processo pulsional (Dor, 1992, p. 139-140).

O desejo nasce de um reinvestimento psíquico de um traço mnésico de satisfação ligado à identificação de uma excitação pulsional. A dimensão do desejo não tem outra realidade que não uma realidade psíquica. Ou seja, o desejo não tem objeto na realidade (Dor, 1992, p. 140-141). O desejo, porém, é sempre desejo de desejo do Outro e, portanto, está também ligado à falta e à demanda (entendida aqui como sendo sempre demanda de amor). Portanto, o desejo só aparece em uma relação simbólica com o Outro e através do desejo do Outro (Dor, 1992, p. 144).

A leitura lacaniana da pulsão define-a como não necessariamente satisfeita por seu objeto, mas fazendo parte de um circuito pulsional que tem como alvo o objeto de desejo, mas que acaba por circundá-lo, tendo como objetivo último a volta da pulsão para a borda erógena – esta pode ser qualquer parte erotizável do corpo, ou seja, qualquer parte do corpo (Dor, 1992, p. 142).

Este objeto seria o objeto *a*, objeto causa de desejo e objeto do desejo, também entendido como objeto perdido em Freud. Exatamente por este conceito é que se inscreve no sujeito sempre a possibilidade da falta; é que se dá a inscrição de um vazio primevo no sujeito do inconsciente (Dor, 1992, p. 143).

Assim, ocorre no Édipo a inscrição da criança no simbólico, na cultura propriamente dita, pela inserção da fala, junto à qual necessariamente vem a falta, através da demanda. A demanda também se relaciona com a necessidade, que seria o princípio desta cadeia, normalmente explicada como sendo referente à parte biológica do esquema de organização da criança, proporcionando a primeira experiência de prazer através da satisfação de seus primeiros impulsos (fome abatida com o seio ou outra fonte). Porém, não é apenas isso que ocorre aí: há um excesso que ultrapassa a questão implícita da satisfação de uma necessidade biológica, e este a mais define o que se estruturará como o gozo<sup>8</sup> (Dor, 1992, p. 145-146).

---

<sup>8</sup> O gozo (em Freud: *genuss*) aparece raramente na obra de Freud. Tomou forma como conceito na obra de Lacan e ao longo dos seminários teve também desenvolvimentos conceituais. Lacan estabelece uma distinção entre prazer e gozo, residindo este último na tentativa permanente de ultrapassar os limites do princípio de prazer. O que pertence ao gozo não é de forma alguma ligado ao naturalismo, parte do exato contrário, da relação entre o

O surgimento do desejo fica, pois, suspenso à busca, ao “re-encontro” da primeira experiência de gozo. Mas já a partir da segunda experiência de satisfação, a criança, tomada no assujeitamento do sentido, é intimada a demandar para fazer ouvir seu desejo. É, portanto, conduzida a tentar *significar* o que deseja. Ora, a mediação da nomenclatura introduz uma inadequação entre o que é desejado fundamentalmente e o que se faz ouvir deste desejo na demanda. É esta inadequação, aliás, que dá a medida do impossível re-encontro do gozo primeiro com o Outro. Este Outro que fez a criança gozar, por mais que seja buscado e seu encontro esperado, permanece inacessível e perdido enquanto tal, devido à cisão introduzida pela demanda (Dor, 1992, p. 146).

É nessa relação com o gozo e com o a mais que podemos encontrar um início de teorização para o que se passa na violência sexual, caracterizando, assim, um desejo transgressor por um objeto que não necessariamente vai encaixar-se em um quadro de normatividade.

A interdição do incesto é entendida como o paradigma de limite – que é comumente referido como forclusão na tradição Lacaniana –, o que diferencia a ordem do caos e representa a possibilidade de que, entre um impulso e sua satisfação, se interponha algo, abrindo espaço para o desenvolvimento de um aparelho mental que opere com representações (Faiman, 2004, p. 22), assim como também opera a possibilidade do sujeito de adentrar o registro simbólico, ascendendo, então, ao que nos referimos por cultura e civilização.

Mesmo após o abandono da teoria da sedução na etiologia das neuroses, a psicanálise continua utilizando conceitos como o de pulsão de morte para se referir à agressividade, ao sadismo e à destrutividade do sujeito (principalmente nos textos de 1920 e 1923). Entretanto, o papel estruturante das experiências externas e do trauma nunca foi abandonado (Fagundes, 2004, p. 30). A apropriação desta estruturação externa é realizada por Butler (1997) através de suas teorizações acerca

---

sujeito e a linguagem. O gozo é visado num esforço de reencontro através do signo, e portanto já falha pela impossibilidade de se atingir o objeto já perdido através do signo. Resultando em uma diferenciação entre necessidade, prazer, desejo e finalmente o gozo. (Kaufman, 1993; Plon & Roudinesco, 1998)

da melancolia. Postula que a forclusão agiria de forma a sancionar (e não coibir, como comumente entendida) e produzir certas sexualidades e barrar outras no social. A melancolia se liga à estas formulações como maneira de explicar como a criança em seu estado perverso-polimorfo agiria para forcluir os desejos sexuais para com objetos não aceitáveis socialmente, ou seja, heteronormativos (idem, p. 18, 1997). A alteridade constitutiva citada por Fagundes (2004) é trabalhada por Butler (1997) como uma entrada forçosa no mundo da linguagem. Mundo que paradoxalmente é constituído por outros, mas que para que um sujeito adentre-o necessita aceitar em certo grau nomes, termos e classificações alheias a si mesmo, marcando uma alienação inicial da subjetividade. Alienação que é entendida como uma violência primária (Butler, 1997, p. 20). Estas teorizações não são completamente alheadas daquelas encontradas na psicanálise, mesmo que a violência primária da linguagem seja entendida estando em sua maior potência durante o Édipo, exatamente caracterizado como a entrada do sujeito na cultura e na linguagem. Já a violência primária aparece no encontro do sujeito com a sexualidade e, principalmente, com a pulsão.

A violência parece estar situada no limite do suportável, onde fica demarcada a diferença de lugares. Uma prática violenta necessariamente manifesta uma diferença e implica também o reconhecimento de diferentes lugares e sujeitos. “A violência é um artefato da cultura, um particular do viver social” (Fagundes, 2004, p. 33). Esse reconhecimento acerca de distintas posições, por sua vez, não precisa ser necessariamente a divisão entre autor de violência e vítima, mas sim uma definição de limites, mesmo que seja provisório. Há um estranhamento que ocorre quando nos deparamos com a morte ou com alguma violência que carrega o irrepresentável, como o caso da violência sexual. Porém, o ato violento, por mais que escape à representação, parece produzir representações diversas, e aí reside um ponto de possível análise e pesquisa (Hartmann, 2005, p. 45-47).

Se não existe realidade pré-discursiva e se a violência carrega em si o irrepresentável, podemos supor que o que conhecemos como violências são manifestações derivadas de determinados discursos que tendem a um lugar no qual o discurso não se sustenta como produtor de realidades. Isso quer dizer que a violência toma corpo quando o discurso falta, ou seja, a violência começa onde a palavra acaba (Hartmann, 2005; Gryner, 2003). Do fazer, neste caso, é preciso que se extraia a palavra – a palavra que porta a violência.

A violência somente se dará quando o discurso tocar no limite do irrepresentável (Hartmann, 2005, p. 48). Considerando tal dimensão

da violência, afirma-se que este fenômeno não se caracteriza apenas pelo uso de força física, mas também pela ameaça de usá-la e por agressões que variam entre xingamentos, exposição pública, gritos, entre outras manifestações. A violência conjugal, física ou psicológica acontece uma vez que ambos os membros permitem esse comportamento na relação, ou seja, usar a violência como ferramenta não é sempre uma escolha unilateral (Alvim & Souza, 2004, p. 47).

Sítuo também, pela própria temática do presente trabalho, o conceito de violência de gênero, que, como entendido por Saffioti & Almeida (1995), designa um tipo específico de violência que visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e na desigualdade de lugares sociais sexuais. Segundo as autoras, esta apresenta duas faces: é produzida no interior das relações de poder, objetivando o controle de quem detém a menor parcela de poder, e revela a impotência de quem a perpetra para exercer a exploração-dominação, pelo não consentimento de quem sofre a violência.

Violência intrafamiliar é definida por

(...) toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue (Day et al, 2003, p. 10).

A esta definição, ainda acresço que o sentido de família é aqui tomado em seu sentido ampliado, “envolvendo parentes que vivem ou não sob o mesmo teto, embora a probabilidade de ocorrência seja maior entre parentes que convivem cotidianamente no mesmo domicílio” (Araújo, 2002, p. 4).

Araújo (2002) aponta ainda que, no Brasil, a violência intrafamiliar contra mulheres, crianças e adolescentes ainda é um fenômeno social grave, como apontam estudos que indicam como principal alvo da violência intrafamiliar as mulheres e crianças do sexo feminino (Alvim & Souza, 2004). Isso não quer dizer que os meninos não sofram violência: eles sofrem, mas isso ocorre em menor proporção, principalmente quando se trata de abuso sexual infantil dentro da família (Araújo, 2002, p. 5), o que corrobora os dados da Rede de Atenção à

Violência Sexual de Florianópolis apresentados no início deste texto. É importante ainda considerar a estrutura que subjaz a este tipo específico de violência:

A violência intrafamiliar continua acontecendo, apesar de algumas conquistas no campo institucional, político e jurídico. Mantém-se pela impunidade, pela ineficiência de políticas públicas e ineficácia das práticas de intervenção e prevenção. Mantém-se também com a cumplicidade silenciosa dos envolvidos: o silêncio da vítima, cuja palavra é confiscada pelo agressor através de ameaças; o silêncio dos demais parentes não agressores, que fecham os olhos e se omitem de qualquer atitude de proteção da vítima ou de denúncia do agressor; o silêncio dos profissionais que, em nome da ética e do sigilo profissional, se refugiam muitas vezes numa atitude defensiva, negando ou minimizando os efeitos da violência (Araújo, 2002, p. 5).

Em consonância com a afirmação de Araújo, Lia Zanotta Machado (1998, p. 234) aponta os fatores culturais e jurídicos que influenciam a constituição deste quadro:

A continuidade da inversão da incidência entre ocorrências de denúncias e da incidência de penalização, quando se contrasta “os estupros contra conhecidas” aos “estupros contra desconhecidas”, e “os estupros ocorridos no âmbito doméstico” aos “estupros ocorridos em lugares públicos”, indica que as denúncias por estupro nas relações parentais ou entre conhecidos são mais difíceis de serem consideradas como crimes no decorrer dos processos investigativos e judiciários.

Outras formas de se lidar com a violência sexual acabaram por nascer no seio das teorias pós-estruturalistas. Sharon Marcus (1992) faz uma crítica à noção de que a violência sexual seria um inominável ou um irrepresentável, argumentando que essa definição acaba por cair em uma armadilha em que a violência engole o sujeito (e seu agenciamento) em seus esforços para tentar passar o horror e a iniquidade da violação

sexual. Argumenta ainda que esta visão potencialmente se alia à cultura masculinista ao comparar a violência sexual com a morte, tendo como efeito último que a única possibilidade de reparação nestes casos seria a via legal, uma vez que não se poderia lutar contra a violação sexual. A autora também salienta que ainda não existem pesquisas que apontem que um aumento das penas e das condenações por ofensas sexuais tenha tido algum efeito na diminuição destes crimes (ibid., p. 63).

Uma diferenciação necessária existe entre os conceitos de agressão e violência, pois a agressão é normalmente vista como algo inerente ao psiquismo humano e necessário para nossa sobrevivência:

Agressão é uma coisa, violência é outra. O que distingue definitivamente uma da outra é o fato de que a última tem como resultado a eliminação de um dos sujeitos envolvidos na ação. Essa eliminação pode ser tanto a morte física quanto a morte da estrutura psíquica abalada pela experiência brutal sofrida (Felipe & Philippi, 1998, p. 12).

No ato violento, existe a eliminação do sujeito violentado como autônomo e livre, portanto a “violência é o ato que impõe o ser sujeito de um no lugar do ser sujeito do outro” (Felipe & Philippi, 1998, p. 13). Em uma leitura das tradições da Filosofia e da Ética, Felipe e Philippi (ibid.) estabelecem, através da tradição contratualista, por que o estupro é considerado um crime no ocidente, propondo que só existe o reconhecimento deste tipo de violência a partir do ponto em que um sujeito se reconhece como sendo um sujeito portador de direitos, uma cidadã ou um cidadão. A partir do momento em que algo considerado inalienável lhes é retirado, podemos considerar que a violência ocorreu. Porém, para que exista a noção de algo que é seu por direito e que ninguém mais pode subtrair, é necessário que exista uma construção neste sujeito que só pode ser realizada através da lei (ibid., p. 20).

A violência mostra nossa fragilidade diante do outro. O simbólico, devido à sua característica inevitavelmente social, concerne força pela união aos humanos. Ao mesmo tempo, o simbólico nos possibilita a lei.

A lei não se faz pelo que ela significa. [...] Atualmente o direito e a justiça ocupam-se do significado das leis, de sua operacionalidade. Esta não é a ocupação da psicanálise. Para ela, o

significado da lei não é a questão, mas a forma como a lei articula as possibilidades de gozo. A psicanálise não se ocupa do significado da lei. [...] A ocupação da psicanálise está mais voltada para o significante lei, ou seja, o que a lei articula na sociedade e que afeta o sujeito. Digamos que a psicanálise está interessada neste NÃO implícito em toda lei. O que conta é o caráter de interdição da lei. O que interessa não é o enunciado, mas sua capacidade de interdição. Essa capacidade de interdição é discursiva, de modo que a lei vai ser um resultado deste discurso. Se o discurso, que funda a realidade social, não sustenta determinada lei, ela não vai ser efetiva (Hartmann, 2005, p. 49-50).

Em consonância com as teorias de gênero sobre corporificação e materialização, pode-se fazer uma tecitura com a psicanálise através dos questionamentos sobre a violência: “podemos supor que o que serve de interligação, de solda, entre violência e a lei é propriamente o corpo, o gozo e a morte, os três do real” (Hartmann, 2005, p. 51).

As análises atuais revelam aspectos da rede de relações que permeia a violência conjugal. Obviamente, a violência também está associada à estruturação social desigual, portanto situações macroeconômicas, estruturas hierárquicas e distribuição de renda e poder desiguais são componentes centrais para a violência doméstica, que aparece também como sintoma destas situações. Somando-se a isso relações sociais violentas que são permitidas dentro da invisibilidade do dia-a-dia e da convivência da população, banalizam-se diversas formas de violência que são diluídas nas miudezas do cotidiano, disseminando-as. Contudo, as produções sobre a temática da violência, principalmente a doméstica, ainda contam com pouca participação masculina como sujeitos de pesquisa e com raras análises dos aspectos relacionais deste fenômeno (Alvim & Souza, 2004, p. 47).

A Organização Mundial de Saúde, em 2002, definiu a violência sexual como todo ato sexual não desejado ou ações de comercialização da sexualidade de uma pessoa mediante qualquer tipo de coerção (Krug et al, 2002).

Os termos “agressão”, “abuso” e “violência sexual” eram utilizados, no contexto anterior às últimas alterações legislativas de 2009 referentes a crimes sexuais – período durante o qual esta pesquisa foi realizada –, apenas para os casos de estupro e atentado violento ao



pudor (AVP). O estupro era definido pelo artigo 213 do Código Penal Brasileiro como “constranger à conjunção carnal mediante violência ou grave ameaça”. Entendia-se, portanto, por “conjunção carnal” o coito vaginal, completo ou não, com ou sem ejaculação. A “violência ou grave ameaça” consiste no emprego ou não de força física capaz de impedir a resistência da vítima. Assim, o estupro era, de acordo com a legislação vigente até então, um crime que só poderia ser praticado por um homem contra uma mulher, incluídas, neste caso, meninas e adolescentes. No artigo 214, agora extinto, o atentado violento ao pudor era caracterizado como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal” (Souza & Adesse, p. 20, 2005).

Com as mudanças nas leis brasileiras, sancionadas em 7 de agosto de 2009 mediante a Lei 12015/2009 – durante o percurso desta pesquisa –, o artigo 214 (atentado violento ao pudor) foi revogado. Tal revogação não altera em nada as penas dos entrevistados, significando apenas que novas condenações levarão em conta a nova legislação. A alteração, além da eliminação do atentado violento ao pudor, dá-se também para o crime de estupro, que passa a vigorar como:

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§ 2º Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos (Código Penal Brasileiro, Lei Nº 12.015, de 7 De Agosto de 2009).

A primeira alteração a ser salientada é a modificação da escrita da lei no sentido de aceitar que qualquer pessoa (“Constranger alguém...”) possa ser estuprada, incluindo homens e crianças – sujeitos que, antes disso, seriam tratados pelo artigo 214 – por qualquer via, nomeadamente oral e anal, prescindindo do contato pênis-vagina.

Inclusive a presença do pênis não é mais necessária para que se figure uma violência sexual, sendo que todo ato libidinoso é abarcado pela mesma lei. Como exemplo: tocar a genitália de uma criança com as mãos atualmente é compreendido como estupro.

Logicamente esta alteração na lei do estupro acaba com a necessidade do atentado violento ao pudor como categoria na lei, pois se abarcam todas as possibilidades de violência sexual em apenas um artigo. Ademais, existe o retorno do estupro ao rol de crimes hediondos, o que modifica a maneira como os sujeitos afetados cumprirão suas penas:

§ 2o A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007).

Estas alterações não foram captadas pela pesquisa, visto que as entrevistas ocorreram em momento anterior à referida mudança. Muitas vezes, os sujeitos fazem referência ao 1/6 (um sexto) da pena como fator que os levaria para a categoria de semiaberto, o que não mais ocorrerá. Também se referem à queda do estupro dos crimes hediondos, o que novamente é instituído com essa alteração, privando-os de uma série de possibilidades jurídicas.

Ao se referir a um caso de estupro que ocorreu em um bar e que subsequentemente foi levado a julgamento, apresentado-se como argumento da defesa do estuprador o fato de que, ao estar em um bar, a mulher se oferecia aos homens, Butler (1998) comenta que:

A categoria sexo funciona aqui como um princípio de produção e regulação ao mesmo tempo, a causa da violação instalada como princípio formador do corpo e sexualidade. Aqui sexo é uma categoria, mas não apenas uma representação; é um princípio de produção, inteligibilidade e regulação que impõe uma violência e a racionaliza após o fato. Os próprios termos pelos quais a violação é explicada **executam** a violação e reconhecem que a violação estava em andamento antes que assumisse a forma empírica de um ato criminoso.

Assim, a execução retórica **mostra** que a “violência” é produzida mediante a exclusão efetuada por essa análise, mediante o apagamento e a negação que determinam o campo dos aparecimentos e da inteligibilidade de crimes de culpabilidade. Como uma categoria que produz efetivamente o sentido político do que descreve, “sexo” põe em funcionamento aqui sua “violência” silenciosa ao regular o que é e não é designável (Butler, 1998, p. 20).

Outro diferencial que o campo oferece foi a implementação da Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), sancionada em setembro de 2006, que altera em muito o caráter da punição por ofensas de violência contra a mulher e violência sexual e que admite uniões homoafetivas estáveis, reconhecidas como familiares em sua aplicação. Outro ponto a ser levantado é em relação à violência contra a mulher, uma vez que, segundo Lessa (2006, p. 61), a lei pretende

(...) que o réu acusado da prática de qualquer crime resultante de violência doméstica e familiar contra a mulher, independente da pena cominada, seja julgado por tal infração penal e, na hipótese de condenação, seja-lhe aplicada uma pena que, ainda que venha a ser substituída por pena restritiva de direitos, possa, em caso de descumprimento injustificado, ser convertida em prisão, de modo que o apenado se sinta afligido com a sanção penal imposta e, deste modo, seja demovido da idéia de persistir na prática de infrações penais deste jaez.

Porém, reivindicações significativas dos movimentos de mulheres ainda não foram atendidas, entre elas a *neutralização sexista de todos os crimes tipicamente de gênero, como o estupro*; a distribuição igualitária dos direitos sexuais, independentemente da conduta sexual de cada mulher; a desconstrução de estereótipos voltados à impunidade do autor de crimes de homicídio contra mulheres (teses defensivas de *legítima defesa da honra* ou de *homicídio privilegiado pela violenta emoção*); a problematização de condutas típicas praticadas em situações de violência doméstica contra a mulher e de crimes sexuais como estupro ou atentado violento ao pudor (admissão de prova relativa

ao *comportamento* – provocativo-sexual e/ou de adesão às preliminares – *da vítima*) (Hermann, 2007, p. 34).

Há um paradoxo na posição do sujeito vítima da violência sexual: de um lado a violação é entendida como a morte, porém a única maneira de escapar à morte na violação sexual é aceitá-la. A violação é tão aterradora porque é como a morte, e este medo totalizador desarma, impedindo a vítima de lutar contra o ataque, de sorte que

Podemos eludir los límites de una perspectiva empírica si desarrollamos una política de la fantasía y la representación. La violación existe porque nuestra experiencia y el despliegue de nuestros cuerpos es efecto de las interpretaciones, representaciones y fantasías que a menudo nos posicionan de maneras conducibles a la realización del guión de la violación: paralizadas, incapaces de ejercer violencia física, temerosas (Marcus, 1992, p. 83).

Sharon Marcus propõe uma outra análise sobre a violência sexual “como um hecho lingüístico arguye que ésta se halla estructurada como una lengua, una lengua que moldea tanto las interacciones verbales como las físicas entre una mujer e su potencial atacante” (ibid., p. 66). Aqui a relação com a psicanálise parece estreitar-se ainda mais, visto que uma das máximas lacanianas (“o inconsciente está estruturado como uma linguagem”, de seu Seminário XX – *Mais, Ainda*) parece permear de maneira patente a teoria de Marcus. Neste momento, posso afirmar meu intuito de passar de um campo a outro e utilizar os conceitos e práticas psicanalíticos aliados às teorias feministas para realizar uma análise mais complexificada do campo da violência sexual:

Otra manera de negarnos a reconocer la violación como un hecho insoslayable de nuestras vidas es tratarlo como un factor *lingüístico*: preguntarse cómo la violación está apoyada por los relatos, obsesiones e instituciones cuyo poderío deriva no de una fuerza directa, inmutable e invencible sino de su poder para estructurar nuestras vidas como guiones culturales que se nos imponen. Comprender la violación de esta manera es comprenderla en su posibilidad de cambio (Marcus, 1992, p. 65).

Há aqui a sugestão de que não é necessariamente um dado da realidade que aparece nas situações de violência sexual, mas um componente Imaginário, entrelaçado ao Simbólico, que guia as ações, posturas ou reações ante a possibilidade da ocorrência deste crime: “este lenguaje estructura las acciones y las respuestas físicas tanto como las palabras y las formas, por ejemplo, los sentimientos de poderío del posible violador y nuestro generalizado sentimiento de parálisis cuando nos amenazam com la violación” (ibid., p. 67). Tal ponto tem o objetivo de destrinchar o que se passa não só no social, mas na questão da subjetividade destes sujeitos:

Un violador sigue un guión socialy representa estructuras convencionales, genéricas, de sentimiento y acción que buscan envolver a la mujer blanco de la violación en un diálogo que está sesgado en contra de ella. La habilidad de un violador para acosar verbalmente a una mujer, para exigir su atención, e incluso para atacarla físicamente depende más de cómo se posiciona a sí mismo socialmente en relación con ella que de su supuesta fuerza física superior. Su *creencia* en que teiene más fuerza que una mujer y que la puede usar para violarla merece mayor anaálises que el hecho putativo de esa fuerza, porque la creencia a menudo produce como efecto el poder masculino que pareciera ser la causa de la violación. (Marcus, 1992, p. 67).

Essa é uma maneira de fazer jus à recomendação de Lacan de que o psicanalista se junte a seu tempo, à subjetividade de sua época, ao aproximar o psicanalista da política, como um dever de saber, um dever de ato (Couto, 2005, p. 11).

Ainda tratando de conceitos de origem psicanalítica, a repetição aparece como sendo uma das condutas marcantes no campo da violência (tanto doméstica quanto sexual). Couto afirma que as condutas que terminavam em violência doméstica e das quais mulheres eram vítimas muitas vezes se repetiam em seu histórico familiar, na sua relação com parceiros diferentes – reiteradas por diversas queixas nas delegacias da mulher –, analisando que este teor inconsciente da repetição necessita de uma intervenção capaz de barrá-la (Couto, 2005, p. 15). A autora afirma ainda que

Embora não se considere a submissão aos maus tratos como um sintoma neurótico, é possível traçar, com ele, um paralelo. Como o sintoma neurótico, a submissão aos maus tratos também apresenta as três características apontadas por Freud (1895/1978) para a compulsão histérica, quais sejam: 1) é ininteligível, 2) é refratária de qualquer atividade de pensamento, 3) e é incongruente em sua estrutura (Couto, 2005, p. 29).

Couto (2005, p. 17) destaca que é possível fazer um paralelo com a filosofia de Hegel, ao pensar “um paralelo entre a violência de gênero e a relação Senhor/Escravo não como algo atribuído apenas a um dos parceiros, mas a uma relação cuja manutenção só é possível enquanto compartilhada por ambos”. Tal compreensão encontra paralelos também na questão da subjetivação colocada por Judith Butler em seu livro *The Psychic Life of Power* (1997), que discutirei posteriormente. “O gozo da posição de escravo é o que mantém a submissão, e a libertação somente se dá pela ruptura com o que a sustenta, através da mudança da posição subjetiva de usufruto de tal gozo” (Couto, 2005, p. 17).

A leitura de Butler (1997) da dinâmica senhor-escravo de Hegel é pensada apenas no sentido da auto-escravatura, o corpo tido como algo a ser negado, mortificado e subordinado à uma demanda ética (p. 22). Além do mais compreende ser esta uma dinâmica presente na constituição mesma do sujeito, encontrando na repetição e subordinação ao discurso e à linguagem uma forma de assujeitamento. Liga a dinâmica Hegeliana aos conceitos de Althusser, e entende que a linguagem tem função de submeter o sujeito à ideologia dominante (p. 64). Entretanto em Butler não se encontra apenas uma teoria de produção/constituição/emergência (utilizo estes termos devido às diferentes correntes epistemológicas utilizadas pela autora ao longo de sua obra – sempre em entrecruzamento) de um sujeito, mas também uma teoria de como este sujeito – até aqui visto como eminentemente psíquico – também aparece na materialidade.

Butler propõe o abandono de noções de construção para um retorno à noção de matéria, não sendo nem sítio nem superfície, mas como “um processo de materialização que se estabiliza ao longo do tempo para produzir um efeito de fronteira, fixidez, e superfície que chamamos de matéria” (id., 2003, p. 24).

Afirmar que o discurso é formativo não é afirmar que ele origina, causa ou exaustivamente compõe aquilo que ele concede: em verdade, é afirmar que não há referência para um corpo puro que não seja ao mesmo tempo uma formação nova ou avante deste corpo. Performatividade não é, então, um “ato” singular, pois é sempre uma reiteração de uma norma ou um *set* de normas, de modo que chega a adquirir um *status* parecido ao ato no presente, escondendo ou dissimulando as convenções das quais é uma repetição. A norma do sexo toma raízes de tal forma que ela é “citada” como uma norma, mas também deriva seu poder através das citações que compele. Estes esquemas regulatórios (como o do sexo) não são estruturas atemporais, mas critérios de inteligibilidade historicamente revisáveis que produzem e subjugam corpos que importam/pesam.

Butler (1997) faz também uma crítica ao registro Simbólico de Lacan (que aqui é importante ser trabalhado pela sua articulação já comentada com a lei), entendendo-o como um *set* racialmente articulado de normas sexuais, afirmando inclusive que, se existe um normativo em seu trabalho, ele consiste precisamente em assistir a uma ressignificação radical do domínio do simbólico. Assim, coloca-o como uma regulação temporalizada da significação, e não como uma estrutura quase permanente.

Esta ressignificação é parte constituinte desta pesquisa. Aqui pensada como a possibilidade de se extrair dos depoimentos destes homens as possibilidades de alterações radicais das enunciações que atravessam os mesmos. Ressignificadas radicalmente estas enunciações teriam também a potencialidade de modificar a realidade que vivemos performativamente. Não existe apenas um projeto de compreensão crítica em Butler, mas também teses de modificação política. Estas teses se explicitam como políticas do performativo e agência discursiva (1997a, p. 127-128) e demonstram como a própria teoria queer ao tomar o termo pejorativo e torná-lo politizado modificou o sentido que a palavra mesma evoca. Esta modificação, acredito, não se sustenta apenas pelo campo de estudos queer, mas também se aplica a qualquer campo. A partir da fala destes sujeitos é possível identificar o *nexus* entre violência, linguagem e lei (1997a, p. 54) e a partir deste processo de pesquisa delimitar quais as possíveis ressignificações que este campo abre, a partir destas pode-se atingir o cerne linguístico já previamente caracterizado da violência sexual – e modificá-lo. Claramente esta mudança não será realizada com uma dissertação, mas consideremos que este é apenas um passo em direção à uma sociedade que

compreenda diferentemente o significante estupro – e portanto produza sujeitos diferentemente atrelados ao mesmo.

## **2.5 Pulsão de Agressividade, Pulsão de Dominação e Pulsão de Destruição**

No texto “O mal-estar na civilização”, Freud conceitua a pulsão de maneira ampla, discorrendo sobre sua relação intrínseca com a libido. Neste texto, ainda faz a diferenciação entre pulsão objetual e pulsão do ego, que posteriormente seria modificada. Pensa, assim, à maneira freudiana de pares binários e antitéticos.

Foi para denotar a energia destes últimos [“instinto” objetual], e somente deles, que introduzi o termo ‘libido’. Assim, a antítese se verificou entre os instintos do ego e os instintos ‘libidinais’ do amor (em seu sentido mais amplo) que eram dirigidos a um objeto (id., 1930, p. 140).

No entanto, o foco logo passa para o que designa pulsão sádica, que chama atenção de Freud por ser compreendido como tendo um objetivo diferente dos outros pulsões, neste caso, muito além do amor. Ademais, encontra-se ligado às pulsões do ego, e aqui Freud faz a ligação com a pulsão de dominação, salientando o fato de que não entende como possuindo um propósito libidinal. Logo após este trecho, no entanto, aponta sua mudança de olhar, colocando que “essas discrepâncias foram superadas; afinal de contas, o sadismo fazia claramente parte da vida sexual, em cujas atividades a afeição podia ser substituída pela crueldade” (id., 1930, p. 140).

A mudança radical que esta posição introduz é a relação estreita com o narcisismo, “isto é, a descoberta de que o próprio ego se acha catexizado pela libido, de que o ego, na verdade, constitui o reduto original dela e continua a ser, até certo ponto, seu quartel-general” (ibid., p.140). Isso indica que necessariamente existe, sim, uma injeção de libido neste objeto, mas que este tem como alvo o próprio sujeito. É uma teorização que vai ter longa e frutífera ação nos desenvolvimentos posteriores da psicanálise, leia-se, na maneira como Lacan irá pensar a pulsão parcial (que, com efeito, entende como sendo a única expressão possível da pulsão).

Levanta também o aspecto necessário e produtivo que esta



aplicação da pulsão de dominação teria, principalmente como uma instância de proteção da integridade do sujeito, compreendendo, assim, como a pulsão – animada libidinalmente e portadora de uma violência própria pelo fato do sujeito não ter controle sobre esta – é componente primal da violência.

Uma idéia mais fecunda era a de que uma parte do instinto [pulsão] é desviada no sentido do mundo externo e vem à luz como um instinto [pulsão] de agressividade e destrutividade. Dessa maneira, o próprio instinto [pulsão] podia ser compelido para o serviço de Eros, no caso de o organismo destruir alguma outra coisa, inanimada ou animada, em vez de destruir o seu próprio eu (*self*) (id., 1930, p. 141).

A relação intensa com o narcisismo, que citei acima, encontra-se relacionada com a satisfação experimentada e descrita pelos sujeitos que dela fazem parte, e Freud claramente anuncia esta satisfação libidinal no seguinte trecho:

Contudo, mesmo onde ele surge sem qualquer intuito sexual, na mais cega fúria de destrutividade, não podemos deixar de reconhecer que a satisfação do instinto [pulsão] se faz acompanhar por um grau extraordinariamente alto de fruição narcísica, devido ao fato de presentear o ego com a realização de antigos desejos de onipotência deste último (ibid., p. 144).

A sociedade civilizada tal como a conhecemos não seria possível se todo sujeito apenas realizasse seus desejos de onipotência, sendo necessária uma instância de controle e redução desta natureza destrutiva que Freud entende como natural do homem. É por isso que, quando pensa a guerra, Freud naturalmente a coloca em contraposição à paz e à civilização, pois a libertação destas tensões existentes em cada sujeito da sociedade só faz com que haja a nulificação de todo trabalho civilizatório até então. Aqui interessa a passagem em que Freud fala que, ao fim da guerra, também desaparecem as neuroses de guerra, pois, assim, é possível entender como este estado de libertação completa das rédeas civilizatórias também é danoso para o sujeito, mesmo que seja completamente reversível. Ou seja, Eros também está presente; não existe pura pulsão de morte, nem pura pulsão de vida em nossa vida

psíquica:

Mas o natural instinto [pulsão] agressivo do homem, a hostilidade de cada um contra todos e a de todos contra cada um, se opõe a esse programa da civilização. Esse instinto [pulsão] agressivo é o derivado e o principal representante do instinto [pulsão] de morte, que descobrimos lado a lado de Eros e que com este divide o domínio do mundo (ibid., p. 145).

Tal afirmação é reiterada em seu texto “Por que a guerra?”, no qual destaca que

Muito raramente uma ação é obra de um impulso instintual *único* (que deve estar composto de Eros e destrutividade). A fim de tornar possível uma ação, há que haver, via de regra, uma combinação desses motivos compostos (ibid., 1930, p. 253).

A pulsão de morte, na última teoria das pulsões que faz Freud, designa uma categoria fundamental de pulsão que se contrapõe às pulsões de vida, tendendo à redução completa das tensões no sujeito. Com efeito, trata-se de devolver o ser vivo ao estado inorgânico e homeostático.

O conceito de pulsão de morte continua sendo um dos que causam várias dissidências dentro da própria psicanálise, o que indica certa resistência dos próprios psicanalistas em absorver um conceito tão radical, mesmo em uma classe que costuma ter suas teorias tidas como radicais. Freud se utiliza de uma metáfora organicista, segundo a qual toda célula de um organismo pluricelular tenderia a voltar a um estado de homeostase completa, portanto a pulsão de morte levaria sempre um organismo à morte por fatores internos (Laplanche & Pontalis, 1967, p. 336), o que parece condizente com o envelhecimento e eventual morte de todo organismo, mesmo que não explique as mortes por outros meios ou mesmo a violência contra outros organismos. A pulsão de morte está inextricavelmente ligada a outras pulsões, como a de dominação e a de destruição. Esta teorização é explicada por sua ligação libidinal em diferentes vetores: quando ligada ao sexual, é entendida como o sadismo, voltada para o exterior; quando voltada para o interior, compõe o masoquismo primário, erógeno (Laplanche & Pontalis, 1967, p. 337).

A pulsão de morte muitas vezes é compreendida como a única pulsão, pois carrega em si um aspecto que Freud sublinha de maneira muito grave, o da repetição. A repetição do desprazer (ou do gozoso, segundo Lacan) é algo que, ao longo dos escritos de Freud, sempre propõe um desafio à sua compreensão da neurose e da pulsão. Se há uma pulsão de vida, ou de prazer, esta haveria de ao menos ter uma força suficiente para que o sujeito não se colocasse constantemente em situações que lhe causam intenso desprazer – o que os neuróticos comprovam a todo tempo que não ocorre. Em segundo lugar, figura a importância que a conceituações sobre agressividade, ambivalência, sadismo e masoquismo tomam na teoria psicanalítica ao longo do tempo, principalmente por causa dos casos de neurose obsessiva e de melancolia que trazem à tona muito claramente os joguetes pulsionais encontrados em tais casos. Em terceiro lugar, aparece a difícil teorização do ódio, primeiramente tida como relacionada à pulsão de vida (ou Eros), e em segundo lugar à pulsão de morte (ou Thanatos), tendo como pano de fundo os pares antitéticos Freudianos. O ódio, ao ser entendido como anterior às relações de amor, parece ter uma ligação com o narcisismo primário, mas acaba por borrar os limites entre pulsão de morte e de vida (Laplanche & Pontalis, 1967, p. 338).

O termo “pulsão de agressividade” aparece pela primeira vez com status de conceito na obra de Alfred Adler, porém Freud resiste à ideia de uma pulsão agressiva específica e diferenciada. Portanto, não utiliza o conceito como uma complementação às já estabelecidas pulsão sexual e pulsão de autoconservação. Freud apenas volta a utilizar o termo (já como *Agressionstrieb*) em “Mais além do princípio do prazer”, quando já está inserido no marco dualista das pulsões de vida e de morte. O que tem importância, no caso desta pretensa pulsão, é que ela precisamente é um dos termos que Freud utiliza poucas vezes e sempre com a marca da diferenciação em relação às pulsões de destruição e de dominação (Laplanche & Pontalis, 1967, p. 327).

A pulsão de dominação é de difícil tradução do original em alemão, *Bemächtigungstrieb*, sendo traduzida de maneiras variadas em diversas línguas. Laplanche & Pontalis (1967) sugerem pulsão de apoderamento como a tradução mais fiel ao alemão pelo fato de *bemächtigen* significar apoderar-se e dominar pela força. Principalmente para a leitora habituada a pensar a dominação através do feminismo, tanto a tradução da palavra quanto o seu uso em português são enganadores. O conceito inicialmente é utilizado para “una pulsión no sexual que sólo secundariamente se une a la sexualidad; al cominezo se

dirige hacia un objeto exterior y constituye el único elemento presente en la crueldad primitiva del niño” (Laplanche & Pontalis, 1967, p. 328).

A pulsão de dominação aparece pela primeira vez em 1905 nos escritos Freudianos e não é compreendida como uma pulsão que teria como alvo o sofrimento do outro – na verdade, parece simplesmente não levar o outro em conta – e, portanto, é independente da sexualidade. Em 1913, ao fazer a relação da pulsão de dominação com a fase anal-sádica do desenvolvimento psicosexual, Freud estabelece uma relação da pulsão de dominação com o sadismo e indica que apenas quando esta está a serviço da sexualidade é que pode, então, ser chamada de sádica (Laplanche & Pontalis, 1967, p. 328).

Com a publicação de “Mais além do princípio do prazer” e a introdução da pulsão de morte, o problema de uma pulsão específica de dominação se coloca de maneira diferente. Portanto, a relação com o sadismo se vê completamente modificada, uma vez que, ao não mais estar atrelada à pulsão de dominação, o sadismo toma sua face mais reconhecida ao estar relacionado com a destruição, tema recorrente da pulsão de morte. A partir deste momento, a pulsão de dominação figura como algo de que o sujeito se utiliza para controlar a excitação, seja esta advinda de suas próprias pulsões ou do exterior (Laplanche & Pontalis, 1967, p. 329).

A pulsão de destruição muitas vezes é utilizada por Freud no mesmo sentido que pulsão de morte, mas pulsão de destruição tem o sentido de pulsão de morte aplicada à experiência psicológica e biológica, assim como pulsão de morte aplicada ao mundo exterior. Freud também se utiliza do termo pulsão de destruição para delimitar o fim da pulsão de morte, visto que a pulsão em geral é considerada um conceito limítrofe em psicanálise, na medida em que faz uma necessária imbricação entre a vida psíquica e o exterior ao sujeito. Entende-se que a pulsão de destruição se refira aos efeitos mais acessíveis e manifestos da pulsão de morte, em especial pela dificuldade que teve Freud de dar exemplos que conseguissem especificar de maneira completa a pulsão, tornando este um conceito limite de um conceito que em si é definido por limites (Laplanche & Pontalis, 1967, p. 331).

Freud sempre criticou teorias das pulsões que fizessem a tentativa de uma catalogação. Afirmava que existem tantas pulsões quantas atividades humanas, sendo apenas possível que se analise a própria pulsão para que se compreendam os fatores decompostos da pulsão. Estes fatores, ou componentes, são interligados e se relacionam tanto com o corpo do sujeito quanto com o objeto alvo, mesmo que de maneiras diferentes.

Esta inter-relação se situa também no tocante à divisão artificial entre pulsão de vida e pulsão de morte. O que se encontra no sujeito é um amálgama de ambas, não é possível “limitar una u otra de las pulsiones fundamentales a una determinada provincia psíquica. Es necesario poderlas encontrar por todas partes” (Laplanche & Pontalis, 1967, p. 339).

Quando se estuda o quadro geral das pulsões encontradas nos sujeitos, vê-se que não é possível uma compartimentalização da pulsão (assim como Freud nunca conseguiu um exemplo puro – claramente inexistente – de pulsão de morte, por exemplo), visto que os sujeitos tendem a realizar manifestações a todo tempo contraditórias com um princípio de prazer, ou Eros, completo. Veem-se sofrendo, repetindo, demonstrando sintomas sem explicação puramente orgânica. Ou seja, aquilo que é denominado pulsão de morte está em ação em todos os sujeitos (Laplanche & Pontalis, 1967, p. 339).

Contudo, a pulsão de morte não deve ser compreendida apenas como uma negatividade. Existem fatores de suma importância para o chamado “movimento civilizatório” – que Freud ressalta em “Por que a guerra?” (Freud, 1980) – que são diretamente derivados da pulsão de morte. Como exemplo, toda desestabilização, toda reestruturação é derivada da pulsão de morte; ou, utilizando um exemplo mais objetivo, todos necessitamos de uma dose de pulsão de morte para nos levantarmos da cama todos os dias. Por isso, em “Mais Além do Princípio de Prazer” (Freud, 1977 [1920]) Freud ressalta que muitas vezes o próprio princípio de prazer parece colocar-se a serviço da pulsão de morte.

O efeito mais radical do pensamento Freudiano acerca da pulsão de morte é a centralização desta como liga indissolúvel de conceitos outrora desunidos ou estanques. O desejo, a agressividade, o sexual são todos inexoravelmente atrelados ao desejo de morte (Laplanche & Pontalis, 1967, p. 342); e, desta maneira, a conceituação e compreensão da violência se torna possível. Ao mesmo tempo em que o narcisismo habilita e garante ao agressor destacar-se da vítima (ou por vezes se identificar e aí gozar), a pulsão de morte – entremeada pela sexualidade e pela agressividade – executa o movimento de desestabilização do outro. Assim se faz o jogo sádico encontrado em algumas cenas de violência sexual – devo deixar claro que não em todas e que essa não é uma hipótese exclusiva ou ainda generalizante. Nesse

cenário, outras teorias ainda se fazem necessárias para explicar outros fatores. Para tanto, lança mão do feminismo e da teoria queer.

## 2.6 Pulsão Parcial

No seminário “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise” (Vol. 11), no capítulo sobre a desmontagem da pulsão, Jacques Lacan remete-se a Freud para falar do aspecto diferencial do termo dos quatro componentes da pulsão (*Trieb*): fonte (*Quelle*), impulso (*Drang*), objeto (*Objekt*) e alvo (*Ziel*). Afirma que Freud dá à noção de impulso um caráter de excitação (*Reiz*), mas que, diferente da estimulação proveniente do mundo exterior, se trata de uma excitação interna, diferenciada da necessidade (como a fome, a sede ou o sono) (ibid., p. 154). Ao longo do capítulo, faz uma análise de todos estes componentes fundamentais da pulsão, sendo que o impulso é identificado pura e simplesmente com a descarga, “a saber, a transmissão da parte admitida, ao nível do estímulo, do suplemento, de energia, a famosa quantidade Qn do *Entwurf*” (Lacan, 1985, p. 155).

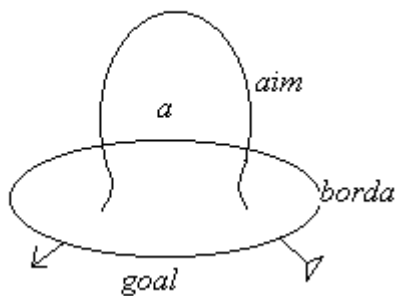
Neste desmonte da pulsão, Lacan também indica algumas das características básicas da pulsão, como o fato de que a pulsão é uma força constante, mesmo que admita variações de intensidade. Na pulsão, “não se trata de modo algum de energia cinética, não se trata de algo que vai se regir pelo movimento. A descarga é de natureza completamente diferente” (Lacan, 1985, p. 157). Outra destas características é a relação da pulsão com seu alvo: ela nunca o atinge, é inibida neste ponto, inclusive por uma impossibilidade de efetivamente englobar por completo o objeto; a satisfação da pulsão se dá muito mais pelo contorno, pela passagem pelo limite do alvo, do que por sua absorção ou atravessamento.

A fonte, ou *Quelle*, é também entendida como a borda, borda erógena do corpo. Esta borda não é necessariamente qualquer parte específica do corpo, como a boca ou o ânus, mas qualquer parte erotizável do corpo, a qual pode ser atravessada pela pulsão e, assim, funcionar como limite entre o corpo e o objeto (Lacan, 1985, p. 159).

O alvo, ou *Ziel*, é basicamente a rota tomada pela pulsão ao contornar o objeto. Utiliza-se o inglês *aim* (mira) para metaforizar esta rota, pois o objeto (*Objekt*) da pulsão é efetivamente o objeto de interesse, o objeto sendo investido pelo sujeito. Porém, este objeto, como antes explicado, nunca é realmente atingido, em nenhuma situação

de satisfação pulsional. Portanto, esta rota que perpassa o objeto pela sua borda, possivelmente tocando outra borda erógena quando se trata de outro sujeito, é o que produz a satisfação pulsional, a descarga (Lacan, 1985, p. 160).

A pulsão parcial pode ser explicada, de uma maneira muito resumida, como um “movimento circular do impulso que sai através da borda erógena para a ela retornar como seu alvo, depois de ter feito o contorno de algo que chamo de objeto ‘a’” (Lacan, 1985, p. 183), explicitado na figura 5, abaixo:



Em uma passagem do artigo “A pulsão parcial e seu circuito” do Seminário XI, Lacan explicita ainda mais o que define como pulsão parcial na seguinte passagem:

É em razão da realidade do sistema homeostático que a sexualidade só entra em jogo em forma de pulsões parciais. A pulsão é precisamente essa montagem pela qual a sexualidade participa da vida psíquica, de uma maneira que se deve conformar com a estrutura de hiância que é a do inconsciente (Lacan, 1985, p. 167).

Nesta passagem, clarifica-se como se enredam os variados conceitos que venho explicitando ao longo deste capítulo. E é com base neste enredamento que faço a aposta de que é possível compreender o discurso como representante ideativo da pulsão, através exatamente da ligação por excelência que a pulsão mantém com o inconsciente, que sempre acaba por desvelar também a sexualidade. Dessa forma, tomo as entrevistas realizadas nesta pesquisa como possibilidades de se

enxergarem todas estas estruturas e de se analisá-las à luz da psicanálise e da performatividade.

Outra questão de importância que aparece imbricada em todas estas instâncias é a do corpo – corpo este perpassado pelo desejo, constituído especularmente. Lacan aponta que a integração da sexualidade à dialética do desejo passa por aquilo que designa como aparelho, ou aquilo que no corpo pode aparelhar-se, distinguir-se daquilo com que os corpos podem emparelhar (Lacan, 1998 [1964], p. 168). Esta passagem é de suma importância, pois aqui se elucida o posicionamento lacaniano em relação ao gênero – obviamente não pensado neste termo –, na medida em que, para ele, o corpo toma forma como o suporte do aparelho psíquico, sem definição sexual por via de qualquer aparelhamento orgânico; pelo contrário, o que se dá é que os corpos estão “emparelhados”, todos no mesmo nó de sexualidade/desejo/pulsão.

## **2.7 Violência e Pulsão**

Gostaria de apresentar uma breve leitura crítica dos conceitos de violência e agressão em Psicanálise. No senso comum, é bastante normal que os termos sejam confundidos, porém não podemos ter essa mesma liberdade quando lidamos com um conhecimento que é tão baseado na língua (assim como suas formas padronizadas e aberrações), como a Psicanálise. Para isso, utilizarei alguns textos de Freud e de Lacan e de outros autores que fazem uma leitura deles.

Com efeito, em repetidas ocasiões Freud indica que, mesmo nas situações em que há a tendência à destruição do outro e de fúria cega, pode-se sempre encontrar a satisfação libidinal, satisfação sexual dirigida ao objeto, ou gozo narcisista (Laplanche & Pontalis, 1967, p. 338).

Essa delimitação está no âmago da compreensão da violência sexual. Faço a leitura de que a violência sexual sempre é tomada como uma das mais destruidoras e temidas – e muitas vezes ressaltada por teóricas feministas como um dos grandes componentes da dominação exercida pelo masculino contra o que é entendido como feminino (cf. MacKinnon, 1987; Hester, 1992 – violências que um sujeito pode sofrer. Não só no caso das mulheres, mas estudos sobre homens que foram vítimas de estupro também afirmam a potência psíquica que lhe é atribuída. Esta potência parece derivar de um construto social: o estupro é pior do que a morte; equivale a uma constante tortura, inescapável, irremediável; é uma marca, um trauma no sentido mais inicial



Freudiano, algo que fica para o sujeito como um inchaço psíquico em seu sistema libidinal até que seja possível, de alguma maneira – seja a sublimação ou a resolução pelo retorno do recalque ou o tratamento psicanalítico –, desfazer o que foi feito. Tenho de adicionar uma crítica neste momento. Enquanto pensarmos o estupro como se teorizou a violência no início do percurso psicanalítico – como um irrepresentável –, nunca será possível uma resolução satisfatória. E tomá-lo assim só reitera o *status quo* produzido até então, desfazendo-se qualquer possibilidade de entendê-lo, sim, como uma linguagem. O ponto essencial de se entender o estupro como linguagem é que, por esta via, temos a possibilidade da mudança, da desestabilização, da desconstrução e da ressignificação radical. Portanto, em termos políticos e psíquicos, não vejo outra maneira de pensar o estupro senão como uma linguagem produzida no seio do psiquismo socialmente instituído – e, como linguagem, passível de ser destronado de seu lugar de imperador de todos os crimes da sociedade ocidental.

Em toda sua obra, Freud sempre faz uma associação – por vezes maior ou menor – entre a sexualidade e a agressividade, assim como marca como em alguns pontos existem também separações entre estas, mesmo que sejam em geral muito menos teorizadas, como é o caso da pulsão de dominação, que inicialmente se aplica à dominação em termos de posse de um objeto, sem que haja aí um investimento sexual. E “essa associação inerente e natural entre agressividade e sexualidade marca a inegável influência da segunda sobre a primeira, como também marcará as desavenças entre ambas” (Endo, 2005, p. 147).

Outro ponto em que recai o olhar de Freud é o da relação entre agressor e agredido, o qual é explicado principalmente através do sadomasoquismo. Neste sentido, entende que “os processos violentos, destrutivos, agressivos sob a forma da mutualidade da implicação intrínseca e, nesse sentido, uma imbricação radical entre o agressor e a vítima naqueles processos examinados pela psicanálise” (Endo, 2005, p. 148). Esta é uma visão que foi levada ao seu extremo em algumas linhas do pensamento psicanalítico – principalmente aquelas influenciadas pela leitura kleiniana –, resultando na chamada culpabilização da vítima nos casos de violência, em especial a sexual. Partindo de uma leitura que considerava as práticas sexuais consensuais seu objeto, é estabelecida – utilizando-se os mesmos preceitos sem adaptação – uma análise das práticas não consensuais, resultando em uma situação na qual a psicanálise é tida como revitimizadora. Esta tendência por vezes é entendida como replicada no seio de outras linhas da psicanálise por esta ser uma prática que tem como um de seus cernes a responsabilização do

sujeito por seus desejos (mesmo aqueles inconscientes), o que abre a possibilidade de que as vítimas de um crime no qual nada de seu desejo (novamente, mesmo o inconsciente) estava implicado possam ser erroneamente responsabilizadas. Creio que deixo claro minha posição contrária a essa leitura que provoca uma revitimização e responsabilização da vítima de um crime.

Neste sentido, é essencial que se compreenda que existem diferenciações radicais entre o sadomasoquismo, para o qual existe a associação entre dor física e dor psíquica ao prazer e a neurose traumática (também compreendida como aquela a que grande parte da população tem acesso por ser estruturalmente difundida pela repressão), sendo que o sujeito é impelido constantemente à repetição de seus desprazeres. Afinal, são formas diferenciadas de se experimentar subjetivamente a violência ou de superá-la (Endo, 2005).

A importância da compreensão de Freud sobre o sadomasoquismo encontra-se precisamente associada ao fato de tê-la nomeado em suas duas vertentes ao mesmo tempo, pois esta é a estruturação psíquica encontrada nos sujeitos. Trata-se de uma copertinência de ambos os impulsos, assegurados pela necessidade de infligir ao objeto (sendo que este pode ser tanto o próprio sujeito quanto outro) dor e desta dor obter um prazer específico (Endo, 2005, p. 148).

No que toca ao sadismo, o que constitui o prazer para o sujeito não é a mera ação agressiva ou violenta em relação a alguém, mas o prazer intenso experimentado pelo sujeito sádico ao fazer com que outro sofra, sendo esta a condição única de satisfação (Freud, 1905, p. 143).

Freud, muitas vezes, entre 1905 e 1920 faz uma leitura do sadomasoquismo como herdada de um instinto animal e utilizada para os fins do submetimento do parceiro ao coito. Porém, essa compreensão que Freud utiliza parece ser empobrecedora, ao passo que a redução da rica vida sexual e erótica humana meramente a uma herança faria com que apenas a evolução tivesse papel chave para a compreensão destes fenômenos, enquanto tudo que a psicanálise vem estudando ao longo de seus anos como prática estabelecida aponta para uma quase radical prevalência da construção social como fonte das diferentes expressões eróticas humanas (Endo, 2005, p. 151).

Já em “O mal-estar na cultura”, Freud faz uma tentativa de ordenação das violências como entrevistas pela psicanálise e postula que as exteriorizações da pulsão de destruição dirigidas para o exterior e para o interior do sujeito estão intrincadas com liga erótica (Freud, 1930, p. 116). Tal afirmação indica uma modificação do entendimento anterior, que tinha como cunho a pulsão de dominação, a qual, ligada a

objetos inanimados e a posses, parecia não compreender em seu seio a sexualidade como parte do que compõe a violência. Ressalto também a relação importante que existe entre a pulsão de morte e o narcisismo. Não só em seus fatores primariamente constituintes, mas também nos fenômenos em que a pulsão de morte aparece, o narcisismo tem função central. A humilhação, a destruição e dominação de outrem só são possibilitadas a partir do ponto que o sujeito que as exerce está suficientemente destacado narcisicamente, pois qualquer identificação tornaria muito difícil o exercício de tais atos, assim como também o atentado contra o narcisismo do outro pode ser entendido como a pior ofensa possível (Endo, 2005, p. 156).

Ainda outros proponentes, como Daniel Lagache, desconsideram que possamos compreender a pulsão de morte como englobadora de todos os efeitos, como a destruição, a autodestruição, a violência e a agressividade. Considera que devemos entender as diferentes facetas como unívocas em si, sem necessariamente haver uma equivalência ou uma identidade que as perpassa, mesmo que agrupadas sob a denominação de pulsão de morte (Lagache, 1960 *apud* Endo, 2005, p. 156).

O sadomasoquismo toma uma dimensão icônica dentro das teorias psicanalíticas ao longo do tempo (Endo, 2005, p. 157), a despeito de teorizações sobre a violência vivida cotidianamente pelos sujeitos na sociedade. É necessário atentar que a psicanálise sempre tende a valorizar o sexual por considerá-lo premente na instituição e produção de sujeitos, porém o corpo teórico sofre quando colocado frente à problemática da violência cruenta que jaz em nosso entorno.

Outro contorno suscitado pela obra Freudiana sobre a violência é a distinção entre dois tipos de vetor pulsional para a violência. Assim como nem toda pulsão de morte que se apresenta tem consequências indesejáveis, a pulsão de vida também apresenta uma mescla com a violência. As violências regidas pelo princípio de prazer também existem, e estão alicerçadas na gênese e na perpetuação. A repetição inclui o novo, e está atrelada à pulsão de morte.

O desenvolvimento das teorizações sobre a violência em Freud tomam dois destinos ao longo de sua obra: a pulsão de morte e o sadomasoquismo. Em resumo,

(...) a pulsão de crueldade desaparecerá da obra freudiana, absorvida pelas reflexões sobre o sadomasoquismo, e a pulsão de dominação continuará a figurar em textos posteriores,

adquirindo ora menor, ora maior relevo e força; a pulsão de agressividade será completamente absorvida pela pulsão de morte (Endo, 2005, p. 159).

Costa (1985) cita Françoise Gantheret, que pensa a violência no mesmo eixo da paixão ou da loucura, como um conceito impossível, mais semelhante a um espasmo ou a uma convulsão, numa analogia ao corpo e ao movimento. Mesmo que na violência não haja necessariamente uma finalidade, ainda assim há um alvo quando se trata de violência entre sujeitos. E, mesmo assim, abala o corpo em um radical transbordamento de qualquer funcionalidade (Costa, 1985, p.15).

Mesmo que trabalhemos a partir da hipótese de que a violência tem a característica do irracional, do inapreensível, do impossível de representar, temos de admitir que ela se presta, assim como o inconsciente, a uma certa análise partindo do seio da psicanálise (Costa, 1985, p. 16). Muitos dos temas da psicanálise são tidos como dificilmente representáveis na linguagem para a linguagem, o que não os impede, mesmo assim, de serem tratados de inúmeros *fronts*. Na verdade, parece que definir a violência como ato negativo absoluto da razão serve apenas para enquadrá-la no rol de atos “irracionais” dos seres humanos, que nem por isso os destacam de uma vivência social, objetiva e subjetiva muito bem definida. O eclipse da razão, nesse caso, parece vir mais à tona em razão de uma suposta defesa da racionalidade humana do que necessariamente de uma explicação que dê conta do fenômeno da violência como ocorre em todas as sociedades.

Outra teoria bastante corrente na psicanálise é de que a violência seja fundante do psiquismo, tomada nessa leitura principalmente pela chamada violência da linguagem, que força o sujeito a abandonar seu estado primordial dentro de uma estrutura em que tem muitas de suas necessidades e demandas satisfeitas. A ascensão a outro estado é muito bem discutido em qualquer trabalho que lide com o Édipo, não sendo o intuito deste trabalho a elaboração dessa passagem e seus diversos atos. Outro argumento é o da violência inerente ao movimento civilizatório, no qual as pulsões domadas pelo avanço da sociedade estruturada seriam repressivos aos movimentos pulsionais/sexuais, criando uma barreira semelhante à da linguagem, mas pervasiva a toda vida a do sujeito (a linguagem faz o mesmo movimento, mas parece ter uma culminação específica, enquanto o movimento civilizatório está sempre superposto a qualquer sujeito). Esses pontos que levantei parecem estar vinculados às concepções de

Ferenczi de identificação ao agressor e de violência iniciadora da sexualidade adulta (Costa, 1985, p. 18).

Outra concepção fundante dessa hipótese sobre a violência é a de que ela se cria pelo fato de a criança ter de dar conta de exteriorizar ou introjetar uma excitação sexual que seu aparelho psíquico não é capaz ainda de realizar. Porém, novamente caímos na armadilha de banalizar a violência através de um conceito que a tudo engloba. Evitar esta generalização necessita de um olhar objetivo que consiga entender a constituição do sujeito na linguagem – um fato que ocorre com todos os falantes e que nem por isso produz em todos uma violência descontrolada. Mesmo que a violência ocorra neste caso, ela não dá o tom da vida do sujeito, nem o torna essencialmente violento.

Porém, se formos ainda mais às origens, podemos dizer que já em Aristóteles se encontra a explicação da noção da violência como fundante do sujeito pelo seu conceito de “violência como a qualidade do movimento que impede as coisas de seguirem o seu movimento natural” (*apud* Costa, 1985). Claramente, essa posição é contrária à psicanálise, que sempre entende o psiquismo e sua formação como um processo inerentemente cultural. Não há psiquismo sem o outro, sem a linguagem, sem pulsão ou sexualidade.

Em 1920, com “Além do princípio do prazer”, Freud estabelece a pulsão de morte como outro fator importante da vida psíquica, reordenando a antiga vida pulsional e colocando a destruição do sujeito e do objeto em primeiro plano. Portanto, juntamente com a sexualidade, a destruição agora passa a ser considerada um dos elementos primordiais da vida psíquica e social do homem (Costa, 1985, p. 29). Ora, se a destruição está vinculada à pulsão, e a pulsão vinculada ao desejo (este que não existe como puramente inconsciente), então a violência/destruição só pode estar na vida chamada “racional” do homem, topologicamente situada no consciente da primeira tópica.

Mesmo que seja assim entendida, a violência tem uma relação inextricável com a pulsão, portanto não é apenas situada na consciência, mas tem um fator inconsciente e pulsional que também é de grande importância, como afirmado no texto de 1932 de Freud, “Por que a guerra?” (*ibid.*, p. 253). Freud estabelece também algumas relações entre os impulsos de destruição com motivos morais (racionais) que se coadunam com a pulsão de destruição, considerada constitucional do ser humano. Essa leitura não parece ser levada à frente por Lacan ou por teóricos posteriores a Freud, vide toda a crítica ao essencialismo presente na literatura contemporânea, porém podemos entendê-la como sendo constitutiva e constituinte do sujeito e, assim, compreender

melhor o uso da palavra por Freud, de maneira que se integre com a produção de conhecimento atual. A noção de instinto e a noção de pulsão em Freud, afinal, já foi criticada em variadas obras e constitui um erro de tradução conhecido da *Trieb*. Convém alertar que atualmente a tradução aceita de *Trieb* é pulsão.

Freud inicia sua resposta a Einstein em “Por que a Guerra?” afirmando que concorda com ele em sua suposição de que a violência é resultado de um conflito de interesses – o que podemos dizer que é uma derivação da leitura contratualista, que é subliminar ao próprio “Totem e Tabu”.

Porém, temos de nos haver com o fato de que já em Ferenczi temos outra visão, e uma bastante propagada: a de que a violência é constitutiva do sujeito, assim como da sociedade. Gostaria de fazer uma breve crítica a essa visão, pois, se considerarmos que a assunção do sujeito ao Simbólico e à cultura que se dá no Édipo é violenta, estaremos, então, advogando que a sociedade e a cultura não existem e que um estado de selvageria (e note-se a ironia da palavra utilizada) seria menos violento que a civilização como a conhecemos. Proponho, então, que se entenda a entrada do sujeito na cultura como meramente arbitrária, mas não violenta.

Outra teoria que circula e que também tem suas origens nos primeiros escritos psicanalíticos é o de que toda pulsão sexual para a criança é violenta, pelo fato de que extrapola suas possibilidades psíquicas de lidar com esse excesso. Ora, não é exatamente essa pulsão que institui o desejo no conhecido processo da saída da necessidade para o desejo, a demanda e posteriormente (e em decorrência) o gozo? Novamente, não podemos atribuir uma qualidade violenta a uma etapa extremamente necessária para a criança e sem a qual esta não faria a mais humana das ações: desejar.

Como definir a violência, então? Como escapar ao imbróglio com a agressividade? Como escapar de um conceito que se tornou tão polissêmico que a tudo engloba? No final, a resposta não é tão complexa: como afirma Jurandir Freire Costa, “a violência se define quando existe o desejo de destruição do outro”. A esse conceito, eu ainda agregaria que também se produz violência quando se assujeita outro sujeito, quando tornamos o outro objeto e dele usufruímos (sim, são outras formas de destruição, mas que muitas vezes escapam aos incautos).

Outro ponto interessante é a relação entre a violência e o Outro. Na antropologia, costuma-se dizer que a violência é sempre exercida contra o estrangeiro, aquele que está fora do campo de reconhecimento

cultural. E, em uma metáfora com o próprio “Totem e Tabu” de Freud, podemos pensar que essa afirmação não está de toda forma errada, tanto ao pensar no Pai Devorador como estrangeiro aos filhos quanto, no segundo momento da metáfora, na própria desconfiança que a culpa produz nos filhos, tomando os outrora iguais como estrangeiros. Porém, se pensamos o Outro como instância Simbólica representante da cultura e entendemos que se pode aplicar esta cunha como jogo de poder/interesse, também ficam mais claras situações como a discriminação de pequenas etnias, racismo, guerras entre facções diferentes. Não é só isso, certamente, mas é uma parte da equação.

Aqui, gostaria de trazer as considerações de Lacan, suas teses sobre a agressividade em Psicanálise para breves comentários (ressalto que grande parte destas teses se apresenta novamente nas análises das entrevistas):

*TESE I: A agressividade se manifesta numa experiência que é subjetiva por sua própria constituição.*

Nesta tese, Lacan coloca as bases subjetivas da agressividade, ou seja, a agressividade só pode ser entendida como fenômeno subjetivo. Aquilo que é agressivo para um sujeito pode muito bem não o ser para outro. Portanto, não existe um denominador comum quando se fala de agressividade. Existem alguns conceitos-limite, algumas delimitações de razão moral, mas definição completa é impossível.

*TESE II: A agressividade, na experiência, nos é dada como intenção de agressão e como imagem de desmembramento corporal, e é nessas modalidades que se demonstra eficiente.*

Imagos do corpo despedaçado: castração, mutilação desmembramento, desagregação, devoração, explosão do corpo.

A agressão forma o corpo, seja na moda, seja na tatuagem e na mutilação de grupos considerados “primitivos”. Sempre existe uma aplicação libidinal no próprio corpo, narcísica. Cada modelagem feita desta maneira é necessariamente vivida como agressividade.

Porém, não se aplica só ao próprio corpo. A imagem do desmembramento, por mais que seja pregnant em várias situações, como a psicose ou as fantasias, é também o que parece estar por trás de muitas agressões que têm simbologia ritual. Um exemplo seriam as execuções que acontecem em áreas dominadas por grupos criminosos no Brasil, onde tiros em partes específicas do corpo equivalem ao motivo pelo qual a morte aconteceu.

*TESE III: Os impulsos de agressividade decidem sobre as razões que motivam a técnica da análise*

Trata-se de uma tese mais relacionada com a utilização da agressividade em análise. A técnica de mostrar o saber insabido, de alertar o sujeito para suas repetições e desnudar o fantasma são todas derivadas de uma necessária agressividade que transparece na relação transferencial. Sem essa característica de agressividade, provavelmente a psicanálise não seria efetiva.

*TESE IV: A agressividade é a tendência correlativa a um modo de identificação a que chamamos narcísico e que determina a estrutura formal do eu do homem e do registro de entidades característico de seu mundo.*

Essa tese vê sua origem já em Freud, em textos como “Por que a guerra?”. O narcisismo é pedra fundamental em qualquer estudo que leve em consideração a agressividade, visto que o narcisismo é necessário para que o sujeito consiga realizar uma agressão, assim como necessário para a estruturação psíquica de todos. O registro de entidades de que fala Lacan parece relacionar-se com a organização simbólica.

A agressão, portanto, é sempre no Amor – fora disso não faz sentido. E é pensada aqui como manifestação do narcisismo, o outro lado da moeda do narcisismo, sendo que fora disso realmente não faria sentido por não lograr qualquer coisa para o sujeito que faz sua aplicação.

Lembrando que a violência só existe entre seres humanos – entre os animais, Costa (1984) afirma que encontramos apenas agressividade – e que ela carrega um peso simbólico particular, gostaria de levantar algumas questões quanto às suas possíveis leituras nos campos epistemológico, ôntico e relacional.

Primeiramente, qual a relação da pulsão com a violência? Parece-me que, se temos no gozo a repetição do fantasma que sempre se liga à relação do sujeito com o objeto a, podemos pensar que a pulsão de morte se expressa na violência pela manutenção de uma situação homeostática entre dois sujeitos. Temos também de pensar que a transformação do outro em objeto não é necessariamente uma situação criada apenas por um sujeito (por mais que, em casos radicais, em que um dos sujeitos se encontra inconsciente ou em uma situação de dominação física completa, isso não se aplique). É necessário que este outro aceite essa posição, e isso está necessariamente imbricado com a sua relação fantasmática. Ou seja, outra maneira de pensar a violência é



o traçado do desejo, que pode expressar-se de maneira gozosa, como explanado acima.

A pergunta que me faço, então, é: haveria outra maneira? A resposta parece ser sim, tanto nas situações de radical sujeição quanto nas situações em que a violência acontece sem que haja qualquer possibilidade de revide por conta do sujeito alvo desta violência (independente das relações gozosas que possam aí ser estabelecidas).

Em segundo lugar, questiono: se existe a possibilidade da decomposição da violência sexual à pulsão e, então, o desmonte dessa pulsão em suas quatro partes fundamentais, isso me possibilitaria desconstruir também o movimento psíquico realizado pelos sujeitos que cometem a violência?

Novamente, parece-me que em parte a resposta é sim; porém, para que fosse possível fazer tamanho desmonte pulsional, seria necessária uma investigação muito aprofundada e longa daquilo que o sujeito experimentou em sua vida e como ele se estruturou fantasisticamente e psiquicamente. Tal objetivo vai além do escopo proposto pelas entrevistas que foram realizadas e das possibilidades abertas pela instituição onde foram feitas, o que não impede uma tentativa, por parte do pesquisador, de fazer esta leitura, mesmo que com material muitas vezes incompleto e sem possibilidade de explorar novamente o discurso daqueles que já foram ouvidos. Não obstante, o desejo se mostra nesse projeto de desmontagem da pulsão.

Um dos aspectos da análise que utilizo para compreender o discurso dos sujeitos entrevistados é a análise seus lapsos, seus atos falhos. Freud enuncia que

(...) o responsável por um lapso de língua não é o acaso, nem a semelhança no som, nem uma simples dificuldade de articulação, mas que em todos os casos podemos descobrir um conteúdo ideativo [representacional] perturbador, isto é, um complexo, que alterou o sentido da fala intencionada sob a forma aparente de um lapso de língua (Freud, 1974 [1906], p. 107).

Procuo, assim, estes erros que passam despercebidos no discurso e na audição comum, para detectar algum núcleo do que seja importante ou recalçado para os sujeitos, possibilitando, através de uma escuta quase analítica, uma aproximação do que poderia ser entendido como a verdade do sujeito. Afinal,

Tal perturbação significa que na mente do sujeito o complexo está catexizado com afeto, sendo capaz de desviar sua atenção da tarefa de reagir; assim, vê-se nessa perturbação uma “autotraição psíquica” (Freud, 1974 [1906], p. 109).

Nestes lapsos, podemos encontrar, então, alguma ideia, em geral relacionada com a neurose do sujeito que a enunciou. Aí adentramos outro conceito Lacaniano de importância: a diferença entre o enunciado e a enunciação

## **2. 8 Discurso, Enunciado e Enunciação**

A articulação de um discurso em linguística clássica toma a forma de uma separação entre enunciado do discurso e o ato de enunciação, que elabora o primeiro. Essa divisão é realizada em seus blocos elementares, ou seja, no encerramento de uma frase existiria também o encerramento significante carregado pela frase, desde seu início até a pontuação (Lacan, 1986, p. 86).

Mas esta relação clássica do ponto de vista Lacaniano toma uma forma absolutamente elementar para se compreender a relação do sujeito falante com o inconsciente e o desejo. A enunciação, portanto, é, com efeito, um ato individual da língua; e o enunciado, um resultado deste ato de enunciação. Podemos compreender que, no fim desta sequência, existe a produção – a criação – de um sujeito falante (Dor, 1989, p. 115-116). Explicitado de maneira diferente por Schafer (2006, p. 2), “no enunciado o sujeito é plenitude e concretude, mas no ato de sua enunciação ele desaparece para dar lugar somente aos seus efeitos”.

Ao ingressar nos temas da linguística, Lacan se depara com algumas conceituações que ainda não eram presentes em seu pensamento sobre o simbólico. De grande importância para se pensar o sujeito dentro do ensino lacaniano são os conceitos de enunciado e enunciação, presentes na leitura sobre o sujeito na relação com o simbólico. Ambos os conceitos são derivados das leituras sobre linguística que Lacan faz. Aqui se faz necessário apontar uma importante relação teórica para este trabalho – falo do ato performativo, elaborado por Austin e a escola de Oxford. É um conceito que indica que o ato da fala tem um fator inerentemente constitutivo, portanto faz aquilo que descreve. O performativo é independente da verdade, visto

que isso nada tem a ver com a constituição discursiva; porém, ao criar uma realidade discursiva, torna real e atualiza aquilo de que fala.

O enunciado está ligado praticamente ao frasal, aos movimentos próprios da língua falada. Já a enunciação tem um caráter mais complexo, principalmente por sua característica de inconsciente e instituinte. No momento em que o sujeito pensa a frase e a fala, produz-se um diferencial. O ato da enunciação em si é produtor; em um possível sentido, é performativo. Ao dizer, o sujeito se faz e se estabelece na economia significante.

Este sujeito, comumente criticado por ser pensado como sujeito desaparecido, na realidade tem uma função muito bem situada como produtor da cultura na qual se encontra, assim como autor da enunciação – mesmo que muitas vezes seja cortado pela barra lacaniana, o que torna a enunciação um ato de saber insabido –, que tem como efeito a produção discursiva. Esta é uma produção inegavelmente positivada, visto que, em análise, ela produz a interpretação e posterior queda do analista a resto; na política, ela institui tudo que conhecemos como disputas e mal-entendidos; e, no discurso comum, produz a fala vazia de Lacan (que nem pelo nome significa que seja completamente esvaziada de sentido; esta só é vazia no que concerne ao sujeito do gozo e do inconsciente).

Neste caso, existe uma oposição entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação, de certa maneira espelhando a oposição que se evidencia no interior do sujeito barrado. O sujeito, sendo entendido como advindo da linguagem (ou ao menos da hiância da corrente significante), torna óbvio que, no próprio ato da produção do significante na fala, advenha o sujeito como enunciação (Dor, 1989). Tão logo isso acontece, entra em cena o *Vorstellungrepresentanz* freudiano ou o representante da representação, maneira que Freud usou para conceituar a necessária quebra entre o *cogito* cartesiano e o sujeito do inconsciente. Esta impossibilidade do sujeito de demonstrar a representação pura acaba por assinalar que existe uma barreira onde o sujeito se perde na verdade de seu ser.

Esta divisão já estava anunciada na obra de Freud, ficando clara principalmente no tocante à pulsão (nesta passagem erroneamente traduzida como “instinto”, do original *Trieb*), que coloca para o sujeito do inconsciente a impossibilidade do acesso à pulsão pura:

Um instinto [pulsão] jamais pode tornar-se um objeto da consciência - somente a idéia [*Vorstellung*] que representa o instinto é que pode.

Mesmo no inconsciente, além disso, um instinto [pulsão] não pode ser representado de outra forma senão por uma idéia [...]. Quando, não obstante, falamos de um impulso instintual inconsciente ou de um impulso instintual reprimido [...] referimo-nos apenas a um impulso instintual [moção pulsional] cujo representante ideacional é inconsciente (Freud, 1915, p. 131).

Neste sentido, o sujeito do inconsciente e do desejo deve ser situado no nível do sujeito da enunciação:

Com efeito, o eu que enuncia, eu da enunciação, não é o eu do enunciado, quer dizer, o *shifter* que, no enunciado, o designa. Daí que, do ponto em que enuncio, me é perfeitamente possível formular de modo válido que o eu – o eu que, nesse momento aí, formula o enunciado está mentindo, que mentiu um pouco antes, que mente depois, ou mesmo que dizendo eu minto, ele afirma que tem a intenção de enganar (Lacan, 1964 [1998], p. 133).

Este sujeito barrado em Lacan tem uma dupla origem: por um lado, a incidência do significante no desejo e, por outro, a pulsão Freudiana. Lacan esclarece esta divisão afirmando que “é o reconhecimento da pulsão que permite construir, com mais certeza, o funcionamento dito, por mim de divisão do sujeito, ou de alienação” (Lacan, 1964 [1998], p. 228).

Emergindo através da linguagem pelos constantes atos de articulação com significantes e nas hiências desta cadeia, aparece uma singularidade: o sujeito. Todo este processo, no entanto, é articulado pela enunciação. Esse sujeito advém da linguagem, do ato da articulação significante (Carvalho, 2008, p. 60).

Ao comentar um dos sonhos que Freud interpreta em sua obra, no qual um sujeito sonha com seu pai morto mas sem saber, neste sonho, que ele está morto, Lacan anuncia que:

Esse *ele não sabia*, no imperfeito, guarda o campo radical da enunciação, quer dizer, da relação mais fundamental entre o sujeito e a articulação significante. Isso quer dizer que ele não é o agente, mas o suporte, na medida em que não saberia mesmo suportar as conseqüências. É na

sua relação com a articulação significante que ele, sujeito, surge como consequência (Lacan, Seminário 7, p. 258-259).

Novamente se anuncia a questão da enunciação como constituinte do sujeito, assim como a questão da constituição do sujeito e seu lugar de agenciamento, proposta rejeitada por Lacan, que vê o sujeito como suporte e produtor do significante. Essa discordância é melhor explicitada por Michel Arrivé (2000, p. 32):

(...) então a coalescência dos dois sujeitos é, rigorosamente falando, impossível. Será então que há entre o enunciado e a enunciação uma clivagem completa, uma discordância absoluta? Aqui também a resposta de Lacan é totalmente segura: sim, existe mesmo “disjunção”, “discordância”, *Spaltung* — divisão, cisão, clivagem — entre o enunciado e a enunciação.

Um dos conceitos também utilizados por Lacan e tomado de estudos linguísticos é o dos *shifters*, ou embreantes, que seriam formas discursivas de anunciar o próprio sujeito que fala. O exemplo utilizado por Lacan é o *ne* francês, que compreende certa ambiguidade por ter sentido negativo e ser usado em algumas frases também para dizer onde está o sujeito, parte intraduzível para o português. Segundo Lacan (1988 [1966], p. 664), “o sujeito da enunciação enquanto atravessa seu desejo não está em parte alguma senão nesse *ne* cujo valor deve ser encontrado em uma precipitação em lógica”. Nesta passagem, Lacan fala do sujeito, sujeito da enunciação, enunciação de uma temerosidade sobre algo que não sabe que deseja. Essa marca do conceito Lacaniano é prontamente vista em clínica no discurso de sujeitos que se veem ilhados de seu desejo, discursivamente ilhados, carregados de sentido, não compreendem a diferenciação que se produz aí. Assim também acontece com o sujeito de pesquisa, que se vê atravessado por um discurso, mas que, falando de si, inevitavelmente produz significantes e se coloca como sujeito de enunciação. Portanto, Arrivé (2000, p. 30) irá compreender que, com esta passagem, “o significado de *eu* é a propriedade que ele tem de juntar o sujeito do enunciado com o da enunciação”.

Arrivé (2000) compreende a questão dos *shifters*: há *shifters*, mas estes não têm a função embreante; pelo contrário, são basicamente as unidades linguísticas que deixam clara a cisão do sujeito entre

enunciado e enunciação (inconsciente) (ibid., p. 33). Ainda define outra propriedade essencial dos *shifters*, como: “a propriedade comum a essas formas — embreantes actanciais — é a de ter simultaneamente como referente o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação” (ibid., p. 29).

Dor (1989) adentra a questão da subjetividade no enunciado e na enunciação, clarificando que o sujeito do enunciado propriamente dito precisa ser distinguido da participação subjetiva invocada no discurso. Esta participação traz um representante como sujeito enunciado num discurso, e aí se apresenta o sujeito da enunciação (marcado pelo inconsciente e pelo performativo) ou “locutor enquanto considerado como uma entidade subjetiva e como lugar e agente da produção de enunciados” (Dor, 1989, p. 117). Fica, assim, mais claro como o sujeito embrenhado e entremeado por essas duas instâncias se torna tanto agente ativo como passivo, uma vez que é aquele que fala mas também aquele que é instituído pela fala.

A psicanálise tem como tradição reportar-se mais à função clínica do que ao social; e, portanto, é esperado que os exemplos utilizados por psicanalistas para a compreensão do enunciado e da enunciação sejam produzidos no seio desta, como relata Carvalho (2008, p. 130):

Só podemos, pois, discriminar essa rede percorrendo-a. Dito de outro modo: não há distância possível entre o intérprete e a experiência da interpretação. Sendo assim, o que chamamos o sujeito da enunciação, o que encontramos nessa hiância, não pode ser integralmente transposto ao sujeito do enunciado. Reencontramos, portanto, a falha do que se apresentou inicialmente como uma hiância. Esse reencontro do sempre faltoso é o momento que conclui a temporalidade da experiência do inconsciente à qual ligamos a sucessão entre o instante do lapso e o tempo de compreender, onde emerge a interpretação que articula sujeito e *saber* inconsciente.

O sujeito em psicanálise claramente não é pensado como um *a priori* da linguagem, fato distintamente relacionado à máxima lacaniana do “inconsciente estruturado como uma linguagem”. O que não fica explicitado nesta máxima é o papel temporal da enunciação no discurso: “o sujeito não é anterior em relação ao discurso. Teremos que apreendê-

lo, segundo sua temporalidade própria, na retroação da enunciação em relação ao enunciado [...]” (Carvalho, 2008, p. 130).

Esta retroação – que proponho ser lida como performativa – é o que resulta do cruzamento do discurso sobre a cadeia significante, acarretando algo de um acontecimento discursivo que, no plano significante, vai além da intenção processada no discurso do sujeito (Carvalho, 2008, p. 157). Na mesma linha deste pensamento, Butler (1993) também anuncia que a performatividade não é consciente nem tem uma ordem lógica, mas se estabelece como depósitos gradativos, formando o sujeito ao mesmo tempo em que este produz atos performativos.

## **2.9 O Discurso do Sujeito frente à Lei**

Em uma fala destinada a advogados falando sobre as descobertas de Jung sobre os complexos ideativos e os atos falhos, Freud estabelece algumas distinções entre o trabalho do psicanalista e o trabalho de um criminalista tentando compreender se um sujeito é ou não culpado. Relata:

(...) no neurótico o segredo está oculto de sua própria consciência; no criminoso, o segredo está oculto apenas dos senhores. No primeiro existe uma autêntica ignorância, embora não em todos os sentidos, enquanto no último só existe uma simulação de ignorância. Com essa diferença está em conexão uma outra que tem grande importância prática. Na psicanálise o paciente ajuda a combater sua resistência através de esforços conscientes, porque espera lucrar com essa investigação, isto é, curar-se. O criminoso, ao contrário, não cooperará com o trabalho dos senhores; se o fizesse, estaria trabalhando contra todo o seu próprio ego. Entretanto, em compensação, em suas investigações apenas os senhores necessitam obter uma convicção objetiva, ao passo que nossa terapia exige que o paciente também adquira essa mesma convicção. Contudo, resta ver até que ponto essa falta de cooperação do sujeito de seu exame irá dificultar ou alterar o desenrolar do mesmo. Tal situação não pode ser reconstituída em suas experiências num seminário, pois o colega que desempenha o papel de

acusado continua, no fim das contas, a ser um companheiro, e os auxiliará, apesar da determinação consciente dele de não se denunciar (Freud, 1974 [1906], p. 113).

A resistência consciente parece ser desligada da inconsciente, e o trabalho de escuta necessário para que se exponha qualquer uma das duas é difícil. Mesmo Freud ressalta que a psicanálise (ao menos até 1906) ainda não se havia debruçado sobre este fenômeno, deixando para que os próprios envolvidos com a temática do crime compreendessem como isso se dá. Deixa claro que, “em primeiro lugar, terão de determinar experimentalmente se a resistência consciente denuncia-se exatamente pelos mesmos indícios que a resistência inconsciente” (Freud, 1974 [1906], p. 114). Ao longo da experiência clínica analítica, é possível dizer que a verdade dos sujeitos acaba por transparecer pelas mesmas construções inconscientes, independentemente da vontade consciente do sujeito (inclusive, em geral, contrariamente a esta), o que, em se tratando da pesquisa aqui explanada, fornece outra possibilidade de se encontrar um discurso que não seja apenas aquilo que os aprisionados pensam que o pesquisador queira ouvir.

No mesmo texto, Freud alerta para a possibilidade de se encontrar, entre sujeitos acusados de crimes, alguns que não os praticaram mas que se sentem neuroticamente impelidos a se colocarem como culpados. Para tanto, estes se utilizam de uma culpa que advém de outro tocante, o da neurose. Portanto, “em sua investigação, podem ser induzidos a erro por um neurótico que, embora inocente, reage como culpado, devido a um oculto sentimento de culpa já existente nele e que se apodera da acusação” (Freud, 1974 [1906], p. 114). Não creio ser este o caso entre os sujeitos que se encontram aprisionados e julgados, principalmente pelo fato de uma grande parcela declarar-se inocente. Os que se declaram culpados explicam a situação de maneira clara e não parecem ocultar nenhuma culpa deste tipo específico.

Em “Reflexões para os tempos de guerra e morte”, Freud questiona a dinâmica civilizatória. Argumenta que o sujeito, como parte de uma sociedade, tem de reprimir muitas das pulsões e desejos que tem, principalmente pelos mais cruentos constituírem crimes, e os de natureza sexual necessitam de um manejo socialmente aceitável da situação. Ao pensar o que acontece quando estas pressões civilizatórias não se colocam sobre os sujeitos, Freud indica que

Quando a comunidade não levanta mais objeções,



verifica-se também um fim à supressão das paixões más, e os homens perpetram atos de crueldade, fraude, traição e barbárie tão incompatíveis com seu nível de civilização, que qualquer um os julgaria impossíveis (Freud, 1974 [1906], p. 316).

Porém, ainda assim o Estado também pratica violências sancionadas por sua própria estrutura e pela própria manutenção da mesma, como no caso do encarceramento. Isso coloca um paradoxo para os sujeitos que aí vivem, portanto

Não se deve objetar que o Estado não pode abster-se de praticar o mal, de uma vez que isso o colocaria em desvantagem. Não é menos desvantajoso, em geral, para o indivíduo, conformar-se aos padrões de moralidade e abster-se de uma conduta brutal e arbitrária; e poucas vezes o Estado prova ser capaz de indenizá-lo pelos sacrifícios que exige (Freud, 1915 p. 316).

O movimento civilizatório se apresenta na obra de Freud como uma constante em seu pensamento, desde suas inspirações arqueológicas até seus interesses na religiosidade. É certamente um dos tópicos que aparece com grande frequência em seus escritos, seja nos textos ditos antropológicos de Freud, seja naqueles em que fala dos mitos fundantes de nossa sociedade. Ao se confrontar com os horrores da primeira guerra mundial, Freud tenta explicar como sujeitos pacíficos e considerados normais dentro de suas sociedades conseguem cometer grandes atrocidades quando colocados em situações de guerra. Em sua reflexão, acaba por conceber que, em seu fazer clínico, também encontrava estas tendências e, assim, postula que

Na realidade, não existe essa ‘erradicação’ do mal. A pesquisa psicológica - ou, falando mais rigorosamente, psicanalítica - revela, ao contrário, que a essência mais profunda da natureza humana consiste em impulsos instintuais de natureza elementar, semelhantes em todos os homens e que visam à satisfação de certas necessidades primeiras. Em si mesmos, esses impulsos não são nem bons e nem maus. Classificamos esses impulsos, bem como suas expressões, dessa

maneira, segundo sua relação com as necessidades e as exigências da comunidade humana. Deve-se admitir que todos os impulsos que a sociedade condena como maus - tomemos como representativos os egoísticos e cruéis - são de natureza primitiva (Freud, 1915, p. 317).

Esta passagem é praticamente um prelúdio do pensamento sobre a pulsão que mais tarde Freud iria desenvolver com mais profundidade, mas já delimita o pensamento tanto dualista quanto hereditário presente em Freud, que, desde já, esclarece que algumas tensões advindas de resquícios “instintuais” estariam presentes nos seres humanos mesmo quando estes se encontram em uma sociedade civilizada: “assim, o ser humano está sujeito não só à pressão de seu ambiente cultural imediato, mas também à influência da história cultural de seus ancestrais” (Freud, 1915, p. 319).

Esta relação fora de fase que se estabelece entre a influência da história cultural ancestral e a civilização controladora destas pulsões entendidas por Freud como primitivas é a chave para a compreensão da neurose, mas também de outros fenômenos da sexualidade. Dentre estes, acredito que a violência sexual tenha algum traço correlato. Não pretendo defender uma posição de que o controle social é o que faz com que tais crimes aconteçam, de maneira alguma, mas problematizar como o controle social de nossos desejos acaba por criar sujeitos que são exatamente dispostos a levar esta lei até as últimas consequências, entender até que ponto a lei realmente tem poder sobre o sujeito. Afinal, nem todos os sujeitos em uma sociedade, como bem se sabe, são neuróticos e respeitam as leis. Esta relação com o poder de controle da sociedade é desenvolvido por Freud no mesmo artigo:

Estimulada por esse êxito, a sociedade se permitiu o engano de tornar maximamente rigoroso o padrão moral, e assim forçou os seus membros a um alheamento ainda maior de sua disposição instintual. Conseqüentemente, eles estão sujeitos a uma incessante supressão do instinto [pulsão], e a tensão resultante disso se trai nos mais notáveis fenômenos de reação e compensação. No domínio da sexualidade, onde é mais difícil realizar essa supressão, o resultado se manifesta nos fenômenos reativos das desordens neuróticas (Freud, 1915, p. 321).

Como o foco deste artigo reside na guerra, Freud ainda mantém uma visão mais positiva, pensando que o fim da guerra modificaria aquilo que se via nos campos de batalha; porém, como se vê na sociedade brasileira atual, que muitas vezes tem uma taxa de mortes que ultrapassa as taxas de guerras civis em outros países, essa previsão parece esperançosa demais. Nas palavras de Freud (ibid., p. 323),

Sem dúvida, as influências da guerra se encontram entre as forças que podem provocar tal involução; dessa forma, não precisamos negar a suscetibilidade à cultura a todos que no momento se comportam de maneira incivilizada, e podemos prever que o enobrecimento dos seus instinto [pulsão]s será restaurado em tempos mais pacíficos.

A reflexão freudiana suscita algumas dúvidas: quais seriam estas forças que provocam esta involução? Como considerar um tempo pacífico se estamos a todo tempo sendo bombardeados por notícias de violência no seio de nossas cidades? O comportamento incivilizado é fruto do momento histórico ou apenas reificado pela situação, sendo que sempre existe? São estas e outras algumas das questões que impelem este trabalho.

## **2.10 Morte e Violência**

Outro dos argumentos de Freud sobre a violência se refere à relação estabelecida entre o sujeito e a morte. A morte parece ocupar um lugar ambivalente: primeiramente por ser o destino inegável de toda a vida; em segundo lugar, pela relação de negação que a maioria das pessoas parece utilizar ao lidar com o fato.

É evidente que a guerra está fadada a varrer esse tratamento convencional da morte. Esta não mais será negada; somos forçados a acreditar nela. As pessoas realmente morrem, e não mais uma a uma, porém muitas, freqüentemente dezenas de milhares, num único dia (Freud, 1915, p. 329).

Esta dificuldade, segundo Freud, é herdeira de uma posição inconsciente, segundo a qual nenhum sujeito acreditaria em sua própria

morte – ou, em outras palavras, no inconsciente todo sujeito acredita em sua própria imortalidade. Isso redundava em uma forte denegação tanto da violência quanto do incompreensível da inexistência (Freud, 1915, p. 327).

Neste mesmo trecho, Freud oferece uma explicação interessante sobre a maneira como lidamos com pessoas que estão mortas. Como as pesquisas realizadas com vítimas de violência sexual apontam que estas muitas vezes consideram que não existe uma diferenciação entre a morte e a violência sexual e que os efeitos da violência costumam ser sentidos como uma aniquilação, a reflexão de Freud pode apontar para a mesma maneira como lidamos com vítimas de tais crimes, ou seja, “a consideração pelos mortos, que, afinal de contas, não mais necessitam dela, é mais importante para nós do que a verdade, e certamente, para a maioria de nós, do que a consideração pelos vivos” (ibid., p. 328). Esta ideia parece condizer com a maneira altamente ritualizada que se encontra na sociedade ao tratar o tema da violência sexual como um tabu, assim como a morte.

Em um texto posterior, de 1919, Freud, ao alçar-se a pensar as neuroses de guerra que vinham eclodindo devido à primeira guerra mundial, nota que o Eu tem um papel nas defesas que são utilizadas, sendo estas defesas acionadas tanto pelas ameaças externas quanto por aquelas incorporadas e assumidas pelo próprio ego. Afirma ainda que, nos tempos de paz, o ego se defende, na verdade, da libido (que, no contexto deste texto, pode também ser entendida como pulsão), a qual tem exigências aparentemente ameaçadoras. Em ambos os casos, o ego teme ser prejudicado, seja por exigências internas ou pela violência externa (Freud, 1919, p. 263).

Essa divisão entre exterioridade e interioridade, no entanto, parece não ser realmente representativa do que ocorre. Freud dá alguns exemplos de como a vida psíquica está vinculada aos fatores externos de maneira irremediável; exemplo disso são as chamadas neuroses de guerra, ou neuroses traumáticas: “as neuroses traumáticas de paz ajustam-se também ao esquema, assim que se alcance um resultado positivo nas investigações que fazemos as relações que sem dúvida existem entre o medo, a ansiedade [angústia] e a libido narcísica” (Freud, 1919, p. 262).

Um fator de extrema importância para compreender como Freud chega à conclusão de que estas neuroses de guerra são construídas é o fato comprovado ao fim da primeira guerra: “com o fim da guerra, também os neuróticos de guerra desapareceram – prova final mais impressiva das causas psíquicas das enfermidades” (ibid., p. 270).

Neste texto também transparece a etiologia da neurose em Freud, ou seja, como ocorre a estruturação interna no paciente que sofre da enfermidade: “afirmamos também que os pacientes neuróticos sofriam de conflitos mentais e que os desejos e inclinações que se expressavam nos sintomas eram desconhecidos dos próprios pacientes – isto é, eram inconscientes” (ibid., p. 267). Trata-se de uma visão bastante resumida, mas que dá conta de informar o pensamento Freudiano deste momento. Tendo em vista estas reflexões, Freud se pôs a trabalhar sobre uma possibilidade teórica de entender estas duas diferentes ameaças sem que isso acarretasse uma nova divisão e categorização, finalmente propondo uma hipótese unificadora. Afirma, destarte, que a repressão, que vê na base de cada neurose, seria uma reação ao trauma ou uma neurose traumática elementar (ibid., p. 263). Esta hipótese é utilizada até os dias de hoje na compreensão de casos de vítimas de violência, tendo inclusive criado um novo campo de estudos chamado *trauma studies*, que lida exatamente com esta categorização originalmente freudiana em uma tentativa de descobrir métodos terapêuticos significativos para os afetados por estas violências, assim como atingir uma compreensão melhor de como o chamado trauma afeta o aparelho psíquico.

A morte – e, por consequência, a violência – parece criar certa dificuldade de análise. Esta dificuldade, por sua vez, parece ser o que transparece em algumas análises que a tomam como um irrepresentável. Porém, tomar esta dificuldade como uma barreira intransponível seria relegar o problema para sempre à esfera do incompreensível e imutável, o que não parece ser nem uma escolha política interessante, nem uma possibilidade realmente crítica. Freud descreve este mesmo fenômeno (1915, p. 325):

O aturdimento lógico que a presente guerra provocou em nossos concidadãos, não poucos dentre eles sendo o que há de melhor em sua espécie, constitui, portanto, um fenômeno secundário, uma consequência da excitação emocional, e está fadado, conforme esperamos, a desaparecer com ela.

Freud explica esta incapacidade em analisar o que acontecia nos campos de batalha da primeira guerra mundial por uma paralisia relacionada à modificação da relação com a morte – que passa de uma condição negada pela maioria dos sujeitos em uma sociedade pela maior parte do tempo a uma outra relação, esta sendo uma nova, ainda não

encontrada. Freud faz, então, uma alusão à relação existente entre o pensamento de uma sociedade primordial com o encontrado em nossa sociedade atual, dizendo que a investigação dessas duas situações poderia elucidar o problema, passando, a seguir, a uma leitura muito próxima de seu texto “Totem e Tabu” (1913) (Freud, 1915, p. 330).

Neste texto, Freud lança a hipótese de uma origem mítica da organização social. Esta origem implica um pai da horda todo poderoso que governava com mão de ferro a sociedade de seus filhos e filhas e controlava todos os aspectos da vida social destes. Os filhos, ao notarem esta dissimetria de poder, tentariam desenvolver uma diferente maneira de controle social e recorreriam, então, a uma sociedade de iguais, de homens iguais, que cometeriam o assassinato deste pai todo poderoso para, através de um contrato estabelecido entre pares, criarem uma diferente ordem. Nas palavras de Freud, “crime primevo da humanidade deve ter sido um parricídio, a morte do pai primevo da horda humana primitiva, cuja imagem mnêmica foi depois transfigurada numa deidade” (ibid., p. 331).

Esta deidade da qual fala Freud se traduz atualmente quando não mais vemos uma força tão grande nos mandatos religiosos na própria lei, a qual só se mantém por reiterados e citacionais esforços (Butler, 1997), mas que mantém um poder muito grande sobre todos os sujeitos na sociedade ocidental contemporânea. Freud indica que essa lei é uma herança histórica:

Os esforços éticos da humanidade, cuja força e significância não precisamos absolutamente depreciar, foram adquiridos no curso da história do homem; desde então se tornaram, embora infelizmente apenas em grau variável, o patrimônio herdado pelos homens contemporâneos (ibid., p. 335).

Freud estabelece uma divisão bastante forte sobre o que é o papel do inconsciente e o papel dos atos de um sujeito. O inconsciente não executa o ato de matar (ou de estuprar); ele simplesmente o pensa e o deseja. Mas adverte que “seria completamente errado subestimar essa realidade psíquica quando posta em confronto com a realidade factual” (ibid., p. 336).

Outra implicação da relação do inconsciente com o desejo é que, “à exceção de apenas pouquíssimas situações, adere à mais terna e à mais íntima de nossas relações amorosas uma pequena parcela de

hostilidade que pode excitar um desejo de morte inconsciente” (Freud, 1915, p. 338). Como muito bem indica grande parte dos estudos na área de violência sexual, grande parte destes crimes ocorre em relações nas quais existe amor, sejam estas relações afetivas românticas, sejam estas relações parenterais ou fraternais. Este lugar de que falo não é outro senão a família, todavia também devemos estar alerta para crimes que ocorrem em decorrência da família, mas não no seio desta.

Freud ainda alerta para a extrema ambivalência que se encontra neste nó entre inconsciente, desejo, sexualidade e violência, visto que

Poder-se-ia dizer que devemos as mais belas florações de nosso amor à reação contra o impulso hostil que sentimos dentro de nós. Em suma: nosso inconsciente é tão inacessível à idéia de nossa própria morte, tão inclinado ao assassinato em relação a estranhos, tão dividido (isto é, ambivalente) para com aqueles que amamos, como era o homem primevo. Contudo, como nos distanciamos desse estado primevo em nossa atitude convencional e cultural para com a morte! (Freud, 1915, p. 338).

Além de apontar como a cultura entendida como civilizada é fator de suma importância para a manutenção de tais desejos em xeque, Freud também amplia seu olhar para o fenômeno da violência entre amantes, contexto em que encontramos ao mesmo tempo o amor e o ódio não só juntos, mas voltados para a mesma pessoa (Freud, 1915, p. 318). É um fenômeno marcante e muito facilmente encontrado na cultura ocidental, inclusive sendo tratado como problema de saúde pública, dada sua prevalência (Giffin, 1994).

## **2.11 Teorias iniciais sobre a Perversão e seu Papel na Violência**

Em texto de 1919, Freud conceitua a origem da constituição perversa, colocando-a em relação ao complexo de Édipo e, assim, fazendo com que a origem da sexualidade considerada sádica ou masoquista (como podemos pensar em alguns casos de abusadores sexuais) se encontrasse já em tenra idade na criança.

A perversão não mais é um fato isolado na vida sexual da criança, mas encontra o seu lugar entre

os processos típicos, para não dizer normais, de desenvolvimento que nos são familiares. É levada a uma relação com o objeto de amor incestuoso da criança, com o seu complexo de Édipo. Destacase, de início, na esfera desse complexo; e depois que o complexo sucumbiu, permanece, quase sempre por si, como herdeiro da carga de libido daquele complexo, oprimido pelo sentimento de culpa ligado a ele. A constituição sexual anormal, finalmente, mostrou a sua força impondo ao complexo de Édipo uma determinada direção e compelindo-o a deixar para trás um resíduo incomum (Freud, 1919, p. 239).

É notável também que Freud associa o amor incestuoso da passagem clássica do Édipo como fator importante. No caso de alguns sujeitos entrevistados, parece que exatamente a incidência da instância paterna como abusadora sexual intervém como catalisadora de crimes e de comportamento que pode ser considerado sádico.

Novamente, como visto empiricamente nas entrevistas realizadas – e que serão descritas posteriormente –, Freud antecipa em seus escritos que há uma tentativa, por parte destes sujeitos, de uma vida sexual regular; sem que essa logre êxito, voltam às formas anteriores de satisfação, nomeadamente as sádicas ou masoquistas.

Pois descobrimos muitas vezes que esses perversos [perversos] também fazem uma tentativa para desenvolver uma atividade sexual normal, geralmente durante a puberdade; mas a tentativa não tinha força suficiente e foi abandonada diante dos obstáculos que inevitavelmente se levantam, após o que voltam à fixação infantil de uma vez por todas (ibid., p. 240).

Freud também alerta para a necessidade de se compreender a perversão à luz da constituição psíquica, o que engloba entender os movimentos narcísicos envolvidos no Édipo. Narcisismo aqui é entendido como processo primário na constituição do sujeito (como expressa no conhecido estádio do espelho), que necessita de um investimento libidinal exterior para que se configure como sujeito de um corpo não esfacelado. A importância desse processo está na relação que



se compõe durante o Édipo com a cultura e necessariamente com a constituição de um sujeito sexual. Como indica Freud (ibid., p. 241),

Dessa forma, a fantasia de espancamento e outras fixações perversas análogas também seriam apenas resíduos do complexo de Édipo, cicatrizes, por assim dizer, deixadas pelo processo que terminou, tal como o notório “sentimento de inferioridade” corresponde a uma cicatriz narcísica do mesmo tipo.

A sexualidade humana parece estabelecer-se após suas raízes perverso-polimorfas, sem que, no entanto, a psicanálise a entenda como essencialmente estagnada. Freud comenta que as repressões dos impulsos bissexuais constituem um dos pontos pelos quais se estabelece a escolha do objeto. No entanto, ressalta que mesmo chamá-los de bissexuais parece não compreender a pluralidade que se encontra nas crianças, e a expressão de sua polimorfia vai muito além dos tabus sociais e das regras de gênero estabelecidas. Abaixo, Freud (ibid., p. 249) delinea como as teorias sexuais costumam ser tautológicas:

A [primeira] teoria é, pela sua ousada simplicidade, tão atraente, que a única surpresa é que não se tenha imposto na literatura do assunto, exceto por umas poucas alusões esparsas. Baseia-se no fato da constituição bissexual dos seres humanos, e afirma que a força motivadora da repressão, em cada indivíduo, é uma luta entre os dois caracteres sexuais. O sexo dominante da pessoa, aquele que é mais intensamente desenvolvido, reprimiu no inconsciente a representação mental do sexo subordinado. Portanto, o núcleo do inconsciente (quer dizer, o reprimido) é, em cada ser humano, aquele lado dele que pertence ao sexo oposto. Uma teoria como esta só pode ter um significado inteligível se presumimos que o sexo de uma pessoa seria determinado pela formação dos genitais; pois, de outro modo, não haveria certeza de qual é o sexo mais forte da pessoa, e correríamos o risco de chegar, com os resultados da pesquisa ao próprio fato que tem que servir como ponto de partida.

No mesmo texto, Freud comenta a teoria formulada por Adler sobre o “protesto masculino”, segundo a qual todo sujeito faria esforços para não permanecer na inferior “linha feminina” e sempre se alça à satisfação alicerçada na “linha masculina”. Adler toma toda a constituição psíquica como advinda deste protesto masculino; assim sendo, também esta seria responsável pelos sintomas e pela neurose. Nessa teorização, também não há menção prolongada à repressão, conceito ao qual Freud dá grande importância na constituição psicosssexual. Freud compreende, então, que há, na teoria, uma confusão entre o “protesto masculino” e a própria repressão, este agindo como força repressora. Esta função repressora seria sempre uma pulsão masculina, enquanto o reprimido estaria vinculado à pulsão feminina. Além disso, os sintomas seriam também uma consequência da pulsão feminina, isto é, seriam substitutos simbólicos da repressão (Freud, 1919, p. 250).

Claramente, esta teoria de Adler é rejeitada por Freud, visto que entra em choque com toda a teorização freudiana sobre a repressão, como os sintomas se estabelecem e a relação com a sexualidade. Inclusive é interessante também apontar que Freud não costuma tomar as pulsões como sexualizadas nem como tendo objetos necessariamente vinculados à genitalidade, deixando em aberto toda essa função. Na passagem abaixo, Freud (1919, p. 251) discorre sobre este tema:

Poder-se-ia objetar que é precisamente em meninos pouco viris e em meninas pouco femininas que surgiram essas fantasias de espancamento e passaram por essas vicissitudes; ou que seria uma característica de feminilidade no menino, e de masculinidade, na menina, responsável pela criação de uma fantasia passiva, no menino, e pela sua repressão, na menina. Deveríamos estar propensos a concordar com esse ponto de vista, mas não seria menos impossível defender a suposta relação entre o caráter sexual manifesto e a escolha do que está destinado à repressão. Em último recurso, só podemos verificar que, tanto no homem como na mulher, encontram-se impulsos instintuais masculinos e femininos, e que cada um igualmente pode muito bem ser submetido à repressão e, assim, tornar-se inconsciente.

É necessário salientar, entretanto, que tanto a teoria inicial freudiana quanto a teoria de Adler são de alguma maneira falaciosas, desenvolvimentos posteriores do próprio Freud e de Lacan evidenciam que esta noção de perversão apenas associada à diferentes objetos (comumente chamados de fetiches) não são o espectro completo encontrado na sociedade, e alterações dessa teoria serão explicitadas diretamente nas análises de caso.

## 2.12 Por que a Violência?

Em “Por que a guerra?” Freud estabelece de maneira bastante clara a relação necessária entre lei e violência. Mas o foco de seu texto reside na possibilidade de modificar a violência do indivíduo único pela força da coletividade representada na sociedade através da lei:

A violência podia ser derrotada pela união, e o poder daqueles que se uniam representava, agora, a lei, em contraposição à violência do indivíduo só. Vemos, assim, que a lei é a força de uma comunidade. Ainda é violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha; funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de que aquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência da comunidade (Freud, (1933 [1932]), p. 247).

A clareza que Freud tem de que mesmo a civilização também compartilha de uma violência intrínseca é compartilhada por muitos autores que fazem leituras da sociedade contemporânea, como Foucault (1987). Freud, no entanto, em vez de fazer uma reconstituição histórica de como isto foi desenvolvido e adentrou as instituições sociais, utiliza a reflexão sobre uma mítica sociedade anterior, sendo que a origem mitológica estruturaria a sociedade ainda hoje. Postula algumas condições para que exista a manutenção dessa ordem:

A fim de que a transição da violência a esse novo direito ou justiça pudesse ser efetuada, contudo, uma condição psicológica teve de ser preenchida. A união da maioria devia ser estável e duradoura. Se apenas fosse posta em prática com o propósito

de combater um indivíduo isolado e dominante, e fosse dissolvida depois da derrota deste, nada se teria realizado. A pessoa, a seguir, que se julgasse superior em força, haveria de mais uma vez tentar estabelecer o domínio através da violência, e o jogo se repetiria *ad infinitum*. A comunidade deve manter-se permanentemente, deve organizar-se, deve estabelecer regulamentos para antecipar-se ao risco de rebelião e deve instituir autoridades para fazer com que esses regulamentos - as leis - sejam respeitadas, e para superintender a execução dos atos legais de violência (Freud, 1930, p. 247).

Na continuidade desta reflexão sobre a imbricação instituída entre sociedade, lei e violência, aparece uma leitura de como o poder é dividido de maneira desigual dentro de qualquer grupo humano, desde força física diferenciada entre filhos, pais, mulheres e homens, e, mais além, como consequência da guerra e da conquista, a relação senhor e escravo, vencedores e vencidos. A “justiça da comunidade então passa a exprimir graus desiguais de poder nela vigentes. As leis são feitas por e para os membros governantes e deixa pouco espaço para os direitos daqueles que se encontram em estado de sujeição” (ibid., p. 248). A importância desta reflexão se exprime neste trabalho pelo fato de que todos os sujeitos entrevistados se encontram exatamente nesta camada desprovida de poder e sujeitada da maneira mais bruta pelas leis: justamente as camadas baixas da população, exatamente no estado de sujeição.

Este espaço de sujeição é necessariamente violento, e o espaço que é atualizado com este intuito que é encontrado nas penitenciárias. É exatamente a realização da utilização da força na sociedade para que os impulsos violentos sejam rechaçados, em sua potência mais crua e esteticamente realizada. Segundo Freud (ibid., p. 251), “estaremos fazendo um cálculo errado se desprezarmos o fato de que a lei, originalmente, era força bruta e que, mesmo hoje, não pode prescindir do apoio da violência”.

Sobre a motivação dos sujeitos para serem levados à violência e à guerra, Freud delimita duas frentes de acesso ao que ocorre, mas sem deixar de lado todas as questões idealistas, sejam estas nobres ou vis, declaradas ou jamais mencionadas. Entre elas, “está certamente o desejo da agressão e destruição: as incontáveis crueldades que encontramos na história e em nossa vida de todos os dias atestam a sua existência e a sua

força” (ibid., p. 253). Ainda teoriza que a satisfação pulsional, desta maneira, é facilitada pela mistura com outros motivos eróticos ou idealistas. Parece que, na violência, existe um componente vetorial somado de diversas forças diferentes:

Quando lemos sobre as atrocidades do passado, amiúde é como se os motivos idealistas servissem apenas de excusa para os desejos destrutivos; e, às vezes - por exemplo, no caso das crueldades da Inquisição - é como se os motivos idealistas tivessem assomado a um primeiro plano na consciência, enquanto os destrutivos lhes emprestassem um reforço inconsciente. Ambos podem ser verdadeiros (ibid., p. 253).

Freud supõe que ambos estejam presentes pela suposição que faz a psicanálise de que a pulsão de morte está presente em todo ser vivo, procurando levá-la à condição original da matéria inanimada, enquanto a pulsão de origem erótica, ou pulsão de vida, representa o esforço para viver.

O instinto [pulsão] de morte torna-se instinto [pulsão] destrutivo quando, com o auxílio de órgãos especiais, é dirigido para fora, para objetos. O organismo preserva sua própria vida, por assim dizer, destruindo uma vida alheia. Uma parte do instinto [pulsão] de morte, contudo, continua atuante *dentro* do organismo, e temos procurado atribuir numerosos fenômenos normais e patológicos a essa internalização do instinto [pulsão] de destruição (ibid., p. 254).

Justamente pelo fato de que a pulsão de morte sempre continua ativa dentro do organismo é que se torna impossível eliminar completamente a violência e a agressividade na sociedade. Inclusive seria desvantajoso para a sociedade se isso ocorresse, pois necessitamos diariamente de doses de agressividade ou de investimentos em objetos para que continuemos nossa vida regular, o que não significa que estes investimentos ou doses de agressividade sejam negativizados, pois existem em coisas essenciais, como quando necessitamos realizar tarefas tediosas ou difíceis, que exijam certo sofrimento ou desconforto.

Em todo caso[...], não há maneira de eliminar

totalmente os impulsos agressivos do homem; pode-se tentar desviá-los num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra (ibid., p. 255).

Esse desvio do qual fala Freud se expressa em especial por maneiras indiretas de combater a violência, visto que, se o desejo de recorrer à violência é efeito da pulsão de morte, o mais direto seria contrapor o antagonista, Eros. Neste caso, tudo que reforça e favorece os vínculos emocionais humanos seria um contraponto à violência. Freud designa dois tipos de vínculos possíveis: os semelhantes aos estabelecidos com objetos amados, embora não tenham uma finalidade sexual; e o segundo seria aquele balizado pela identificação. No primeiro ponto, Freud cita diretamente o amor, colocando os mandamentos religiosos (como o “ama teu próximo como a ti mesmo”) como exemplo deste tipo de coesão social. Já o segundo é um impeditivo do narcisismo. Estando o sujeito impossibilitado de se ilhar completamente do outro, a violência se torna mais difícil de ser realizada em ato. Tudo que aproxima os interesses, a comunhão de sentimentos seria interessante, afinal são estas identificações que, em grande parte, constituem nossa sociedade (ibid., p. 255).

Freud termina seu escrito com uma visão bastante utópica do futuro (talvez pelo fato de o texto ter sido escrito no período entreguerras, quando existia um *Zeitgeist* esperançoso de que a primeira guerra mundial fosse realmente a “guerra para acabar com todas as guerras”), imprimindo, no final de seu texto, que o processo civilizatório causa modificações psíquicas notórias e desloca progressivamente a limitação das pulsões humanas para fins mais produtivos e menos pulsionais. Ainda aponta que duas características parecem ser as mais importantes nesta marcha civilizatória: o fortalecimento do intelecto (que entende estar começando a governar a vida pulsional) e a internalização dos impulsos agressivos com todas as suas consequentes vantagens e perigos (ibid., p. 258).

## **2.13 Linguagem e Performatividade**

A relação de Lacan com os estudos sobre a linguagem permeia toda sua obra e se expressa em algumas de suas ideias mais controversas em seu percurso de releitura da obra Freudiana. A linguagem se apresenta no cerne dessas releituras; ao acorrentar o inconsciente à

linguagem, Lacan opera uma modificação fundamental na maneira de se pensar o sujeito em psicanálise, explicitado na frase: “o inconsciente é, no mais profundo de si, estruturado, enredado, acorrentado pela linguagem” (Lacan, 1995 [1955], p. 135). Creio ser importante fazer alguns apontamentos sobre essa citação. A primeira delas é sobre o uso do termo “acorrentada”: Lacan parece enfatizar que não é qualquer língua que produz esta constituição, mas a língua materna, a língua primeira. A segunda é colocada por outra citação, do texto de 1974, intitulado *Télévision*, no qual postula que “a condição do inconsciente é a linguagem” (Lacan, 1974, p. 15), ou seja, sem linguagem não há inconsciente, ela é necessária e constitutiva para a produção – o que parece em sintonia com suas teorizações sobre o Édipo como abertura para a cultura e o estádio do espelho como estruturante.

Este foco na linguagem ocasionou distorções em alguns conceitos que não eram revistos em muito tempo na psicanálise, como o trecho a seguir exprime:

Tudo aquilo que é da ordem do inconsciente — na medida em que este é estruturado pela linguagem — coloca-nos diante do seguinte fenômeno: nem o gênero, nem tampouco a classe nos permitem apreender as propriedades mais significativas; a única via se encontra no exemplo particular (Lacan 1956-1957, p. 65).

Aqui, Lacan, além de apresentar uma de suas principais conceituações e releituras, também pincela algo que poucos autores costumam ver em sua obra, leia-se, a desestruturação do sexo orgânico como fundante do sujeito dentro da psicanálise. A leitura lacaniana parece fundar-se muito mais perto da tradição feminista, principalmente ao nos debruçarmos sobre a forma como autoras como Butler (1993) pensam a lógica amor/sexo/desejo/gênero, ou seja, não existindo a necessidade de haver uma congruência implícita entre as várias categorias. Essa incongruência é exatamente a lógica do sujeito barrado proposta por Lacan, segundo a qual o saber insabido, expresso na enunciação sem que o sujeito mesmo saiba que isso ocorre, acaba por determiná-lo.

Uma segunda apreciação desta citação também inclui a crítica que Lacan faz às leituras sobre classe, uma clara crítica às leituras classistas tão dominantes nas ciências humanas. Essa crítica é interessante do ponto de vista da análise realizada neste trabalho, pois

impede, de maneira categórica, uma tentativa de utilizar o argumento de classe social (seja esta qual for) para que se determinem as origens estruturais de um sujeito que cometa crimes. É um alerta, portanto, para generalizações – alerta que é aqui aceito, sendo os casos deste trabalho todos analisados separadamente e sem categorizações fixas.

A linguagem parece tomar uma forma dupla em Lacan, primeiramente como via régia do significante ou um “sistema significante” (que aí pode ser entendida como equivalente à língua), e também como “sistema de discurso” ou a fala, que, portanto, também é sistema (Arrivé, 2000, p. 18).

A fala em Lacan se divide em dois objetos distintos: o primeiro deles, a “fala plena”, também chamada de “fala verídica”, “fala verdadeira” ou “fala fundamental”; e, de outro lado, a “fala vazia”, que é por vezes, mas nem sempre, assimilada ao discurso, e eventualmente nas teorizações passa ao “discurso corrente”. A diferenciação máxima entre estes dois subtipos da fala se encontra em um fator fundamental: a “fala plena” é ato (Arrivé, 2000, p. 20).

A fala plena, portanto, tem um caráter constitutivo, não só do e para o sujeito, mas também nas relações intersubjetivas; ela estabelece também o reconhecimento de um pelo outro. A fala plena é fala que faz ato, então um sujeito, após enunciá-la, vê-se como outro que não era antes. Lacan afirma que “a palavra é essa dimensão por onde o desejo do sujeito é autenticamente integrado no plano simbólico” (Lacan, 1998 [1953], p. 212), atrelando, assim, o simbólico à fala, enovelado no desejo. Visto que as estruturas inconscientes costumam tomar o caminho da fala independente da vontade consciente do sujeito, podemos afirmar que aí também aparece o desejo. E, envolta nesta rede, encontra-se a fala plena, plena de verdade, mesmo que seja apenas a verdade do sujeito, e não a verdade dos fatos, afinal essa é irremediavelmente perdida em nossa relação com o Real.

Esta relação proporcionada pela fala plena, ao se dar entre sujeitos, é conjugada por Michel Arrivé (2000, p. 21) em suas diferenças com a linguística como:

(...) nos dois campos a fala institui uma relação entre os sujeitos. As diferenças se encontram na natureza dessa relação. Para o analista, a fala é *ato*. Aqui, por certo, o lingüista prestaria atenção: ele conhece bem, sob o nome de *enunciados performativos*, fatos de fala que também constituem atos. Mas vê-se imediatamente o



abismo que separa esses segmentos de discurso da *fala plena*. Ela é continuamente performativa em cada um de seus segmentos, mesmo o aparentemente mais anódino, de sorte que se faz necessário aqui falar em *performatividade generalizada*.

### 3. Procedimentos de Pesquisa

O método utilizado nessa pesquisa é o do estudo de caso, com base em entrevistas semiestruturadas. Procurei, através do depoimento sobre a história de vida de cada sujeito, identificar – por meio de uma análise da performatividade, como conceituada por Butler (1993), e informado ainda pela teoria psicanalítica de Lacan – como se dá a constituição de um sujeito autor de agressão sexual. Este procedimento foi escolhido pela experiência de pesquisa que possuo em seu uso, assim como pela dinâmica que proporciona para que sejam capturadas as diferentes condições de vida dos sujeitos, sem que se perca de vista o norte teórico e epistemológico que a embasa. Também optei por tal recurso tendo em vista a abertura para o discurso do sujeito, que é importante pela análise atravessada pela psicanálise que pretendo realizar. Assim, novos rumos que a entrevista tenha tomado não são simplesmente descartados sem uma exploração apropriada, pois apontam um desejo de fala do sujeito que não deve ser ignorado.

Há, então, a tentativa de delinear se existem similaridades nas histórias de vida dos sujeitos, se existem fatos correlatos, experiências constitutivas ou mesmo traumáticas, padrões familiares reproduzidos e repetidos – pontos que possam, de um ponto de vista da psicanálise, explicar a psicodinâmica e as relações entre história de vida do sujeito e suas ações. Visto que a multiplicidade de casos analisados é grande e que raramente são encontradas tais similaridades, a análise foi realizada via estudos de caso, com comentários quando existem similaridades ou diferenças significantes.

Procurei entender as falas dos sujeitos não só como estando inseridas em um contexto histórico e cultural, como também balizadas pelos significantes encadeados, referindo, assim, um encontro entre a fala dos sujeitos e o discurso inconsciente que a todo tempo irrompe. Isso não significa apenas uma análise de atos falhos ou chistes, mas um encontro de maior expoente entre as técnicas da análise de discurso, teorias feministas e a Psicanálise.

Este tipo de análise se dá sempre pelas concepções apresentadas pelos sujeitos em suas falas, suas concepções sobre os fatos que experienciaram, a maneira como os descrevem; e a compreensão destas sutilezas vai além do mero conteúdo linguístico, atravessando o plano cultural e o plano psíquico. O “sentido do enunciado depende de fatores contextuais, portanto, de fatores extralingüísticos, parafraseando Freud ‘para além da língua’” (Melo, 2006, p. 63).

A possibilidade de uma escuta psicanalítica acerca da violência como esse estranho-familiar (*unheimlich*) que se reconstrói no discurso como as bordas de um gozoso não aparece somente na clínica, mas também, como cidadãos e participantes do mundo civilizado, podemos escutá-lo (Bley, 2004, p. 55). Assim, como aponta Melo (2006, p. 62):

(...) o discurso inconsciente engendra os deslocamentos e, em decorrência, Lacan recusava pensar a *Linguagem* como objeto exclusivo da Linguística. Desse modo, ele afirma a existência de uma teoria da linguagem forjada a partir do conceito do Inconsciente e já delineada na obra de Freud.

Foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas com sujeitos apenados pelos crimes de estupro, pedofilia, atentado violento ao pudor e corrupção de menores. Outros crimes também foram cometidos pelos sujeitos entrevistados, mas não envolviam a questão sexual, que é foco deste trabalho.

O intuito inicial de investigar apenas casos de abuso sexual intrafamiliar foi abandonado em virtude das possibilidades obtidas no campo. O principal fator que levou ao abandono deste foco foi a possibilidade de efetivamente entrevistar os apenados, visto que a maneira de conseguir contatos com eles se dava através dos psicólogos da penitenciária, e estes tiveram dificuldades em encontrar casos que se encaixassem neste padrão. Os sujeitos que porventura foram entrevistados e haviam sido condenados por este tipo de crime responderam ao mesmo questionário que os outros, sem nenhuma investigação diferenciada. Com efeito, todos os sujeitos entrevistados condenados por tais crimes não os admitiram e, portanto, nada falaram disso, impossibilitando qualquer entrada por esta via nas análises.

O caminho realizado para uma entrevista consistia na leitura prévia de uma série de fichas correspondentes aos vários apenados condenados por crimes sexuais residentes na penitenciária. Após esta leitura, era realizada uma pré-triagem com a escolha de casos indicativos que se encaixassem nos critérios pré-estabelecidos pelo projeto de pesquisa (homens apenados por violência sexual intrafamiliar). Após o esgotamento das possibilidades de realização de entrevistas apenas com autores de abuso sexual intrafamiliar, foi realizada a abertura de outros crimes sexuais, focalizando o estupro – tal como

definido pelo código penal brasileiro vigente no período das entrevistas, ou seja, contato pênis-vagina.

Entre as oito entrevistas realizadas, três foram descartadas por critérios diversos:

1. O sujeito estava completamente dopado (medicação dada pelos próprios médicos da penitenciária), e sua fala era ilógica e de difícil compreensão. As situações que relatava eram incompletas, sem conclusão, ou não faziam sentido. Todas as acusações eram negadas, mesmo de outros crimes não sexuais. O pouco que relata se passa apenas na sua relação com o tráfico de drogas e em uma disputa de território que teria sido resolvida com sua prisão pela acusação supostamente falsa de estupro.

2. O sujeito parece verdadeiramente ter sido preso por algo que não cometeu. Caracteriza-se um ótimo estudo de caso de como o processo jurídico se passa contemporaneamente e como é realizada a produção de verdades jurídicas, objetivo que escapa ao escopo delimitado para a dissertação. O sujeito é visitado regularmente pela “vítima” e relata que a própria já tentou levar o caso ao judiciário afirmando que seus testemunhos foram falsos, fato corroborado pelos psicólogos da penitenciária. Foi, então, aconselhada a não fazê-lo para não ser acusada de perjúrio. Em comunhão com sua família (e a vítima, que também era uma familiar), foi decidido que o sujeito continuaria na penitenciária até o término de sua pena para evitar maiores problemas jurídicos.

3. Uma entrevista pequena, de 20 minutos (para critério de comparação, a maioria das outras entrevistas realizadas tinha entre uma e duas horas de duração), em que o sujeito apenas acusa um traficante de ter utilizado uma tentativa de roubo que haveria realizado para colocá-lo na cadeia, dizendo que teria estuprado a moradora da casa que arrombou. A análise teria de adentrar muito mais o que se passa em localidades onde o tráfico de drogas se instalou do que na agressão sexual, pois esta só é negada pelo sujeito, que conta como roubou a casa e o que se passou dentro da mesma. Pouca coisa sobre masculinidade e gênero é passível também de ser analisada.

Estas entrevistas foram transcritas e passaram por um processo de pré-análise pelo qual foram descartadas, uma vez que escapavam ao tema proposto para a dissertação. Todos os sujeitos assinaram termos de consentimento livre e esclarecido (em anexo) e concordaram

com a gravação das entrevistas para posterior transcrição, exceto um sujeito que se recusou a fazer a entrevista quando lhe foi explicado o processo pelo qual a mesma passaria. Este sujeito se recusou a assinar o termo de consentimento e, portanto, não foi entrevistado.

Todas as entrevistadas foram completamente transcritas, incluindo o relato de sons e gestos feitos pelos sujeitos no decorrer das mesmas, assim como a captura de inflexões e de ênfases dadas em certas palavras pelos sujeitos, transcritas em um padrão próprio. Foi realizada a tentativa de manter de maneira íntegra a forma como os sujeitos falavam, sem converter suas falas para o português culto. Esta tentativa de manter a fala dos sujeitos como no original advém da utilização da psicanálise como uma das ferramentas de análise, teoria que prioriza a riqueza da linguagem e expressão dos sujeitos; sendo assim, alterá-la seria homogeneizante e provavelmente retiraria vários dos detalhes que são de suma importância para uma análise que atinja a mesma escuta priorizada pela teoria psicanalítica no viver da clínica. Nas citações realizadas durante as análises dos casos, esta regra será respeitada.

A escolha pela utilização de entrevistas semiestruturadas se deu pela abertura que esta metodologia fornece para o pesquisador, e foi utilizada em todas as entrevistas, principalmente pelo fato de que as histórias altamente diferenciadas e a trajetória de cada indivíduo até a penitenciária pediam uma atuação dinâmica do pesquisador. Seria impossível a tentativa de generalizações globalizantes com estes sujeitos. Entre aqueles que não falam sobre os crimes que cometeram e entre aqueles que admitem os crimes sexuais, não existem mais do que alguns traços em comum, sendo que a maioria destes traços se encontra na sua vivência homogeneizada dentro da penitenciária e do sistema judiciário. Mesmo quando se adentra o universo dos que falam e não falam dos crimes em separado, pouquíssimas características em comum são registradas.

Uma das tentativas iniciais de análise utilizando a análise de conteúdo e a criação de categorias que abarcassem características dos diferentes sujeitos foi abandonada pelo encontro com o universo plural que estas oito entrevistas representam. A opção realizada foi, então, de tratar cada entrevista separadamente, como em estudos de casos individuais, mas tecendo conexões e comentando experiências comuns. Este tipo de análise proporciona a possibilidade de um encontro mais aprofundado com estes sujeitos, respeitando a individualidade e subjetividade construídas pelos mesmos em seu viver no cárcere e fora dele, assim como provoca o pesquisador e o leitor a tentarem uma compreensão mais acurada e complexa da realidade social e carcerária

brasileira. Cada história relatada nesta dissertação contém elementos únicos que a distinguem univocamente das outras e que fornecem novas pistas das constituições sociais e psíquicas envolvidas nestes crimes (assim como os desdobramentos que a acusação de tais crimes provoca para o sujeito acusado).

### 3.1 Uma introdução à Penitenciária Estadual de Florianópolis

**Figura 6:** Mapa da Penitenciária Estadual de Florianópolis:



A Penitenciária Estadual de Florianópolis funciona no bairro Agrônômica e é composta por seis prédios principais:

1. O prédio que chamarei de administrativo, onde funcionam os escritórios e a parte administrativa da penitenciária, incluindo

os escritórios dos psicólogos e arquivos que contêm os dados de todos os ocupantes atuais da penitenciária.

2. As galerias ou “casa velha”, como se referem os próprios presos. Trata-se das galerias 1, 2 e 3, separadas por andares e novamente separadas pelos respectivos pátios de sol, Norte e Sul.
3. O prédio de Segurança Máxima, cercado por grades e cães, com um pátio.
4. A ala de isolamento ou o “seguro”, onde os apenados por crimes sexuais são confinados sem acesso às outras alas.
5. COI, também chamada de “contêiner”, uma ala utilizada pelos presos recém-chegados, antes de serem admitidos para as galerias ou para a “casa velha”.
6. Hospital de Custódia, onde casos de problemas de saúde mental e física são mantidos.

Pela Figura 6, acima, pode-se notar que não existem muros laterais ou traseiros no terreno ocupado pela penitenciária, fato utilizado por muitos presos em fuga. A fuga é facilitada pelo fato de apenas haver uma grade separando os prédios dos terrenos ocupados por bairros residenciais de camadas médias e baixas ao redor da penitenciária. Existem guaritas ao redor do terreno, porém raramente são mantidas com pessoal, segundo relatos de agentes e de funcionários da Penitenciária.

As fugas do prédio chamado “contêiner” (por ser construído, em sua maior parte, por contêineres de carga marítima reutilizados, contando com uma reforma para transformá-los em duas celas e um corredor de acesso) são ocorrências comuns, e registram-se ali os maiores índices de escape de toda a penitenciária. Outra característica deste prédio é sua condição de higiene deteriorada: uma infestação de ratos fez com que grande parte do isolamento térmico – constituído por isopor entre as folhas de aço que formam o contêiner – tenha sido retirado pelos animais, que constituíram suas tocas e caminhos entre as partes de aço. O resultado dessa infestação é visível por todo este prédio: restos de isopor em grande quantidade por todo o chão da instalação (exceto as partes que não são constituídas pelos contêineres, nomeadamente a administração e salas dos agentes). Outra diferenciação desta ala é que sua construção visa a dar aos agentes uma visão privilegiada do que se passa em toda a instalação, efeito alcançado pela instalação de uma grade acima de todos os contêineres do prédio e pela instalação subsequente de passarelas abertas e sem corrimão. Este

design implica a possibilidade de fácil e rápido acesso de todos os agentes a qualquer lugar do prédio que apresente algum problema e submete os internos à constante vigilância (o *panoptikon* descrito por Foucault é uma clara inspiração). O prédio também conta com uma quadra de esportes e pátio de sol, espaços comumente utilizados pelos presos para fugas em virtude do controle dificultoso dado pelo maior tamanho. Como o prédio conta com paredes apenas no seu primeiro andar, as fugas costumam ocorrer exatamente pelas passarelas onde os agentes trabalham, ocasionando grandes riscos para os mesmos.

Uma das características mais marcantes da Penitenciária é sua localização em uma região cercada por bairros residenciais. Ainda segundo os funcionários, a localização da penitenciária ocasionou a formação de bairros de camadas baixas ao seu redor pelo deslocamento de famílias de outros lugares do estado que acompanham os presos masculinos que se encontram ali<sup>9</sup>.

A Penitenciária Estadual de Florianópolis apresenta ainda outros problemas, como a falta de agentes para as rondas nas passarelas que entrecortam os telhados da Casa Velha e a desconexão entre o pessoal do Hospital de Custódia e o das alas comuns da Penitenciária, fazendo com que, por vezes, os apenados tenham a liberdade de andar pelo terreno da penitenciária. A falta de agentes para a ronda nas passarelas ocasionou a utilização de cães da raça pastor alemão para coibir os presos de utilizá-las na ocasião de fugas ou rebeliões.

O prédio original da penitenciária foi erguido na década de 1940 e continua sendo utilizado para os mesmos fins contemporaneamente, tendo passado por eventuais reformas e ampliações. As salas utilizadas para as entrevistas que integram esta pesquisa são as mesmas utilizadas para o atendimento psicológico realizado pelos profissionais da penitenciária e se encontram na área de entrada para a Casa Velha, ao lado do local designado para o encontro de apenados e familiares. Estas salas são equipadas com algumas cadeiras (antigas e deprecadas) e uma escrivaninha de madeira.

Ao lado destas salas também se encontram a cozinha industrial, onde se preparam as refeições dos apenados e onde alguns dos entrevistados cumprem seu trabalho de “regalia”<sup>10</sup>, a garagem dos

---

<sup>9</sup> A relação clara entre camadas baixas e aprisionamento no Brasil não é ignorada, mas não é fator focal deste trabalho.

<sup>10</sup> Os apenados têm direito a um salário pelos serviços realizados dentro da penitenciária, normalmente na soma de R\$30 (trinta reais), para suas eventuais despesas. A regalia é restrita para a maioria dos apenados e vista como uma melhoria na situação de grande parte da população carcerária.



veículos utilizados pela penitenciária (e também por onde entram novos apenados, como aconteceu durante uma das entrevistas), uma oficina onde alguns presos trabalham, e a lavanderia industrial que serve à penitenciária, localizada acima das salas. Todos estes aparatos necessários para que a penitenciária se sustente causaram alguns problemas para a pesquisa, em especial pelos ruídos decorrentes da maioria das atividades, bem como pela eventual necessidade de se retirarem alguns presos da Casa Velha, o que ocasionava que passassem pelo mesmo ambiente onde ficam os presos que esperam por suas visitas. Esta interação entre presos da ala de crimes sexuais – ou mesmo os que ocupam indevidamente a Casa Velha e, portanto, não têm acesso aos banhos de sol no pátio comum da ala – com os apenados da Casa Velha poderia ser perigosa para os sujeitos da pesquisa. Felizmente nenhum problema deste tipo ocorreu no decurso da investigação.

A grande proporção de presos encarcerados por crimes sexuais em situação de regalia se dá pelo fato de apresentarem o melhor comportamento dentro da penitenciária, situação que os psicólogos que nela trabalham atribuem às diversas ameaças sofridas pelos autores destes crimes, que utilizariam o bom comportamento como forma de evitar que sofram maiores violências e, assim, atingir a situação de regalia, em função da qual teriam maior liberdade para circular dentro da penitenciária (os serviços de limpeza são outra opção na regalia, habilitando o apenado a adentrar praticamente todos os prédios da instalação – excetuando o Hospital de Custódia, que mantém um corpo próprio de apenados para esta função). Claramente, a menor restrição aos espaços é percebida pelos apenados como ponto positivo na regalia, visto que a ala do “seguro” é menor do que a ala comum e tem um pátio de sol muito mais restrito. Outro fator preponderante é que os presos por crimes sexuais têm contato apenas com outros presos da mesma categoria, de modo que a regalia provê um espaço de trocas com os agentes e presos de outras alas que também a obtiveram.

## 4. Análise e Discussão dos Casos

### 4.1 O Caso Esaú

Esaú foi acusado de tocar e acariciar os genitais de uma de suas filhas, deitado em uma cama de sua residência (crime estabelecido como atentado violento ao pudor), assim como tem sobre si uma segunda acusação de sua filha mais velha, esta de estupro. São acusações que nega, ao passo que admite apenas uma altercação violenta com a filha mais nova em vista de uma situação envolvendo um terceiro homem que residia em seu bairro. Nada fala sobre a acusação da filha mais velha, que aconteceu após sua condenação inicial (e aprisionamento) pelo envolvimento sexual com a filha mais nova. Sua pena é de vinte e dois anos.

Esaú tem 51 anos, considera que não pertence a nenhuma raça/etnia, mas que é *“caboclo, índio, tudo misturado”*. Antes de ser preso, era evangélico praticante, mas afirma que, dentro da penitenciária, não se considera mais evangélico. Estudou até o primeiro ano do primeiro grau e a parada dos estudos é explicada por ele pelo fato de ter nascido em uma região rural, sendo que teve de trabalhar muito cedo na agricultura para sustentar a família, o que o impossibilitou de estudar.

Sobre sua infância e juventude, apenas fala: *“eu, na minha vida, bem dizer me criei sem pai e sem mãe. Eu me criei como homi. Pela mão... aí, não sei por que, graças a deus, a única coisa que eu ganhei dos outros é saber respeitar as pessoa e... e... nunca fazer coisa errada. Pra ser chamado atenção. Graças a deus, trabalhei desde a idade dos oito anos no mundo, mas trabalhando”*. É importante apontar como as noções de masculinidade de Esaú estão relacionadas ao trabalho e ao sustento dele próprio e de sua família, sendo que essas são consideradas características definidoras da masculinidade segundo Kimmel (2004, p. 702). O *“self-made man”* também é outra característica que aparece brevemente em seu discurso, mas com uma importância exacerbada: fazer-se homem equivale a ter sucesso na vida, a ser prestigiado pela sociedade. Tal característica aparece novamente quando Esaú fala de sua relação com a comunidade onde vivia. No momento em que aconteceu o crime pelo qual Esaú foi condenado, este morava na praia da Pinheira, no município de Palhoça.

Durante a entrevista, o relato de sua história de vida foi várias vezes entrecortado e retrabalhado, de maneira que é difícil, mesmo após

várias leituras, ter uma ideia do que ocorre em sua vida entre a juventude no campo e a vinda para o litoral de Santa Catarina. Porém, alguns pontos interessantes sobre o que Esaú considera masculinidade novamente aparecem quando fala de um trabalho anterior: “*eu fui dono de boate, fui dono de duas boate, eu tinha 32 mulher no meu poder*”. Por boates, Esaú chama duas casas de prostituição da qual era dono; nada mais fala na entrevista, mesmo quando perguntado, sobre estas casas. Apenas as utiliza para demonstrar que não teria motivos para recorrer a um estupro, pois, mesmo em outras situações de sua vida, quanto tinha mulheres em seu “*poder*”, não fez isso. Quando pergunto se nesse momento em que era dono destas casas teve alguma relação sexual com menores de idade, replica que não, mas enfatiza o fato de que não o fez por serem menores, deixando em aberto sua relação com as mulheres que tinha em seu negócio.

Outro ponto que aparece nesse trecho é o trabalho. Esaú fala de seu trabalho anterior ao aprisionamento como “*trabalho, trabalho com prefeitura, né? Com pedra, corte de pedra com a prefeitura. No oeste. Apartamento, faço pedra de muro, então trabalho muito com as prefeitura. No oeste. Aí eu... tem trabalhar pra lá, arrumar um dinheiro pra lá, pra ajudar eles; na verdade pra ajudar eles*”. Novamente, ao falar de trabalho, há uma matização de que esse se faz pelo prover, sempre pensando no bem da família, na melhoria de suas condições de vida. Esse traço de que haja ordem na família e no que faz é outro ponto que Esaú toca várias vezes durante a entrevista, afirmando que sempre foi assim desde criança, que “*eu gosto das coisas tudo certa*”.

Quando perguntado se havia sido atendido em algum programa ou por psicólogos, respondeu que apenas na própria penitenciária recebeu algum atendimento deste tipo, o que novamente aponta a deficiência do sistema brasileiro, que, diferentemente de outros lugares do mundo (O’Byrne *et al*, 2006), não tem programas estabelecidos para o atendimento de criminosos sexuais, contando apenas com psicólogos *in loco* em um papel generalista.

No tocante às acusações pelas quais foi encarcerado, a própria fala de Esaú é um tanto desconexa. Em certo ponto, relata: “*eu fiz uma coisa, eles me botaram outra, né? Nessa cadeia, né? É isso aí. E me arrumaram mais um BO ainda, me arrumaram mais onze ano de cadeia. Uma coisa que também não tem nada a ver com a outra*”. Aqui, deixa claro que não assume do que foi acusado em nenhum dos dois crimes.

Peço que me explique melhor as condições que levaram ao seu aprisionamento, ao que responde que foi preso ao voltar de uma viagem

ao oeste do estado, onde trabalhava para uma prefeitura, enquanto buscava documentos que não tinha consigo:

*Aí eu, tem trabalhar pra lá, arrumar um dinheiro pra lá, pra ajudar eles; na verdade pra ajudar eles. Aê, quando eu chego de lá, vim pegar uns documentos que tinha deixado aqui, vou pegar os documentos lá porque tinha me oferecido lá um contrato que tinha que fazê umas 150 mil pedra pra fazer, e eu tava sem documento. Eu saí rapidamente daqui, não deu tempo. Aí eu vim pegá os documento aqui. Aí, quando eu cheguei aqui pra num dia porque tinha que viajar no outro... Cheguei de manhã aqui, quando foi num dia eu tô saindo na porta, daí a polícia chegou assim: “[...] ó, o senhor tá preso e sabe por quê”; “não sei”; “é, tá acusado de estupro”.*

Esta cena, porém, não explica em nada as circunstâncias nem as acusações. Apenas relega para a polícia a culpa por estar aprisionado, quando esta nada tem a ver com as condições que o levaram às presentes condições de sua vida. Seu relato é conflitante no tocante às suas acusações, visto que ora fala apenas de uma violência física praticada contra a filha menor, ora fala da acusação como sendo de atentado violento ao pudor. Parece tentar fazer com que o pesquisador desconsidere as acusações, atendo-se à sua versão da história de que houve apenas violência física (mesmo que grave). Sobre este tema, inicialmente fala que: “[...] é que foi que, fui chamar atenção de uma filha minha, que era meia vagabunda”. Ao ser perguntado sobre o que entende pelo termo *vagabunda* que utiliza, responde:

*Vagabunda que eu digo é que... fica... querendo destruir família dos outro, entendeu? Aí morava lá um homizinho que morava... trabalhava lá, querendo... saí com o cara. Aí fui chamar atenção que o cara era casado, que eu não queria problema, que eu me dava bem com os vizinho, me dô bem com os vizinho, morava lá. Então eu não queria uma coisa daquela ali, né? Ficava feio. Eu fui chamar a atenção dela, ela [bate na mesa] simplesmente ela... me respondeu mal, que nenhum nunca filho meu me respondeu mal. Eu nunca respondi mal pro pai meu, né? Então eu*

*não admitia esse tipo de coisa, então já tava meio nervoso, eu acabei batendo nela, e...*

Os resultados dessa violência perpetrada contra sua filha, em suas próprias palavras: *“quase matei ela, e aí foram me acusar que eu tinha estuprado ela. Coisa nenhuma. Eu tenho cinco filha mulher; se fosse pra fazer com uma, tinha que fazer com todas”*. Este trecho não é apenas interessante pelo argumento apresentado, mas principalmente pelo fato de haver uma acusação posterior de estupro realizada por outra filha de Esaú – o que quebra o seu argumento e corrobora outros fatos adjacentes.

Um destes fatos adjacentes que a literatura aponta é que em geral os homens acusados legitimamente de estupro têm suas relações com suas famílias severamente afetadas (Scully, 1990, p. 72), fato que é correlato ao que acontece com Esaú, visto que sua família não mantém nenhum contato ou visitas. Esaú fala que isso se dá por conta da severa agressão que cometeu contra sua filha, o que resultou em “raiva” de sua família contra ele. Não só sua família toma este posicionamento, mas o próprio Esaú também afirma: *“ih, pra mim morrero tudo, pra mim não existe mais nada, família minha não era mais. Papel desse jeito pra mim assim, na nossa família, já era. Pra mim não existe mais”*. Mesmo falando de “nossa” família, indicando um pertencimento, afirma sua total exclusão dessa mesma unidade.

Outra questão que aparece várias vezes durante a entrevista é a rigidez atribuída às funções sociais de gênero presentes no discurso de Esaú. Isso é informado principalmente pelo conceito do que é o “certo” de que fala Esaú. Este conceito que o mesmo utiliza tem um fundo intrinsecamente sexista, não apenas pelo fato de considerar, em certo ponto de sua vida, 32 mulheres como sua propriedade, mas considera o que sua filha fez ao ter um envolvimento afetivo-sexual com um homem casado uma ofensa à sua educação e aos seus costumes (Scully, 1990, p. 78).

Esaú fala pouco sobre a segunda acusação, o estupro de uma de suas filhas mais velhas, que lhe foi imputada quando já estava encarcerado: *“daí, esse outro aí, foi outro que veio agora. [...] A outra me botou esse BO de coisa aí, sem mais, sem menos, não tem a ver uma coisa com a outra. Jamais fiz uma coisa dessa aí”*. Esta passagem traz um detalhe importante: o fato de Esaú não falar a palavra estupro. Em outras falas suas, ele também evita a denominação do crime do qual foi acusado. É um detalhe, mas parece indicar como o estupro é tão mitificado, mesmo entre os sujeitos marcados pelo crime, que a pura

menção do nome carrega um peso simbólico que o sujeito não consegue sustentar, optando pelo não uso, escandindo este significante.

O julgamento de Esaú, assim como de quase todos os outros sujeitos entrevistados, é marcado pelo fato de que sua palavra não é ouvida; ele não é chamado a depor e apenas recebe a punição diretamente da juíza ou do juiz. Fala também: “*nem sei, nem me lembro de nada, só sei que disseram ‘condenado’ e pronto. Aí não tava nem sabendo que tava condenado da outra vez*”. Esse fato demonstra como inexistia uma escuta para os acusados de crimes sexuais, escuta que poderia ser reveladora de seus funcionamentos e motivações, ampliando a gama de intervenções e prevenções possíveis.

O conceito de violência oferecido por Esaú é metafórico: “*é violência, se uma pessoa não se dá, né? Não tem um ditado, dois boi de um lado e um puxa de um lado e outro puxa de outro? Não dá certo. Aí o que que acontece: o que não quer puxar vai apanhar mais. Né? Então acho que isso aí que é a violência, né? Aí, então, apela pra violência*”. No entanto, fala apenas de violência física ou de discordância entre duas partes. Notavelmente, seu conceito é bastante parecido com aqueles desenvolvidos por teóricos sobre a violência, como Hanna Arendt (1985, p.19), que, concordando com C. Wright Mills, afirma que toda violência é uma disputa por poder e que o poder mais definitivo é aquele exercido pela violência. Claramente a resolução de disputas (assim como afirma Freud no texto “Por que a guerra?”) através da violência não é a melhor maneira, mas a que vem prevalecendo em nossa sociedade, sendo passível de mudança. No caso de Esaú, parece ser uma das vias mais utilizadas por ele para a resolução de seus conflitos: quando a palavra não é suficiente, utiliza a violência (Gryner *et al* 2003).

Quando perguntado sobre violência sexual, Esaú não modifica o que havia falado desde o início da entrevista:

*Por que eu ia fazer uma coisa dessa? Um filho meu, uma filha minha, uma neta minha. Ah? Tu me diz uma coisa: como é que eu vou fa... teria coragem de fazer uma coisa dessa? Jeito nenhum! O que eu tinha de mulher, pô, à vontade. Por que que eu ia fazer um negócio, coisa, com família, próprio com minha família? Jamais. Eu tô pagando coisa que não fiz. Eu tô consciente na minha cabeça, já decidi. Eles pra lá, eu pra cá, entendeu?*

Alguns detalhes nessa fala novamente trazem dúvida para as afirmações de Esaú. Primeiramente, o fato de incluir nesta uma neta: esta neta não foi citada em nenhum processo ou acusação formada contra Esaú. Outro detalhe é a formação de um pequeno ato falho; começa a falar “*como é que eu vou fa[zer]...*”, verbo entrecortado que indica a ação presentificada, logo depois modificada para “*teria coragem de fazer*” – sem esta modificação verbal, a construção demonstra a ação, e não a presunção de uma ação.

Neste momento, deixa de falar disso para falar da comunidade onde vivia, usando novamente um argumento fora de contexto – no caso, a sua relação com seus vizinhos – para indicar como uma pessoa como ele não cometeria um crime sexual. Faz isso dizendo:

*Se perguntarem pra mim, se o senhor chegar na comunidade hoje e pedir um abaixo assinado de 100, 200 assinaturas a favor meu, o senhor vai encontrar. Eu sou dado com deus e todo mundo, aonde eu moro só tenho amizade, todo mundo me quer bem. Porque nunca fui... ih, ih, ih... uma pessoa de maltratar ninguém. Nunca fui uma pessoa assim... sempre fui uma pessoa de ajuda. Nunca fui de atrapalhar ninguém; se não pudesse ajudar, também atrapalhar não atrapalhava. Então fui sempre. Graças a deus, onde... qualquer bairro que o senhor quiser que eu morei, eu tenho só amizade.*

Neste trecho, outra vez ocorrem algumas formações discursivas interessantes. A primeira é a inversão que faz entre o *nunca* e o *sempre*, dois absolutos postos lado a lado e que, antes de seu erro, indicariam o contrário do que falou. Outro ponto de interesse é sua hesitação ao falar que nunca maltratou ninguém. Freud, em uma fala para advogados, já dizia que, ao entrar em contato com o que chamava de um complexo ideacional (Freud, 1974 [1906]), o sujeito costuma cometer erros ou ter tempos de reação diferentes do habitual, o que possivelmente ocorreu neste ponto da entrevista. Quando realizo outra pergunta a respeito de suas outras filhas que não haviam feito qualquer acusação contra ele, novamente Esaú tem dificuldade em falar: “*agora vem isso, nem vem, nem consigo falar disso, me dá até um nervoso*”. Dias (2006, p. 402-403) estabelece que

É nos sonhos, nos lapsos do discurso, nas distorções, nas lacunas e nas repetições do sujeito, assim como em seus sintomas, que temos que ler o traço apagado do significante recalcado, que emerge na linguagem particular que apreende o desejo inconsciente e que abriga inadvertidamente um sentido – o do conflito recalcado – determinando a maneira pela qual o discurso do sujeito se organiza.

Complementa seu argumento de que seria incapaz de cometer um crime deste tipo com outros dois pontos: que sua filha era na realidade uma mentirosa e uma criminosa; e que a educação dos jovens contemporâneos não inclui o respeito às regras que Esaú preza.

O primeiro argumento envolve os motivos que levaram Esaú a morar com sua filha mais nova, que por si mesmos são complexos e entram em choque com os valores de masculinidade propostos por Esaú na entrevista:

*Pra começar, aquela menina nem morava, vivia comigo. Ela foi criada com a vó dela lá no oeste. Quando ela entrou – pra tu ver que ela tava perdida, já –, ajudou a matar uma senhora lá em Capinzal por causa de 50 real. Ela veio pro São Lucas, não morava aqui, descobriram onde é que eu morava, depois me chamaram lá no São Lucas. A diretoria do São Lucas me chamou lá.*

Aqui Esaú elabora como sua filha não compartilha de seus valores nem pratica aquilo que considera certo, principalmente no que se relaciona com o trabalho e com a família, assim como delineia sua inclinação para o crime, que parece colocar-se como pano de fundo para seus problemas com esta filha.

Aqui aparece também a questão da paternidade, pouco explorada em outras falas de Esaú. Este demonstra novamente um aspecto que variados autores (Trindade, 2002; Siqueira *et al*, 2002) relatam, qual seja, a importância e centralidade que a paternidade ocupa como definidora da masculinidade:

*...quando me encontraram lá, aí vieram assim: “o senhor tem uma filha lá, assim, assim, que foi*



*condenada”. Aí fui lá pra ver. Chego lá – ainda faço ainda papel de pai –, fui lá e assumi a bronca lá, levei ela pra casa. Tirei ela do São Lucas e levei pra casa.*

Este *assumir a bronca* de que fala Esaú se configura como aceitar uma filha quase desconhecida em sua casa, por um tempo estimado por ele de três meses, até sua prisão – três meses que foram suficientes para a briga entre os dois e também pelas acusações de atentado violento ao pudor.

Ainda sobre a paternidade, Esaú diz estar descontente com suas filhas pelas acusações feitas contra ele: *“eu, pra mim, isso aí já era. Um filho fazer isso aí com um pai. Uai, não, é uma pessoa que não tem coração, eu já digo isso aí”*. As consequências emocionais do sofrimento do encarceramento seriam, então, as raízes de seu afastamento de sua família, e não as acusações ou a raiva que diz ser sentida pelos outros membros de sua família contra ele em virtude da violência perpetrada contra sua filha, novamente implicando a centralidade da paternidade para sua vivência masculina.

No discurso de Esaú sobre a criação dos filhos, o tópico que recebe mais atenção é o da educação, que, a seu ver, deve ser a mesma que recebeu, mesmo envolvendo violência ou trabalho infantil. *“Hoje em dia. O filho, qualquer coisinha, se tu levantar a voz, já te bota na cadeia. Se tu levantar a mão, já te bota na cadeia”* – esta fala implica uma diferenciação grave entre sua geração e a geração de seus filhos, que tem um amparo na lei em termos de violência doméstica, podendo implicar criminalmente um pai que utiliza tais métodos para a educação. Em outra parte de sua fala, ainda relaciona esta ideia com a de que os pais têm como dever orientar e conversar, mas que, pela diferença existente entre as crianças do seu tempo e as contemporâneas, estas estariam menos aptas a ouvir e a aprender, culminando com o exemplo de sua filha, que se voltou para a criminalidade e para envoltimentos românticos com homens casados.

Esaú utiliza todos os motivos expostos acima para argumentar o uso de violência contra sua filha, mas ainda assim seu discurso comporta uma dimensão de ambiguidade sobre o fato: *“eu não acho que foi errado. Foi errado. Quando a gente fica nervoso, não tem descuido aí. Hoje a gente pensa duas vezes, naquela época pensava tudo duma vez”*. A frase acima parece indicar que, por um lado – o da lei –, Esaú considera errado o que fez, tem consciência disso, enquanto pela maneira como pensa, a estruturação psíquica explanada ao longo desta

análise, sua violência foi justificada. Essa direção dúplice encontrada em Esaú é bastante correlata com as teorizações sobre a violência doméstica encontradas na literatura feminista, sendo pensada como a manutenção da dominação masculina na esfera doméstica (Aguado, 2005, p. 31).

A vivência de Esaú na prisão, onde ingressou com 46 anos, é marcada pelo medo de retaliação de outros presos. Mesmo afirmando que nunca aconteceu nenhuma violência contra ele dentro da penitenciária, revela que é necessário precaução: *“só no cubículo aí dentro, no convívio aqui dentro, né? Sabe como é que é, né? Tem que tá no seguro. A gente tem que tá no seguro, né?”* – significando que não pode conviver com outros presos que não estejam encarcerados pelos mesmos artigos que está.

Concluindo, o caso de Esaú apresenta vários paradoxos em seu discurso, assim como vários temas relacionados à constituição das masculinidades que são reveladores da construção social da mesma e do esforço do sujeito pela manutenção de um *status quo* frente às mudanças sociais que enxerga. O caso também revela as idiosincrasias do sistema judiciário brasileiro e como a violência doméstica ainda é pensada como justificada dentro de nossa sociedade.

## 4.2 O Caso Dylan

Dylan tinha 37 anos à época da entrevista. Não se considera de etnia nenhuma, mas esclarece que ocorreu miscigenação de alemães, índios, portugueses e negros em sua família. Estudou até a 7ª série do ensino fundamental, mas não explicita o motivo que o levou a parar os estudos. Quando perguntado sobre sua religião, responde: “*eu acredito que seja católico, eu acho*”. Quando foi preso, foi atendido na 6ª DP – Delegacia da Mulher de Florianópolis.

Quando perguntado sobre atendimentos prévios com psicólogos em seu trajeto dentro do sistema carcerário, afirma que não houve atendimento algum exceto aqueles feitos já dentro da penitenciária onde foi realizada a entrevista.

Os crimes pelos quais Dylan foi condenado foram Pedofilia – articulado com o Artigo 71 do Código Penal – e Crime continuado – indicando a repetição do crime. Somado a isso, consta o crime de Corrupção de menores. Sua pena total é de 10 anos e 4 meses. Sobre as acusações, relata: “*eu nunca neguei o crime. Só nego que fiz, nunca neguei que tenho ele*”. Trata-se de uma construção frasal confusa, em que diz que nunca negou o crime, em um momento parecendo que realmente o cometeu e em outro apenas relacionando o crime ao seu *status* de apenado.

Ao ser questionado sobre sua pena, responde de uma maneira muito enfática:

*Eu acho que quem comete um crime desse tem que ganhar pena de morte. Acho que quem molesta uma criança tem que morrer. Entendesse? Acho que eu não tenho conhecimento em relação a... não tenho conhecimento em relação a... como é que se diz, assim? Em relação a leis e agentes humanos, nem conhecimento pedagó... pedagógico em relação ao que passa, piá, que passa na cabeça de um homem, de um adulto, de uma mulher que abusa de uma criança. Não tenho conhecimento em relação a isso, mas acho que é uma coisa abro... abominável. É que nem tu vê uma pessoa roubando um artigo que é pra uma pessoa que são.... perdeu casa, família. Uma coisa que não tem, não tem, não consigo discernir, entende? Uma sensação que não tem.*

Um dos pontos salientes das entrevistas realizadas durante esta pesquisa é que todos os sujeitos entrevistados – mesmo aqueles que admitem os crimes sexuais (seja estupro, seja atentado violento ao pudor) – formulam a mesma opinião sobre os autores dessas modalidades de crimes, ou seja, de que merecem a morte, o que parece inicialmente bastante paradoxal, visto que é exatamente nesta situação que se encontram e que estariam condenando a si mesmos à morte. Este discurso parece servir a um outro propósito: o de deixar claro que o sujeito que o emite não participou de nenhum crime dessa natureza.

Na continuação de sua longa fala sobre a diferença entre provas e indícios, em que tenta provar sua inocência pelo fato de que as evidências encontradas em seu caso são fabricadas ou relativas a outras pessoas, Dylan fala também de como sua experiência dentro do sistema carcerário o alterou como sujeito:

*[...] eles não condenam por provas, né? Assim, condena por indício. Eu acho que essas pessoas de forma alguma deveriam ser jogadas dentro do sistema, entendesse? É meu ponto de vista, obviamente, certo? [...] Hoje me considero um cara que tem conhecimento do crime. Três anos e dois, três meses de cadeia, o sistema criou, a sociedade criou o criminoso. [...] Eu tinha uma preocupação. Em pagar minha conta de luz em dia, meu aluguel em dia. Chegava a perder o sono por isso. Hoje eu vejo de outra forma: eu não vou pra cadeia por isso, eu vou pra cadeia se eu discutir contigo e tu for lá me denunciar que eu sou pedófilo.*

Esta fala deixa transparecer alguns de seus argumentos sobre sua inocência, além de relatar a modificação impetrada pela convivência dentro de uma penitenciária e sua adquirida compreensão de como funcionam os crimes, suas denúncias e penas. Também utiliza esta fala para se contrapor ao atendimento em grupos de homens dos sujeitos acusados de crimes sexuais, argumentando que como foi condenado erroneamente o tratamento seria ilógico: “*não, eu acho que assim ó, aquelas pessoas que cometeram isso, que cometeram esse crime, entendesse?*”.

Dylan conceitua a violência de maneira bastante generalizada: “*eu acho que violência é tudo aquilo que ultrapassa o limite da outra pessoa, acho que em todo sentido, né?*”. O que se define por limite

nunca é explicitado, dando apenas a entender que são situações específicas e não generalizáveis. O que Dylan entende por violência apenas fica claro quando perguntado sobre violência sexual:

*Acho que é... tudo, tudo aquilo que não condiz com, posso dizer, tudo aquilo que não condiz com os termos da sociedade, vamo botar assim. Acho que, com 30 e poucos anos de idade ou com vinte, tu tens a noção do que é certo e errado, entendesse? Não tem como tu exigir essa informação de uma criança, obviamente. Mas, em concessão de um adulto que entendesse, acho que tudo que não condiz, né? Fazer o que o outro não quer, né? Acho que já por aí, né? Se não tiver acordo entre ambas as partes, não é possível.*

Dylan aqui faz uso do discurso do consentimento para definir como se dá uma situação de violência sexual, tema muito relacionado com o direito e presente em muitas teorias sobre estupro (Hodgson & Kelley, 2002). Ou seja, muitas teorias que apontam que autores de crimes sexuais não compreendem as regras intrínsecas envolvidas em situações de sedução (Kitzinger, 1997) e o argumento muito descrito de que as vítimas da violência provocam os ataques não seriam adequados para descrever o caso de Dylan, visto que este compreende muito bem o que é violência e o que é violência sexual.

Essa compreensão é alicerçada pelo relato que faz posteriormente à sua definição do que é violência sexual, quando relata:

*Já fui em casa de pai, pra batê nos pai, porque chegou lá machucado. Um dia minha esposa teve que me segurar em casa, porque eu fui lá pra bater no cara. O menino falou que o pai dele confundia ele com, com, com aquele olhar de mulher. E aquilo me levou de forma que eu fui lá. [...] Minha esposa descobriu; ela queria saber o que que eu tinha feito com o cara. Tá loco, eu não achei o cara em casa. Aí um dia o cara foi lá buscar o guri, eu quase matei. Não fui parar na delegacia porque ele sabia que eu ia falar. Então é... o que acontece isso aí, depois tu vem preso com um crime desses. É uma coisa interessante.*

Como em entrevistas com outros sujeitos nesta mesma pesquisa, o posicionamento de Dylan sobre a violência sexual é completamente radical: é um crime que merece as respostas mais violentas possíveis da sociedade. Dylan estabelece em uma fala posterior: “*eu não denunciei também pelo... eu me envolvi da forma que eu achei correta. E diz quebrar ele a pau, entendesse? Então não conhecia o sistema. Eu acho que hoje eu sei que, se eu botar um homem desses aqui dentro, ele vai sair pra matar uma criança*”. Assim, indica que o sistema carcerário tem um papel de produtor de novas criminalidades, assim como reitera sua masculinidade ao se colocar não como o perpetrador de crimes contra crianças, mas como protetor dos mais fracos em uma hierarquia social, aspecto relacionado ao *Big Oak* descrito por Brennan (1974) e posteriormente utilizado por Kimmell (Connel *et al*, 2004). Parte da produção de uma hierarquia social que, sem dúvida alguma, é trespassada pela hierarquia de gênero.

A maneira como se dá toda a articulação de fatos que termina com Dylan encarcerado é complexa e traz alguns pontos interessantes para a análise. Dylan era proprietário e gerente de um estabelecimento que oferecia o uso de computadores e videogames, assim como alugava os mesmo aparelhos. A primeira denúncia que ocorreu contra Dylan foi de receptação de produtos roubados, fato que atribui à concorrência de outros estabelecimentos em seu bairro que estariam pressionados pelo crescimento de sua loja (mesmo que não tenha nenhuma evidência disso). A polícia, então, foi mobilizada e apreendeu equipamentos de sua loja para análise. Durante a análise, encontraram materiais pornográficos envolvendo crianças e adolescentes. Destes achados, partiu a primeira denúncia contra Dylan, que iniciou um processo ao qual respondeu em liberdade. Durante este íterim, foi apresentada uma nova denúncia, desta vez de que havia acariciado as coxas de uma criança enquanto esta estava em seu estabelecimento comercial. Ao final, Dylan foi julgado culpado de todas as acusações, exceto do envolvimento sexual com uma funcionária de 15 anos de sua loja, com a qual produziu fotos de conteúdo erótico, fato que não produziu acusação alguma.

Este envolvimento com sua funcionária é descrito por Dylan por seus frutos em seu processo: “*e essa funcionária menor, e eu me envolvi com essa funcionária; tinha 16 ano, e nós saíamos às vezes. Curtíamos, né? Mas a coisa é, mais é tesão mesmo, talvez, né? Mas, ah, isso não vem ao caso, porque isso nem deu nada, né?*”. Ou seja, mesmo que haja um envolvimento sexual e uma atração por uma pessoa muito abaixo de sua idade – além de menor de idade – , ainda assim isso não

lhe parece ter nada a ver com as acusações que o colocaram na penitenciária.

Dylan já faz menção ao desejo sexual que sentia por esta funcionária muito antes de seu efetivo envolvimento: “*claro, ixi, transemo mais de três, três, quatro vezes, nem sei quanto tempo. Tive, sim; tive, sim; era uma mulher lá, treze anos, era uma nave, entendesse? Até porque eu... desde uns treze, ela já trabalhava comigo, até uns quinze, quando nós iniciamos, e dezesseis, o final*”. Neste ponto de sua fala, Dylan se utiliza da construção do conceito de mulher como maneira de escandir a atração por uma pessoa que, em sua idade de treze anos, ainda constaria como impossibilitada de consentir o ato sexual segundo a legislação brasileira tal como vigente à época quando a pena de Dylan foi aplicada. O Art. 214, em parágrafo único, definia menores de quatorze anos como impossibilitadas de consentir; porém, em 7 de Agosto de 2009, foi revogado em sua totalidade.

Outro ponto interessante no tocante à sua relação com esta ex-funcionária é apoiado pela fala a seguir: “*ai na perícia localizaram fotos de crianças lá na máquina da Lan House, e eu e a [...], a funcionária e eu meio que fizemo um bookzinho de sacanagem, só que eu tinha apagado isso tudo, né? Eu não deixei na máquina*”. Esta fala levanta dois pontos sobressalentes à análise de seu envolvimento, sendo o primeiro o fato de que a produção resultante deste envolvimento com sua funcionária não foi apenas o relacionamento em si, mas fotos reveladoras do mesmo, as quais Dylan não explica para que foram utilizadas. Em segundo lugar, destaca-se o fato de que posteriormente as mesmas fotos tenham sido apagadas, uma medida de precaução que é colocada como natural e resultante das acusações que vinha sofrendo, mesmo que, sob um segundo olhar, não pareçam assim tão lógicas quanto supostamente o discurso de Dylan estabelece. Apagar as fotos não parece fazer sentido, exceto se colocadas sob a égide de uma possível descoberta por dois agentes: a esposa de Dylan ou a polícia.

Deixando de lado as incongruências no discurso de Dylan, agora o enfoque recai sobre a pornografia infantil encontrada em seus computadores. Segundo Dylan, a explicação para a perícia ter encontrado tais materiais é o uso de seus computadores fora de sua loja, em um sistema de locação de máquinas para uso pessoal:

*Essas foto de criança também quando vinha da locação dos computador. O computador era locado, né? Quando vinha os computadores da... da... da locação, eu zerava os computadores,*

*porque eu já sabia que ia vir porcaria, vinha vírus também, né? Material, eu não ia colocar um computador pra jogar com material pornográfico pra criança, é uma coisa que não tem cabimento, né? Mesmo se eu fosse...*

Portanto, o fato de existir material pornográfico infantil recai não sobre o próprio Dylan, mas sobre seus clientes que acessaram este material. No entanto, a própria inação de Dylan ao não denunciar seus clientes nem fazer qualquer coisa em relação a crimes que aconteciam em seu estabelecimento ou com seu equipamento já é em si importante. Quando perguntado sobre isso, fala que não denunciou estas pessoas que locavam suas máquinas porque “*eles vão ter uma maneira diferente de acertar isso comigo, bem diferente*”, indicando uma ação futura, mas sem explicar a motivação que o levou a não realizar nenhuma denúncia quando os fatos ocorreram. Segundo outra de suas falas,

*Mas tinham 3 clientes em específico, e isso eu não coloquei no processo, que isso é uma cobrança que eu eu vou fazer quando sair, né? Que duas vezes eu tinha pego material pornográfico, que eram 2 clientes: um senhor de 50 anos, 50 e poucos anos, seu Lívio<sup>11</sup>, e outro era o... era um mecânico, esqueci o nome, mas eu tenho a ficha, o cadastro inteirinho. Então, esses aí, sim, duas advertência. Chegava: “ó, você não pode fazer isso aí, pô”. “É, puxa, não sei o quê, pá, pá, pá”. “Isso aí tá errado”, eu disse pra ele; “não vou colocar pra ti de novo se aparecer de novo”. Aí ele olhou, pegou, nunca mais voltou, só que ele teve que apagar. Só que, na perícia, ele levantou isso tudo...*

Dylan levanta ainda outra vez a questão da retribuição aos clientes que supostamente acessaram pornografia infantil em seus computadores e que foram indiretamente responsáveis por uma de suas condenações:

*Eu tenho... meu interesse real é que eles paguem cada minuto que eu fiquei aqui dentro. Existe*

---

<sup>11</sup> Nome modificado.



*peças que dói quando perde a gente. Existem pessoas que perdem e a verdade dói. Existe pessoas que, quando mexe no bolso, dói. Eu conheço essas pessoas que, quando mexe no bolso, dói, entende? Eu... eles acham... veja como são as coisas: eles acham que a coisa acabou; até, a última vez que eu saí, fui dar um apoio, fui receber um dinheiro também, tu sabe que... só que... eles, pra não perder o moral que eles têm, que eu sei que eles não querem perder o moral, eles vão ter que pagar bem caro.*

Toda a constituição discursiva de Dylan acerca destas acusações contra outros sujeitos é atravessada por uma construção de vingança, mas que adiciona uma série de questões sobre suas decisões e sobre como constituem por si mesmas performatividades. Afinal, é um discurso reiterativo e citacional: reiterativo da condição de uma masculinidade atravessada pela sexualidade e permeada pela violência como parte da sexualidade, assim como é citacional pelo fato de repetir uma masculinidade que tem o grupo “homens” como uma rede que dá apoio e significação para a exploração de outros e outros que não se encaixam na fechada definição de homem que Dylan carrega e aceita (Connel, 1997; Butler, 2003).

Além desta acusação de possuir material pornográfico infantil, outra desencadeou o atual encarceramento de Dylan, que é a acusação de que havia apalpado duas crianças, filhas de uma de suas vizinhas, quando estas frequentavam sua loja. Nas palavras de Dylan: “*é, só essas duas crianças. É que a minha... Que eu tinha mexido com as crianças, cara. Que eu tinha passado a mão nas crianças, nem sei o que tava escrito lá. Que eu tinha feito maldade com as criança*”. Novamente, é importante ressaltar que os sujeitos apenados parecem não ter acesso aos próprios processos e acusações que lhes são atribuídos, uma falta grave em qualquer sistema que almeja a justiça. Dylan afirma que nem tinha conhecimento de que crianças eram estas ou mesmo de qual de suas vizinhas que era a mãe das mesmas:

*Acabei sabendo mesmo quem eram as criança depois que a minha esposa foi saber quem era, daí ela me passou: “olha, é aquela menininha assim, assim, da vizinha de cima, que tinha recém se mudado”. Eu comecei a fazer força, assim; eu nem lembrava da criança. “É aquela que tinha um*

*dentinho abertinho, assim”. Eu disse: “que nada”. Eu comecei a tentar lembrar. “Lembra que tu trocou o chuveiro da mulher?”. “Ahhh! É aquela assim, assim”. E foi assim eu ia saber; se eu não tivesse trocado o chuveiro, eu nem sei se ia passar quando visse; se eu não tivesse trocado o chuveiro, eu nem ia saber. Porque pelo nome eu não sabia, pelo nome eu não sabia.*

Dylan mantém sua versão de que nunca teve contato com estas crianças e indica que possivelmente foi acusado deste crime por causa de desavenças que tinha com uma das moradoras mais antigas de sua rua. Afirma que esta pessoa não gostava do movimento de carros e de pessoas que sua loja produzia, nem de seu posicionamento em relação à sua comunidade: *“falavam mal de mim pra caramba lá na administração, porque eu não era muito de me misturar, entende? Eu e minha esposa. Aí causamos uma certa antipatia”*. Assim, *“Dona Ana<sup>12</sup>, que morava em cima, que fez a denúncia. Aí essa mulher fez com que assumisse a cabeça da Dona Ana como se eu tivesse molestado as criança. As criança não passaro por exame psicológico, e nem por exame de toque...”*.

A falta de um exame psicológico é fator problemático no processo, mas o exame de corpo de delito não seria realizado no caso de Dylan pelo fato de não ter havido conjunção carnal em nenhum momento, nem mesmo contato anal ou oral, impossibilitando qualquer exame. Outro dos fatos apontados por Dylan como provas de que nada poderia ter acontecido com as crianças que o acusaram é que nunca haveria atendido as mesmas em sua loja: *“uma vez eu não tava na loja, e outra vez quem atendeu foi a minha funcionária. Eu nunca atendi as criança”*. O intuito deste trabalho, no entanto, não é de analisar se são ou não são procedentes as acusações realizadas contra Dylan, mas como a constituição discursiva que constrói perfaz aquilo que nomeia, moldando discursivamente a realidade de maneira que aquilo que enuncia se torna a realidade subjetiva que experimenta e que, ao que tudo indica, se passa também com aqueles que estão ao redor deste discurso.

Dylan fala também sobre suas teorias acerca dos outros homens instalados em sua unidade. E, a partir da convivência e das conversas com outros homens, faz um perfil dos homens que cometem violência

---

<sup>12</sup> Nome modificado.

sexual: “*só solidão. A maioria deles são solitários. A maioria deles teve casamentos ruins. Isso é um perfil que pra mim é indiscutível mesmo. Entende? São pessoas solitárias, mesmo*”. As observações de Dylan não são compartilhadas com o *corpus* de pesquisa sobre estupro (Pardue & Arrigo, 2007; Hodgson & Kelley, 2002), que, em geral, aponta para um perfil de estupradores diferenciado, utilizando de categorizações que os definem pelo tipo de estupro que cometem, além de reportar que estupradores, em geral, não participam de relacionamentos íntimos com frequência. Dois comentários são necessários para clarificar essa afirmação: primeiro é que a grande maioria das pesquisas sobre estupro é realizada em países anglo-saxões por questões históricas (como o grande desenvolvimento do movimento feminista de segunda onda); e, segundo, os dados trazidos por Dylan também podem ser compreendidos à luz destes mesmos estudos como condizentes, afinal um casamento não indica necessariamente um relacionamento íntimo.

Ao final da entrevista, Dylan pede para falar um pouco mais sobre as situações vividas dentro do encarceramento e sobre os sujeitos com quem convive, e acredito que suas palavras sejam interessantes e pertinentes a todos que trabalham neste campo:

*Esse pessoal que tem esse tipo de crime tem que ter um atendimento psicológico diferenciado, cara, mas um **atendimento**, não é esse negócio de jogar numa cela e deixar lá dentro. Só que normalmente eles são abandonado pela família, que já não foi o meu caso. Sozinho não tem família pra ir, certo? Tem que ter esse tipo de... de... de... não decorrer... mexer nele muito com isso. Normalmente quem faz esse tipo de coisa, eles têm uma certa relutância de falar sobre o assunto, entendesse?*

### 4.3 O Caso Tarso

Tarso tem 47 anos, considera-se de etnia indígena, estudou até a quarta série do ensino fundamental e, após certo tempo, fez um curso de educação para jovens e adultos. Tarso se diz católico.

Seu percurso nos aparelhos de estado iniciou-se na 1ª DP de Florianópolis, sendo que Tarso não passou por nenhuma das outras instituições que em geral lidam com crimes sexuais, nem antes nem depois de seu encarceramento. Sua prisão se deu antes da vigoração da Lei Maria da Penha, portanto sua pena não inclui as mudanças instituídas pela mesma nos crimes que se passam em domicílios, fato que é importante pela pena de seis anos a que foi sentenciado.

Tarso foi condenado por estupro. Segundo os autos do processo, o crime aconteceu na residência onde morava. Tarso era locatário dos fundos de um imóvel no qual moravam sua família e a de seus inquilinos. A acusação feita contra Tarso é a de que teria estuprado a filha de seus inquilinos, que, na época do crime, tinha 13 (treze) anos de idade. Tarso a conhecia e convivia diariamente com ela pelo fato de morarem no mesmo terreno e também por outras atribuições, como pegar os seus filhos e a filha de seus locatários na escola da região, tarefa compartilhada entre as duas famílias.

O conceito de violência elaborado por Tarso é assim estabelecido: *“ah, que nem esse negócio que aconteceu comigo, essa acusação, né? Que foi uma coisa que não aconteceu mas eu fui acusado. Tentei escapar, tudo, não consegui. Uma coisa que... uma das violências, né?”*. Nessa passagem, ele pensa a violência como a violação de seus direitos – no caso, o da liberdade. Sobre a violência sexual, afirma que *“é o ato de passá a mão, de... quando a guria tá grávida, aquela coisa”*. Mesmo quando perguntado novamente sobre estupro, nada mais responde. Pode-se pensar que Tarso não compreende exatamente que está envolvido em um estupro, mas a base do que é entendido como a violação do direito do outro sobre seu corpo se encontra nesta fala. Sobre o que entende por violência, é também notável que considera que não exista violência psicológica.

Ainda que não considere que violência psicológica exista (*“[Violência] Psicológica? Acho que não, né?”*), Tarso afirma ter certeza de que o atendimento psicológico para os sujeitos aprisionados é de interesse dos mesmos, argumentando isso à luz de outras afirmações sobre a dificuldade de conviver com outros presos em virtude do crime pelo qual foi condenado: *“por causa desse crime aí, uma coisa que eu não fiz mas... é o crime mais pior pra puxar cadeia é esse aí, mais*

*difícil. [...] Porque é difícil de conviver, pouco, o cara só tem que puxar seguro, não pode puxar em outro lugar, tem que tá no seguro*". Além disso, ainda relata uma situação comum na penitenciária onde foi realizada a pesquisa: os presos por crimes sexuais geralmente têm acesso a regalias em suas penas principalmente pelo bom comportamento apresentado durante o curso da pena participando de trabalhos internos à penitenciária, como a cozinha, lavanderia ou serviços gerais. Estes trabalhos produzem renda para estes sujeitos, de maneira que, segundo a narrativa de Tarso, *"às vezes tem que pagar o rango pra eles, regalia sempre é, sabe, quase tudo é regalia. Não interessa o crime, sempre tem ameaça"*.

Sobre o crime pelo qual foi condenado, Tarso fala pouco, citando que não teve acesso algum ao seu processo e, portanto, não sabe de detalhes da acusação, apenas do artigo pelo qual foi condenado e sua pena. Perguntado sobre as informações disponíveis a seus familiares sobre o processo, responde que estes também não têm acesso algum a estas informações.

A relação que Tarso mantinha com seu locatário é colocada como central para sua acusação:

*O seguinte, óia, o cara foi até... o começo foi assim, ó, nosso guri trabalhava com esse cara, já uns oito meses, daí tava fazendo isso aí, trabalhava, trabalhava na casa, daí meus menino pediram pra sair, já tava devendo oito mil pros meus guri. Daí os guri pediram pra sair, ele ficou muito indignado. Daí ele pediu pra eu sair da casa, eu morava na casinha dele lá. Daí eu falei: "não, não vou sair, tem que no próximo mês acertar com os guri pros guri saí, né?". Pegou a guria, daí ele disse assim: "não, vocês vão sair hoje mesmo". Daí não saí aquele dia, mas saí acho que uns dois dias depois. Pegaram nossa acusação lá, aí já saiu preso. A família já teve que sair na hora, porque não tinha com ficar lá. Foi assim que aconteceu.*

Segundo o entrevistado, a acusação pela qual se encontra aprisionado tem origem em um conflito de outra ordem que não a da própria violência sexual, tendo sido fruto de estratégias na resolução de desentendimentos em torno do pagamento e da habitação da casa.

O uso do poder do Estado desta maneira é ressaltado por Hanna Arendt (1994) em seu escrito “Da Violência”. O poder do Estado de interceder na vida dos sujeitos e de aprisioná-los é tido como fato comum de nossa sociedade. No entanto, chamar este aspecto de um poder e entendê-lo como naturalizado só é possível pela criação e manutenção deste poder a partir de certo momento da civilização ocidental. Portanto, deixamos – como sociedade – de considerar o aprisionamento como uma violência para considerá-lo como poder do Estado (voltado para a proteção da sociedade de um elemento discordante e/ou violento). O que acontece no caso de Tarso é que este poder do Estado é voltado contra um sujeito na forma de violência, a partir de uma acusação que não se sabe se é substanciada.

O argumento de Arendt (ibid.) parece de uma clareza assombrosa ao analisarmos a situação vivida por Tarso, com exceção de que, neste último caso, os próprios sujeitos envolvidos, compreendendo a lógica interna que regula os espaços que habitam, utilizam-se da mesma para seus próprios fins, independente de qualquer atributo moral. Esta análise não se aplica apenas à utilização, por parte do inquilino de Tarso, de intervenção judicial e policial para tornar uma dívida extinta. Também se aplica à própria recusa de Tarso de falar sobre o crime. O sujeito não providencia indícios para que seja feita qualquer análise do ocorrido. Mesmo que as partes envolvidas em na entrevista não tenham ligação alguma com o judiciário, ainda assim a performatividade que aqui aparece é a de um exterior constitutivo de um discurso, o discurso do sujeito não culpabilizável.

Essa recusa de produzir provas contra si mesmo é um direito garantido pela constituição brasileira (o inciso LXIII do art. 5º da Constituição Federal assegura o direito ao preso de permanecer calado), porém seu alcance vai além do judiciário. Toma também a dimensão de alicerçar a própria compreensão de sujeito de quem é atravessado pela lei. A reflexão sobre a interpelação Althusseriana, trabalhada por Judith Butler em seu texto *Psychic Life of Power* (1997), fornece uma boa maneira de compreender como a sujeição *tropológica* (que se volta sobre si mesma) se apresenta nesta reticência em produzir uma enunciação que implica necessariamente uma sujeição a um poder, criando, assim, uma inscrição psíquica que o implica como assujeitado ao poder do Estado e também culpabilizado, produzindo uma marca de assujeitamento que aparenta ser importante o suficiente para que o sujeito sempre a evite. Assim, a dificuldade de acessar as falas destes sujeitos aprisionados sobre o crime que (judicialmente) cometeram não é apenas a de acessar uma fala, uma vez que se mostra permanente a

possibilidade de que qualquer discurso produzido, mesmo em uma situação de pesquisa, acabe por corroborar e legitimar a pena à qual se está submetido.

Esta interpelação não é apenas compreendida, mas também utilizada por outros sujeitos como forma de acessar um poder que efetivamente, como sujeitos, não poderiam utilizar – no caso, o poder da voz policial de interpelar um outro. Nas palavras de Tarso: *“não queria pagar meus guri. Aí saí na hora também. Daí não sei como ele conseguiu botar estrupo, não sei que tipo. Não sei, comprô os homi. Não sei o que ele fez, só sei que ele conseguiu”*. A própria reação de confusão de Tarso frente à situação já exprime como a sujeição a este poder opera: como um poder inabalável e impossível de ser enfrentado. A interpelação feita opera necessariamente uma modificação em sua posição como sujeito.

Além da questão econômica, Tarso também levanta outra possibilidade para a acusação de violência sexual efetuada contra ele, esta envolvendo os laços sociais com seu locatário: *“tinha muito ciúme da família, né? Da convivência, da minha mulher, ele tinha ciúme”*, pois sua família teria *“...convivência, a gente saía, vivia bem, saí, curtir, então ele tinha ciúme de nós”*. Outro ponto que Tarso enuncia sobre a invalidade das acusações se encontra no apoio comunitário que recebeu ao ser indiciado: *“os vizinho, parece que tudo se dava muito bem comigo, e esse cara não se dava com a vizinhança, quase ninguém gostava dele. Até a diretora do colégio me falou, que lá foi feito uma lista, ela testemunhou ao meu favor também a diretora. Diretora me conhece faz tempo. [...] Fez, 600 e poucas pessoas assinaram esse abaixo-assinado”*. Esta movimentação social em torno da defesa de uma acusação de crime sexual é bastante incomum, mas aparece também no discurso de outros dos sujeitos desta pesquisa. Utilizam estes fatos para criar uma imagem masculina de homem trabalhador e, portanto, honesto segundo as relações simbólicas estabelecidas pela masculinidade hegemônica de Connell (1997, p. 39) – como maneira de argumentar que o crime seria impensável. Em contraponto com sua fala anterior sobre a acolhida que a comunidade teve ante sua acusação, Tarso afirma: *“olha, pensamento, caiu na cadeia o pensamento acabou, o pensamento é só do marginal. Marginal. Quase todo. Ex-presidiário já é... a vida é bem mais difícil assim”*. Dessa forma, constata que a modificação exercida pelo ato de enunciação de sua culpa por um crime para sempre ficará marcada em sua constituição como sujeito, é um ato performativo, alterou para sempre a realidade discursiva e factível de sua vida.

A masculinidade, portanto, continua sendo um atributo muito importante para Tarso; e, quando perguntado sobre o que acha que significa ser homem, tem dificuldades em responder. Após algum tempo pensando, finalmente responde: *“acho que é ser homem mesmo, é viver bem, viver tudo com as pessoa, ter uma boa conduta, acho que é isso aí”*. Novamente o discurso de Tarso é atravessado pela Lei – não apenas a lei constitucional, mas a lei que o implica como sujeito instituído na sociedade. Talvez mesmo por estar dentro de uma instituição total que a compreensão acerca do escopo da internalização da lei fique clara para Tarso; e tal entendimento o faz pautar inclusive aquilo que entende diretamente como sua identidade sexual pelo controle, ou seja, *ter boa conduta*.

Outra experiência que Tarso considera importante e que ocupa grande parte de suas falas durante a entrevista é a paternidade. E, se entendermos a família como tendo tamanha importância para Tarso, fica claro que este lugar também é onde se constituem as suas performatividades. Há pesquisas (Stacey, 1996; Dunne, 2001 *apud* Mac an Ghail & Haywood, 2003) que afirmam que este tema é um bom exemplo de mudança e de construção social envolvida com o gênero e exemplifica a constituição processual, performática e atuante da masculinidade, desconstruída como algo inerente ao sexo e possessão individual e inata.

No que concerne à paternidade, Tarso ainda relata uma situação em sua vida referente à relação com uma de suas filhas:

*(...) passei muito sofrimento por essa minha filha, eu e minha mulher. Teve muito com ela, porque eu acho que ela tinha uns 12 ano, por aí, ela começou a sair de casa. Saía, chegava de madrugada, a gente não sabia pra que lado andava. Nós sofremo muito por causa disso. Grupo de ajuda do Conselho Tutelar, não consegui. Fui pra delegacia pra ver se me ajudavo, não me ajudaro.*

O que se revela de interessante nesta situação é a tentativa falha de utilização dos aparelhos de Estado por parte de Tarso para resolver os problemas com sua filha, novamente demonstrando como a paternidade é uma parte importante da constituição performativa de sua masculinidade.



Concluindo, o caso de Tarso é complexo e balizado por enunciações fraturadas, ora atravessadas pela lei, ora pelos direitos, mas sempre evocando um sujeito que está em uma relação de interpelação. O intuito deste trabalho, no entanto, não é a análise sobre a produção do discurso jurídico, mas sobre o que o próprio Tarso compreende daquilo que passou. Nesse sentido, gostaria de ressaltar como o próprio se refere ao estupro: sempre se utiliza de outras palavras, seja o “nisso aí”, o “troço aí” ou “esse caso aí”. A nomeação do estupro é performativa – “o ato de reconhecimento torna-se um ato de constituição: o endereçamento anima o sujeito à existência”<sup>13</sup> (Butler, 1997, p. 25) – e, como tal, evitada pelo sujeito. Quando perguntado sobre sua opinião acerca de estupradores, Tarso fala mais alto do que no resto da entrevista e responde: *“olha, eu acho sério esse caso aí, pra mim eu acho muito, muito indignado quando vem esse assunto aí, uma coisa muito indignada”*. Aqui, novamente se utiliza de uma evitação para falar do crime e marca esta enunciação como diferenciada do resto através da marcação da voz. Este escape para o discurso aparenta conter em si o afastamento da prática de que é acusado, pensando que o ato performativo/enunciativo aqui presente objetiva efetivamente retirá-lo da posição de agressor sexual.

---

<sup>13</sup> “The act of recognition becomes an act of constitution: the address animates the subject into existence”.

#### 4.4 O Caso Quiron

Quiron, ao ser entrevistado, tinha 32 anos de idade, considerava-se de descendência italiana e não teve educação formal. Foi encarcerado inicialmente na 2ª Delegacia de Polícia, localizada no bairro Barreiros, em São José, cidade conurbada com Florianópolis.

Não recebeu tratamento algum em grupos de homens, terapia individual ou em programas como o Sentinela. Porém, já encarcerado, passou grande parte de sua pena no Hospital de Custódia localizado em anexo à penitenciária onde foi realizada a pesquisa. Foi posteriormente deslocado para a chamada “Casa Velha” (ala comum da penitenciária), onde permanece atualmente mesmo que suas condenações indiquem que deveria estar alocado na ala de crimes sexuais. A trajetória de Quiron dentro da própria penitenciária será comentada de maneira mais aprofundada posteriormente.

Foi condenado anteriormente à vigência da Lei Maria da Penha, e a mudança da lei nada acarretou em sua pena. Sua pena atualmente corresponde a vinte e quatro anos de encarceramento: onze anos pelo estupro de uma menor de idade, outros onze anos pelo estupro de uma mulher e dois anos pelo roubo de um aparelho de som de um carro. Quiron irá a júri novamente para responder por uma terceira acusação de estupro.

Ao ser perguntado sobre sua pena, relata que acha que “*tá bom*”. Esta fala já indica um traço que aparecerá constantemente nas enunciações de Quiron – falo da invocação que este faz da lei jurídica e do encarceramento como barramento para aquilo que Quiron entende como sua incapacidade de resistir ao seu próprio desejo.

Quiron também coloca neste mesmo plano – do barramento – os tratamentos que recebeu no Hospital de Custódia e que ainda recebe através de medicamentos e espaçadas sessões com os psicólogos que trabalham na penitenciária: “*tratamento todo mundo gosta, né?*”. Em outro momento da entrevista, fala de uma situação que ocorreu há um ano, quando completou seis anos de prisão e foi chamado para os trâmites que o colocariam em regime semiaberto:

*Quando veio meu pedido de semiaberto. Ano passado veio meu pedido de semiaberto. Até falei com o psicólogo assim: “mas já pedido de semiaberto? Mas eu só tô há 6 ano e tem que fazer 13”. Aí falaro bem assim: “mas não, já tá na hora”. Eu bem assim: “não, então a senhora*

*vê bem o meu processo porque tem processo em andamento ainda, outro estupro”. “Ah, tens...”. “Tenho. Não adianta a senhora pedir semiaberto. Deixa eu ficar aqui mais um pouco”. “Tu queres ficar aqui?”. “Não quero, né? Eu quero sair daqui com a cabeça no lugar, né, uma coisa diferente”. Aí ela disse: “então tá”. Aí cortou meu pedido de semiaberto. E tô pagando.*

Esta pequena passagem é rica em possibilidades de compreender o que se passa com Quiron. No encarceramento, ele finalmente se vê às voltas com o Outro, com uma instância maior que o seu próprio desejo, ainda que na mesma passagem também seja possível notar como Quiron faz sua vontade de permanecer encarcerado ser ouvida. Seu desejo continua sendo o único a ser respeitado, mesmo nas pequenas situações em que tem algum controle dentro da penitenciária. Ressalto estes pontos na medida em que tenho uma hipótese, a qual, para os leitores da psicanálise, deve estar clara: em Quiron encontramos enunciações carregadas dos típicos traços estruturalmente perversos.

Tenho de ressaltar que não falo da perversão dos fetiches ou mesmo das teorias que compreendem qualquer sexualidade diferente da heterossexual como sendo perversa. Lacan (1991, p. 100), falando da obra de Sade, define o que estou entendendo aqui como perverso: “tomemos como máxima universal de nossa ação o direito de gozar de outrem, quem quer que seja, como instrumento de nosso prazer”. Este é o posicionamento de Quiron em relação às suas vítimas, não apenas as de estupro, mas também aquelas que sofreram assaltos ou que foram assassinadas.

Para Quiron, a própria violência é conceituada de uma maneira sutilmente diferente do que aquela encontrada em outros casos previamente discutidos: “*ah, estupro é violência, matar é violência, eu já matei mas eu não fui condenado por isso*”. O que parece definir a violência não são os atos em si, mas os efeitos dos mesmos. Para Quiron, a violência só é reconhecida pela sua punição. A condenação é a lente pela qual faz a análise de seus crimes; e crime sem punição (ou reconhecimento), no que indica em suas falas, não é crime.

A questão do reconhecimento social ou judicial da violência para que se torne efetivamente violência para o sujeito entrevistado transparece na sua próxima fala: “*ah, eu, o cara me devia uma droga na rua, acabei matando ele por droga, né? Dei dois tiro na cabeça. Aí não fui condenado porque não me acharam, né? Aí com isso aí eu tenho 17*

*homicídio. Confirmado que fui eu. [...] Não na delegacia, né? Mas que fui eu. Pessoal lá no Pedregal, onde que eu moro, sabe”.*

A confirmação, ou o reconhecimento por parte de outros, é o que torna a violência cometida representável. O reconhecimento social é a medida utilizada pelo sujeito em contrariedade àqueles que utilizam de regras introjetadas. No caso de Quiron, a performatividade parece ainda mais atrelada ao discurso do que em outros casos, visto que as enunciações da lei ou da sociedade lhe são sempre necessárias. Com efeito, são mais do que necessárias: são procuradas por Quiron. Tal atitude é perfeitamente veiculada por sua explicação do que fazia após cometer algum crime: ia até o telefone público mais próximo do local do crime e ligava para a polícia, relatando o crime que havia sido realizado, onde havia sido realizado e as roupas que estava usando.

Além dos crimes previamente relatados - aqueles que geraram sua condenação - Quiron relata outros crimes que já cometeu, 17 homicídios e vários assaltos e latrocínios. Quando pergunto sobre o reconhecimento destes crimes por outros além dele mesmo, responde: *“eles [a polícia] sabe só que não tem prova. Não foi achado a arma do crime. Toda vez que eu matava alguém, eu usava a arma pra 4 homicídio e jogava fora no rio, daí não tinha como eles achá”.* Sobre os motivos para ter realizado estes assassinatos, fala que a maioria foi em virtude de drogas ou de acertos de conta:

*Ah, tráfico, né? Tráfico. Dinheiro, briga de gangue, briga de morro, né? Porque eu moro no morro Ipiranga-Pedregal; aí no meio tem casa areia, bem no meio, na frente, assim. Aí favela não se dá, aí, meu... cara que fazia pra nós fazê as fita, né, que amarrava o cordão pra não acabar o dinheiro tudo. Elísio<sup>14</sup> tá lá naquela penitenciária onde tá o Fernandinho Beira-Mar. Pegou 480 ano de cadeia. Aí ele era o cabeça, né? Aí o que ele mandava fazer, nós fazia. Já que era o mais velho, né, que mandava, único que arrumava o dinheiro. Onde eu consegui muita coisa... eu consegui um apartamento, consegui um belo dum carro, consegui moto. Não precisava trabalhar sempre tava com dinheiro no bolso. Só que daí comecei a usar muita droga pesada. Comecei a fazer umas besteira. Acabei estrupando uma*

---

<sup>14</sup> Nome fictício.

*guria, depois estrupei outra. Estupei outra. Vim pará na cadeia.*

Neste trecho da entrevista, é possível constatar novamente as tendências supracitadas. Enquanto os crimes dos quais participava tinham um reconhecimento social interno ao tráfico de drogas, ou aos seus pares, Quiron não os considerava “besteiras”. Seu envolvimento com as drogas e seus posteriores estupros, estes que lhe trouxeram um ônus econômico e sua privação de liberdade, são, então, reconhecidos como “besteiras”, categoricamente afastados dos outros crimes pelos quais não foi punido.

Segato (1999, p. 405) articula o estupro cometido por homens jovens com uma especial preocupação com os interlocutores, tanto reais quanto imaginados. Esta estrutura simbólica é o que dá sentido ao ato, não necessariamente a satisfação sexual ou a violência do estupro em si. A preocupação principal residiria na demonstração pública de virilidade e de força. Mesmo o estupro acontecendo em um ambiente privado, existiria uma relação simbólica com uma alteridade, formando um sentido que ultrapassa o sujeito isolado e se comunicando em uma rede de significantes que definem a masculinidade, também na violência sexual. Segato (1999, p. 408-409) relata que os próprios agressores sexuais, quando entrevistados em cárcere, costumam dividir a culpa com um “outro” ou com “algo mais”: “álcool, droga, o diabo, um espírito que incorporou, um colega ou, até mesmo, em um dos casos, um ‘verdadeiro’ autor do crime, com nome e sobrenome, que, segundo o prontuário, o réu inventou”.

Esta relação com um outro que serve como motivo (ou fim) do crime também aparece no caso de Quiron quando perguntado sobre o primeiro estupro que cometeu e sobre como estava sentindo-se naquele momento:

*Tava pirado, né? Tava usando muito crack na rua. Tava fumando crack dia e noite. Fumei minha moto, fumei meu carro. Tava empenhando meu apartamento com traficante pra fumar de crack. Ia empenhar ele por meio quilo de crack. Meio quilo de crack... eu ia ter crack pra fumar por um bom tempo. [...] Tinha usado crack. Todas as vez. As três vez que eu fiz isso, eu tava com crack.*

Aqui, sua relação com as drogas se apresenta de maneira a ser utilizada ao mesmo tempo como motivo (origem) e como fim (objetivo) do crime, principalmente no caso dos assassinatos que realizava para o tráfico. A correlação de sua construção com o grafo da pulsão elaborado por Lacan é interessante, visto que toda a lógica apresentada por Quiron está altamente balizada por sua própria impossibilidade de renúncia pulsional: “as próprias proibições do supereu podem retornar para o sujeito como comando de gozo, demonstrando que não há, justamente, renúncia pulsional” (Alberti, 2005, p. 346). Esta impossibilidade se encontra identificada na perversão, visto que o sujeito perverso recusa-se reiteradamente a reconhecer a falta e, portanto, contesta a lei do pai como instância regulatória da dinâmica do desejo. A única dinâmica possível, neste caso, torna-se o horror à castração, que tem como efeito confundir o sujeito entre a renúncia ao desejo e a renúncia ao objeto primordial do desejo (ainda no Édipo). Como efeito, este sujeito nunca ascende ao estado do desejo do desejo do outro, fomentando as tentativas a todo o custo de demonstrar que a única lei que conta é a lei imperativa do seu próprio desejo, e não a lei do desejo do outro (Andrade, 1992). É uma estrutura que, diria Freud nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, é a negativa da neurose (Freud, 1905 [1972]).

A situação previamente relatada sobre o uso de drogas de Quiron na realidade é o pano de fundo que antecipa o que ele considera ser o primeiro estupro que cometeu. Na realidade, o que Quiron entende como primeiro estupro é o segundo de uma sequência, tendo como cenário imediatamente anterior uma briga em um relacionamento estável que mantinha. Este relacionamento tem uma importância central para os estupros que comete posteriormente e, para a melhor compreensão das motivações de Quiron, deve necessariamente ser explicado.

A história de Quiron com Sandra<sup>15</sup> inicia-se com um encontro aleatório: “fui na praia fumar um baseado, encontrei ela chorando com o neném no colo. Acabei pegando a criança no colo, gostei da criança, adoro criança. Daí vi que eu queria ela pra mim”. Esta criança que Sandra tinha no colo seria, então, adotada por Quiron e criada como sua própria. Atualmente a criança mora com a irmã do mesmo e não tem contato com sua mãe biológica, que tem outros filhos e outro casamento. O desejo do sujeito de ter uma criança é exatamente um dos fatores mais importantes na relação com Sandra e também o motivo de sua quebra:

---

<sup>15</sup> Nome fictício.

*(...) queria ter um filho, né? Todos os meus irmão têm filho, só eu que não tinha. E eu queria tanto... muito ter um filho, e eu gosto de mulher... Aí, ô, quando ela engravidou eu fiquei feliz da vida, parei com o tráfico, parei de fumar maconha. Eu fiquei um ano sem usar droga. Fiquei um ano todo; eu não usava não, não fumava cigarro, nada. Tinha parado, tava trabalhando, tava trabalhando no Ceasa, tava me ralando a trabalhar mesmo. Tava pagando aluguel. Pra mim valia a pena, pra mim todo dia eu chegava feliz em casa. Só que a barriga dela não crescia, eu fiquei meio estranho. Cheguei: “pô, eu tô há quase um ano com essa guria, 7 mês que eu tô com ela, que ela tá grávida, e ela não cresce”. Aí fui na casa da mãe dela, a mãe dela acabou contando: “ah, ela tirou o filho, optou porque tu só fuma maconha”.*

Este aborto realizado por sua companheira pode-se dizer que é o ponto onde o controle que Quiron vinha exibindo começa a se perder. A relação entre criança e falo e sua importância para a maneira como Quiron se constitui como sujeito devem também ser apontadas neste momento:

Na perversão, porque ela está inscrita no simbólico, como também na neurose [...], o sujeito tem que suar a camisa para mantê-la afastada, e precisa organizar toda sua vida em função disso, criar condições para desmenti-la, mantê-la distante de qualquer influência em sua vida psíquica, articular formas para não ver, não se deparar com a ausência do falo no Outro; o que determinará a perda da realidade na perversão (diferentemente da perda da realidade na neurose e na psicose [...]) (Alberti, 2005, p. 351-352).

Cabe perguntar se, no caso de Quiron, o Outro seria relacionado com o falo através da desejada criança e se, com a perda desta, se perderia também a capacidade de estar na realidade. O falo, finalmente encarnado, é-lhe retirado, refazendo o mesmo percurso repetido *ad infinitum* pelo sujeito.

A resposta de Quiron ao aborto parece sugerir que o efeito dessa decisão foi devastador, e responde à altura: “*daí cheguei em casa,*

*ela 'oi, amor!'. Já dei-lhe uma bomba em cima da cara. Aí minha mãe tentou apartar a briga. Aí empurrei minha mãe. Aí acabei pegando ela de pau e quebrei ela todinha. Aí botei ela pra fora de casa só com a roupa do corpo. Queimei o resto das roupa dela".* Em outro momento da entrevista, complementa a cena dizendo: *"eu tava na minha casa com a minha mulher, acabei transando com ela à força. Discuti com ela, bati nela, botei ela pra fora de casa. [...] Botei pra fora de casa, aí um amigo meu bem assim: 'ah, ainda bem que tu botasse aquela mulher pra fora de casa; tu sai pra trabalhar, entra um cara pra brincar'. Fiquei mais no veneno. Comprei um 38 pra matar ela, mas daí vi que não valia a pena; deixar ela sofrer mesmo. Cada vez que cruzava com ela, dava umas porrada nela".*

O não reconhecimento deste estupro que cometeu contra sua própria companheira é outro indicativo da lógica do desejo que Quiron submete aos outros. "Então, se existe uma relação da perversão com a pulsão, ela se baseia, antes de mais nada, nas manifestações da pulsão de morte que, por falta da articulação com a castração, leva à falta da *Bändigung* – ligação – que Eros provoca" (Alberti, 2005, p. 353). Complementando, Alberti (2005, p. 356) ainda postula que, "para o sádico, o sujeito é seu parceiro sexual, aquele que o sádico faz padecer da divisão, para o gozo do Outro. Ele próprio é apenas instrumento do Outro para tal padecimento que se sustenta no sofrimento do sujeito vitimado". A imposição à sua parceira do ato sexual em um momento de tensão pela descoberta de um aborto que não desejava parece ser emblemática de várias questões que aparecem reiteradamente em seu discurso e sua história, especialmente pelo fato de ser o menos comentado e claramente não reconhecido como estupro. A pulsão de morte de que Alberti (2005) fala, aplicada ao caso aqui discutido, tem uma lógica insidiosa que não é destarte aparente; a pulsão de dominação é identificável: o outro visto como objeto, como propriedade, desprovido de desejo próprio. Essa situação é reforçada pela falta de reconhecimento social a que este crime específico estava sujeito quando foi perpetrado.

Além da questão pulsional, ainda encontramos nesta cena a dificuldade do reconhecimento, pela lei, do estupro em uma união estável no momento em que o crime foi cometido. Apenas com a Lei Maria da Penha o estupro nesta situação vem a ser reconhecido de maneira efetiva, passando pela alçada da violência doméstica. Femenias (2009) reconhece, no desenvolvimento das sociedades ocidentais e particularmente na América Latina, concepções legais que perpetuam as



desigualdades e, sem dúvida, embasam os significantes que circulam socialmente em relação aos crimes dentro de relacionamentos:

Ese lastre histórico y conceptual ha impedido por siglos generar figuras penales que reconozcan, hagan visible y apliquen pena a los delitos de violencia contra las mujeres, sobre todo en el espacio “doméstico”. Debido también al peso de la tradición y de “las buenas costumbres” tales delitos no suelen denunciarse o, si se los denuncia, pasan a formar parte del gran conjunto de los “delitos menores” hasta que llegan a los titulares de los periódicos bajo el rubro distorsionado del “asesinato pasional” (id., *ibid.*, p. 53).

Ato contínuo, Quiron sai de sua casa após os eventos relatados acima e se coloca a andar pela rua, onde *“cruzei uma guria de rua, ah, fui pro mato transá com ela. Daí, lá no mesmo lugar, cabeí comendo ela à força e matei ela”*. Os estupros cometidos pelo sujeito são caracterizados pelo uso intenso de violência, em especial com as próprias mãos, o que difere sobremaneira dos outros crimes que cometeu, que figuram o uso característico de armas de fogo, tanto para assassinatos quanto para roubos. Esta violência está intimamente ligada com o que se passava com o sujeito no momento em que comete o crime, segundo suas próprias palavras: *“fiquei das 6 hora da tarde até meia-noite com ela, tentando matar ela [...], sem fazer mais nada. Tentando matar, tentei quebrar o pescoço, não deu; tentei estrangular, não deu; aí torci a espinha dela, quebrei a espinha dela. Senti que quebrou, que o corpo amoleceu pra trás. Essa eu fiquei cabreiro. Foi o meu primeiro, né? Fiquei cabreiro. Carcado”*. Em outro momento da entrevista, quando perguntado novamente sobre este estupro, elabora: *“ela agonizava, espumava pela boca. [...] Quando eu tentei matar ela, estrangular ela, eu tava estrupando ela. Tava em cima dela, apertando o pescoço. [...] Aí, meia-noite não sei que que deu – ah, não, eu peguei uma pedra, dei uma pedrada no crânio. Daí o cérebro saltou pra fora. Dei uma pedrada assim no cérebro, matei de vez”*.

Ressalta-se aqui que a hipótese trabalhada nesta análise é a de que houve um efeito dominó a partir do momento em que Quiron descobre o aborto realizado pela sua companheira e as supostas traições cometidas pela mesma. Algumas afirmações suas reforçam esta visão: primeiramente a de que não se sentiu atraído pela menina de rua que estuprou e matou; em segundo lugar, que este momento teria sido a

primeira vez em sua vida que haveria sentido vontade de cometer um estupro. Quando perguntado sobre como se sentia durante o próprio ato do estupro, relata: *“ah, sentia que tava ruim. Às vezes parava pensava, mas continuava a ter prazer e – coisas ruim aconteceu”*. A dimensão do prazer também deve ser investigada, principalmente se este é um crime que envolve exatamente a utilização do corpo de outrem para a satisfação de si, ao que Quiron responde que sentia prazer, no entanto não teria tido um orgasmo. Argumenta que teria feito tudo isso à menina de rua (cujo nome sequer sabe) por causa do crack, droga que usava regularmente após o fim do relacionamento com Sandra: *“tinha usado crack. Todas as vez. As três vez que eu fiz isso, eu tava com crack. Tava virado na capa de gado”*.

Além disso, o discurso do sujeito é confuso no tocante de quando se passou o estupro: por vezes coloca a morte da vítima anterior ao estupro, enquanto em outras frases o situa posteriormente. Entretanto, talvez o fator mais importante seja o da escolha estética da vítima: cabelos negros, pele branca e feições parecidas com as de Sandra.

Além do fator estético, outro ainda entra em jogo, qual seja, o discurso do próprio Quiron durante os estupros que cometeu: *“pensava que era ela. E pegava estrangulava e pensava ‘é tu, sua vagabunda, te mato’”*. A “ela” a qual se refere é Sandra, sua ex-companheira. Quiron relata que, em todos os estupros, pensava em Sandra: *“é, falava, chamava outro nome. Sandra, da minha ex-mulher”*. Ainda sobre o estupro da moradora de rua, Quiron continua: *“aí a guria: ‘pô, mas tu nem me conhece, por que que tás falando disso?’*. *Eu disse: ‘cala a boca, sua vagabunda’*. *Chamava até... gritei o nome dela, Sandra. Até isso”*.

Posteriormente ao estupro e assassinato desta vítima, Quiron a enterra, e apenas agora revela que todos estes acontecimentos se passaram em um sítio onde trabalhava. A utilização de um local conhecido pode ser um fator importante, porém Scully (1994, p. 175) argumenta que a escolha por vítimas de estupros cometidos em situações sem planejamento, como relata Quiron, normalmente é aleatória e oportunista. Além disso, Quinsey e Upfold (1985) relatam que estupros cometidos com a ausência de armas têm maior chance de terminar com a morte da vítima, contrariando a crença descrita por vítimas de estupro, como cita Marcus (1992), de que, ao não resistirem ao estupro e às ameaças, teriam uma maior chance de sobreviver ao ataque. Os resultados das referidas pesquisas são refletidos no que se passou no crime cometido por Quiron.

A partir deste momento, no entanto, entra em jogo outro fator. Como referido anteriormente por Segato (1999), a interlocução com outros homens é importante especialmente para homens jovens, e é exatamente por esta via que a situação descrita pelo sujeito entrevistado se delinea: *“estrangelei, quebrei o pescoço, enterrei. Aí, depois de alguns dia, foi eu e um colega meu lá; pegou, já estrupou a vítima de novo. [...] Aí levei um camarada meu lá pra ver. Desenterrou. Acabou se excitando com a guria morta, transou com a guria, enterrou de novo. Fui no orelhão, chamei a polícia”*. Não apenas a interlocução aqui ocorre como também um compartilhamento do abuso sexual, mesmo que tenha ocorrido com a vítima já morta. O próprio sujeito define o que seu colega fez como um estupro, esclarecendo que, em sua visão, a violação estava novamente sendo perpetrada.

Nesta passagem se encontra também a primeira instância em que Quiron relata uma situação que se repete reiteradamente: após o término do ato criminal propriamente dito, dirige-se até um telefone público, liga para a polícia e descreve o que ocorreu, onde se encontra o corpo (nos casos em que se aplica), o que a vítima sofreu, além de fornecer uma descrição de si mesmo dizendo que havia visto tal pessoa no momento e nas redondezas onde havia ocorrido o crime. Sobre a motivação que teria para fazer algo que claramente o envolveria em um crime, Quiron apenas fala:

*Chamei a polícia, disse onde tava o local certinho. Aí foro lá, acharo ela. [...] Num sei. Fui no orelhão, deu vontade, chamei a polícia. “Policial, tem uma guria enterrada assim, assim, assim, que foi estrupada. Vocês lá vocês encontro”. Até uma guria que eu matei também. Mas essa eu não estrupei.*

O “deu vontade” é importante nesta frase, indicando necessariamente um desejo que parece quase irresistível ao sujeito, mesmo que seja contrário a qualquer lógica aparente. Novamente vemos aqui a articulação da perversão no fato do sujeito invocar um barramento pela lei de diversas maneiras. Chamar a polícia, ser julgado, declarar-se culpado e contar os detalhes sórdidos do crime são todas maneiras que o sujeito encontra de permanecer barrado, se não simbolicamente, conjurado na realidade.

Neste momento da entrevista, começa a falar sobre um assassinato que cometeu no qual também achou que seria preso ou

descoberto e que também ilustra, de maneira clara, como a relação de Quiron com a lei é estreita: “*Em Barreiros, matei ela à facada, e treze facada, a última fatal, foi na frente assim (bate na mesa), faca do rambo. Aí dei na fonte dela. [...] Aí atravessou. Aí cheguei em casa, telefonei do orelhão*”. Nesta situação, acredito ser possível observar como as tentativas de transgressão da lei para invocá-la vão aumentando em quantidade e em tipo; o sujeito já não usa mais telefones públicos como precaução, usa o telefone da sua própria casa. Além disso, volta posteriormente à cena do crime para acompanhar o recolhimento e perícia do local:

*Aí no outro dia de manhã... Aí na hora pensaro que era mentira. Outro dia de manhã voltei a ligar. Porque eu fui lá de noite pra ver se tinham recolhido o corpo, não, tava ainda. Cheguei de manhã, mostrei o local certinho, tudo direitinho. Aí foro lá recolher o corpo. Quando eles tavam recolhendo o corpo, fui lá ver. Fui ver eles recolher o corpo. Até fiquei cabrero, porque o pneu da minha bicicleta era um pneu garrudo e tava marca perto do corpo. Quando eu cheguei, eu vi a marca do pneu. Daí eu pensei: “vão pegar no meu pé”, né? Aí eu saí, mas não deu nada. Esse homicídio, eles tão até hoje querendo saber quem foi.*

Segundo Andrade (1992), esta provocação incessante da lei – evidenciada na quase estereotípica volta ao local do crime e na excitação frente à possibilidade de ser reconhecido pela marca de seus pneus – é um aspecto que se interliga com seus efeitos, promovendo uma rede metonímica que o sustenta como sujeito:

(...) esta provocação incessante da lei implica no próprio reconhecimento da lei que ele pode desafiar, experimentando assim a economia do gozo, que é o que ordena sua estrutura. Por isso, a transgressão é o correlato inevitável da provocação. Nada melhor para assegurar-se da existência da lei do que sua transgressão. Aliás, as sucessivas transgressões conduzem-no, em última análise, metonimicamente, ao limite máximo que é a lei do incesto (Vd. Sade). Assim, o perverso, ao provocar e transgredir os limites da lei, procura

inconscientemente assegurar-se que a lei tem origem na diferença dos sexos e no próprio interdito do incesto (Andrade, 1992, p. 12).

Também neste caso, é expresso este desejo não regulado por leis ou pelo Outro. O motivo para ter realizado este assassinato não foi por drogas ou a mando do tráfico, como outros citados pelo sujeito, mas simplesmente porque “*ela cheirava cocaína comigo. [...] Deu vontade, eu matei ela. Deu vontade de atravessar, eu queria experimentar a faca nela. [...] Em Barreiros, matei ela à facada, e treze facada, a última fatal, foi na frente, assim [bate na mesa], faca do rambo. Ai dei na fonte dela*” – um assassinato tomado de maneira completamente leviana e (aparentemente) sem repercussões para o sujeito. Os efeitos estariam mais ligados ao que sujeito fez *a posteriori* ao crime do que aos motivos que costumeiramente são procurados em um caso como este: o simples desejo de fazer algo a outro é o suficiente para Quiron, sem qualquer sanção interna.

Podemos invocar aqui Machado (2004, p. 7), que entende que “o seu discurso se faz no contexto do jogo perverso: jogo que consiste em fazer parecer a lei e a transgressão da lei”. O sujeito se utilizaria da transgressão da lei exatamente para poder invocá-la sobre si. Segundo Dor (1993):

Não há meio mais eficaz de se assegurar da existência da lei (simbólica) do que o de esforçar-se por transgredir as interdições e as regras que a ela se remetem simbolicamente. É no deslocamento da transgressão das interdições que o perverso encontra a sanção, ou seja, o limite referido metonimicamente à interdição do incesto. Desafiando a lei, ele recusa em definitivo que a lei do seu desejo seja submetida à lei do desejo do outro. [...] Tira seu gozo na estratégia de ultrapassá-la.

Em consonância com estas interpretações, o próprio sujeito parece realmente desejar o destino que lhe foi imposto ao ser encarcerado, assim como parece compreender sua pena como a única maneira de expiar seus crimes ou pagar sua dívida simbólica com a sociedade, tanto aceitando a lógica socialmente estabelecida de que a prisão é local de recuperação de infratores como se utilizando disto para se livrar da culpa que por vezes cita durante a entrevista:

*Primeiro foi estupro e homicídio. Matei e estrupei, foi lá na Forquilha. Esse que eu vou a Júri, esse acho que eu vou pegar uns 12 a 20 ano, mas eu vou confessar, vou explicar como foi, e eu pretendo pegar uns 30 ano de cadeia. Dizem que é muito, mas pra mim eu acho que é o certo. Tenho que pagar porque eu errei, né? Então, se não dá pra pagar de outro jeito, pelo menos eu pago a cadeia. Se eu saí, saio pela porta da frente.*

Além de se utilizar de sua pena desta maneira, também desloca a responsabilidade dos crimes sexuais que cometeu. Quando perguntado sobre como se sentia ao sair de casa após a briga e o estupro de sua companheira, responde: “bastante raiva, porque meu padrasto me adumentou (sic), me abusou sexualmente quando eu era pequeno. Ai eu, muita raiva, acabei fazendo essa besteira toda com a guria”. As pesquisas de Hanson & Slater (1988), Dhawan & Marshall (1996) e Salter *et al* (2003) indicam haver uma relação entre a existência de abusos sexuais na infância com a repetição destes mesmos crimes na idade adulta, porém esta não é uma relação simples de causa e efeito, e apenas se apresenta em pequena parcela dos estudos realizados, somente quando conjugados com outros tipos de violência. Apontam que crianças que presenciam violência física entre os pais, negligência e abandono teriam uma maior chance de cometer ofensas sexuais.

Hanson & Slater (1998) apontam ainda que a taxa base para sujeitos vítimas de violência sexual encontrada na população sem registros de crimes no Canadá encontra-se em 10%, enquanto a taxa encontrada entre a população carcerária se fixaria em 28%, demonstrando ser este um fator de risco futuro para o cometimento de crimes, mesmo que os crimes não sexuais estejam inclusos nesta estatística. Não podemos desconsiderar que o abuso sexual vivido na infância por Quiron seja um dos fatores envolvidos nos crimes que cometeu, porém certamente não é unívoco, afinal nem todas as vítimas de violência sexual se tornam agressoras, e nem todos os agressores sexuais têm uma história de abusos. As hipóteses levantadas contemporaneamente apontam para fatores multicausais e complexos.

A relação permeada de violência com seu padrasto não se resume apenas às violências sofridas pelo sujeito na infância e na adolescência. Com efeito, os papéis se invertem, e Quiron exerce vingança na mesma moeda violenta que circulou entre os dois:

*Com faca eu matei meu padrasto. [...] Porque ele me abusou quando pequeno e ele judiava muito de mim, né? Minha mãe saía pra trabalhar, ele ficava batendo em mim, avacalhando comigo. [...] Matei ele com 15 ano. Ele devia ter uns 42, 43. [...] Eu peguei ele. A mãe saiu pra trabalhar, ele foi no galinheiro; eu fui por trás, dei uma facada na espinha. Ele caiu, furei, joguei debaixo da casa, esperei escurecer. Levei pro mato, enterrei. Aí o vizinho foi cavar um buraco pra fazer um mueirão de cerca, viu que tinha um negócio assim meio mole, assim, na terra. Abriu a terra assim, achou ele, recolhero o corpo. Aí deu que ele mexia com droga. Como ele mexia com droga, alguém matô, não deu nada.*

Vingança é uma palavra que Quiron não utiliza em nenhum momento da entrevista, mesmo que suas intenções ao sair do cárcere (“ou eu volto pra cadeia por tráfico ou por algum homicídio, né? Porque eu pretendo matar umas pessoas aí que me deve”) estejam absolutamente voltadas para sua volta à criminalidade e ao acerto de contas. Tal vingança também transparece no que fez com Sandra ao fim de seu relacionamento, após tê-la estuprado, posto para fora da casa que coabitavam e queimado suas roupas, sendo que, todas as vezes em que a encontrava nas ruas, lhe batia: “ah, umas dez vezes. Tinha vezes em que ela me via que ela até atravessava a rua, disparava”. Femenias (2009) propõe, sobre a conduta violenta e vingativa de homens, que principalmente os afetados pela precariedade econômica e por suas consequências, desenvolvem na violência uma forma de sair deste lugar de subalternidade, de modo que “hay una ruptura total de los límites, un ensañamiento con las víctimas que nace del rencor, del espíritu de revancha contra “la mujer”, donde “esta mujer” concreta no es sino la exponente del colectivo sobre el que “cobrar” venganza, disciplinándolas” (id., ibid., p. 62).

Ferraz (2000, p. 58), ao falar das conceituações de perversão, alerta que “a função do risco como fator de excitação e de prazer sexuais é inerente à dinâmica da vingança”. Também concebe a hostilidade na perversão como assumindo “a forma de uma fantasia de *vingança* – escondida em ações que a dissimulam – que tem a função precípua de converter um *trauma infantil* em um *triunfo adulto*” (idem, p. 56). Esta fantasia é posta em ato por Quiron todas as vezes em que pratica um ato

de violência contra Sandra. A repetição destas violências indica que seu efeito não é imediato ou, em termos lacanianos, “não cessa de não se escrever” (Lacan, 1976-1977), e por isso é repetido sempre que possível, na tentativa de que a inscrição seja finalmente realizada, mesmo que o sujeito saiba que, ao fim de toda a violência que comete contra a sua ex-companheira, nada se modifique na maneira como se sente e no que ocorreu no passado. Nas palavras de Quiron, quando perguntado se algum dos estupro havia sido prazeroso e se considerava que tê-los cometido havia sido um ganho para ele na forma de prazer: “*não. Cada vez que eu transava com elas, eu pensava na minha mulher que eu tinha raiva. Que minha mulher me traiu. Aí eu pensava na minha mulher e ficava com mais raiva ainda*”.

O segundo estupro pelo qual foi condenado à prisão também se situa numa relação em que houve o que o sujeito considera uma traição. A vítima foi uma psicóloga que atendeu Sandra; esta psicóloga era casada com um agente prisional que trabalha na mesma penitenciária onde Quiron cumpre sua pena, causando diversas situações de risco para Quiron ali dentro. Este caso foi efetivamente o que o levou a ser preso, visto que a vítima sobreviveu e obviamente pôde reconhecê-lo após sua recuperação.

Diferente do estupro da garota de rua, que era uma total desconhecida, neste caso Quiron manteve um relacionamento com a vítima antes dos acontecimentos que culminaram com o estupro e com a tentativa de assassinato, conta a história desta maneira:

*Eu fui levar minha mulher ali [no São Lucas] porque minha mulher tava com depressão, tentou se matar. Tomou vários remédios. Aí conheci ela. Até deu um rolo aí dentro, porque ela é mulher de um agente daqui. Aí ele me ameaçou de morte, tudo, aí dentro. Aí trabalhei – levei ela, ela deu umas olhada pra mim; aí, quando eu tô saindo, ela me dá o telefone dela assim. Fiquei meio assim, olhei pra ela, me encontrei com ela. Fiquei uns 3, 4 mês com ela direto. Transando com ela direto. Aí, quando eu disse pra ela: “ó, não vai mais dá pra mim vir aqui, minha mulher tá suspeitando, não sei o quê”, aí ela assim: “é! Se tu não vim, eu conto pro meu marido, meu marido é agente!”. Aí eu disse: “vai contar, é?”. Peguei uma pedra, dei uma pedrada na cabeça dela, estrangulei ela e estrupei ela.*



Observa-se novamente como a contrariedade do desejo do sujeito é completamente impossibilitada; passa-se simplesmente uma nova cena em que seu desejo é imposto sem qualquer possibilidade de negociação. A sobrevivência da vítima é ressaltada por Quiron como um fator positivo neste crime: *“eu tentei matar ela com uma pedra, esmaguei o crânio dela, só que ela não morreu, ficou viva. [...] Encontrava, tava na casa dela. Tava direto na casa dela. Fiz o banheiro da casa dela, fiz o muro pra ela, mais um canteiro. Mas não morreu, não, tá bom”*.

Esta fala é interessante por demonstrar como o estupro é pensado por este sujeito, como algo que não é tão grave quanto a morte, mesmo argumento que Marcus (1992) estabelece como sendo prevacente entre as vítimas de estupro, que preferem a sobrevivência mesmo que o efeito do estupro seja descrito por muitas vítimas como uma morte em vida (e daí derivam as atuais tendências em chamá-las de *sobreviventes* de estupro). E, por ser sobrevivível, não parece que o sujeito consiga realmente entender que o que se passou tem graves consequências para a mulher, além de claramente menosprezar os danos físicos de um esmagamento do crânio e do estrangulamento subsequente.

Pode-se considerar que a violência, no que concerne a este sujeito, não passa de um meio de lidar com situações adversas. Mesmo que em seu discurso apareçam momentos quando fala de culpa ou de não querer repetir os crimes que cometeu, estas afirmações sempre aparecem à luz de uma pretensa impossibilidade de controle, a qual o sujeito atribui ao consumo de drogas, como o crack. Sugiro que possamos pensar que esta é uma maneira de criar um alheamento do sujeito em relação às consequências de seus atos, que, ainda que efetivamente sejam entrecortadas pelo uso de substâncias que provocam alterações de consciência, não podem ser consideradas desprendidas do sujeito. Aqui entram em jogo os conceitos das diferentes pulsões estabelecidas por Freud, visto que os estupros cometidos pelo sujeito têm como ponto comum o sentimento de posse e o direito sobre o corpo de outrem. Ademais, Andrade (1992, p. 12) elabora como a relação do sujeito atravessado por traços de uma perversão se dá com o outro:

No fundo seu desafio situa-se essencialmente no registro dialético do ser, e tem por alvo a lei do pai. Ele desafia a lei do pai com tudo o que significa de falta a simbolizar através da

castração. Provocando esta lei, ele desafia a imposição que exige que a lei de seu desejo seja submetida à lei do desejo do outro. Daí porque o seu desejo é tão imperativo. É que a única lei do desejo que ele reconhece é a sua. O seu desejo não passa pela lei do desejo do outro. Sua lei é a lei do gozo, que ordena buscar o gozo por todos os meios, sem se deixar deter por nenhum limite, particularmente por nenhuma lei.

Descrevendo o mesmo crime, Quiron repete o que já havia dito antes, mas comete um pequeno ato falho: “*só por ela ter me ameaçado de contar pro marido dela que é agente – não gosto de agente, né? –, matei ela. Peguei a pedra (...)*”. Aqui se revela seu desejo de matá-la. A hipótese de Freud de que o inconsciente é atemporal (Braga, 1998) informa que mesmo *a posteriori*, o desejo sempre é conjugado no presente, refletindo o erro do sujeito na enunciação, independente do fato de o mesmo saber que a vítima sobreviveu.

Na tentativa de compreender quais eram os motivos que levavam os sujeitos entrevistados a cometer crimes sexuais, uma série de perguntas da entrevista visava ao ato do estupro em si. Entre elas, encontravam-se algumas que almejavam compreender a escolha das vítimas. Constatada a diferença entre o estupro de uma desconhecida e o de uma pessoa com quem o sujeito manteve um relacionamento de meses, abre-se a necessidade de compreender se estes estupros foram qualitativamente diferentes: “*não... normal, pra mim foi normal. [...] Normal como se fosse transar com qualquer mulher, conhecia várias mulher na rua*”. Quando relata o que sente durante o estupro que cometeu, o sujeito fala como se fosse apenas um ato sexual comum, como se não houvesse diferenciação. Porém, em outros pontos da mesma entrevista, afirma que não conseguia atingir o orgasmo nestas situações. A diferenciação em relação ao estupro da menina de rua, sobre o qual fala que, em alguns momentos, parava, pensava, e quando “*coisas ruim aconteceu*”, é clara, assim como também acontece no último estupro que cometeu, comentado adiante.

O desenvolvimento contemporâneo de estudos voltados diretamente para o campo das agressões sexuais no contexto anglo-saxão deve também ser considerado, visto que estes costumam trabalhar com pesquisas alicerçadas em correntes experimentais e compreendem de maneira diferente a articulação do sujeito com a transgressão e as ideias que a suportam. A diferença de método não produz grande

diferença nos resultados, sendo que chegam a conclusões bastante correlatas com as encontradas pela psicanálise, vide a procura por estruturas cognitivas que guiam e apoiam as agressões sexuais:

Falando com os agressores, ou melhor, ouvindo-os providencia frequentes observações de percepções, atitudes, valores e crenças que parecem obviamente pró-agressão. Pequena maravilha que pesquisadores e provedores de tratamento tenham saltado conceitualmente em reconhecer tais cognições como evidência de estruturas cognitivas subjacentes que guiam e dão suporte à agressão (Polaschek & Gannon, 2004, p. 300; tradução minha)<sup>16</sup>.

Polaschek & Gannon (2004) discutem o sentimento de entitamento ou de direito ao corpo feminino descrito por muitos homens, sentimento de posse já evidenciado anteriormente no caso de Quiron. A diferença é que o consideram um desenvolvimento da cultura patriarcal ainda encontrada em nossa sociedade, fazendo com que os homens se considerem superiores e como tendo o dever de utilizar do estupro como uma maneira de fazer com que as mulheres continuem a ocupar um lugar de subserviência na sociedade:

Quando aplicada ao estupro, Polaschek e Ward descreveram esta teoria estando fortemente enraizada em idéias tradicionais e patriarcais sobre homens estando encarregados das mulheres porque homens são percebidos como estando mais psicologicamente maduros e sexualmente sofisticados. Em adição ao sexo quando desejam, homens entitulados (*também traduzível como possuidores de direito [ao corpo feminino]*) também se vêem justificados ao punir uma mulher que não é adequadamente subserviente às suas necessidades. Portanto, 'o estupro serve como maneira de manter as mulheres em seus lugares' é representativo da distorção cognitiva para esta

---

<sup>16</sup> "Talking to offenders, or rather, listening to them provides frequent observations of perceptions, attitudes, values, and beliefs that seem obviously offense supportive. Little wonder that researchers and treatment providers have leaped conceptually into regarding such cognitions as evidence of underlying cognitive structures that guide and support offending".

teoria. (Polaschek & Gannon, 2004, p. 302; tradução minha).<sup>17</sup>

A clara falta de qualquer empatia com suas vítimas, mesmo aquelas com quem tinha envolvimento, afetivos também chama a atenção, principalmente quando comparada a uma situação descrita pelo sujeito (Quiron) dentro da penitenciária:

*Eu não gosto de estropador. Eu sou um estropador e não gosto de estropador. Eu fui morar com dois estropador, quase matei um lá dentro do cubículo. Soube que ele estuprou uma menina. [...] Me deu uma neurose do que eu fiz e... pô... é erro... e ele falou que estuprou a filha dele; eu fiquei mais nervoso ainda. Aí desci o sarrafo nele.*

Fernandez & Marshall (2004), em seu estudo com agressores sexuais apenados, concluíram que “estupradores podem suprimir empatia primariamente em relação às suas próprias vítimas em vez de sofrer de um déficit de empatia generalizado.” (tradução minha)<sup>18</sup>. Isso significa que o que parece completamente paradoxal em primeira instância é considerado pelos autores do estudo uma estratégia de defesa que tem o claro intuito de fazer com que o sujeito seja capaz de continuar cometendo tais crimes ao mesmo tempo em que o protege da possível identificação com o dano causado à vítima:

Negação, minimização e racionalização das ofensas efetivamente retira as bases ou subestima o dano provocado à vítima e atribui responsabilidade a fatores externos aos ofensores sexuais eles mesmos. Estas distorções permitem ofensores sexuais a continuar ofendendo pois

---

<sup>17</sup> “When applied to rape, Polaschek and Ward described this theory as strongly rooted in traditional patriarchal ideas about men being in charge of women because men are perceived to be more psychologically mature and sexually sophisticated. In addition to having sex when they want to, entitled men are also justified in punishing a woman who is not suitably subservient to their needs. So, “rape serves as a way to keep women in their place” is a representative cognitive distortion for this theory.” (Polaschek & Gannon, 2004, p. 302).

<sup>18</sup> “rapists may suppress empathy primarily toward their own victim rather than suffer from a generalized empathy deficit”

reduzem a ansiedade, culpa e perda de auto-estima com a mais importante consequência destas distorções para o intuito presente sendo a negação de dano à vítima. (Fernandez & Marshall, 2004, p. 12; tradução minha).<sup>19</sup>

Quiron explica seu comportamento utilizando-se do conceito de neurose, novamente apelando a um incontrolável, algo fora de sua compreensão e alçada. Utiliza-se do que entende como uma patologia mental para justificar suas ações, escapando das possibilidades de mudança:

*É, eu achava estranho, aí eu já fiz isso. Não gosto dele por ele ter feito isso. Aí malhei o sarrafo nele, peguei uma tranca, fui parar na toca, apanhei pra caramba. Quebrei até a mão aqui tudo por bater nele. Aí o agente disse: “eu não entendo que o estuprador tá vindo bater em estuprador”. Eu disse assim: “me deu uma neurose, senhor. Eu não gostei do que ele fez com a filha dele, acabei fazendo isso com ele”.*

Violências como esta relatada por Quiron são particularmente reconhecidas por sua prevalência nos casos de apenados por crimes sexuais. Marques Junior (2007) coletou formulações sobre estes crimes em uma pesquisa com operadores do direito:

Por estar inserido em um tipo penal claramente definido, o “Promotor C” entende que o estuprador é considerado como autor de um “crime pavoroso e sem justificativa. E por ser visto como muito perigoso, como uma ameaça”, torna-se alvo privilegiado de violência sexual dentro do cárcere. Todavia, quando falamos de violência sexual, nossos entrevistados afirmam que esta situação se estende para além dos

---

<sup>19</sup>Denial, minimization, and rationalization of the offenses effectively disavows or underestimates the harm done to the victim and attributes responsibility to factors outside the sexual offenders themselves. These distortions allow sexual offenders to continue offending by reducing anxiety, guilt, and loss of self-esteem with the most important consequence of these distortions for the present issue being the denial of harm to the victim (Fernandez & Marshall, 2004, p. 12).

estupradores, atingindo outros presos que, no espaço da cadeia, estão sujeitos a hierarquias de poder e violência interna (ibid., p. 115).

Esta hierarquia, no entanto, não se restringe aos próprios presos; mas, pela própria organização e natureza (produzida) das prisões, também se reflete nos sujeitos que nela trabalham. O aparato policial constituído desde as delegacias, prisões e penitenciárias envolve uma constelação de diferentes profissionais, todos entrecortados por relações de poder sobre os sujeitos com quem trabalham. Estas relações por vezes também são fonte de violências sofridas pelos sujeitos em cárcere. Quiron passou seis anos de sua pena no Hospital de Custódia da penitenciária em virtude, inicialmente, de uma tentativa de suicídio que cometeu após sua prisão: *“prenderam, levaro pra delegacia, me dero choque, me dero – me apanhei um monte. Mas eu confessei tudo, tudo que eu fiz. Mesmo assim, me dero choque, apanhei, levei porrada, fui pro pau de arara. Caí na macaquinha elétrica. [...] No Estreito, na delegacia do Estreito. E daí tentei me matar (mostra várias cicatrizes de cerca de 15 centímetros no pulsos e nos braços). Como o senhor pode ver, tentei me matar”*.

A tentativa de suicídio é de difícil análise no contexto enunciado, visto que o sujeito não dá nenhum outro detalhe além das próprias cicatrizes encontradas em seus braços, que implicam cortes profundos. Os efeitos desta tentativa, no entanto, são profundos na trajetória do sujeito dentro do sistema carcerário. A principal consequência foi a de que não foi mandado para a penitenciária em si, mas para o hospital de custódia. No hospital de custódia, passou seis anos de sua pena, o que evitou grande parte dos problemas relacionados ao estupro da esposa de um dos agentes que trabalham na penitenciária.

O que finalmente o retirou do hospital de custódia foi, novamente, um ato de violência, descrito pelo sujeito:

*Aí eu tava trabalhando ali de boa, chegou ali um médico da casa, me chamou e sentei na frente dele assim, aí ele assim: “tu tás com problema no pinto, não sei o quê”. Disse: “não, só uma alergia”. “Pode se levantar?”. Aí eu levantei, ele apertou meu pulso. Apertou minha barriga, pegou no meu pinto e quis batê uma punheta pra mim. Doutor Mário<sup>20</sup>. Aí eu bem assim: “ô, o que tu tás*

---

<sup>20</sup> Nome modificado.

*querendo fazer, cara?”. Cara, aí ele assim: “ah, eu gosto, não sei o quê”. Eu: “pode parar”. Aí dei uma bomba na cara dele e saí reclamando. E algum agente perguntou: “o que aconteceu?”. “O desgraçado tentou bater uma punheta pra mim, esse viado do caralho”. Aí pegou e fez uma frente; pediu pra eu pegar bonde pra cadeia. Senão nessas hora eu tava lá no manicômio ainda, pagando minha cadeia.*

Manteve-se no mesmo hospital anteriormente ao episódio relatado por vários agravamentos de saúde que desenvolveu no cárcere, assim como pelo diagnóstico de doença mental, que, fora do hospital, trata com remédios que debilitam suas habilidades motoras severamente: durante a entrevista, o sujeito tinha dificuldade de manter as mãos paradas e não conseguia manter um cigarro nas mãos por causa dos tremores.

A tortura relatada por Quiron enquadra-se no quadro das relações de poder instituídas em uma constelação de sujeitos atrelados a uma burocracia e a poderes atribuídos pelo Estado:

A violência sexual é esperada no sistema e esta violência pode ser dirigida a todos os internos. Não somente existe uma violência interna nas prisões, mas ela é vista como um sistema autônomo, cujo controle está nas mãos dos próprios presos, ou de modo mais restrito, nas mãos da administração carcerária (Marques Junior, 2007, p. 116).

Essa violência também é relatada em uma passagem da entrevista:

*Aí eu ganhei alta, vim pra cá, fui pra casa velha. Aí um cara tentou me estrupar na casa velha. Eu quase furei ele. Ganhei bonde pro pátio sul de fora. [...] Ganhei bonde pro outro pátio, agora quero ver seu eu volto pra casa velha. Porque lá eu não pego pátio, né? Tô num cubículo, branco que nem uma vela. Tô fazendo bonde pra ver se volto pra lá. Vamo vê, né?*

Sobre estas violências e provações sofridas no cárcere, Marques Junior (2007, p. 103) relata a fala de um juiz:

“Juiz A”, que também atuou em execução penal, afirmou que se procura separar o estuprador dos outros presos. “Eles ficam nas celas de seguro porque as administrações carcerárias sabem que agressão, violência e atentado violento ao pudor são práticas recorrentes”.

Também comenta a privação dos banhos de sol e a constante possibilidade de violência vivida pelos sujeitos apenados por crimes sexuais:

“Juiz E” entende que o isolamento e as violências no cárcere são uma “sobrepena” imposta ao indivíduo. Além dessas práticas que atingem os direitos dos presos, “Promotor H” afirma que quando o preso está nessa situação, fica sem possibilidade de banhos de sol (idem, p. 104).

Essa separação não foi executada no caso de Quiron e é reconhecido que sofreria agressões. Ademais, o fato de ter sido alocado para a “casa velha” colocou-o em contato direto com o marido de sua segunda vítima:

*É, ele... eu cheguei aqui, eu não sabia que era a mulher dele. Ele pegou, me ameaçou: “é, sabe o que fizesse né?”. Aí eu bem assim: “não, por quê? O que que eu fiz?”. “É, estrupasse minha mulher no morro do Avaí, era minha mulher”. Aí eu disse: “é, mas, antes de eu estrupar, tu tá ligado que eu andava lá comendo ela direto”. “É! Que tu tava comendo minha mulher o quê?”. Eu disse: “não, tua mulher que te deu o galho primeiro... Que a coisa que eu estrupei ela e agora tô pagando”. Daí ele foi nos preso e disse: “olha, duzentas grama de maconha pra vocês, pra vocês, pra vocês catá ele”. Aí eu fui pro mato. Aí, como eu conhecia o povo aqui dentro, aqui: “ah, não, não vamo batê no gurizão, não. Estuprou, não estuprou, problema é dele”. Aí,*



*pra evitar confusão, eu saí do pátio. Não peguei mais pátio. Então os cara sabe...*

Consequentemente, Quiron continua sofrendo graves ameaças à sua vida e ao seu bem-estar, sobrevivendo e se mantendo livre de violências maiores basicamente pelos contatos passados com traficantes e com outros presos, principalmente fora da penitenciária. Seu emprego como assassino do tráfico é instrumental para que essa situação se sustente. Narra, durante a entrevista, sua entrada para o tráfico e seu traquejo para cometer assassinatos:

*Tinha uns 12 anos. Aí depois eu comecei... uhm, nós morava no Bela Vista, aí fui morar no bairro Ipiranga, na favela ainda, aí conheci uns mala. Aí vida boa, comecei a trabalhar de fogueteiro pros cara; quando a polícia vinha, eu soltava foguete. Ganhava 50 pila por dia; aí, porra, tava bom pra caramba. 50 pila não fazia nada, só ficava soltando foguete, soltando pipa. Aí pintou um assalto, fui junto com os cara, só fiquei dentro do carro, só fiquei esperando. Pô, achei a adrenalina legal. Outra vez fui, fiz um assalto, acabei cometendo um latrocínio ali. De menor, pô, me sentia legal, ó, sou o cara. Ando armado, todo mundo tem medo de mim. Eu sou pequeno, mas todo mundo tem medo de mim. Eu tô armado. Com um 38. [...] Tava de boa. Até os cara vinho assim: “pô, tu é sangue frio, tu mata os cara, explode as cabeça dos cara, vai pra... um cachorro quente, come um cachorro quente com ketchup, mostarda e sai, tá nem aí”. Mas pra mim era... uhm... normal. Pra mim, tirar a vida de uma pessoa era como tirar a vida de um passarinho.*

A falta de empatia pelas próprias vítimas já foi previamente comentada, e aqui novamente é enunciada. Diferentemente do estudo de Fernandez e Marshall (2003), no que diz respeito a Quiron esta falta de emoção ligada a atos altamente violentos também ocorre em crimes não sexuais, sendo mais caracterizado por uma falta generalizada de empatia do que por diferenças pontuais na articulação com vítimas sexuais. Devido às enunciações que aparecem nesta entrevista, foi realizada a tentativa de elucidar a dinâmica pulsional no caso Quiron. Alberti (2005, p. 356) afirma que

[...] o perverso está em a, submetido ao circuito pulsional, submetido à exigência pulsional (Anspruch des Triebes), para não se deparar com a contradição imposta pela realidade traumática da castração (Einspruch der Realität). Desse lugar ele não pode se furtar o que, por outro lado, impossibilita a angústia.

Isso implica que a falta de qualquer angústia no sujeito em virtude das repetidas violências cometidas não só é um fator relevante – que seria chamado de offense supportive por Polaschek & Gannon (2004) –, mas uma impossibilidade para o sujeito, consequência do lugar que necessita ocupar para manter em cheque a castração que a todo tempo o ameaça. Portanto a possibilidade de se identificar com as vítimas e, como consequência, sentir (ou minimamente imaginar) o que estas sentem no momento em que sofrem algum tipo de violência está absolutamente fechada para Quiron, que habilmente se utiliza dessa conjugação de fatores para disso exercer uma atividade economicamente rentável e construir sua vida.

Alguns dos únicos aspectos que escapam a essa lógica são a briga que teve com um homem encarcerado pelo estupro da própria filha, seu término com Sandra após descobrir que a mesma havia realizado um aborto e o último estupro que cometeu em liberdade, cometido contra uma criança de 10 anos de idade na época. Todos estes dados também têm entre si um fator unitário e regular na presença de crianças. Quiron relata que gosta muito de crianças e também seu desejo de eventualmente ter uma filha ou um filho, assim como a motivação para o espancamento e posterior estupro de Sandra é o abortamento, igualmente no caso da briga com o homem que estuprou a filha. O que se passa é o atravessamento de um limite que Quiron não suporta, mesmo que o próprio o tenha atravessado também. Segato (1999) relata que existe um tipo de código de conduta dentro das penitenciárias que identifica os autores de crimes sexuais como aqueles que cometem crimes irracionais e que alteram toda a ordem social pelo fato de que outros presos os veem como capazes de também cometer os crimes pelos quais estão presos contra suas próprias mães, irmãs, esposas, etc. quando saírem do cárcere. Portanto, além das hierarquias produzidas pelo próprio judiciário – como os prédios do “seguro”, que não existem na legislação (Marques Junior, 2007) –, também uma hierarquia de periculosidade para a sociedade é produzida. E Quiron, por conta de

seus crimes, encontra-se mal colocado nessa hierarquia, vivendo sob a ameaça constante de violência física e sexual.

O terceiro estupro enquadrado como crime no caso de Quiron foi cometido contra uma criança de 10 anos de idade e é resumido pelo próprio: “*ah, passei de bicicleta, ela pediu uma carona, levei pro mato e estrupei*”. O crime foi cometido no bairro Areias, na parte continental da Região Metropolitana de Florianópolis, local onde Quiron residia de maneira quase nômade: “*(...) já tinha me separado. Tava, bem dizer, na rua, porque eu... comprei uma barraca, andava só de barraca, tinha saído de dentro de casa. Tava só fumando pedra, roubando dia e noite e fumando pedra*”. O próprio sujeito atesta o uso cada vez mais descontrolado de drogas, por fim largando todas as outras para unicamente fazer uso do crack: “*só tava fumando crack, tinha largado a maconha, largado a cocaína, pancadão. Tem um monte de furo aqui, pode ver, ó, isso aqui são tudo furo do pancadão. Injetável. [...] parei, comecei só a fumar pedra. Fumava só pedra, por dia 500 conto. Roubava o dia todo*”. O grande volume de dinheiro necessário para a manutenção do seu nível de consumo da substância fazia com que necessitasse passar grande parte de seu tempo roubando, o que indica que seus vínculos com o tráfico de drogas já haviam sido rompidos, exatamente pelo consumo desenfreado de drogas. O sujeito ilustra a gravidade do problema em outro momento da entrevista, delimitando o background deste último crime:

*Aí voltei assaltá com uns amigo meu, comprei um apartamento, botei otra guria pra dentro do apartamento, a morar comigo, uma guria de zona. Só que, pô, ela queria fazer ponto, fazer programa. Aí botei pra fora de casa, aí comecei a fumar crack, aí vendi minha moto. Vendi por 200 grama de crack. Fumei o carro todo. Vendi meu corsinha 2 porta, 300 grama de crack. Não peguei pra depois ir buscar. Não consegui ir buscar pra ver o dinheiro, tava sem arma, perdi o carro pra traficante, aí eu ofereci o apartamento pra traficante. Aí minha irmã viu que eu ia vender o apartamento, trouxe um papel em branco pra eu assinar; eu assinei e botei o apartamento no nome do meu filho. O meu filho não é de sangue, é de criação, é filho dela, não é nem minha. Mas no tráfico ele... Mas num tava co meu filho, mora com a minha irmã.*

Durante uma de suas mudanças de local onde armava sua barraca e residia, passa pela criança, que lhe pede uma carona: “*essa devia ter uns 10 ano. [...] Bem criança. Essa eu não... cruzei, ela disse: ‘ô, moço, dá uma carona pra mim? Tá indo pra lá?’.* Eu disse: ‘*não, dou*’. *Aí dei uma carona, aí ela bem assim: ‘pra onde tá indo?’.* *Aí eu: ‘ah, não, tô indo pra casa, ali, depois te levo pra casa’.* *Aí levei pro mato, estuprei*”. Questionado se houve mais alguma conversa ou se teve de utilizar coerção para levá-la para o mato, responde: “*o terceiro foi no... só que eu não matei. [...] Eu só estuprei, deixei no meio do mato. Falei: ‘ó, pega essa rua aqui que tu sai do lado do colégio’.* *Era lá na Pedra da Júlia. Ela foi*”. A descrição deste estupro é a mais dificultosa para o sujeito. São necessários três retornos para o assunto até que ele dê mais detalhes sobre como tudo transcorreu. Evidentemente, o diferencial aqui é que não existe nem a tentativa de assassinato que ocorre nos outros casos e nem a utilização de violência cruenta (Segato, 1999) além da violência sexual. Outro aspecto que difere das outras situações impostas é o fato de o sujeito se refrear durante o estupro e parar o estupro: “*não. Só estuprei, daí coisa; quando estourei o cabaço dela, começou a me sujar muito o sangue, daí eu assim: ‘não, não quero mais, não, vai-te embora’.* *Aí ela foi prum lado chorando, e eu fui pro outro lado, né?*”. Estas enunciações do sujeito indicam que uma mudança se estava passando. Com efeito, o sujeito, pela primeira vez, consegue controlar o seu desejo e, mesmo que de maneira muito ínfima, mesmo que apenas pelo sangue de sua vítima, consegue identificar-se com aquela criança. Esta identificação fica clara nos efeitos que o sangue e a perda da virgindade de sua vítima tiveram:

*Só estourei o cabaço dela e fui embora, foi rápido assim. Sujou de sangue, e eu não quis mais. [...] Me senti mal, aí comecei a ficar meio assim. Aí, de vez em quando comecei a ligar pra polícia. E disse assim: “ó, tem um cara de bicicleta, que tá assim, assim e assim, que tá estrupando umas guria na área...”. E eu sempre passava por frente da delegacia pra ver se eles se tocavam que era eu, mas...*

Neste momento também, as tentativas do sujeito de invocar um barramento pela via do social e do judicial se exacerbam, culminando com atitudes cada vez mais transgressoras mas também cada vez mais se

aproximando de uma autodenúncia que teria o efeito de fazer com que interrompesse seus crimes. Além disso, pela primeira vez aceita as súplicas de uma de suas vítimas: “*só pediu pra mim não matar ela. Eu disse: ‘não, tudo bem, não vou te matar’*”. Todas estas mudanças apontam na direção de um desenvolvimento de ao menos alguma possibilidade de compreensão de que o desejo do outro também tem peso e de que a castração também o atinge, mesmo que tenha de advir pela via da lei, da lei do homem, como um substituto do nome-do-pai. É importante ressaltar também que esta criança compartilhava dos traços físicos identificados como parecidos com os de Sandra: cabelos negros, pele branca e feições físicas. O sujeito nega que este tenha sido um dos motivos que o levou a estuprar exatamente estas mulheres e esta criança, mas sem dúvida é um padrão, e a repetição do mesmo acaba por indicar que existe algo de importante nesta escolha específica de mulheres.

Na esteira das tentativas de ser encontrado e preso pela polícia, o que se passa com Quiron na penitenciária é também interessante, a exemplo de seu desejo expresso de contar todos os detalhes no seu próximo julgamento, visando a garantir uma pena longa para que possa sair “*com a cabeça no lugar*”, ou de afirmações como:

*(...) eu não quero fugir, eu quero pagar minha cadeia. Um monte já chegado a dizer assim pra mim: “pô, tás carregado de cadeia, vai até no portão, pega e vaza, vai embora desse pátio”. Mas pra mim não, eu vô pra onde? Eu sô pobre, não tenho dinheiro. Eu vou até onde? Nem se eu í pra São Paulo de carona, tudo, mas eles pego. Pego e vai dobrar minha cadeia. Não, vou ficar aqui, vou fazer meu tratamento. Se tiver que pagar, eu vou pra cadeia, puxo minha cadeia. Agora eu quero sair pela porta da frente. Pra dizer “esse aí não é não, esse aí é fugitivo”? Não, vou sair pela porta da frente.*

Segundo Femenias (2009), o patriarcado<sup>21</sup> tem o poder de nomear e delimitar espaços, articula o contrato sexual com um tipo de

---

<sup>21</sup> O patriarcado é um conceito caro ao feminismo e representa (de maneira muito resumida e simplificada) a estruturação social ordenada pelo masculino na sociedade ocidental. Tendo como grande característica a despropriação do poder (em praticamente todas as suas concepções) das mulheres e concentração entre os homens. Forma de organização social que se baseia na autoridade paterna. Este sistema social, ideológico e

contrato simbólico que se dá pela linguagem. Assim, os homens acordariam com as mulheres um lugar no *logos*, dizendo com isso que as mulheres podem ser faladas, discursadas, interlocutadas pelas palavras de outros sem que se permita às mulheres uma voz própria. Este é o sentido da teorização do falocentrismo, no sentido de se erigir um amo da linguagem, em símbolo universal, a metáfora maior no poder de olhar e significar (ibid., p. 57). O que esta teorização traz de interessante para a análise do caso Quiron é que, na penitenciária, o que acontece é que o sujeito fica exatamente desprovido desta lógica sexual/social. Seu discurso não tem mais o valor de performativo, exceto para os fatos passados, para aquilo que conta. Neste sentido, existe uma inversão da lógica fálica que regia a vida anterior do sujeito, que se via como aquele que tinha o direito de usufruir do corpo de outrem sem qualquer sanção. O que acontece na penitenciária é que o masculino não mais tem o *logos* como parte de seu repertório, e isso de alguma forma modifica o que este sujeito enuncia ao longo da entrevista, demonstrando, ao seu final, como as consequências de tudo que fez o afetaram. Perguntado se existe a possibilidade de novamente cometer estupros ao sair da penitenciária, Quiron fala: “*espero que não, espero que não. Não, já basta a lição que eu ganhei na vida, né?*”. E, quando perguntado sobre o que sente quando pensa nas coisas que fez, relata:

*(...) me sinto culpado. Por isso que eu quero pagar o que eu devo. Eu achava que devia pegar mais cadeia, né? Mas eles, o máximo que eles me dão é 30 ano. Por isso que, quando o negão caiu, eu não fiquei muito feliz, não, porque, caiu hediondo, caiu muita cadeia, né? Se hediondo não tivesse caído, eu tinha puxado 30 ano, e 30 ano é uma vida dentro da cadeia. E... e tu não ia voltar por um bom tempo. Sem visita, ainda, sem nada; não tem como usar droga, não tem nada.*

O trecho acima é contraditório, mas várias vezes o sujeito repete a mesma frase durante a entrevista, e o valor da repetição não pode ser ignorado, principalmente quando tratamos da teoria psicanalítica. Seu valor é fundamental em demonstrar onde a demanda se constitui no discurso do sujeito. Como apontado anteriormente, a

---

político se amplia de sua concepção inicialmente familiar ou comunitária e cristaliza o poder de decisão e a autoridade dos homens relegando as mulheres à submissão.

demanda de Quiron é de constrição, de que alguma coisa faça o papel de barra, que ele mesmo não consegue fazer. Quando é perguntado sobre o que acha do estupro, estabelece:

*Eu acho errado, por isso que eu quero pagar o que eu devo. Se dependesse de mim, eu ficava 30 ano na cadeia. Mas, como não depende de mim, depende do juiz, por isso que eu não apelo cadeia, não fico que nem esses cara aí, direto em cima, pra ver quando é que vão embora , quando é que não vão. [...] Eu... eu quero pagar cadeia, eu quero ficar um bom tempo na cadeia. Por mim, eu fico um bom tempo.*

Essa postura pró-cárcere do sujeito já se havia estabelecido desde o seu primeiro julgamento; e falara o mesmo para o juiz que o julgou:

*Daí ela foi, chamô a polícia, foi pro coisa, corpo de delito. Quando eu caí na cadeia, elas foro nos fórum. Daí o juiz perguntou bem assim: “tu conhece elas?”. “Não, conheço”. “Que que tu fizesse com elas?”. Disse bem assim: “estrupei”. Aí eles: “tanto, tu sabe bem do que tá falando?”. “Sei”. Perguntei pra ela: “não foi bem assim? Não foi verdade que eu te estrupei?”. Ela: “me estrupou”. Daí ele assim, ele bem assim: “mas tu sabe que pode pegar uma cadeia?”. Eu disse bem assim: “mas, se eu tenho, se eu tenho que pegar essa cadeiada, que ficar encadeiado, eu vou pagar e vou sair pela porta da frente, eu vou vim aqui ainda assinar meu alvará de soltura com o senhor”. Aí ele assim: “11 ano pra ti tá bom?”. Aí eu assim: “se o senhor quiser me dar mais, tá tudo bem”. “Não, onze ano pra ti”. Ainda deu 11 ano, só.*

Um dos motivos dados por Quiron para esta mudança é o contato que teve com as vítimas após os crimes, já na prisão. O sujeito continua utilizando fatores externos – como o envolvimento com as drogas e uma suposta doença (mental) – para justificar seus crimes, mas também enuncia seu descontrole, reafirmando que a penitenciária seria o lugar onde poderia finalmente não se preocupar com essas coisas, pois

estaria privado de tudo aquilo que costuma trazer-lhe problemas e poderia utilizar os serviços de psicologia e psiquiatria para “arrumar sua cabeça”:

*Uma eu conversei, ela perguntou por que que eu fiz isso. Aí eu disse que tava doente, ela não acreditou, me deu um tapa na cara. Disse que, se dependesse dela, eu ia apodrecer na cadeia. Disse: “não, mas é o que eu quero mesmo, ficar um bom tempo na cadeia”. Daí ela perguntou: “por que tu queres ficar um bom tempo na cadeia?”. Aí eu bem assim: “porque eu não quero fazer com isso com mais ninguém”. Aí ela me disse assim: “mas tu pensa em fazer isso aí de novo?”. Eu bem assim: “se eu tiver usando na rua, usando droga, eu vai acabar acontecendo de novo; e, se aconteceu a primeira vez e aconteceu a segunda e aconteceu a terceira, pode acontecer de novo”. Aí eu vou ficar um bom tempo na cadeia, não vou ter droga pra usar. Hoje em dia não penso mais no crack; hoje em dia crack, pra mim, de vez em quando tem um cara que mora ali comigo que ele traz crack pra fumar, ele fuma...*

A doença da qual fala é entendida pelo entrevistado como algo que pode acontecer com qualquer pessoa. Este entendimento desemboca também no entendimento de que qualquer homem que estivesse nas mesmas condições de consumo de drogas e sofrimento também cometeria estupros: *“qualquer um faz, qualquer um faz isso, se tiver em depressão ainda... Se tiver em depressão, tiver irado ainda. Se tiver usando droga, droga mesmo. Droga causa tudo, né?”*. O uso da droga como bode expiatório é bastante claro, assim como a tentativa de não se responsabilizar pelos crimes que cometeu. O que chama a atenção é o paradoxo entre a culpa e a desresponsabilização que o sujeito almeja; os efeitos da culpa continuam angustiantes para o sujeito, que continua tentando esquivar-se da angústia através dos mesmos mecanismos que o fizeram ser preso. Efetivamente, a única saída que parece ter qualquer efeito para Quiron é próprio cárcere. Ele anuncia seus planos para quando sair da prisão nestes termos: *“vou voltar tudo de novo, só que eu não vou fazer essa besteira de estrupar. Eu vou traficar, tráfico dá dinheiro. Tráfico por dia, não dá nada; dá 5, 6 mil por dia. Um dinheiro legal”*.



Como finalização para a análise deste caso, será posta em evidência a performatividade constituída por Quiron em sua masculinidade e o efeito dos crimes que cometeu na sua compreensão do que é ser homem. O sujeito subscreve aos conceitos comumente associados à masculinidade nas sociedades ocidentais:

*Papel de homem é trabalhar, ser alguém na vida, estudar, coisa que eu nunca fiz na minha vida. Ter uma família, construir uma família. E ser alguém na vida, né? Isso, nada eu fui, desde pequeno. Sempre roubei, sempre matei, aí comecei com os crime feio, estupro. Hoje tô na cadeia, vou passar um bom tempo. Se depender de mim, eu vou passar um bom tempo aqui na cadeia. Seja o que deus quiser.*

Mesmo afirmando que voltará ao tráfico ao sair da penitenciária, Quiron também afirma seu desejo de evitar a vida envolta em criminalidade que viveu. Relata a ajuda que sua família lhe vem oferecendo na forma de uma casa em outra cidade com um emprego em um negócio na mesma localidade, mas também convive com o lucrativo tráfico de drogas em sua própria cela: “*pretendo ser, né? Pretendo trabalhar, vivo pensando nisso; pretendo trabalhar. Tem o meu patrão, que quer botar uma droga na minha mão, mas eu não quero pegar. Ele tá comigo, o meu patrão. É, preso comigo, mora no mesmo cubículo que eu*”.

Estes trechos indicam como o trabalho, a família e o prover continuam sendo pivotais para a experiência da masculinidade para Quiron, em consonância com a maioria dos estudos sobre masculinidade, em especial na América Latina, que ainda se caracteriza pelo discurso machista (Messerschmidt, 2005; Marsiglio & Pleck, 2005; Gutmann & Vigoya, 2005). Afirma que falhou nestes quesitos, mas também que pretende atingi-los quando sair – pela porta da frente – da penitenciária. Em consonância com Femenias (2009), também fala da precariedade de seu trabalho e de como seu envolvimento com as drogas e o fim do relacionamento com Sandra tiveram o efeito do abandono do emprego comum e a volta para o tráfico de drogas: “*enquanto eu não usava droga, eu trabalhava, né? Tinha. Pensava em ser alguém na vida. Comecei a usar droga, fui morar na favela, só azar*”.

A construção reiterada, em camadas que se depositam ao longo do tempo, é observável na descrição de Quiron de como estes fatos se

desvelaram; o efeito que isso tem para sua constituição performativa masculina é brutal: “*eu não sou [homem], pra mim eu não sou homem depois que eu fiz isso, né? Isso não é papel de homem que se faz*”. Esta frase também implica o conceito do *homem feito*, do *self-made man*, o qual é pungente no caso de Quiron, que vê todas as suas oportunidades de se tornar aquilo que almeja (um homem que trabalha corretamente, tem sua família, provê para todos, etc.) derrubadas tanto pelos eventos do fim do relacionamento com Sandra quanto pelo seu envolvimento com as drogas. Portanto, Quiron não se considera um homem, não se vê compartilhando da masculinidade como outros homens que não cometem estupros ou que não são traídos por suas companheiras. Lia Zanotta Machado (2004) ressalta que importante parte do núcleo *honra de homem* depende da fidelidade da mulher e do seu reconhecimento como *respeitada*, assim como a paternidade consolidaria o lugar de provedor, mantendo a *honra* e fazendo praticamente nascer o sentimento de responsabilidade no homem (idem, p. 53) – todos elementos que reiteradas vezes são repetidos pelo sujeito e que muitas vezes guiam suas ações violentas quando este código é quebrado.

Em todas as enunciações de Quiron, encontramos pontos que indicam como a busca por esse ideal de homem – tanto no sentido do ideal psicanalítico quanto no da masculinidade hegemônica de Connell (1995) – produz sofrimento, dor, e está na raiz de vários dos crimes que Quiron comete. Não só o ideal, mas a impossibilidade mordaz de que seja alcançado parece ser ainda mais danosa para aqueles que buscam esta masculinidade. Femenias (2009, p. 50) aponta que

Algunas teóricas supusieron que se seguiría de ello [a entrada da mulher no mercado de trabalho] un reparto más equitativo del mercado de trabajo y del de labores. Pero, en realidad, con la globalización y la crisis económica mundial el camino hacia la feminización y precarización general del trabajo ha sumergido a muchos varones de diversas clases sociales a un orden pre-moderno, desposeyéndolos de una imagen de sí configurada mayormente a partir del varón proveedor decimonónico y del sistema de valores y preceptos que lo acompañan. En otras palabras, si el patriarcado moderno se constituyó a partir de un conjunto interclasista y metaestable de pactos – como acertadamente lo definiera Cèlia Amorós – la crisis actual global excluye del pacto

a un conjunto interesante de varones que, en el marco de los imaginarios aún vigentes, se marginalizan en los términos inferiorizados de la posición mujer.

É contra essa inferiorização que Quiron se lança a violentar física e sexualmente as mulheres, contra as impossibilidades de se tornar aquilo que absorveu como ideal. Novamente a masculinidade e sua performatividade demonstram como os significantes compartilhados no ocidente continuam a ser raiz de violências inefáveis. A única maneira possível de se evitar que tais crimes continuem a ser cometidos reside na modificação destes padrões – que se mostram cada vez mais inalcançáveis –, coibindo-se a produção de sofrimento para os homens que se encontram alinhavados desta maneira em relação à masculinidade e produzindo masculinidades mais toleráveis. A masculinidade à qual Quiron se subscreve postula que se atinjam variados padrões que se demonstram completamente impossíveis. Em suas palavras:

*Ah, que eu sou um monstro, não é? [...] Me sinto... um monstro, tenho que pagar muito pelo que eu fiz. Pouco de inferno pra mim. Por isso que não acredito em igreja católica, crente, nada. Sei que vou pro inferno. Não tem mais jeito. O que eu já tirei de vida de pessoas... 17 pessoas já tirei a vida. Tudo a tiro, facada, foiçada...*

Claramente Quiron não é inocente de seus crimes nefastos apenas por ser atravessado por estes ideais. A interpretação aqui segue apenas a ideia de que estes crimes não são univocamente cometidos pelo sujeito, mas alinhados e entrecruzados por diversos discursos, práticas e performatividades que estão no cerne da estruturação de gênero promovida pela sociedade brasileira e grande parte do mundo ocidental. Não existe a hipótese de que o sujeito não teria cometido tais crimes se não estivesse envolvido com estas questões, apenas se salienta que estes ideais dão suporte significativa aos crimes cometidos.

#### **4.5 O Caso Carlos**

Carlos tem 25 anos de idade, diz-se “moreno” e estudou até o primeiro ano do segundo grau, tendo desistido por vontade própria. Declara-se católico e foi atendido pela Décima Delegacia de Polícia da

Capital, no bairro Lagoa da Conceição. Após este primeiro momento, foi levado para a Primeira Delegacia de Polícia, no bairro Centro.

O sujeito não teve nenhum atendimento no Programa Sentinela ou em qualquer grupo de homens, tendo acesso apenas ao grupo de psicólogas e psicólogos da própria penitenciária. Foi preso em 2005, antes da entrada em vigor da Lei Maria da Penha, no entanto mudanças nas leis alteraram sua passagem para o regime semiaberto, que agora necessita de um sexto da pena completa.

Os crimes que constam em sua condenação são Assalto, Sequestro, Atentado Violento ao Pudor e Estupro, totalizando doze anos de prisão, a pena mínima para os crimes descritos, pelo fato de ser réu primário e ter “conversado” durante seu julgamento. O crime cometido por Carlos juntamente com outro menor de idade contra duas mulheres foi largamente publicizado na mídia estadual, o que pode ter contribuído para sua admissão e detalhamento do ocorrido. Na ocasião, como será detalhado mais adiante, estupraram duas jovens após roubar-lhes o carro, em um episódio, segundo a narrativa de Carlos, marcado pelo consumo de álcool, pela coação (armada) por parte de um dos membros do grupo e pelo torpor decorrente da situação até então imprevista. Durante a entrevista, ao avaliar sua atual condição, aciona elementos como o trabalho, a família, seus projetos dentro da penitenciária e fora da mesma, o apoio da comunidade na ocasião de sua primeira saída em regalia e outros temas que tentam demonstrar uma impossibilidade de ligar o sujeito apenado ao mesmo sujeito que cometeu um estupro.

Carlos observa que o atendimento psicológico já realizado dentro da penitenciária é útil, mas tem suas deficiências (no momento em que a pesquisa foi realizada, a penitenciária contava com duas psicólogas e um psicólogo para atender todos os presos): *“seria, seria bastante interessante, eles até ajudam de certa forma, mas não tudo que o cara precisa. Um acompanhamento psicológico. Quando o cara pede, eles chamam. Mas eles deveriam chamar direto, pra ver como é que o cara tá”*. Carlos continua relatando suas experiências dentro da penitenciária e, então, inicia uma fala sobre tratamento e recuperação que dará toda a tônica da entrevista: *“trabalho aqui dentro, nem todos os preso trabalho, eu tô lotado na oficina ali, na malharia ali, dois anos e pouco, eu tô trabalhando. Eu tô recuperado, eu me considero recuperado. Por mais que seja, eu tô recuperado”*. Aqui o sujeito invoca o trabalho como redentor, como se o fato de estar trabalhando já há dois anos e meio dentro da penitenciária fosse um indicativo de que não mais cometeria um crime como o que cometeu – claramente não é disso que se trata. Novamente vemos como as questões da

performatividade da masculinidade atravessam o discurso destes sujeitos, sempre pelos mesmos temas já identificados por Gutmann & Vigoya (2005) em sua revisão dos estudos realizados sobre masculinidade na América Latina: paternidade e família, homossocialidade, construção da identidade através de condutas estereotípicas – como nunca chorar, ter de ser o melhor, sempre competir, ser forte, impossibilidade de envolvimento emocional, nunca recuar (ibidem, p. 119) –, saúde sexual e reprodutiva, raça e etnia, trabalho e o próprio machismo.

Neste caso, o que é observado é a utilização do discurso sobre o trabalho como forma de se vincular à imagem de homem correto, que aparentemente significa, para este sujeito, que quem trabalha automaticamente não comete crimes nem se envolve com violência, muito menos a sexual. A lógica é obviamente falaciosa. Outra interpretação para essa insistência em se declarar recuperado advém do estudo de Polaschek & Gannon (2004), que concluem que “geralmente se presume que agressores sexuais estão preocupados em fazer uma boa impressão”<sup>22</sup> (ibidem, p. 312; tradução minha). Criar uma boa impressão parece ser exatamente aquilo que o sujeito tenta fazer de todas as maneiras. Ao se colocar como um empreendedor, como regenerado, nada mais faz do que tentar retirar-se do lugar de estuprador. A sua repetição constante desta enunciação parece incluir um fator de soslaimento, de esquiva da própria situação que vive. Quando perguntado por que motivo acredita estar recuperado, replica:

*Porque eu aprendi muitas coisa. Quando eu tava solto na rua, antes de cometer esse crime. Depois que foi bobeira minha, palhaçada, né? Nem devia ter. Entre aspas, né? Não precisaria estar nessa vida. Sou trabalhador, tenho carteira assinada, marceneiro. Trabalho, fichar, sempre trabalhei fichado. Aí eu acho que porque que eu tô recuperado, porque eu tenho minha família me acompanhando. Minha mulher, minha mulher não me abandonou ainda, ainda não, né? Tá me acompanhando aí até hoje. Tenho um filho... tenho dois filho, uma filha também. Claro que me arrependo de ter acontecido, mas foi um ato de bobeira o que aconteceu. No momento, aí, foi um ato de bobeira, entendeu?*

---

<sup>22</sup> “It is often assumed that sex offenders are concerned with making a good impression”.

Nesta passagem, o sujeito apela para a família, novamente tentando uma saída metonímica para se mostrar recuperado. De maneira interessante, os mesmos argumentos utilizados por Carlos são comumente encontrados nos depoimentos de estupradores que não admitem os crimes que cometeram, situação diferente da de Carlos, que admite e fala do crime. Da mesma maneira, trata o próprio ato relegando-o a uma simples “bobeira”, uma “bobeira” da qual se arrepende, mas nada mais que isso, desta maneira diminuindo as consequências e a própria admissão de responsabilização. Scully & Marolla (1984, p. 530), em seu estudo com estupradores condenados, afirmam que é comum o uso deste tipo de estratégias:

Desculpas admitem que o ato foi ruim ou inapropriado mas negam total responsabilidade, muitas vezes apela para acidentes ou pulsão biológica, ou através de bodes expiatórios. Em contraste, justificativas aceitam a responsabilidade pelo ato mas negam que ele tenha sido errado – isto é, eles mostram que naquela situação o ato foi apropriado. Narrativas são vocabulários socialmente aprovados que neutralizam o ato ou suas consequências e são sempre a manifestação de uma negociação de identidade incipiente<sup>23</sup> (tradução minha).

A utilização de bodes expiatórios é encontrada ao longo de toda a entrevista com Carlos, aparecendo na forma da bebida, da interpretação do comportamento das vítimas e mesmo do menor que o acompanhou no crime, elementos que inclui desde o início de sua narrativa:

*Ah, bebida, né? Foi o ato da besteira, né? Bebida. Ah, tomei um monte, né? Tava tomando whisky, tinha tomado um litro de whisky. Natu Nobilis ainda. Tinha tomado outro Red Bull. Na real, não*

---

<sup>23</sup> “Excuses admit the act was bad or inappropriate but deny full responsibility, often through appeals to accident, or biological drive, or through scapegoating. In contrast, justifications accept responsibility for the act but deny that it was wrong – that is, they show in this situation the act was appropriate. Accounts are socially approved vocabularies that neutralize an act or its consequences and are always a manifestation of an underlying negotiation of identity”.

*era pra ter acontecido nada disso. Nós tava na Lagoa, tava curtindo aquela noite ali, pô! Bati o carro, eu bati, foi um acidente. Eu parei, pá, pra conversar, pra consertar, pra nós acertar tudo. O cara que tava comigo que era menor tava armado. Eu não sabia que ele tava armado. Na real, eu não conhecia ele. Eu conhecia os outros dois que tavam junto comigo, sim, esses dois eu conhecia. O de menor eu não conhecia. Ele que... ah... falar porra nenhuma... “olha aqui, é um assalto” e já era [fala rindo], daí pronto. Tava envolvido, vou fazer o quê.*

A justificativa aqui apresentada pelo sujeito de que estaria envolvido se repete ao longo de toda sua descrição dos eventos e encaixa-se na categoria de desculpas (excuses) proposta por Scully & Marolla (2005). O sujeito havia espontaneamente adentrado o assunto do crime em si na entrevista; e, portanto, sua recusa em detalhar a situação é, de alguma maneira, paradoxal: *“ah, aconteceu. Ah, explicar o que aconteceu isso aí tudo de novo é o problema. Não quero lembrar disso daí. Tô tentando esquecer o meu passado”*. Esta articulação com o que fez no passado se relaciona com a negociação da identidade já levantada por Scully & Marolla (2005) e que encontra reflexos no trabalho de Machado (2000) ao entrevistar homens condenados por crimes sexuais no Distrito Federal, revelando que:

O segundo relato de “V”, fala, como já me referira anteriormente, ao arrependimento que aponta para um trabalho sobre a interioridade, exatamente, porque permite o dar-se conta do desejo do outro: *Eu fiquei arrependido na hora que eu tava lá, fazendo aquilo com a mulher. Eu vi que era errado e fiquei um pouco lá. Eu comecei a usar a moça, eu vi que era errado e peguei e saí. Eu fiquei com dó dela.* O terceiro relato aponta para a dificuldade do empreendimento de qualquer batalha interior: *“Esse negócio eu não penso mais. Só penso na minha liberdade.. É muito sofrimento”* (Machado, 2000, p. 31).

Não existe apenas uma alteração do estatuto legal do sujeito apenado por estupro, mas uma consequência que é performativamente erigida, que dia a dia se sedimenta, produzindo algo de uma

identificação política quase imutável – maculada pela presença de um dos crimes considerados mais irracionais e danosos. Para uma melhor compreensão destas consequências, cabe salientar que não é necessária a apresentação da estrutura ou traços da perversão – Mascarello (2009) se utiliza do conceito de constelações clínicas para a articulação das variadas características presentes quando utilizamos o conceito do Real lacanianiano na clínica ou no estudo de um caso – para que um sujeito consiga exercer uma violência sexual. Na verdade, uma das hipóteses trabalhadas nesta dissertação delimita exatamente o contrário: que é, sim, possível a qualquer sujeito, independentemente da constelação clínica apresentada, cometer um crime de tamanha violência.

O que diverge essencialmente do que encontramos no sujeito atrelado ao perverso é a capacidade de representar aquilo que foi cometido. A quantidade de desculpas e de justificativas encontradas no discurso de Carlos é indicativa desta irrepresentabilidade. Ela não é total, visto que o sujeito consegue elaborar, falar sobre e comentar o que se passou. No entanto, algo de significante não é elaborado, não ultrapassa este limite e vira Real, pois isto seria altamente desestruturante para o sujeito, que, então, convive com o que fez construindo todas estas noções discursivas e enunciando-as com o objetivo de, assim, de alguma maneira simbolizá-las (mesmo que muitas vezes pobremente representadas, ilógicas, falaciosas e frágeis).

Inicialmente o sujeito continua a se recusar a fala sobre o crime em si, mesmo que dando uma visão geral; e apela para a leitura do processo. O processo não é de interesse algum para este trabalho, visto que a verdade jurídica produzida é uma, e o discurso do sujeito outra. Este discurso, suas enunciações, detalhes, atos falhos e formações do inconsciente que promovem um entendimento mais complexo destes crimes – a verdade jurídica (que, em todo caso, já foi produzida e performada) nada tem a ver com isto ou com os intuítos investigativos da presente dissertação:

*O que aconteceu é que ele queria vender o carro, né? E, antes disso, daí o de menor já começou a abusar de uma, daí pá. O cara chegou e disse: “aí, se tu não fazer também, vai ficar sozinho, maluco”. Cara tá com a arma na mão. [...] Ah, e daí eu tava com a outra na frente, daí começou. Não sei o que aconteceu. Isso aí já tá no processo, daí.*



A apelação para uma irracionalidade ou irrepresentabilidade da violência é trabalhada por Costa (1984), que advoga que “o sujeito pode agir emocionalmente e com violência, sem que isso exclua a participação da razão” (ibidem, p. 37). Jurandir Freire Costa (1984, p. 37-38) leva esta hipótese até seu extremo mais radical:

Pode-se argumentar que esta primeira acepção do “irracional” não coincide com a irracionalidade da violência. Neste sentido estreito, dir-se-á, nenhuma conduta é irracional, porque se toma razão e *racionalidade* como *sinônimo* dos *conteúdos da consciência*. Ora, salvo nos casos abertamente patológicos, em que a clareza da consciência ou sua estruturação normal estão comprometidas, toda conduta é racional. A irracionalidade do comportamento violento deve-se ao fato de que a razão desconhece os móveis verdadeiros de suas intenções e finalidades. A violência é irracional quando e porque se dirige a objetos substitutivos, na acepção psicanalítica do termo.

A esQUIVA para a verdade jurídica também inclui a possibilidade de o sujeito não ter de simbolizar aquilo que lhe é pedido na entrevista, assim como se utiliza do outro como forma de explicar a motivação para cometer o crime. Claro que não podemos tomar a situação apenas como uma desculpa, no sentido dado por Scully & Marolla (2005). A descrição detalhada do comportamento do menor demonstra como a situação era frágil e possivelmente perigosa para os envolvidos, incluindo Carlos:

*Porque eu tava dirigindo o carro; quando eu olhei, já tava acontecendo. Quando eu olhei pra trás, ih, nem imaginava. Só tava com a arma na mão e não tinha feito aquilo ali. A minha reação ia ser outra. Que quem tava com a arma era ele. Minha reação ia ser outra, não ia deixar ele fazer. Não sei o que tinha passado na minha cabeça naquele momento. No momento, o cara não sabe a reação do cara, o que o cara pode fazer. Praticamente ele me obrigou a fazer também. Pra ele não passar sozinho. [...] Claro, me ameaçou. Também falou pra mim: “pode fazer*

*ai também, faz que é o seguinte, é nós nesse barco, honrado”. Do lado, ele tinha aquele pistolão.*

Costa (1984, p. 39) continua a trabalhar a hipótese da violência regida por fatores inconscientes – é necessário salientar que as pesquisas que falam de teorias implícitas não se encontram tão distantes dessa mesma visão de irracionalidade (que chamam de distorções cognitivas) e são bastante correlatas com o que é encontrado no discurso de Carlos – e postula que:

(...) o primado da razão pode, de fato, ser destronado pela “intenção” inconsciente, originalmente irracional. Nestes exemplos [o extermínio de judeus na segunda guerra mundial], não há como supor ou provar a existência de um *sujeito racional* e de uma *intenção consciente* como motivo operante do ato violento. A violência nasce da moção inconsciente, do movimento da pulsão que tende à destruição, sem que haja mediação de nenhum motivo ou interesse da razão.

Costa (ibidem) conclui seu raciocínio nesta linha delimitando a marca da violência no campo do humano:

(...) todos estes exemplos, e inúmeros outros do gênero, só atestam a diferença existente entre a violência humana e a agressividade animal. O motivo é evidente: este tipo de ação destrutiva é irracional, mas porta a *marca de um desejo*. Violência é o emprego *desejado* da agressividade com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional. A existência destes predicados não altera a qualidade especificamente humana da violência.

O argumento se mantém estável ao longo de suas descrições, visto que são sempre fatores externos que influenciam sua volta à criminalidade. O sujeito se coloca como se fosse apenas levado para essas situações. Suas afirmações vão no sentido de afirmar que seu desejo não estaria envolvido no roubo do carro, assim como seu desejo

não estava envolvido no estupro que cometeu (mesmo que efetivamente nada tenha feito para impedir ambos e que este posicionamento de não escolha implicasse necessariamente um desfecho que conhecia). Quando perguntado se não teria uma opção de não participar do crime, de tentar de alguma maneira não se envolver com o que estava acontecendo, responde:

*Ele me matava [...], com certeza, só que eu era o único que ia saber. Ele ia matar ainda as duas guria; mata eu, mata os outros dois também – munição ele tinha pra isso. E eu não conhecia o cara. O importante é que ele acabou morrendo agora na rua.*

Por um lado, realmente há a neutralização de uma ameaça a sua vida com a morte do cúmplice do crime que cometeu; por outro, também se anula a única outra voz que participou do mesmo crime na condição de violador, sobrevivendo apenas a versão de Carlos e a das vítimas para os fatos. Sobre a morte do menor, Carlos comenta:

*Morreu, bênção aí, faz o que uns... eu fiquei sabendo que ele morreu. Eu não vou confirmar isso pra ti, que ele morreu já, porque eu fiquei sabendo assim que os parente, aí, os amigo, aí, dele, aí, que agora eu saí, me falaram que mataram ele. Meus amigo falaro: “ô, mataro ele”. Mas eu nem sei também do que ele morreu. Sei que mataro ele. Eu não sei, não sei nem se é verdade isso aí. Porque os outros dois tão solto, já saíram bem antes que eu, né?*

Como já estabelecido anteriormente por Carlos, este menor era praticamente um desconhecido, um colega de um de seus amigos que estava dirigindo o seu carro enquanto o sujeito entrevistado dirigia o carro roubado:

*Que tinha mais dois junto com nós. Os outros dois tavam no meu carro. [...] Só participaram do roubo, daí da venda do carro. Daí, dessas coisa aí, aí eles participaram. O importante é que eu assumi tudo isso aí. Eu assumi. Eu assumi. Eu escutei um monte ainda, eles falaram um monte de mim, fazer o quê, né?*

Este assumir do qual Carlos fala é onde reside um dos maiores imbróglios enunciativos. Assume o que fez, mas coloca uma série de justificativas, desculpas e motivações externas a si próprio como maneira de se expiar da culpa pelo crime. Em praticamente tudo que concerne ao crime que cometeu, continua a repetir estes artefatos enunciativos.

Bandeira (1999, p. 361-367) elabora alguns pressupostos acerca da violência sexual que podem ser interessantes para compreender o caso de Carlos: 1) o estupro é uma violência sexual vista como ação que envolve certo grau de racionalização, através de uma ação pensada, apesar da forma obcecada como o agressor age, guiado por impulsos que são colocados como incontroláveis; 2) há uma relação entre a prática de estupro e a possibilidade de se exercer força e poder sobre a mulher violentada; 3) o estupro é um ato narcísico do agressor para com sua vítima; e 4) ao praticar o estupro, o agressor atua simbolicamente como um desejo de morte.

Usando como prerrogativa o último ponto levantado por Bandeira (1999), podemos tomar esta repetição como tendo sentido ou valor para Carlos. Pena (2007, p. 84) pensa a repetição nestes termos: “a presença da repetição ultrapassa os limites do tratamento analítico, pois ela está presente na vida de todas as pessoas e revela um caráter pulsional, portanto, inerente à condição humana”. Este caráter pulsional que neste momento se encontra voltado ao discurso parece desembocar na questão do controle da própria fala, numa tentativa reiterada a todo o tempo de manter seu discurso coeso (e consequentemente estereotipado).

Ao ser questionado se já havia sentido alguma vontade de cometer um estupro ou se o prospecto lhe parecia excitante, o sujeito responde:

*Nunca, nunca. Não precisava disso, nunca precisei. Tinha duas mulher na rua. Aí eu morava com uma e tava na casa da outra. Eu sempre... ninguém dos meus irmãos, da minha família, dos meus amigos... Agora que eu saí, aí teve um monte que me defendeu. Disse: “ô, não acredito que tu fez isso, monstro”; “não acredito”. Um monte aí, o cara aí sempre cheio de mulher na rua direto, tudo pra cama, direto assim aí, hm, sempre cheio de mulher. Cinco, seis namorada*

*direto, aí ó. Nunca, nunca passou pela minha cabeça fazer isso.*

Novamente o sujeito alude a uma teoria encontrada no senso comum, indicando que apenas homens que não têm acesso sexual a mulheres cometeriam estupro. O que se encontra no subtexto desta teoria é que os homens teriam uma sexualidade incontrolável. Guerreiro *et al* (2002, p. 53) indicam em seu estudo com homens jovens que “um dos primeiros aspectos que chamam a atenção nas entrevistas e discussões é o caráter incontrolável, indomável, que os participantes atribuem à sexualidade masculina, concebida como uma necessidade que requer satisfação sempre imediata”. O argumento de Carlos baseia-se, então, na hipótese de que, tendo possibilidades de exercer a sexualidade, a mesma estaria posta em xeque, controlada. O estudo da pulsão e sua relação com a sexualidade já indica que muitas vezes o que se procura não é o contato genital em si, mas uma situação construída de tal forma que a pulsão possa expressar-se no seu circuito ao redor do objeto; e essa situação específica é diferente de sujeito para sujeito, não existe uma sexualidade padronizada para todos – cada sujeito constrói seus próprios circuitos pulsionais. Exatamente este caminho pulsional parece ter sido ativado no momento em que perpetrou estes crimes, segundo sua descrição: “*empolgacera... ali na hora ali, bebedeira, empolgacera, adrenalina. Sei lá o que aconteceu na hora, não tem explicação o que aconteceu. Se pudesse voltar atrás, teria voltado atrás e não teria feito*”.

Diferindo do que falou antes, Carlos admite, neste momento da entrevista, seu envolvimento prévio com a criminalidade, ao relatar como, na sua juventude, foi envolvendo-se com roubos e assaltos aos poucos:

*Ah, ter roubado, sim, mas acontecer o que aconteceu, isso aí não. Sim, roubar, sim, porque, de menor, tenho passagem pela polícia também. Tive passagem, né? Porque já foi arquivado. Morava lá no Oeste ainda. Já roubei um monte, assaltei – isso aí não vou dizer que eu não fiz, porque eu fiz. Aí fui, é, respondi processo, tudo, nove processo. Aí entrou em arquivamento, daí vim embora pra cá. Aí meu irmão mora numa favela aqui, começou a ser atendido; aí comecei a trabalhar com carteira assinada. Aí casei, casei no civil, tudo certinho. Fui pra lá, que é a*

*Concórdia, que é a comarca de lá. Aí me apresentei, tudo certinho. Casado, tudo. Daí a juíza viu que eu tava recuperado – que eu tava trabalhando. Na real, eu não tava aprontando mais nada, Foi agora essa bobeira que aconteceu aí, há 3 anos atrás, em 2005. Senão não entro, tava de férias ainda, tava curtindo minhas férias. Foi por isso que aconteceu isso. Senão, roubar não tinha roubado, não precisava disso. Ganhava 1.500 real por mês.*

Nesta fala, utiliza duas novas justificativas para argumentar a favor de seu caráter de homem que não estupra: o emprego (juntamente com o salário) e o seu casamento. Novamente alude a fatores externos a si mesmo e a seu desejo como forma de demonstrar que não poderia ter cometido o crime, mesmo que o tenha. O revestimento das descrições do crime com um irracional, com um não saber, também é herdeiro dessa articulação com a tentativa de não simbolização e não representação.

Outro ponto muito ressaltado por Carlos é o seu objetivo de, durante a sua pena e ao fim da mesma, montar e manter uma fábrica de bolas: inicialmente dentro da penitenciária; e, após a saída de ambos os internos que formam a sociedade responsável por esta empreitada, fora dela. A empresa contaria com investimentos externos do irmão de Carlos, mas ainda necessita do aceite da diretoria da penitenciária e de uma juíza com quem Carlos pretende conversar em sua próxima saída pelo regime semiaberto. Este projeto é fomentado por um outro preso que mora na mesma cela de Carlos. Este colega está realizando uma pena de trinta anos, fazendo com que a possibilidade de efetivamente levar esta empresa para fora da penitenciária seja ainda distante. Na verdade, a possibilidade em si de uma iniciativa privada dentro da penitenciária já é plena de obstáculos. Independentemente das dificuldades, Carlos continua trabalhando e apostando nesse projeto como outra maneira de se declarar recuperado.

Outro fator identificado por Carlos é a metodologia empregada para a progressão de regime:

*Dentro da minha cabeça, é um sentimento. Tenho um sentimento, eu me mostrei recuperado. Eu objetivamente tô recuperado. Mas ninguém sabe. O juiz me avaliou pra saber? Ele conversou comigo pra saber se eu tô recuperado? Não. Daí ele negou três pedido de semiaberto. O que que*

*ele me deixou? Revoltado. Aí o cara fica agonizado. Pô, dois ano de cadeia paga, mais a remissão, que dá mais quatro meses e pouquinho de remissão. Por que ele não me deu semiaberto? Aí foi outro pedido, e ele me deu. [...] Remorso demais aqui é que perdi minha mãe. [...] Faz 7 meses agora dia 8. Percebe? O mês que a minha mãe morreu. Aí, por incrível que pareça, olha só como é que vai, olha o... se bota na minha situação, entre aspas... se bota na situação: minha mãe faleceu, eu tô com semiaberto na mesa do juiz, terceiro semiaberto. Por que que ele não me deu meu semiaberto ali na remexe pra mim poder ir no velório da minha mãe? Eu fiquei revoltado. Eu digo pra ti: pensei até em fugir, pensei até em fugir. Daí me levaro ali 4 minutinho pra eu sair de volta, 2 semana depois eu tava no semiaberto. Entende uma coisa dessa? O que que ele quis? Me obrigar a fugir! Aí eu não... preferi ficar no meu lugar.*

Esta passagem implica uma diferença bastante pronunciada quando comparada com casos como o de Quiron, que veria, na possibilidade da transgressão da lei, algo comum que já havia feito. Já Carlos se mantém na prisão, não faz tentativas de transgredir as regras, mesmo que a situação seja de grande sofrimento e o *timing* da decisão judicial bastante precarizante para seu bem-estar. Em suas palavras:

*Meu pensamento ali naquela hora, naquele momento, naquela situação da perda da minha mãe, eu ia fugir. Visse? Falei até pro psicólogo da casa ali, falei pra ele que eu ia fugir. Ia mermo, e ia firme mesmo. Mas daí pensei nas consequências depois, no que poderia acontecer comigo depois. Pensei em tudo, considerei.*

Diferentemente de outros entrevistados, Carlos não relata tipo algum de ameaça ou violência sofrida dentro da penitenciária; atribui esta relativa tranquilidade aos contatos que já tinha antes de sua prisão. Comenta também as consequências de uma possível fuga:

*Mesmo com o artigo que eu caí, não rola. Pra tá aqui dentro, tem um monte de preso que moravam na minha rua. Que eu morava na costeira. Tá*

*preso que me conhece. Minha mulher nasceu aqui, se criou ali. Minha mulher é dali. Daí ela falou com os cara lá, os cara falaro com os cara aqui e falaro: “não, aconteceu isso, isso e isso. Segura o cara aí e respeita”. Ninguém me incomodou aqui dentro do sistema. Nunca! Tenho meu sol, meu amigo, nunca fiquei sem pegar meu sol. Peguei normal. Agora só que daí, eu foragido, ia passar repórter na televisão de novo, coisa que a gente não quer. Ia vim aqui pra dentro.*

Neste momento da entrevista, encontra-se um dos grandes diferenciais do caso Carlos. O seu crime foi cometido contra duas jovens de camadas médias altas na cidade e aconteceu em um bairro conhecido por sua vida noturna agitada e frequentada por classes abastadas. Estes fatores acabaram por fazer com que o crime fosse amplamente divulgado na mídia local e estadual; e, exatamente por este motivo, o nome real de Carlos é de conhecimento comum na cidade e também na comunidade onde residia. Os efeitos dessa midiatização são sentidos e relatados pelo sujeito algumas vezes durante a entrevista.

*Claro, quando caí. Esculacharam um pouco. ‘Magina se não vão falar nada! Aí já falaram que assaltei. [...] Então eu pensei nesses ato aí. Eu tô com o objetivo de botar uma fábrica de bola, junto com outro preso. Com esse objetivo, eu fui pro semiaberto, tô aqui dentro. Cuidei da regalia; se quisesse, fugia de carro. A minha intenção é ficar lá fora, senão ia fazer tráfico. Voltei, paguei tudo, porque eu tenho um objetivo. Meu objetivo é colocar uma fábrica de bola pra vender aqui dentro.*

Após explicar como faria para organizar a fábrica, os pedidos, os presos que nela trabalhariam, a entrevista toma novamente o rumo sobre a violência perpetrada por Carlos, que começa a explicar a situação desde o início. Após a batida entre seus carros – ocasionada pela intoxicação alcoólica de Carlos – e o anúncio do assalto, levaram ambas as vítimas para dentro do carro destas últimas. Carlos dirigia ao lado da vítima que posteriormente estupraria, enquanto o menor de idade – armado – viajava na traseira, com a segunda vítima. A situação transcorrida dentro do carro é narrada por Carlos:



*“E pronto, só ficar quieta aí que ninguém vai te bater”. Eu não bati nela, nada. Isso aí até botaram no processo: que eu não bati, nada. Eu não bati na real; eu não bati, então.*

O objetivo de vender o carro das vítimas os leva, pela BR 101 em direção Norte, para Tijucas, cidade situada a cinquenta quilômetros de distância de Florianópolis. Durante o percurso, Carlos olha para trás e nota que o menor iniciou o estupro da vítima que estava sentada no banco de trás: *“dentro do carro, dentro do carro em movimento, do carro em movimento ainda”*. Neste momento, é ameaçado pelo menor, e inicia-se o contato sexual forçado com a vítima sentada no banco da frente: *“não sei como é que... não sei como é que eu consegui fazer, entende? Eu não sei. [...] Não senti atração nenhuma por ela”*. As perguntas seguintes concernem à conjunção carnal, ao que ele responde: *“pouco, mas teve”*.

A próxima pergunta é sobre o que sente durante a violação sexual e se atinge um orgasmo. Inicialmente o sujeito se esquivava da pergunta:

*Boa pergunta. Não foi feito nem exame, sabia? [...] Nela e em mim também, pra saber que era eu que consumi. Eu podia negar o crime, eu podia negar. [...] A palavra dela contra a minha. E, como o pai dela, a mãe dela, é da justiça ainda, aí pega mais ainda, né? Pra mim não prevaleceu nada.*

Destaque-se que o sujeito ainda não respondeu à pergunta inicial. Finalmente responde: *“ah, isso aí não...”*.

O sujeito continua fornecendo respostas contritas e objetivas, até o momento quando é questionado sobre o comportamento da vítima:

*Ah, parecia que gostava, ainda. É, tem que ser sincero memo. Tô falando mesmo porque... Com medo, assim... elas tavo com medo da arma. Mas, pelo que eu vi, parece que elas gostaro. Se não tinha levado o carro, acho que elas nem tinham feito denúncia. Assim, pelo meu ver, pelo que eu vi, assim, depois assim, tá tudo. E daí elas pediram daí cigarro pra elas e tudo ainda.*

Polaschek & Gannon (2004), em seu estudo sobre as teorias implícitas fornecidas por criminosos neozelandeses apenados por estupro, relatam que é comum, entre estes sujeitos, o que chamam de *implicit theories* (em tradução livre, “teorias implícitas”) em alguns temas, nomeadamente: *women are unknowable* (mulheres são incompreensíveis), *women are sex objects* (mulheres são objetos sexuais), *male sex drive is uncontrollable* (a pulsão sexual masculina é incontrolável), *entitlement* (entitamento ou direito), *dangerous world* (mundo perigoso). Duas das categorias apresentadas na teoria implícita chamada de “mulheres são objetos sexuais” são rapidamente reconhecíveis no discurso de Carlos: “frases representando esta teoria implícita seriam ‘uma mulher pode gostar de sexo mesmo quando este é forçado’ ou ‘apenas mulheres que são fisicamente violentadas devem se sentir justificadas em reportar um estupro’”<sup>24</sup> (ibidem, p. 301).

Os autores definem ainda que homens que carregam esta teoria implícita veem sua própria sexualidade como tendo primazia sobre os outros e entendem as mulheres como estando constantemente receptivas para o sexo. Estes homens desconsideram o discurso e tendem a compreender a linguagem corporal como mais relevante do que o consentimento via fala. Consequentemente, como as mulheres são objetos sexuais, elas não poderiam ser danificadas por vias sexuais, apenas por violência física (Polaschek & Gannon, 2004). Praticamente todas estas características são relatadas pelo sujeito em algum momento das falas já transcritas neste trabalho, desde considerar que a vítima estava gostando pela sua reação – “*a outra ria ainda, tem uma que dava risada. [...]É. Dava risada. É, teve uma que riu lá um monte. Acho que, na hora, assim, ela não tinha caído em si. A hora que ela caiu em si, não sei a reação dela*”.

A alienação incluída na enunciação de que não saberia o que se passa na cabeça de uma pessoa após sofrer um roubo e um estupro parece estar ainda conectada ao movimento identificado por Marshall & Moulden (2001) em seu estudo junto a estupradores, criminosos não sexuais e não criminosos em que um grau maior de empatia em relação às mulheres foi negativamente vinculado à propensão ao estupro, significando que homens que têm maior dificuldade em se identificar com o que mulheres estão sentindo têm uma maior chance de cometer

---

<sup>24</sup> “Statements representing this IT would be ‘a woman can enjoy sex even when it is forced upon her’; or ‘only women who are physically beaten should feel justified in reporting a rape’”.

um estupro. Claramente Carlos tem dificuldades em compreender o que se passava emocionalmente com sua vítima. A próxima fala é significativa a respeito deste ponto:

*No meu ver, assim, que parece, assim, elas tavam gostando, parece que foi uma aventura pra elas também. Claro que aí depois elas caíram na real do que aconteceu. Daí sei lá o que aconteceu na cabeça delas. Mas senão, assim, na hora, assim, parece ser. Se não levasse o carro, acho que ela não tinha feito nem denúncia – nem do roubo, nada. Podia ter feito só do assalto, mas não do estupro, não tinha. Parece até que gostava. Pelo menos uma delas parece que gostou, a outra não.*

Outro ponto interessante é o fato de conseguir notar que a vítima do menor não estava gostando, enquanto considera que a vítima que ele próprio havia estuprado teria possivelmente gostado. O argumento que utiliza para fazer tal separação é o seguinte: “*porque ela era virgem, né? [...] A que eu tava pegando não era virgem, a virgem tava com outro*”. As próprias palavras utilizadas por Carlos – numa perspectiva enunciativa – demonstram que não considera aquilo que fazia um estupro. Ao se utilizar da palavra *pegando* (um claro eufemismo), acaba por revelar exatamente o deslizamento que novamente o retira do lugar de agressor. Por outro lado, é possível que o *pegar* do qual fala seja efetivamente como se comporta com todas as mulheres, entendendo-as como objetos sexuais que deve capturar. A diferenciação que faz entre as duas vítimas ao dizer que o único motivo pelo qual a vítima que estava sendo estuprada pelo menor estava sofrendo era por ser virgem também é indicativa da dificuldade em apreender aquilo que as mulheres sentiam nesta situação e forma outro dos aspectos relevantes para a compreensão da relação de Carlos com as mulheres. Aqui é possível apontar a relevância da concepção de Freud de pulsão de dominação. Costa (1984, p. 29) comenta que a pulsão de morte vem a subsumir esta conceituação, apenas como um aglutinante que

(...) reordena a antiga divisão pulsional, colocando em primeiro plano da vida psíquica a tendência à destruição do sujeito e do objeto. Agora, ao lado da sexualidade, a destruição vai interferir decisivamente na explicação dos mecanismos

mentais e passar a ser considerada um dos elementos primordiais no destino da vida psíquica e social do homem.

A questão que continua nebulosa se refere ao que conseguia compreender da situação das vítimas durante o estupro e ao término dele. Sua descrição dos momentos durante o crime é também caracterizada pela esquivia em relação ao crime em si:

*Por causa dos dois [a violência sexual e a presença da arma de fogo], né? Uma por causa dos dois, a outra não, a outra só por causa da arma mesmo. E tava com medo de matar... coisa, né? Matar, mata. Queria botar um pânico. Ele dizia: “é, eu vou matar, vou matar!”. Mas ninguém ia matar... Eu não sei qual seria minha reação se eu tava com a arma na mão. Eu acho que já era pra ele, né? A hora, aquela hora que eu olho pra trás e vejo ele fazendo, já era pra ele. Não tem consequência, eu mato ele na hora. Naquele ato, naquele momento ali.*

Inicialmente, esta afirmação do sujeito pode parecer paradoxal, mas nesta fala também encontramos em ação a identificação que se impõe apenas para a vítima do outro. Afinal o sujeito não pensa em cometer suicídio por causa do que fez, que, com efeito, foi o mesmo que o menor de idade portando a arma de fogo.

Em alguns momentos da entrevista, o sujeito relata uma postura diferente em relação ao que fez, abandonando a ideia de um destacamento e da possibilidade de que a agressão sexual não havia sido violenta: “...até fiquei com nojo depois que aconteceu. Ah, parei assim e pensei assim: “meu deus, o que que eu fiz?”. Já era tarde. [...] Claro que eu me arrependo hoje, né? Que me arrependo bastante, mas... fazer o quê? Aconteceu. Foi um deslize que eu tive na minha vida”.

A partir do fim do estupro que cometeu, Carlos parece finalmente começar a compreender que tinha uma opção durante o crime e começa a modificar seu comportamento. Utiliza essa modificação ainda para argumentar e diminuir os efeitos psíquicos do que havia transpassado: “só disse ‘ó, fica aí que uma hora depois vocês aí’. Aí gente amarrou elas, né? ‘Ah, vocês vão se soltar, aí’. E ‘ah, pega um cigarro’, e dei na boca dela, assim. Fumei, caiu, peguei uma carteira de cigarro, do lado aqui: ‘ó, se vocês quiserem’. Deixei uns fósforo e fui

*embora*". O local escolhido para deixar as duas vítimas era isolado, visando à fuga e à venda rápida do carro roubado das mesmas: "é, num desvio que tem ali. Bem longe, primeira casa uns... uns 5, 6 quilômetro. Acharo que elas iam pedir socorro na hora".

Durante este abandono das vítimas, ocorre uma situação interessante: os outros dois homens que estavam no carro de Carlos se aproximam das vítimas também com a intenção de estuprá-las, provocando a seguinte reação do sujeito entrevistado:

*Os outros só não fizeram porque eu não deixei. Os outros dois também queriam fazer. Daí, pá, eu me liguei: "pô, o que que eu fiz?". Na hora, pá, eu, depois que acabou tudo. Ainda tava saindo assim, pô, os outro, assim, queriam fazer, mas eu não deixei. Não deixei memo. Não, disse: "não cabeí, ninguém vai fazer nada aí". [...] porque eu falei pra eles: "não, não, nós não fizemo nada com elas". Porque daí eu falei pra eles que os cara fizeram. Claro, eu não ia saber qual é a reação deles também. Disse: "não, ninguém fez nada, ninguém vai fazer nada, deixa as guria aí". Aí saímo embora.*

Polaschek & Gannon (2004, p. 311) comentam a dificuldade encontrada entre sujeitos apenados por estupro em falar abertamente sobre o crime que cometeram, afirmando que

Negação em estupradores é mais complexa que em pedófilos porque um estuprador tem a opção de apelar para explicações sócio-culturais que ele acha que outros entenderão como plausíveis (por exemplo: "ela disse sim naquele momento mas depois mudou de idéia, você sabe como mulheres podem ser")<sup>25</sup> (tradução minha).

O uso de explicações dadas na cultura realmente é uma maneira utilizada para escapar à responsabilização, como no caso de Carlos, que usa um outro sujeito como catalisador do estupro. Além do mais, utiliza a sua interpretação de que a vítima teria gostado do estupro (ou, no

---

<sup>25</sup> "Denial in rapists is more complex than in child sex offenders because a rapist has the option of appealing to sociocultural explanations that he thinks others will find plausible (e.g., 'she said yes at the time but afterwards she changed her mind, you know how women can be')".

mínimo, deixa subentendido que não teria sido desprazeroso) como maneira de negá-lo. São estratégias fincadas no sociocultural que servem ao propósito de dar uma explicação lógica para o crime ou ainda de tirar a roupagem de crime do acontecido.

Para compreender a posição enunciativa do sujeito entrevistado, é necessário que se entenda o que o mesmo conceitua como violência: *“ah, o cara não tá certo, né? É violência, né? Que consumiu, né? Foi estuprado elas, isso aí já é uma violência. Ou não? [...] É que nem bater, uma violência. Tudo que aconteceu foi uma violência”*. Diferentemente do que Frith & Kitzinger (1997) propõem, o sujeito claramente compreende que o que se passou no evento foi uma violência e que não houve consentimento pela parte da vítima. Portanto, não existe uma falha de comunicação; o que acontece é que o sujeito simplesmente ignora esta comunicação. Sobre a violência ocorrida durante o estupro, o sujeito novamente afirma que nada sabe: *“não, isso aí não tem nem como te explicar. Psicológico... [...] Ah, é, né? Teve, isso aí teve, teve. Pedia pra elas ficar quieta; se elas falassem pra alguém, ia morrer. E pá”*. Anteriormente, Carlos não tinha deixado claro que havia também participado da coerção das vítimas pelo silêncio, de maneira que apenas nesta fala podemos notar que se coloca como sujeito ativo em toda a situação. Esta frase e o impedimento de que os outros dois cúmplices estupassem as vítimas são as únicas vezes na entrevista em que se articula ativamente. No entanto, na próxima fala já retorna à posição anterior de vítima das circunstâncias: *“é, o cara lá ameaçou, né? Eu nem sei, disse: ‘ó, ninguém vai matar vocês, não; fica tranquilo que não vai acontecer nada’”*.

Os efeitos deste crime ainda são sentidos por Carlos, mesmo em sua própria família: *“ah, tem um irmão meu que eu nem converso mais, né? Por causa disso. Ninguém acreditava, né? Pelo que eu tinha na rua, que eu fazia, ninguém acreditou. [...] Jamais ia fazer isso, não tinha necessidade de fazer isso. E alguns entenderam, né? Entenderam que aconteceu, que falou que passou isso”*. Supondo a situação hipotética de que o menor não estivesse armado, Carlos responde: *“não, não teria feito, não. Não teria feito, não. Isso eu tenho certeza, assino embaixo. Não teria feito, não”*.

Outro aspecto de importância para as análises contidas neste trabalho é a masculinidade. Carlos várias vezes cita sua família e filhos durante a entrevista como forma de dizer que tem acesso a mulheres e conseqüentemente a sexo, mas a paternidade não aparece com tanta relevância como entre outros entrevistados. Para Carlos, a masculinidade se define como: *“ah, verdade, minha cabeça fez, pensa*

*no que vai fazer. Tem atitude no que vai fazer. Não, não vou roubar, vou trabalhar. Tem família, vou casar ou vou construir alguma coisa da minha vida pra mim. Esse é o homem*". Quando perguntado se acha que atingiu esses preceitos, responde: *"eu quis conquistar tudo, né? Quis trabalhar, trabalhei, né? Sempre trabalhei. Tava adquirindo minhas coisa. Casar, ter filho. Comprar uma casa, essas coisa, assim"*. Diferente de outros homens que consideram que o estupro alterou inexoravelmente sua masculinidade, Carlos parece não adicionar esse fator para sua equação. O trabalho, seus projetos da fábrica, seus filhos e esposa (além de outra mulher com quem teve uma filha) são aspectos que o sujeito ressalta. Sua vida na criminalidade – que começou cedo – é antitética à valorização do trabalho e da família que expõe neste momento da entrevista. Acaba por utilizar estes valores bem-vistos socialmente como forma de subsumir tanto a criminalidade durante a juventude quanto a prática do roubo e do estupro.

A visão de Carlos sobre outros presos que também cometeram estupros fornece um lampejo de como entende os outros homens que se encontram em sua ala. Questionado se acha existir algum tipo de perfil que consegue delimitar, fala:

*Ah, não, tem cara mesmo que comete por prazer mesmo, que gosta mesmo de fazer. Quer conhecer vergonha mesmo do negócio aí. [...] Pelo que eu vi, assim, o cara puxou estupro aqui, foi pra rua, cometeu o crime de novo. Conheci um lá na pública que cometeu dois estupro; saiu, cometeu mais cinco, seis. Um moreninho que caiu ali em Barreiros, ali no Estreito, ali. Caiu de novo, tá lá na pública. Caiu, tem que enfrentar. Tá preso de novo. Então, esses cara, eu acho que eles... é vontade deles, é vontade, sei lá, deve ter vontade de fazer isso aí. Deve sentir alguma coisa, né, pra fazer isso aí.*

Após essa resposta, simplesmente se esquivava da pergunta sobre sua vontade no crime que cometeu. Concluindo, Carlos parece estar alojado de maneira muito diferenciada daquela encontrada em Quiron. Esta polarização parece seguir exatamente as teorias de Costa (1984) e de outros autores que trabalham a violência encontrada no cotidiano brasileiro (Faiman, 2005; Hartmann, 2005): um irracional, mas um irracional que é possível de compreender, mesmo que de difícil simbolização. Ressalta-se que este caso é emblemático no sentido de

demonstrar como, na neurose, também podemos encontrar sujeitos que praticam crimes tão vis quanto aqueles atribuídos aos perversos. Lia Zanotta Machado (2004, p. 44) cita o discurso de um sujeito entrevistado em sua pesquisa com homens apenados por crimes sexuais que é correlato ao que é encontrado no discurso de Carlos:

Diante da persistência da entrevistadora em perguntar por que, afinal, depois de tentarem roubar, quiseram violentar, um entrevistado responde: *É o seguinte, queremos é o crime mesmo, e sentiu moral da vida do crime, de usar o crime mesmo, entendeu? Ele* (projetivamente fala de um outro agressor e não dele mesmo) *mata, estupra e rouba, ele, se sentiu foi isso, o bandidão na malandragem dele, foi isso.*

A “*empolgacera*” que Carlos sustenta como motivo para o crime no início da entrevista se encontra completamente ligada à criminalidade como fonte de prazer, a um sentimento de poder sobre o outro e sobre as regras da sociedade. A transgressão da Lei também aparece, mesmo que em menor escala do que em Quiron, que repete isso *ad infinitum*. Talvez aqui resida a explicação de sua trajetória no crime desde a infância até o estupro que o coloca na penitenciária: a “*empolgacera*” atribuída ao álcool e à festa levada ao extremo; ao prazer a despeito do outro; à feitura do outro como simples objeto a ser tomado como sem vontade, sem desejo e sem humanidade. Pode não haver a perversão como centro definidor do sujeito, mas existem traços perversos (Machado, 2004). Assim, sem identificação alguma, torna-se possível narcisisticamente se encastelar e tomar apenas aquilo que é próprio como passível de qualquer atenção. Pensando radicalmente, qualquer sujeito pode estuprar; o que se altera são as interposições (da Lei, do o(O)utro, da identificação, da pulsão, etc.) que se apresentam e o que cada performatividade abre como opção. A performatividade é falada aqui porque resguarda um traço de prevalência, de constituição, de modo que, mesmo alterada pelo tempo, mantém uma marca unária suficiente para que o sujeito ainda se reconheça. E é o que Carlos logra. Mesmo com sofrimento e dificuldade de compreender o que se passou, ele se mantém semiaquém da angústia do que cometeu e luta com todas as forças (conscientes e inconscientes) para evitar que este precário arranjo se desfaça.





## 5. Considerações Finais

O estupro e a violência sexual sempre existiram na história das culturas humanas. Desde os primeiros passos dados pelas civilizações humanas, estas violências já eram perpetradas e relatadas. O estupro e a violência sexual estão presentes já nos primeiros códigos legislativos criados pela raça humana. O Código de Hammurabi, escrito em 1780 A.C. pelos babilônicos, declarava que uma virgem era inocente se fosse estuprada e que seu agressor deveria ser executado. Entretanto, mulheres casadas que fossem estupradas eram consideradas culpadas de adultério e poderiam ser executadas juntamente com seus agressores.

Entre 1650 e 1500 A.C., o Código de Nesilim é escrito. Este código de lei Hitita incluía uma cláusula concernente ao estupro de acordo com a qual uma mulher estuprada dentro da própria casa poderia ser executada. Já o Código de Assura, um código Assírio de 1075 A.C., permitia ao marido matar ou punir sua mulher se esta fosse estuprada.

Todos estes códigos são anteriores à chamada Idade das Trevas Grega, período que se inicia por volta de 1200 A.C. e se prolonga até 800 A.C. A partir de 800 A.C., inicia-se o período em que a civilização grega clássica emerge. É neste momento histórico que grande parte da mitologia grega vem à tona. E estes mitos também narram estupros.

Nos mitos, encontramos relatos de estupros cometidos por deuses contra outros deuses, assim como estupros cometidos por deuses contra mulheres humanas, preferencialmente na forma de um deus potente e uma jovem garota virgem (Smith, 2004). Smith (ibidem, p. 166) argumenta que com frequência o estupro na época clássica pode ser explicado como uma assertividade de masculinidade. Em situações de estupro, as mulheres (ou jovens homens, como ocorrem em algumas narrativas) são degradadas e tidas como criaturas sem poder algum frente a uma força maior, representada pela figura de um agressor homem. Tanto nos relatos gregos quanto nos romanos, o estupro se apresenta como uma imposição de uma desigualdade de poder. Através dos séculos, o estupro não figurou apenas como crime, mas atingiu diretamente as vidas de mulheres e de homens e afetou o desenvolvimento de diversas culturas ao redor de todo o mundo. Mulheres foram sequestradas e casadas à força, tomadas como espólios de guerra, escravizadas e estupradas em massa como forma de genocídio racial (Nahoum-Grappe, 2004).

Sendo que o código romano é considerado o precursor dos códigos atuais, é importante considerar a herança cultural que estas civilizações antigas e clássicas deixaram, assim como é importante

compreender quais avanços são possíveis no processo de entendimento jurídico e psíquico que atravessa estes códigos. Afinal, a realidade física do estupro continua a mesma desde a antiguidade até a contemporaneidade: a penetração ou usufruto do corpo de outrem sem seu consentimento. O que se modifica ao longo do tempo e do espaço são os entendimentos, definições, conceituações, percepções e leis concernentes ao estupro (Smith, 2004). Este trabalho visou exatamente a uma compreensão mais acurada de como estas leis assujeitam e imbricam os sujeitos por elas julgados, assim como uma compreensão de como estes sujeitos se enlaçam com estas leis e seus efeitos psíquicos. Neste sentido, é possível dizer que este trabalho logrou alguns de seus objetivos, visto que as descrições detalhadas dos discursos dos sujeitos abrem a possibilidade desta compreensão.

É difícil definir um fio condutor entre todos os casos apresentados neste trabalho. Entretanto, é possível afirmar algumas coisas sobre os aspectos teóricos e metodológicos que foram experimentados ao longo desta dissertação.

Um dos objetivos, desde a concepção deste trabalho, era demonstrar as possibilidades de um diálogo entre psicanálise e feminismos pós-estruturalistas – e é possível dizer que houve um desenvolvimento satisfatório neste sentido. Os entrecruzamentos teóricos entre enunciação e performatividade encontrados se mostram como poderosas ferramentas de análise e complementam-se na medida em que lançam miradas diferenciadas para as enunciações produzidas pelos sujeitos entrevistados.

Ademais, as leis claramente não se mantêm estáticas ao longo dos anos; sofreram muitas alterações desde os exemplos da antiguidade supracitados. Recentemente no Brasil, com a queda do Artigo 214, que versava sobre o atentado violento ao pudor, o país se junta a vários outros que consideram o estupro possível de ser realizado contra qualquer pessoa, sem diferenciações por sexo, gênero ou mesmo idade. Inclusive a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, também altera estes mesmos crimes ao reconhecer a violência (de qualquer tipo, incluindo a sexual) como possível de acontecer dentro do ambiente doméstico, por um marido ou qualquer relação afetiva e familiar. Isto significa que o estupro é movido de um crime contra os costumes, contra a propriedade de um homem, para finalmente ser reconhecido como um crime contra a vítima. Estas alterações carregam grandes consequências e finalmente retiram algumas das possibilidades de revitimização a que as pessoas que sofrem um estupro estavam previamente sujeitas.

Uma das consequências imprevistas para estas alterações legislativas – as quais, devo deixar claro, considero extremamente importantes e benéficas – que vêm ocorrendo ao longo dos últimos anos é a modificação da escuta da vítima no processo, o que, por si só, é também bem-vinda. Mas esta escuta da vítima tem como consequência que se prescindia da escuta do homem acusado do crime, fato relatado por todos os sujeitos entrevistados, exceto um.

Portanto, produz-se uma enorme diferença entre o peso do discurso da mulher na sociedade – em geral visto como desapropriado de poder – e o peso que se dá ao mesmo discurso quando é deslocado ao lugar da vítima de um crime sexual. Em todos os processos aos quais houve acesso ao longo da pesquisa (incluindo os processos de sujeitos que não foram entrevistados ou que se recusaram a participar da pesquisa), sempre aparecem citações de decisões judiciais, tão onipresentes que sua regularidade faz com que seja necessária sua reprodução e rápida discussão neste momento: “o atentado violento ao pudor não é crime que necessariamente deixa vestígios... [...] podendo ser comprovado por qualquer elemento probatório, com relevância para a palavra da vítima, prescindindo-se do exame pericial” (Mirabete, 2003, p. 1550).

O que se diz após o uso desta citação é que, em casos de pedofilia, atentado violento ao pudor e estupro, o juiz deve sempre dar o maior peso para a palavra da vítima, independente do que o acusado fala. Isso cria não só um paradoxo, mas dois. O primeiro é a mudança radical da percepção social sobre o discurso feminilizado, que aparentemente, a partir de um crime, ganha um poder que antes não residia ali, enquanto o segundo é a negação radical a qualquer defesa possível do sujeito acusado, o que abre as portas para as repetidas cenas de destituição de poder e de liberdade que são relatadas pelos sujeitos sem que exista uma plena defesa ou uma mínima escuta da sua versão para os fatos.

Porém, não apenas esses dois ilustres paradoxos são produzidos. Os efeitos não são apenas simbólicos, mas bastante presentes na realidade. A realidade destes homens em que fatores apontam para uma inocência do crime sexual (como relatado pelos próprios psicólogos que trabalham na penitenciária, as visitas da família ou, em alguns casos, inclusive da pessoa que figurou como vítima no processo, evidências que não foram recolhidas pelas autoridades competentes, processos julgados sem o depoimento dos réus, entre outros) é completamente alterada – e, ao que tudo indica, alterada sem que se abra a possibilidade

de reparação, a partir do momento em que são julgados e presos como autores de violência sexual.

Esta não é uma apologia a estes autores de crimes altamente violentos nem uma defesa deles, apenas uma reflexão que propõe que a maneira como estes são julgados e tratados pelo sistema judiciário tem uma lógica perversa de docilização dos corpos violentadores, independentemente do que estes corpos comprovem que houve (“prescindindo-se do exame pericial”). No final, produz-se uma emasculação simbólica; coloca-se, como Femenias & Rossi (2009) teorizam, o homem no lugar da posição feminina, no lugar do sem poder, da não providência para a família e da impossibilidade de reparação.

Ora, a produção de provas é dever do judiciário; e, a partir do momento em que se prescinde destas em favor do discurso, abre-se a porta para inúmeras possibilidades de fraude no processo jurídico. A saída não se encontra apenas no valorizar a palavra da vítima (mesmo que este seja um passo importantíssimo, principalmente nos casos de violência sexual), mas valorizar igualmente a palavra de todos os envolvidos, ao mesmo tempo em que se produzem indícios que posteriormente se tornarão provas no processo.

Uma das grandes queixas elaboradas pelos sujeitos da pesquisa era exatamente esta: a de que não eram ouvidos em lugar algum. Não falavam durante o processo, não participavam de maneira ativa em seu próprio julgamento, sendo apenas conduzidos por um aparente poder maior. Se por um lado esta surdez do judiciário produz a possibilidade de as vítimas falarem sem que haja maiores problemas, por outro cria para estes sujeitos uma situação violenta de angústia. Esta angústia era relatada ao fim de várias entrevistas, nas quais os sujeitos agradeciam a oportunidade de serem ouvidos, de contar suas histórias, de “tirar um peso do peito” ou de “ficar sossegado”, suscitando, inclusive, pedidos de que fossem realizadas novas sessões de entrevista. Esta foi uma das principais propostas deste trabalho: escutar os sujeitos sem pré-concepções, sem que houvesse uma necessidade de desvelar um crime escondido ou uma estrutura determinante de que aquele sujeito havia cometido tais crimes. Nada importa para essa pesquisa que se prove alguma coisa para os sujeitos; o que importa são suas palavras, suas ideias, o que se passa de performativo e enunciativo neste discurso.

Portanto, a empreitada nunca significou descobrir uma teoria subjacente às suas palavras que nos desse uma base de condenação ou ação, mas desvelar, de alguma maneira, o que estes homens reproduzem

do que capturam do social; o que suas constituições assujeitadas às regras sociais e à língua implicam nos casos de violência sexual.

Com efeito, seria impossível pensar a pesquisa apresentada nesta dissertação se não houvesse a preocupação, desde o início do trabalho, de simplesmente ouvir estes homens. O uso de estudos de caso se mostrou importante neste sentido, pois a própria multiplicidade encontrada durante as entrevistas demonstra a dificuldade de se ater a preceitos positivistas que defendem a padronização e a análise destes homens como meros objetos de estudo. Em se tratando de crimes que têm por base o desejo e atravessados por convenções sociais, não haveria a possibilidade de analisá-los de outra maneira sem que se perdesse uma miríade de detalhes que, ao fim das contas, acabam por construir uma figura muito mais detalhada do que seria possível com outros métodos.

A falta de escuta por parte das instituições do Estado não é uma tendência contemporânea, mas acaba por ser mais um dos sofrimentos que se redobram para estes homens condenados por crimes sexuais. Neste sentido, quando perguntados se gostariam de ter a possibilidade de realizar um grupo de homens apenados por violência sexual, grande parte dos entrevistados se mostrou interessada, ressaltando as dificuldades que encontram para receber algum tipo de atendimento psicológico dentro da penitenciária – fato corroborado pelos psicólogos da mesma, que citam a dificuldade de lidar com a quantidade enorme de apenados residentes na penitenciária com apenas 3 profissionais. Os sujeitos relatam também as estratégias que estabelecem, como o suporte entre sujeitos apenados pelos mesmos crimes, as confissões do que sentiam quando cometeram os crimes pelos quais foram presos, conversas com outros presos na tentativa de compreender se outros se sentiam da mesma maneira e outras situações diversas. A demanda tanto de escuta quanto de um grupo de homens existe e deve ser endereçada. Esta abertura existente em suas falas denota não só um interesse em demonstrar bom comportamento, como estudos como o de Polaschek & Gannon (2004) citam, mas também a possibilidade de exercer aquilo que Butler entende como resignificação radical. Se temos sujeitos apenados por crimes violentos sexuais – os quais causam angústia ímpar para as mulheres e homens de nossa sociedade – e que desejam não realizar novamente tais atos, deixar de oferecer maneiras para que tentem modificar o que entendem por uma performatividade masculina acaba por tornar-nos também cúmplices de seus crimes, em certa medida. Nosso coletivo desejo de ignorar estes homens (expresso claramente pelo seu aprisionamento) acaba por também tolher suas

possibilidades de não mais cometer estupros e violências sexuais, especialmente quando estes expressam seu desejo de não mais cometê-los.

Outro ponto que considero necessário relatar é a falta de uma teoria “guarda-chuva” quando se trata de violência sexual e estupro. Simplesmente não existem estudos interligados buscando uma interlocução e a criação de um modelo – o que se encontra são estudos isolados, por vezes dialogando com outros estudos, mas nenhum desses propõe teorias explicativas que possam ser utilizadas com estes homens, nem mesmo teorias de intervenção que vão além das chamadas distorções cognitivas. O que isso implica é uma nova exclusão destes homens, na medida em que nem mesmo na literatura científica se tenta estabelecer um estado da arte ou um ponto de referência para os estudos com estupradores. Claramente existiram tentativas e proposições de modelos; mas, desde o fim da década de 70 e início da década de 80 do século XX, estes modelos foram basicamente abandonados – falo aqui especialmente do modelo que categorizava os estupradores pelos tipos de estupro que cometiam (por poder, sadismo ou raiva) retomado por Pardue e Arrigo (2007) – e são retomados por alguns autores apenas a partir do início do século XXI, sendo que, até o presente momento, não tomaram corpo como uma teoria suficientemente estabelecida nem complexa o suficiente para dar conta do que foi encontrado nesta pesquisa, portanto não foi utilizada.

Existe uma necessidade de que mais estudos sejam produzidos sobre este tema no Brasil. A falta de bibliografia e de pesquisas nacionais sobre este tema é indicativo do mesmo efeito que a falta de políticas públicas neste sentido o é: estes sujeitos são ignorados, e isso aparentemente resolve o problema. Obviamente, esta articulação acaba por não modificar o *status quo*, e estupros continuam sendo ocorrência comum em qualquer lugar do país. A partir do momento em que existir um engajamento político e acadêmico sobre este tema, será possível pensar em políticas públicas que respondam às demandas levantadas por esta pesquisa, para que finalmente, assim, possamos dar conta da tarefa homérica que significa lutar contra toda forma de estupro e violência sexual. É impossível que continuemos a ignorar um problema que altera tanto de nossas vidas e continua a mortificar – no sentido dado por Marcus (1992) – suas vítimas. Este trabalho almeja, ao fim de tudo – e de maneira bastante idealista –, ser um passo, mesmo que mínimo, na direção de uma sociedade mais justa, igualitária e menos violenta. Para isso, é necessário refletir sobre a questão que até hoje não foi respondida de maneira satisfatória – e que duvido que algum dia o será – calcada na

proposta de descentramento, de questionamento da forma, e de articulação entre teoria e política: o que podemos fazer para impedir que os estupros e as violências sexuais continuem a se perpetuar?





## 6. Referências Bibliográficas

AGUADO, Ana. *Violencia de genero: Sujeto feminino y ciudadanía en la sociedad contemporánea*. **Marcadas a ferro**. Brasília: Secretaria especial de Políticas para as mulheres, 2005.

ALVIM, Simone Ferreira; SOUZA, Lídio de. **Homens, Mulheres e Violência**. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2004.

ANDRADE, Luís F.G. de. **Estrutura e Perversão**. Trabalho apresentado na Jornada Científica do Círculo Psicanalítico de Pernambuco. Recife, 12 e 13 de junho de 1992.

ARRIVE, Michel. Lacan Gramático. **Ágora** (Rio J.) [online]. vol.3, n.2, pp. 9-40, 2000.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e Abuso Sexual na Família. **Psicol. estud.** , Maringá, v. 7, n. 2, 2002 .

BANDEIRA, Lourdes Maria. “*O que faz da vítima, vítima?*” In: Dijaci David de Oliveira, Elen Cristina Geraldês e Ricardo Barbosa de Lima (orgs). **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil**, Petrópolis, Vozes. 1998.

BARONAS, Roberto Leiser. Bakhtin, “Foucault e Pêcheux na Análise de Discurso: problema sociológico ou epistemológico?” **Estudos Linguísticos XXXV**, p. 156-165, 2006.

BRAGA, Ana Aparecida Nascimento Martinelli. **O tempo em análise !!!**. *Psicol. cienc. prof.*, vol.18, no.3, p.42-47. ISSN 1414-9893. 1998.

BRAIDOTTI, Rosi. A política da diferença ontológica. In: BRENNAN, Teresa (Org.). **Para além do falo: uma crítica**. São Paulo, 1989. BRASIL.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p.

BUTLER, Judith. "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo". **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo "Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism", Greater Philadelphia Philosophy Consortium, 1990.

BUTLER, Judith. **Excitable Speech: A Politics of the Performative**. New York: Routledge, 1997.

BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: on the discursive limits of "sex"**. New York: Routledge, 1993.

CAON, José Luiz. "Mais perigosas são as feridas que não doem, não ardem nem sangram". IN: CAON; José Luiz... [et al.]; HARTMANN, Fernando; ROSA JR., Norton Cezar Dal Follo da (org.). **Violências e Contemporaneidade**. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2005.

CARVALHO, Frederico Zeymer Feu de. **O Sujeito no Discurso: Pêcheux e Lacan**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

CHEMAMA, Roland. **Dicionário de Psicanálise Larousse**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Graal. 1984.

DIAS, Maria das Graças Leite Villela. O sintoma: de Freud a Lacan. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 11, n. 2, Aug. 2006 .

COSTA, R. G. "Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção". In: **Rev. Estud. Fem.**, jul./dez., 2003, vol.10, n.º 2 (pp. 339-356). ISSN 0104-026X.

CONNELL, Robert William. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. Los Angeles: University of Califórnia Press, 1995.

CONNELL, Robert. William. “La organización social de la masculinidad”. In: VALDÉS, Tereza y OLAVARRÍA, José (orgs.) **Masculinidad/es: poder y crisis**. Santiago: FLACSO/ISIS Internacional, Ediciones de las Mujeres, 1997 (pp. 31-48).

COUTO, Sandra. **Violência doméstica: uma nova intervenção terapêutica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CUKIERT, Michele; PRISZKULNIK, Léia. “Considerações sobre eu e o corpo em Lacan”. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 7, n. 1, 2002.  
FERRAZ, F.C. **Perversão – Coleção Clínica Psicanalítica**, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

DAY, Vivian Peres et al. “Violência doméstica e suas manifestações”. **Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul**, Porto Alegre, 2008 .

DHAWAN S, MARSHALL W. **Sexual abuse histories of sexual offenders**.

Sex Abuse: Journal of Research and Treatment; 8: 7–15. 1996.

DOR, J. **Introdução à Leitura de Lacan: O Inconsciente Estruturado como Linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1989

DOR, Joel. **Estruturas e Clínica Psicanalítica**, Rio, Ed.Taurus. 1993.

DOR, Joel. **Introdução à leitura de Lacan: estrutura do sujeito**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. v.2. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1989

ENDO, Paulo Cesar. **A violência no coração da cidade**: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FAIMAN, Carla Júlia Segre. **Abuso sexual em família**: a violência do incesto à luz da psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FAGUNDES, José Otávio. *A Psicanálise Diante da Violência*. IN: SANDLER, Paulo César (org.). **Leituras Psicanalíticas da Violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FELIPE, Sônia T; PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **O corpo violentado**: estupro e atentado violento ao pudor: um ensaio sobre a violência e três estudos de filmes à luz do contratualismo e da leitura cruzada entre direito e psicanálise. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1998.

FEMENIAS. **Masculinidades Subjugadas e Violência**. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun., p. 42-65, 2009.

FERNANDEZ, Yolanda M. e MARSHALL, W. L.. Victim **Empathy, Social Self-Esteem, and Psychopathy in Rapists**. Journal of Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment. Springer Netherlands ISSN 1079-0632 (Print) 1573-286X (Online) Volume 15, Number 1 / January, 2003

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In: edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago; 1972. vol. VII. p. 123-252, 1905.

FREUD, S. (1906). **A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos**. In: edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FREUD, Sigmund. **Reflexões para os tempos de guerra e morte**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago. 1987 [1915].

FREUD, Sigmund. **Reflexões para os tempos de guerra e morte** In: edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago. 1987 [1915].

FREUD, Sigmund . **“Uma criança é espancada”** Uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais (1919), In: edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud., Vol. XVII, Ed. Imago, Rio de Janeiro, 1996 [1917/1919].

FREUD, Sigmund. **Mais além do princípio do prazer**. In: E.S.B. Rio de Janeiro: Imago, 1977. In: edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. XVIII. 1977 [1920].

FREUD, Sigmund. **Por que a guerra?** In: edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. V. XXII, 241-259, Imago, Rio de Janeiro. 1980.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRITH, Hannah, KITZINGER, Celia. **Talk about sexual miscommunication**.

Women's Studies International Forum, Vol. 20, No. 4, pp. 517-528, Department of Social Sciences, Loughborough University, Ashby Road, Loughborough, Leicestershire, UK. 1997.

GRYNER, Simone; MANCINI, Paula C. M. R.; OLIVEIRA, Raquel C. de (orgs.). **Lugar de Palavra**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.1 ed.

GUERRIERO, Iara; AYRES, José Ricardo CM and HEARST, Norman. **Masculinidade e vulnerabilidade ao HIV de homens heterossexuais**. Rev. Saúde Pública [online], vol.36, n.4, suppl., pp. 50-60, , São Paulo, SP, 2002.

GUTMANN, Matthew C.; VIGOYA, Mara Viveros, **Masculinities in Latin America**. In: Kimmel, Michael S., Jeff Heam and R.W.Connell (ed.). Handbook of Studies on Men and Masculinities. Thousand Oaks: Sage Publications. 2005.

HANSON, R.L., SLATER, S. **Sexual victimization in the history of sexual abusers**: A review. *Annals of Sex Research*, 4, 485-499. 1988.

HARAWAY, Donna. "Gender" for a marxist dictionary: the sexual politics of a word. **Cad. Pagu** , Campinas, n. 22, 2004 .

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Trad. Mariza Correa. **Cadernos Pagu**, 5, 07-41, 1995.

HARTMANN, Fernando. *Violência e Discurso*. IN: CAON; José Luiz... [et al.]; HARTMANN, Fernando; ROSA JR., Norton Cezar Dal Follo da (org.). **Violências e Contemporaneidade**. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2005.

HERMANN, Leda Maria. **Maria da Penha Lei com nome de mulher**: considerações à Lei nº 11.340/2006: contra a violência doméstica e familiar, incluindo comentários artigo por artigo. Campinas, SP: Servanda Editora, 2007.

HESTER, Marianne. **Lewd Women and Wicked Witches**: A Study of the Dynamics of Male Domination, Routledge, New York. 1992.

HODGSON, James F., KELLEY, Debra S. (eds.). **Sexual violence**: policies, practices, and challenges in the Unites States and Canada. Criminal Justice Press, Praeger: Westport, CT, USA. 2002.

KAUFMANN, Pierre. **Dicionário enciclopédico de psicanálise**: o legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

KIMMEL, Michael; ARONSON, Amy. **Men and masculinities**: a social, cultural, and historical encyclopedia. ABC-CLIO: Santa Barbara, CA, USA, 2004.

KIMMEL, Michael Scott. "Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina". In: VALDÉS, Tereza y OLAVARRÍA, José

(org.) **Masculinidad/es**. Santiago: FLACSO/ISIS Internacional, Ediciones de las Mujeres, 1997 (pp. 49-62).

KRUG, E. G. et al. **World Report on Violence and Health**. World Health Organization, 2002.

LACAN, Jacques. **Télévision**, Paris J - Le Seuil, 1974.

LACAN, Jacques. **O Seminário - livro 3 -**, As psicoses .Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1955

LACAN, Jacques. **O seminário – livro 11 –** os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Texto estabelecido por: Jacques-Alain Miller; 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1998.

LACAN, J. **O seminário - livro 20 -** mais, ainda - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982

LACAN, Jacques. **O Seminário - Livro 24**. Lo no sabido que sabe de la uma equivocación se ampara em la morra. Inédito. 1976-1977.

LAPLANCHE, Jean & PONTALIS, Jean-Bertrand. **Diccionario de Psicoanalisis**. Buenos Aires, Paidós, 1967.

LESSA, Marcelo. “Violência Doméstica E Familiar Contra A Mulher – Lei “Maria Da Penha” – Alguns Comentários”. In: **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Campos**, vol. 1 – n.º 1. outubro, 2006 ISSN 1980-7570.

LIMA, Mônica Costa Assunção. *Lacan, um pós-estruturalista?*, **Interações**, vol. XII, n.22, p. 231-260, Jul-Dez 2006.

MACHADO, L. Z. **Masculinidades e violências**: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, M. R. (Org). *As várias dimensões do masculino: traçando itinerários possíveis*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARQUES JUNIOR, Gesse. “**Quem entra com estupro é estupro**”: avaliações e representações de juízes e promotores frente à violência no cárcere. Universidade Metodista de Piracicaba. Mestrado em Direito, 2007.



MARSIGLIO, William; PLECK, Joseph H., **Fatherhood and Masculinities**. In: Kimmel, Michael S., Jeff Hearn and R.W. Connell (ed.). *Handbook of Studies on Men and Masculinities*. Thousand Oaks: Sage Publications. 2005.

MARCUS, Sharon. “Cuerpos en lucha, palabras en lucha: una teoría y política para la prevención de la violación”. In: **Debate Feminista**. Ano 13. Vol. 26. Outubro 2002. p. 59-88. 2002.

MACHADO, Lia Zanotta. “Masculinidade, sexualidade e estupro – As construções da virilidade.” In: **Cadernos Pagu (11)**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU da Universidade Estadual de Campinas, p. 231-173, 1998.

MARSHALL, W. L., MOULDEN, Heather. **Hostility Toward Women and Victim: Empathy in Rapists**. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, Vol. 13, No. 4, 2001.

MIRABETE, Júlio Fabrini. **Código Penal Interpretado**, 4ª Ed, São Paulo: Atlas, 2003

MISKOLCI, Richard; SIMOES, Júlio Assis. Apresentação. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, jun. 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332007000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 21 jun. 2009. doi: 10.1590/S0104-83332007000100002.

MESSERSCHMIDT, James W., **Men, Masculinities and Crime**. In: Kimmel, Michael S., Jeff Hearn and R.W. Connell (ed.). *Handbook of Studies on Men and Masculinities*. Thousand Oaks: Sage Publications. 2005.

MELO, Maria de Fátima Vilar de. “Psicanálise e análise de discurso: interlocuções possíveis e necessárias”. **Latin American Journal of Fundamental Psychopathology on Line**, V. 1, 61-71.

MESSERCHMIDT, James W. “Becoming ‘Real Men’: Adolescent Masculinity Challenges and Sexual Violence”. **Men and Masculinities**. 2 (3) January, 2000 (pp. 286- 307).

MacKINNON. **Feminism, Marxism, method and the state**: toward feminist jurisprudence. In: S. Harding, *Feminism & Methodology*. Indiana University Press, Indiana. 1987.

NAHOUM-GRUPPE, V., Trad. Márcia Cavalcanti Ribas Vieira. **Da dimensão sexual de uma guerra**: os estupros em série como arma na ex-Iugoslávia, 1991–1995. In: SCHPUN, M. R. (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo. 2004.

O’BYRNE, R., RAPLEY, M., & HANSEN, S.. “**You couldn’t say ‘no’, could you?’**”: Young men’s understandings of sexual refusal. *Feminism and Psychology*, 16, 133–154. 2006.

OLIVEIRA, Carmem S. de. *Quem tem medo da violência juvenil?* IN: CAON; José Luiz... [et al.]; HARTMANN, Fernando; ROSA JR., Norton Cezar Dal Follo da (org.). **Violências e Contemporaneidade**. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2005.

PARDUE , Angela, ARRIGO, Bruce A..**Power, Anger, and Sadistic Rapists: Toward a Differentiated Model of Offender Personality**. *International Journal of Offender Therapy Comparative Criminology*; 52; 378 originally published online Aug 7, 2007. 2008.

PENA, Breno Ferreira. **As vicissitudes da repetição**. *Reverso*, set., vol.29, no.54, p.83-87. ISSN 0102-7395, 2007.

PLON, M. & ROUDINESCO, E.. **Dicionário de Psicanálise**. (V. Ribeiro; L. Magalhães, Trad.). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 1998.

POLASCHEK, Devon L. L., GANNON, Theresa A., **The Implicit**

**Theories of Rapists: What Convicted Offenders Tell Us**, Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment; 16; 299. , 2004.

QUINSEY, V.L.;UPFOLD,D. **Rape completion and victim injury as a function of female resistance strategy**. Canadian Journal of Behavioural Science /Revue canadienne des sciences du comportement. Vol 17(1), Jan 1985, 40-50., 1985

SÁEZ, Javier. **Teoria Queer y psicanálisis**. Madrid: Síntesis. 2004.

SALTER, Daniel, MCMILLAN, Dean, RICHARDS, Mark, TALBOT, Tiffany, HODGES, Jill, BENTOVIM, Arnon, HASTINGS, Richard, STEVENSON, Jim, SKUSE, David. **Development of sexually abusive behaviour in sexually victimised males: a longitudinal study**. THE LANCET, Vol 361, February 8, 471 – 476, 2003.

SEGATO, Rita Laura. **A estrutura de gênero e a injunção do estupro** In: Suàrez M, Bandeira L. Violência, gênero e crime no Distrito Federal. Brasília (DF): Paralelo 15/ Editora UnB; p. 387-430. 1999.

SCHÄFFER, Margareth. **Psicanálise, subjetividade e enunciação**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/24/t2029732718781..doc>. Acesso em: mar/2009.

SCULLY, Diana. **Understanding Sexual Violence: A Study of Convicted Rapists**, Routledge, 1990

SEGATO, Rita Laura. “A estrutura de gênero e a injunção do estupro” In: Suàrez M, Bandeira L. **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília (DF): Paralelo 15/ Editora UnB; p. 387-430, 1999.

SIQUEIRA, M. J. T., MENDES, D., FINKLER, I. et al. Profissionais usuárias(os) adolescentes de quatro programas públicos de atendimento pré-natal da região da grande Florianópolis: onde está o pai?. **Estud. psicol. (Natal)**, jan. vol.7, no.1, (pp.65-72). ISSN 1413-294X. 2002.

SOUZA, Cecília de Mello e; ADESSE, Leila. **Violência Sexual no Brasil: Perspectivas e Desafios**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 2005.

SMITH, Merril D., **Encyclopedia of Rape**. Greenwood Press: Westport, CT, USA. 2004.

TRINDADE, Z. A. E MENANDRO, M. C. S.(2002) Pais adolescentes: vivência e significação. **Estud. psicol. (Natal)**, jan., vol.7, no.1, (pp.15-23). ISSN 1413-294X.

KIMMEL, M. S.; MESSNER, M. A. **Men's lives**. Boston: Allyn & Bacon, 1998.

NOGUEIRA, Conceição; NEVES, Sofia. Feminist psychology and violence against women in intimate relations: the (re)construction of therapeutical spaces. **Psicol. Soc.** , Porto Alegre, v. 15, n. 2, 2003 .

VICENZI, Eduardo. Psicanálise e linguística estrutural: as relações entre as concepções de linguagem e de significação de Saussure e Lacan. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, Junho 2009 .

WELZER-LANG, Daniel. “Os Homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo”. *In*: SCHPUN, Mônica Raisal (org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.



## 7. Anexos

### 7.1 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



#### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Duas vias: uma sob posse do pesquisador e outra do informante.

Declaro que estou ciente de estar participando de pesquisa sobre violência sexual que está sendo realizada por Alex Simon Lodetti, mestrando do Departamento de Psicologia da UFSC sob a matrícula número 200700723. Fica acordado que as informações por mim fornecidas não serão utilizadas para outro fim além deste.

Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária, que posso desistir a qualquer momento e que a participação não envolve remuneração. Nestes termos, posso recusar e/ou retirar este consentimento, informando aos pesquisadores, sem prejuízo para ambas as partes a qualquer momento que eu desejar. Tenho o direito também de determinar que sejam excluídas do material da pesquisa informações que já tenham sido dadas.

**Fui informado que a pesquisa não envolve riscos ou danos à saúde e que a equipe de pesquisa garantirá a confidencialidade e o anonimato. A assinatura desse consentimento não inviabiliza nenhum dos meus direitos legais.**

Caso ainda haja dúvidas, tenho direito de tirá-las agora, ou, surgindo alguma dúvida no decorrer da entrevista, esclarecê-las, a qualquer momento. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é:

**Profª. Dra. Maria Juracy Filgueiras Toneli**

Telefone de contato: 3721-8215 ou pelo celular 8419-9348

Após ter lido e discutido com o entrevistador os termos contidos neste consentimento esclarecido, concordo em participar como informante, colaborando, desta forma, com a pesquisa.

Florianópolis, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /20 \_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome completo: \_\_\_\_\_

**Entrevistador/a** - assinatura: \_\_\_\_\_

Nome completo do entrevistador: \_\_\_\_\_

## 7.2 Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada

### 1.Dados

Nome	Idade	Raça/Etnia
Grau de Escolaridade		Religião

### 2.Percurso nos Aparelhos de Estado

Delegacia onde foi atendido/levado

Houve atendimento em algum programa?

Sentinela/Grupo de Homens/Hospital/Centro de Saúde

#### 2.1 Percurso no judiciário

Pré ou pós LMDP

A mudança da lei mudou algo na sua pena?

Crimes pelo qual foi condenado?

Qual a pena?

O que você pensa da pena?

Acha que tratamento seria interessante?

### 3.Crime

O que você acha que é violência?

O que você acha que é violência sexual?

Violência psicológica?

#### 3.1 Anterior

Com quem?

Houve mais de uma pessoa?

Consegue dizer qual foi a primeira vez que você pensou em ter uma relação mais próxima com ela(s)?

Já havia tido essa vontade com outras pessoas?

Consegue lembrar quando foi a primeira vez que teve essa vontade?

Era algo que pensava com frequência?

Você era parente da vítima?

Como era sua relação anterior com a vítima?

Sentia atração pela vítima?

Como começou? (ou no que você pensou no início?)

Houve alguma conversa antes?

### **3.3 Durante**

Onde aconteceu?  
Como aconteceu?  
Como foi (pergunta aberta)?  
E durante, alguma mudança?  
Como se comportou a vítima?  
Como você se comportou?  
Houve alguma conversa durante?  
O que você acha que a vítima estava sentindo?  
Se houveram outras vezes, como foi a reação da vítima?  
Diferente?  
Foi prazeroso para você?  
O que fez após?  
Houve alguma situação após o fim do contato sexual?

### **3.4 Após**

Você considera que tenha existido alguma violência?  
Se não, porque você acha que foi denunciado?  
Houve alguma conversa depois?  
Como foi interpretado (família, vítima, comunidade)?  
Foram quantas vezes?  
Foi modificada?  
Tortura?  
Você voltou a pensar no que aconteceu?  
Você acha que existe um perfil de homens que cometem abuso sexual?  
O que você acha que as pessoas pensam de você?\*

## **4. Perguntas Complementares**

Onde você nasceu?  
Como era sua família?  
Havia algum tipo de violência?  
Relação com seu pai/padrasto e mãe/madrasta?  
Como você descreveria sua infância?  
E sua adolescência?  
Teve algum relacionamento importante?  
Com pessoa do mesmo sexo?



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)